

A revolução de 1974 – 75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)

**Rita Luís, Luciana Soutelo,
Carla Luciana Silva (coordenação)**

Organização

Instituto de História Contemporânea (IHC)
da Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL)

Grupo de História Global do
Trabalho e dos Conflitos Sociais



Luís, Rita, Soutelo, Luciana & Silva, Carla Luciana (Coords.). (2014) *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)* [Documento eletrónico], Lisboa: IHC

Ficha técnica

Coordenação:

Rita Luís, Luciana Soutelo e Carla Luciana Silva

Revisão e formatação:

Rita Luís

Capa e Contracapa:

Workship.es

ISBN: 978-989-98998-0-3

ÍNDICE

Introdução	4
1. La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas <i>Ecclesia</i> y <i>Vida Nueva</i> (1974) Juan Manuel González Sáez	6
2. El impacto del 25 de abril en dos diarios de provincia: <i>la Voz de Asturias</i> y <i>la Nueva España</i> Miguel Ángel Pérez Suárez	22
3. El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español <i>ABC</i> Sergio Sánchez Collantes	30
4. <i>Cuadernos para el diálogo</i> ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português Rita Luís	47
5. <i>Dove va il Portogallo?</i> As repercussões do “caso <i>República</i> ” em Itália: da apropriação política à ética Marco Gomes	63
6. A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de <i>Lotta Continua</i> . Giulia Strippoli	83
7. “Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal Flamarion Maués	98
8. A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do <i>revisionismo histórico</i> Luciana Soutelo	114
9. A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo Maria Antónia Pires de Almeida	128
10. Capitanes de abril en el aula. Cine y revolución Ana Paula Gonçalves, Manuel Pousa Castelo e Luis Velasco Martínez	143
11. A história ofuscada pelo acaso: Rui Ramos e a Revolução de abril como “um golpe de generais” Raquel Varela	155
Os autores.....	163

Introdução

O presente volume surgiu na sequência do seminário “Visões da Revolução: A Imprensa em Portugal, Espanha e Brasil” organizado no âmbito da atividade do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais e que contou com a participação de Luciana Soutelo, Rita Luís e Carla Luciana Silva e com o comentário de Ricardo Noronha e Raquel Varela em abril de 2012. Neste seminário procurou-se entender a imprensa escrita, e os meios de comunicação em geral, como um objeto historiográfico em si mesmo e não apenas como fonte.

Entendendo, na esteira de Gramsci, os meios de comunicação como espaços de disputa da hegemonia. A imprensa atua como espaço de relações sociais, dando voz a determinados sujeitos e retirando o espaço de outros. Sendo parte de um aparelho de hegemonia, ela atua na sua dupla dimensão: a formação de consenso sobre determinadas ideias; o apoio ativo a medidas repressivas e coercitivas, fechando-se assim o círculo da hegemonia. Não se trata apenas de estratégias manipuladoras de opinião, mas de formas de estabelecimento de consensos, muitas vezes passivos, e que reproduzem uma lógica de dominação de classe. Assim, a imprensa não está longe de propiciar um retrato fidedigno da realidade: de mostrar posições, que muitas vezes são expressões de frações de classe organizadas.

Posteriormente decidiu-se alargar o âmbito do debate de forma a incorporar outras perspetivas teóricas e centros produtores de visões sobre a revolução portuguesa de 1974-1975, fossem eles imprensa escrita, meios audiovisuais, editoras, materiais de educação, etc., para que fosse abordada tanto a repercussão coeva do processo revolucionário em meios de comunicação; como a sua memória e/ou o seu uso público em diferentes meios. O resultado deste alargamento é o presente volume.

Neste sentido a visão da imprensa espanhola sobre o processo revolucionário português está extensivamente representada pelos artigos dedicados a diversos setores dessa mesma imprensa, como seja o setor conservador monárquico representado pelo jornal diário *ABC* num artigo da autoria de Sergio Sánchez Collantes que analisa a cobertura do golpe de estado de 25 de Abril contrastando as duas edições- Madrilena e Sevilhana- do jornal propriedade da família Luca de Tena.

Uma abordagem semelhante é a de Miguel Pérez, que contrasta a cobertura do golpe falhado de 16 de março e do efetuado a 25 de abril nos jornais diários publicados em Oviedo, *La Voz de Asturias* e *La Nueva España*, este último propriedade da cadeia de imprensa oficial pertencente ao *Movimiento Nacional*.

Por outro lado, a receção do processo revolucionário português por um dos setores antifranquistas, que se organizava à volta de um projeto político como a revista *Cuadernos para el Dialogo*, é objeto de uma leitura extensiva ao longo dos anos de 1974 e 1975 no artigo de Rita Luís.

Finalmente da imprensa religiosa, nas suas vertentes oficial e renovadora, trata Juan Manuel González Sáez no artigo “La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia* y *Vida Nueva* (1974)”. O autor contrapõe o discurso oficial da Igreja católica ao renovador no que diz respeito à Revolução de 1974-1975 e procura analisar a forma como as distintas posições da Igreja se posicionam, nos seus jornais, sobre os acontecimentos da revolução e a transição à democracia.

Seguidamente Marco Gomes dedica-se à análise da receção do “caso *República*” pela imprensa italiana no contexto do compromisso histórico entre o Partido Comunista e a Democracia Cristã; e às

Introdução

repercussões que este teve tanto a nível de instrumentalizações por parte dos vários partidos italianos, como na cultura jornalística deste país.

Sobre o caso italiano trata também Giulia Stripolli, que analisa o jornal *Lotta continua*, onde se encontra patente o internacionalismo da classe trabalhadora. A luta contra a expansão do poder burguês que se dava em paralelo ao acompanhamento dos factos revolucionários portugueses, e da sua própria debacle. Militantes da LC chegaram a deslocar-se a Portugal para conhecer melhor o processo revolucionário, sendo o internacionalismo um importante marco daquele momento histórico.

No seu artigo, Flamarion Maués aborda as editoras políticas que floresceram em Portugal durante o período revolucionário. Caracterizadas pela união entre militância política e edição, as *editoras da revolução* refletiram a forte politização e radicalização social destes anos. Neste sentido, entendidas como um agente do processo político português, as *editoras da revolução* contribuíram para a transformação da sociedade.

O texto de Luciana Soutelo abrange as fases da memória pública portuguesa sobre a Revolução e a ditadura, com destaque para a caracterização do surgimento do *revisionismo histórico* em meados dos anos 1990.

Maria Antónia Pires de Almeida analisa as memórias orais da reforma agrária no Alentejo. As histórias de vida de diversos setores sociais atuantes no processo – ocupantes e ocupados – permitem compreender as perceções sobre a Revolução na ótica destes protagonistas anónimos. Os relatos sobre a miséria e as duras condições de vida da realidade rural durante o Estado Novo iluminam as motivações que levaram um amplo contingente de pessoas a participar na luta pela melhoria de suas condições de vida no contexto revolucionário.

O artigo de Ana Paula Gonçalves, Manuel Pousa Castelo e Luis Velasco Martínez trata sobre as possibilidades de abordagem da Revolução nas salas de aula, através da exposição dos resultados de um projeto conjunto entre uma escola portuguesa e uma espanhola. São particularmente interessantes as reflexões sobre a utilização do cinema como recurso didático.

Por último, Raquel Varela no capítulo “A história ofuscada pelo acaso: Rui Ramos e a Revolução de abril como «um golpe de generais»” analisa a visão do historiador Rui Ramos sobre o 25 de Abril no seu volume sobre a época parte da obra *História de Portugal* coordenada pelo mesmo autor. Segundo a autora, Ramos escolhe, na sua obra, factos poucos importantes e superficiais para construir uma narrativa descomprometida ao processo histórico.

As coordenadoras

Carla Luciana Silva

Luciana Soutelo

Rita Luís

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia* y *Vida Nueva* (1974)

Juan Manuel González Sáez

El impacto de la revolución portuguesa iniciada el 25 de abril de 1974 fue notable en la sociedad española dada las aparentes similitudes entre los dos regímenes autoritarios ibéricos y la profunda división del franquismo en aquellos momentos entre aperturistas, reformistas e inmovilistas ante su futuro¹. En ambos países la Iglesia católica había tenido un papel destacado en la legitimación social de las dictaduras. No obstante, también algunas jerarquías y grupos de seglares habían comenzado, especialmente tras la influencia renovadora del Concilio Vaticano II, un lento proceso de despegue.

El análisis del proceso revolucionario y sus efectos en los diferentes ámbitos políticos y sociales de nuestro país ha sido objeto de atención historiográfica por parte de especialistas en el Portugal contemporáneo como Sánchez Cervelló o Juan Carlos Jiménez. En sus obras también se ha esbozado la actitud de la Iglesia católica ante la dictadura y el 25 de abril².

En este artículo se analiza el tratamiento de la revolución portuguesa de los claveles en la prensa religiosa española a lo largo del año 1974. En concreto, se han estudiado las revistas *Ecclesia* y *Vida Nueva*. Estas publicaciones representan respectivamente el discurso oficial y renovador de la Iglesia católica española a lo largo del tardofranquismo. El objetivo ha sido estudiar la información ofrecida sobre los acontecimientos en el país vecino, describir la actitud de las Iglesias portuguesa y española ante el proceso de transición política y conocer la interpretación de la situación desde dos puntos de vista que representan la pluralidad del catolicismo nacional.

La visión del proceso revolucionario portugués en la revista *Vida Nueva* ha sido analizada por Yolanda Cagigas en su tesis doctoral sobre este semanario y en el libro publicado fruto de este trabajo investigador (2005 y 2009)³. Asimismo, otro estudioso de la Iglesia española contemporánea, Pablo

¹ Un análisis comparado entre ambas dictaduras en Josep Sánchez Cervelló, “La interrelación entre Portugal y España durante la consolidación democrática”, *Res-Pública* 5-6, (2007): 48-52.

² Josep Sánchez Cervelló, *La revolución portuguesa y su influencia en la transición española, 1961-1976* (Madrid: Nerea, 1995), 30-33 y 292; Id., “Las transiciones peninsulares a la democracia: interacciones y percepciones mutuas” en *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la historia*, ed. Hipólito de la Torre Gómez y António José Telo (Mérida: Junta de Extremadura, 2002), 143-145; Juan Carlos Jiménez, *España y Portugal en transición, Los caminos a la democracia en la Península Ibérica* (Madrid: Sílex, 2009), 159-164. Para el estudio de la dictadura salazarista, donde también se analiza el factor eclesial en el *Estado Novo*, la referencia imprescindible son las obras de Hipólito de la Torre. Por ejemplo, Hipólito de la Torre, “Marcelo Caetano: últimas razones del Estado Novo”, *Espacio, Tiempo y Forma* 19 (2007): 83.

³ Yolanda Cagigas Ocejo, “La revista *Vida Nueva* y el proceso de independencia de la Iglesia española respecto al Estado (20-XII-1973/ 21-XII-1974)”, en *Actes del Congrés La Transició de la dictadura franquista a la democràcia* (Barcelona: CEFID, 2005), 32-47. Id., *La revista Vida Nueva (1967-1976). Un proyecto de renovación en tiempos de crisis* (Pamplona: Eunsa, 2007), 287-290.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

Martín de Santa Olalla, ha realizado un análisis comparado de las transiciones en España y Portugal desde el punto de vista eclesial utilizando *Ecclesia* como una de las fuentes de su investigación (2005)⁴.

En este artículo se han analizado los números de ambas publicaciones editados entre el 25 de abril y el 31 de diciembre de 1974. El espacio temporal de análisis coincide con la etapa de la revolución denominada fase Spínola, del 25 de abril al 30 de septiembre de 1974. En este periodo, caracterizado por una intensa conflictividad social y política, se disolvieron las instituciones del *Estado Novo* y se trató de implantar un régimen democrático pluralista. La solución al problema colonial provocó el enfrentamiento entre el presidente de la República y la Coordinadora del Movimiento de las Fuerzas Armadas (MFA). El fracaso de la propuesta federalista planteada por el general António Spínola frente a la descolonización inmediata respaldada por el MFA y, al mismo tiempo, la incapacidad para dominar la revolución causaron la dimisión del presidente. Este periodo fue coincidente en España con las tensiones internas del régimen franquista entre las corrientes aperturistas, reformistas e inmovilistas. Los acontecimientos en el país vecino condicionaron indudablemente los debates ante el modelo de transición postfranquista⁵.

1. La Iglesia portuguesa antes de la Transición

La Iglesia católica fue uno de los pilares de la dictadura salazarista. En los veinte primeros años del *Estado Novo* existió “una profunda sintonía” entre la Iglesia y el régimen, aunque inicialmente la Constitución de 1933 establecía el principio de libertad de culto y separación de poderes en su artículo 45 (Sousa Franco 1988, 393). Los vínculos Iglesia-Estado se reforzaron con la firma en 1940 del Concordato y del Acuerdo Misionero entre Portugal y la Santa Sede. Pese a ser un Concordato que nominalmente manifestaba la separación Iglesia-Estado, la colaboración fue estrecha⁶. A partir de los años cincuenta se vislumbran los primeros casos de distanciamiento⁷. Como en España, los movimientos obreros de la Acción Católica serán los núcleos en los que nacen las actitudes críticas contra la dictadura y que reclaman el derecho de los católicos a participar en política fuera de la Unión Nacional (Almeida 2008, 293-294). También algunos sacerdotes, como Américo Monteiro de Aguiar, Telmo Ferraz o Abel Varzim, denunciaron las injusticias sociales. El obispo de Oporto, António Ferreira Gomes, tuvo que abandonar su diócesis y exiliarse en 1958 tras una carta dirigida a Salazar defendiendo el pluralismo político.

El espíritu del Concilio Vaticano II alentará posteriormente las luchas de numerosos seglares y sacerdotes contra las situaciones de falta de libertad o de violaciones de los derechos humanos. La disidencia católica fue minoritaria, aunque este hecho no disminuya su valor como una de las fuentes de

⁴ Pablo Martín de Santa Olalla, “La iglesia y las transiciones a la democracia en España y Portugal. Un estudio comparado” en *Actes del Congrés...*, 208-219.

⁵ Sobre el impacto portugués en el franquismo inmovilista véase Juan Manuel González Sáez, “Visiones de la transición portuguesa desde el búnker franquista: La revista Fuerza Nueva y la revolución de los claveles (1974)”, *Historia Actual Online* 32 (2013): 107-117.

⁶ La Iglesia también tuvo un papel de moderador de la dictadura frente a las tentaciones totalitarias. Véase Pedro Ramos Brandão, *Salazar-Cerejeira, A “Força” da Igreja, Cartas do Cardeal-Patriarca ao Presidente do Conselho* (Alfragide: Casa das letras, 2002), 95

⁷ Véase carta del obispo de Oporto a Salazar reproducida en Hipólito de la Torre Gómez y Josep Sánchez Cervelló, *Portugal en el siglo XX* (Madrid: Istmo, 1992), 290-293.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

deslegitimación del régimen. No obstante, la oposición católica fue mucho menos significativa que en España donde la relación Iglesia-Estado era mucho más fuerte y el nivel de compromiso del catolicismo oficial con el franquismo era mucho más público y significativo. Estrechamente unidos a los conflictos de carácter político, la Iglesia vive en este periodo posconciliar fuertes tensiones internas. El caso del P. Felicidade Alves que estalló en 1968 fue uno de los ejemplos de contestación eclesial con mayor relevancia. Este sacerdote denunció el paralelismo entre el ejercicio del poder en la Iglesia y en el *Estado Novo*. Junto con otros clérigos impulsó los Grupos de Estudio e Intercambio de Documentos, Información y Experiencias (GEDOC), que tuvieron relevancia dentro de la minoritaria oposición política del catolicismo luso. Como se ha señalado, muchos de estos problemas intraeclesiales tuvieron origen en las distintas interpretaciones de las enseñanzas conciliares, algunas de las cuales implicaban consecuencias políticas como el reconocimiento del pluralismo católico o la independencia mutua en las relaciones Iglesia-Estado.

Sin embargo, el colonialismo fue la clave principal en el distanciamiento entre Iglesia y Estado a lo largo del periodo 1965-1974 (Braga da Cruz 1996-1997, 520-523). En 1965 el obispo de Beira en Mozambique, monseñor Sebastião Soares de Resende, difundió una homilía en la que criticaba la financiación estatal de la enseñanza católica en las colonias. El boletín diocesano fue suspendido y se inició un proceso judicial contra el obispo (Moreira e Azevedo 1994, 405-407). En 1969 grupos de católicos denunciaron la guerra colonial en reuniones celebradas en Lisboa y Oporto para conmemorar el Día Mundial de la Paz, jornada impulsada por el papa Pablo VI en 1968. En 1970, las tensiones Iglesia-Estado se agravaron como consecuencia de la audiencia privada en la que Pablo VI recibió a los líderes de los movimientos de liberación africanos MPLA (*Movimento Popular para a Libertação de Angola*), FRELIMO (*Frente de Libertação de Moçambique*) y PAIGC (*Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde*), organizaciones consideradas como terroristas por el régimen. La embajada portuguesa entregó una nota de protesta y la Santa Sede tuvo que dar explicaciones sobre el encuentro. La tensión derivada de la guerra colonial fue creciendo progresivamente. Ese mismo año el sacerdote Mário de Oliveira fue procesado por sus críticas a la actividad portuguesa en África⁸. A lo largo de 1971 y 1972 varios misioneros fueron expulsados de Mozambique como consecuencia de sus reproches al colonialismo⁹. Las denuncias sacerdotales de las masacres de Mucumbura en 1971, Wiriyamu en 1972 o Inhamitanga en 1974 mostraron que la Iglesia no respaldaba incondicionalmente al régimen. En 1973 los obispos publican una carta pastoral, conmemorando el décimo aniversario de la encíclica *Pacem in Terris*, en la que se defendía el pluralismo político y los derechos humanos. En 1974 el obispo de Nampula, Manuel Vieira Pinto, sería también expulsado del país, junto a un grupo de misioneros combonianos, por su defensa de la autodeterminación.

⁸ El sacerdote quedó arrestado el 28 de julio de 1970. Fue procesado y absuelto tras siete meses de prisión. Mário Soares, *Portugal. La lucha por la liberación* (Caracas: Monte Ávila Editores, 1973), 201 y nota 26. El político portugués sitúa esta detención dentro de la estrategia del régimen contra el obispo de Oporto.

⁹ Es interesante señalar que los misioneros extranjeros en Mozambique, como han demostrado algunas investigaciones, fueron mucho más críticos con el régimen colonial que los misioneros oriundos de Portugal. Cf. Pedro Ramos Brandão, "Igreja Católica e Estado Novo, Moçambique 1969/1974", *Latitudes* 27 (2006): 87-91.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

En definitiva, como en España, desde finales de los años sesenta, la Iglesia lusa, aunque mayoritariamente había mantenido su colaboración y una aceptación acrítica del régimen, también había manifestado en documentos y actitudes puntuales su voluntad de distanciamiento progresivo del caetanismo.

La revolución de los claveles no tuvo un carácter antirreligioso. No existía una cuestión religiosa a resolver en la sociedad lusa. El anticlericalismo, presente con fuerza en otros momentos de la historia portuguesa, no hizo su aparición. Pese a algunas tensiones entre la Iglesia y el poder, el episcopado respaldó la nueva situación política mostrando un continuo apoyo al pluralismo y a la construcción de la democracia¹⁰. No obstante, las jerarquías eclesiásticas recibieron las críticas y peticiones de dimisión o de anulación del Concordato firmado con la Santa Sede en 1940 por parte de algunos pequeños grupos de católicos progresistas y de ciertos políticos de extrema izquierda¹¹. También se produjeron incidentes mínimos, como los insultos al cardenal Cerejeira, presidente de la Comisión Episcopal y arzobispo de Lisboa entre 1929 y 1971, en un programa de la televisión pública en junio o la ocupación del Seminario de Almada en noviembre, y otros más graves, como el posterior conflicto en *Rádio Renascença* (Ribeiro 2000). Tras la dimisión de Spínola, una vez la revolución se orientó en sentido comunista, se incrementó la violencia política y la Iglesia fue atacada directamente por campañas de propaganda antirreligiosa, los católicos fueron movilizados, especialmente durante el verano del año 1975, para mostrar su oposición a los intentos de terminar con el pluralismo democrático¹².

2. *Ecclesia*: la voz del episcopado luso

La revista *Ecclesia*, publicación fundada en 1941 como Órgano de la Dirección Central de la Acción Católica Española y considerada como una de las voces oficiosas de la Conferencia Episcopal Española, no realizó valoraciones sobre la caída de la dictadura ni sobre el proceso revolucionario y democratizador abierto en Portugal¹³. Sus páginas se limitaron a reproducir los comunicados colectivos del episcopado portugués en relación a la situación del país, los llamamientos puntuales de los obispos a la reconciliación o algún apunte sobre la situación de monseñor Vieira y los misioneros expulsados de Mozambique. El semanario informó acerca de la Iglesia y los sucesos del país vecino en diez números de un total de 34

¹⁰ A. de Sousa Franco, “La Iglesia y el poder (1974-1987)”, *Revista de Estudios Políticos* 60-61 (1988): 398. Los principales periódicos españoles recogieron la voz oficial de los obispos portugueses. Por ejemplo, véase “La Conferencia Episcopal expresa su confianza en el nuevo régimen”, *ABC*, 28 de abril de 1974; “Comunicado de la Conferencia Episcopal Portuguesa”, *ABC*, 30 de abril de 1974; “Hay una incompatibilidad profunda entre el concepto marxista de democracia y el concepto cristiano”, *ABC*, 28 de julio de 1974; “Los obispos de Mozambique dispuestos a renunciar”, *ABC*, 5 de noviembre de 1974; “El activismo político es incompatible con el sacerdocio”, *ABC*, 29 de noviembre de 1974.

¹¹ La prensa española recogió estas protestas contra la Iglesia: “Piden la dimisión de los obispos y la denuncia del Concordato en Portugal”, *La Vanguardia Española*, 11 de mayo de 1974; “Portugal: se pide la dimisión de numerosos obispos”, *La Vanguardia Española*, 4 de junio de 1974. El texto de la propuesta de la Asamblea Libre de Cristianos en Humberto Da Cruz y Carmen Espinar, *Revolución Portuguesa: 25 de abril* (Madrid: Miguel Castellet, 1974), 114.

¹² António José Telo, *História contemporânea de Portugal, Do 25 de abril à actualidade* (Lisboa: Presença, 2007), 138-143. Un análisis en profundidad en Diego Palacios Cerezaes, “Reacción popular violenta y Estado revolucionario. El «verano caliente» portugués de 1975”, *Historia y Política* 7 (2002): 211-248.

¹³ Apuntes sobre la historia de la publicación en Francisco Verdera, “Algunas claves para estudiar la revista *Ecclesia* entre 1941 y 1954”, *Anuario de Historia de la Iglesia* 10 (2001): 95-100.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

editados entre mayo y diciembre de 1974¹⁴. Este dato cuantitativo es, en términos generales, bajo pero significativo sobre la relevancia e impacto del 25 de abril incluso en las publicaciones religiosas de la jerarquía eclesiástica si se considera que nueve de estos números fueron impresos entre mayo y septiembre.

Ecclesia publicó el día 4 de mayo de 1974 la primera información relacionada con la revolución de los claveles. En concreto, reprodujo el texto del comunicado de la Conferencia Episcopal Portuguesa difundido el 26 de abril de 1974¹⁵. Los obispos habían estado reunidos en Asamblea ordinaria entre el 23 y el 26 de abril y a su término difundieron unas escuetas palabras sobre el proceso revolucionario iniciado:

En estas circunstancias formulan el deseo de que tales acontecimientos contribuyan al bien de la sociedad portuguesa, en la justicia, en la reconciliación y en el respeto hacia todas las personas. Invocan las virtudes cívicas de los católicos y de todos los portugueses de buena voluntad. Y rezan a Dios en favor del pueblo de Portugal.

Este comunicado también incluía una muestra de solidaridad con la Iglesia de Mozambique que había sufrido la persecución de la dictadura portuguesa. Días antes de la revolución, el obispo de Nampula, monseñor Vieira Pinto, había sido obligado a abandonar la colonia africana por sus críticas al gobierno en el documento titulado “Un imperativo de conciencia”, que había sido firmada por el prelado y 94 religiosos combonianos¹⁶.

El 1 de junio de 1974 *Ecclesia* publicó íntegramente la nota del episcopado portugués difundida el 4 de mayo, que analizaba en mucha mayor profundidad los acontecimientos de abril¹⁷. En este documento se recordaba la carta pastoral difundida por el episcopado en 1973 con ocasión del décimo aniversario de la publicación de la encíclica *Pacem in Terris* y del vigésimo quinto de la Declaración Universal de los Derechos de Hombre. La Iglesia defendía la participación político-social, el pluralismo, la responsabilidad de los laicos católicos en el orden temporal y la necesidad de la convivencia pacífica. No obstante, señalaba que la jerarquía episcopal debía mantenerse al margen de los asuntos temporales. Del mismo modo sacerdotes y religiosos no debían militar en partidos políticos. Los obispos recordaban a los laicos que ningún cristiano o grupo político podía “reivindicar, de modo exclusivo para su opinión, la autoridad de la Iglesia”. La nota pastoral concluía con un llamamiento para dejar de lado “odios, venganzas y luchas de clases”.

¹⁴ A lo largo de este periodo también se publicaron noticias relacionadas con la vida de la Iglesia en Portugal sin conexión directa con la revolución: “Jesuitas en el país hermano”, *Ecclesia* 1.700 (20 de julio de 1974): 971; “Peregrinación a Fátima”, *Ecclesia* 1.713 (26 de octubre de 1974): 1.419; “Conferencia Española-Portuguesa de Institutos seculares”, *Ecclesia*, 1.720 (14 de diciembre 1974): 1.674. En 1975 la revista publicó documentos de los obispos portugueses o notas relacionadas con los acontecimientos en el país vecino en, al menos, 7 números.

¹⁵ “Comunicado sobre la situación del país”, *Ecclesia* 1.689 (4 de mayo de 1974): 604.

¹⁶ “El Vaticano ante el conflicto de la Iglesia en Mozambique”, *Ecclesia* 1.688 (27 de abril de 1974): 567. En la misma página “El obispo de Nampula, en Lisboa” y “La diócesis de Nampula, sin culto”.

¹⁷ “La Iglesia al servicio de la comunión fraterna entre todos los hombres”, *Ecclesia* 1.693(1 de junio de 1974): 715.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

En junio la revista también informó brevemente, sin valoraciones, sobre la visita del obispo de Nampula a Pablo VI¹⁸ y sobre la entrevista que monseñor Giuseppe María Sensi, nuncio apostólico en Lisboa, mantuvo con el Papa para dar cuenta de la situación tras la revolución¹⁹. Ese mismo mes se difundió una noticia sobre la presencia de Cáritas Española en la asamblea nacional de Cáritas Portugal. En esta reunión se expresó, como recoge significativamente el semanario, la “satisfacción por el cambio producido en el país” y “por el restablecimiento de las libertades formales”²⁰.

Dentro de su sección “Ecos del Episcopado Mundial”, en julio *Ecclesia* reprodujo el documento que la Conferencia Episcopal de Angola y Santo Tomé publicó el 6 de junio y que, en línea con los textos de los obispos metropolitanos, enfatizaba en la necesidad de reparar injusticias y trabajar por la paz. Los prelados africanos, presididos por Manuel Nunes, arzobispo de Luanda, mostraban su satisfacción por el reconocimiento de los derechos del pueblo angoleño a escoger su futuro²¹.

En agosto *Ecclesia* publicó la carta pastoral del episcopado portugués sobre “la contribución de los cristianos a la vida social y política”. Este texto fue difundido por el episcopado el 16 de julio. La relevancia de los sucesos en el país vecino se muestra por la reproducción íntegra de un extenso documento que ocupa diez páginas de la revista²². Este documento, como ha observado Martín de Santa Olalla, reflejaba a un episcopado partidario de la transición democrática, aunque también con algunas dudas sobre la capacidad de la sociedad civil para construir la democracia²³. La Iglesia reconocía su apoyo al régimen salazarista en un contexto histórico determinado y aceptaba algunas responsabilidades “por errores cometidos o participados” durante este periodo. En cualquier caso, el episcopado realizaba una valoración positiva del proceso de cambio y un apoyo expreso a la democratización del país. El movimiento del 25 de abril se había realizado “sin derramamiento de sangre” despertando esperanzas “en amplios sectores deprimidos de la población”. Además había supuesto la proclamación de las libertades cívicas, la reintegración a la comunidad de los presos y exiliados, y el fin de ostracismo internacional de Portugal. No obstante, los obispos manifestaban, dentro de la alegría generalizada por el cambio, sus temores por algunos “desmanes de grupos extremistas” y ciertos abusos, las actitudes demagógicas o las venganzas. En esta carta pastoral la Iglesia también respaldó el pluralismo político y señaló el deber de los católicos de participar en las elecciones pero rechazó la constitución de un partido confesional o la adhesión a grupos con principios incompatibles con el cristianismo.

La Iglesia portuguesa y el proceso de cambio político pierden protagonismo en las páginas de *Ecclesia* a partir de agosto de 1974. Las excepciones son las referencias a la presentación de credenciales

¹⁸ “El obispo de Nampula, recibido por Pablo VI”, *Ecclesia* 1.694 (8 de junio de 1974): 771.

¹⁹ “El nuncio en Lisboa informa personalmente a Pablo VI”, *Ecclesia* 1.695 (15 de junio de 1974): 799.

²⁰ “Cáritas Española en la Asamblea de Cáritas en Portugal”, *Ecclesia* 1.697 (29 de junio de 1974): 874.

²¹ “Conferencia Episcopal de Angola y Santo Tomé. Momento cristiano del país”, *Ecclesia* 1.701 (27 de julio de 1974): 988-990.

²² “Carta pastoral del Episcopado portugués sobre la contribución de los cristianos a la vida social y política”, *Ecclesia* 1.703 (10-17 de agosto de 1974): 1.057-1.067.

²³ Pablo Martín de Santa Olalla, op. cit., 216-217. El documento también es analizado en Manuel Braga da Cruz, “A Igreja na Tradição democrática portuguesa”, *Lusitania Sacra* 8/9 (1996-1997): 524-526.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

del nuevo embajador de Portugal ante la Santa Sede, José Tomás Cabral Calvet de Magalhães²⁴; el viaje del cardenal Umberto Mozzoni, enviado especial de Pablo VI a las colonias de Angola y Mozambique, y que se relacionaba con la distensión de las relaciones entre Roma y Portugal tras los conflictos con el fenecido régimen salazarista²⁵; y el retorno a Mozambique de los misioneros expulsados en los últimos años del caetanismo²⁶.

La información sobre el país vecino y su transición regresa en abril de 1975, un año después del inicio de la revolución, con una breve noticia en la sección *La Iglesia en Europa* sobre el llamamiento del obispo de Oporto, monseñor Ferreira Gomes, a la reconciliación para impedir que la revolución se transformase en “homicida” y que los anteriormente humillados se convirtiesen en opresores²⁷. Esta intervención resultaba significativa porque este obispo fue uno de los máximos exponentes de las críticas de la Iglesia al poder salazarista. Los incidentes originados durante el denominado “verano caliente”, que contaron con el respaldo de grupos católicos, no fueron abordados directamente en las páginas de la revista, aunque se publicó la nota pastoral del Consejo Permanente del Episcopado Portugués, fechada el 22 de agosto de 1975, que condenaba los actos de violencia provocados tras las manifestaciones de apoyo a la Iglesia celebradas en algunas ciudades al tiempo que reivindicaba la legitimidad de las protestas contra “la violación de las conciencias, la ofensa de los derechos, la destrucción de los valores, los atentados contra la economía y los atropellos a la legalidad”²⁸. A lo largo de 1975 y según el proceso revolucionario reforzaba su orientación izquierdista, *Ecclesia* también publicó las cartas pastorales del episcopado portugués sobre cuestiones que la Iglesia contemplaba con preocupación como la familia y la natalidad²⁹, la indisolubilidad del matrimonio³⁰ o la enseñanza³¹.

En definitiva, *Ecclesia* realizó un seguimiento limitado de los acontecimientos portugueses reproduciendo principalmente, en línea con su vocación de portavoz de las jerarquías eclesíásticas, los discursos oficiales de los obispos lusos. La apuesta por el pluralismo de los católicos coincidía con las ideas expuestas por los obispos españoles en la misma época en un documento tan polémico en su génesis y aprobación como fue “La Iglesia y la comunidad política” difundido en enero de 1973 y que fue considerado una expresión del despegue de la Iglesia respecto del Estado franquista (Iribarren 1984, 245-

²⁴ “Presentación de credenciales del nuevo embajador de Portugal. Comprensión para una solidaridad operante”, *Ecclesia* 1.706 (7 de septiembre de 1974): 1.149.

²⁵ “El cardenal Mozzoni visita Angola y Mozambique”, *Ecclesia* 1.704 (24 de agosto de 1974): 1.107.

²⁶ “Mozambique: regreso de misioneros”, *Ecclesia* 1.716 (16 de noviembre de 1974): 1.523. Entre los retornados se encontraba el P. Bertulli, quien había sido expulsado del país africano en 1971 tras la publicación de su obra *La cruz y la espada de Mozambique*.

²⁷ “Llamamiento a la reconciliación del obispo de Oporto”, *Ecclesia* 1.736 (19 de abril de 1975): 527.

²⁸ “La violencia, en todos sus aspectos, es siempre reprochable (Nota pastoral del Consejo Permanente del Episcopado Portugués)”, *Ecclesia* 1.755 (6 de septiembre de 1975).

²⁹ “Familia y Natalidad. Carta pastoral de la Conferencia Episcopal Portuguesa”, *Ecclesia* 1.739 (10 de mayo de 1975): 613-619.

³⁰ “La indisolubilidad del matrimonio (Nota del Episcopado Portugués sobre la modificación del artículo XXIV del Concordato entre la Santa Sede y la República Portuguesa)”, *Ecclesia* 1.742 (3 de mayo de 1975): 717-718.

³¹ “La enseñanza no puede ser indiferente a los principios doctrinales (Nota pastoral del Episcopado portugués sobre la enseñanza libre)”, *Ecclesia* 1.747 (5 de julio de 1975): 868-872.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

279). Como señaló Sánchez Cervelló, los acontecimientos de Portugal tuvieron “una excelente acogida entre los sectores más liberales de la Iglesia”, mientras que la jerarquía conservadora mostró preocupación ante la posible deriva comunista (Sánchez Cervelló 1995, 292). En *Ecclesia*, órgano del episcopado, no hay ni entusiasmo ni críticas a la revolución, tan solo reproducción de los textos oficiales de la Conferencia Episcopal Portuguesa. No obstante, es indudable la influencia en el colectivo eclesial nacional de unos documentos que en el país vecino defendían la democracia, el pluralismo político y la libertad de los católicos para participar en la vida pública.

3. Vida Nueva: la reivindicación de la Iglesia de base

Vida Nueva ha sido considerada, como observó Yolanda Cagigas, la revista más influyente de la Iglesia española del posconcilio³². La publicación, fundada en 1958 y especializada en información religiosa, estaba editada por Propaganda Popular Católica (PPC) y desde 1968 era dirigida por José Luis Martín Descalzo. Su línea editorial se mostraba favorable al proyecto de renovación eclesial, fruto del espíritu conciliar, y a la superación de la vinculación Iglesia-Estado propia del régimen franquista. En 1974 su tirada alcanzaba los veinticinco mil ejemplares, una cifra relevante para una publicación de temática religiosa (Barrera 2001, 127).

El semanario, dentro de los 32 números publicados entre el 25 de abril y el 31 de diciembre de 1974, dedicó una treintena de artículos y comentarios a explicar y analizar la situación del país vecino. La mitad de estos artículos se concentraron en el periodo mayo-junio, momento de especial interés periodístico en España sobre estos acontecimientos³³. La revista respaldó el proceso revolucionario desde sus inicios, no ocultando sus simpatías por el nuevo Portugal. A diferencia de *Ecclesia*, esta publicación no se limitaba a la información religiosa sino que contaba con secciones dedicadas al análisis político nacional e internacional.

3.1. La Iglesia ante la revolución

Pocos días después del golpe militar, *Vida Nueva* juzgaba en su editorial el papel de la Iglesia portuguesa durante el salazarismo. Entre las críticas a la institución religiosa se señalaban la “aparente independencia” que había terminado no pocas veces en “neto apoyo” al régimen, el desamparo de las voces católicas críticas con las injusticias o el silencio de la jerarquía eclesiástica ante las expulsiones de los misioneros críticos con el colonialismo en Angola o Mozambique³⁴. La revista calificó como insuficientes los “gestos de despegue” realizados por el episcopado a lo largo de los últimos años de la dictadura y como “montarse en el carro de los vencedores” las declaraciones eclesiales inmediatamente posteriores al 25 de abril.

³² Su tesis doctoral se centró en el análisis de esta publicación. Véase Yolanda Cagigas Ocejo, *La revista Vida Nueva (1967-1976)*...

³³ Entre el 27 de abril y el 29 de junio de 1974 se publicaron 17 artículos o comentarios periodísticos sobre la revolución portuguesa.

³⁴ “Muchas preguntas sobre Portugal”, *Vida Nueva* 931 (4 de mayo de 1974): 5.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

En el mismo número, desde un punto de vista más político, Miguel Mateos analizaba el estancamiento del Portugal salazarista, aunque la “gestión de aquel austero profesor parecía apropiada para los destinos del país durante las dos primeras décadas de su gobierno”, la decepción del esperanzador inicio del periodo caetanista y el desamparo internacional portugués consecuencia de la guerra colonial, una guerra imposible de ganar y que, como habían denunciado los misioneros católicos, “no era de ninguna manera ejemplar”. Portugal, “gracias a un golpe limpio y eficaz del ejército”, iniciaba un proceso esperanzador en el que se anunciaban “elecciones auténticamente libres” o la solución no militar al problema de las colonias³⁵.

Vida Nueva, dentro de su inmediato análisis de la situación del catolicismo portugués tras el 25 de abril, reprodujo el breve comunicado de la Conferencia Episcopal difundido al día siguiente del inicio de la revolución³⁶. La postura oficial de la jerarquía contenía, según el análisis del semanario, una inicial calificación de los hechos revolucionarios como “positivos y esperanzadores”. Además, la sobriedad del texto, justificada por la revista ante la comprensible falta de perspectiva de los acontecimientos en marcha, se compensaba por el gesto de solidaridad con el obispo de Nampula expulsado de Mozambique. *Vida Nueva* recordaba que las guerras coloniales habían sido el punto de mayor fricción en las relaciones Iglesia-Estado y que numerosos sacerdotes y laicos católicos habían sufrido encarcelamientos y malos tratos por oponerse a la guerra. Los conflictos Iglesia-Estado también habían sido originados por cuestiones como la objeción de conciencia, el papel de la comisión “Justicia y Paz” o la defensa de los derechos humanos³⁷. No obstante, pese a la labor opositora al régimen salazarista de algunos sectores eclesiales, la publicación destacó que algunas voces habían pedido la anulación del Concordato entre la Santa Sede y Portugal, así como su adjunto Acuerdo Misionero durante las primeras manifestaciones organizadas en Lisboa tras el 25 de abril. En el mismo artículo *Vida Nueva* también informó sobre la postura de los movimientos católicos obreros, organizaciones en las que había nacido la oposición católica al régimen salazarista a finales de la década de los años cincuenta. Las direcciones nacionales de la LOC/F (*Liga Operária Católica/Feminina*) y del JOC/F (*Juventude Operária Católica/Feminina*) publicaron un comunicado en el que se afirmaba la libertad de sus militantes para optar en las organizaciones de trabajadores que sirviesen mejor “a la liberación integral de la clase obrera” y se rechazaba la asociación de los obreros cristianos en organizaciones separadas de otros trabajadores. Asimismo, dentro del análisis del panorama del catolicismo portugués y de la compleja situación de país, la revista también informó de la suspensión de la edición del periódico conservador *Novidades*, publicación vinculada a la jerarquía eclesial y que tradicionalmente había manifestado sus simpatías por el salazarismo.

Vida Nueva reprodujo los textos de la nota del episcopado difundida el 4 de mayo realizando una valoración de su contenido, de la situación política del país y de las consecuencias de los acontecimientos

³⁵ Miguel Mateos, “Final del Salazarismo (medio siglo)”, *Vida Nueva* 931 (4 de mayo de 1974): 32-33.

³⁶ A.P., “Portugal”, *Vida Nueva* 933 (18 de mayo de 1974): 14-17.

³⁷ Conflictos con la comisión episcopal “Justicia y Paz” también se produjeron en la misma época en España. Véase Feliciano Blázquez, *La traición de los clérigos en la España de Franco* (Madrid: Trotta, Madrid, 1991), 225.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

para el catolicismo portugués³⁸. Como se ha analizado anteriormente, esta nota, además de reiterar la defensa de la participación política y social de contenida en el documento sobre la Iglesia y la comunidad política, defendía el pluralismo político de los católicos.

Asimismo, *Vida Nueva*, dentro del análisis del impacto de la revolución en la comunidad eclesial, hizo referencia a la reunión de más de un millón de católicos en la explanada de la basílica de Fátima el día 13 de mayo para conmemorar el aniversario de las apariciones marianas. En ese acto el cardenal Ribeiro, patriarca de Lisboa y presidente de la Conferencia Episcopal Portuguesa, reclamó la participación de los cristianos, como “ciudadanos libres y responsables en un necesario y legítimo pluralismo” en la construcción de la nueva sociedad portuguesa. Anteriormente, como recordaba la revista, el Consejo Presbiteral de Lisboa, que también presidía el cardenal, ya había defendido el pluralismo político, la participación de los sacerdotes y seglares católicos en la formación política del pueblo y, en definitiva, la contribución de la Iglesia “en el movimiento de reconstrucción”. Este compromiso con la nueva situación era el “mejor modo de hacer penitencia por los errores pasados” que la Iglesia admitía compartir con otras fuerzas del país³⁹.

En junio *Vida Nueva* dedicó su pliego, una sección en la que en cada número se profundizaba sobre el tema planteado en portada, a la Iglesia en Portugal⁴⁰. La revista calificaba como “lamentable” la situación eclesial durante la dictadura. La publicación recogió distintas opiniones. Major Osório, portavoz de la Junta de Salvación Militar, destacaba las relaciones cordiales entre la Junta y la Iglesia. La revisión del Concordato era una cuestión a resolver no por la Junta sino por el Gobierno legítimo que se formase. Por su parte, Mário Soares, secretario general del Partido Socialista Portugués, señalaba que no existían tensiones entre la Iglesia y su grupo político y que incluso “una inmensa masa de cristianos” estaba afiliada al mismo. No obstante, apuntaba que creía en “una necesaria revisión del Concordato”. Manuel Falcão, secretario de la Conferencia Episcopal y obispo auxiliar de Lisboa, recordaba que la Iglesia no quería un partido confesional y que los cristianos no contaban con restricciones a la hora de elegir una formación política.

El documento de los obispos “Carta pastoral del Episcopado portugués sobre la contribución de los cristianos a la vida social y política”, publicado en julio era, según señalaba un editorial, un texto “de meditación obligatorio para cuantos se preocupan por el presente y futuro de la Iglesia española”⁴¹. Como consecuencia de su silencio frente a la dictadura, la voz de las jerarquías eclesiásticas era, tras el 25 de abril, ignorada en Portugal. El editorial señalaba que esta situación era consecuencia del desprestigio de la

³⁸ A.P., “Portugal”, *Vida Nueva* 933 (18 de mayo de 1974): 14-17.

³⁹ A.P., “Portugal. Pluralismo de los católicos”, *Vida Nueva* 936 (8 de junio de 1974): 21.

⁴⁰ “La Iglesia de Portugal en la encrucijada”, *Vida Nueva* 935 (1 de junio de 1974). Sobre la Iglesia y los católicos durante los primeros días de la revolución es recomendable la lectura de algunos de los muchos libros publicados en 1974 por periodistas españoles testigos del golpe militar. Por ejemplo, Vicente Talón, *Portugal, ¿golpe o revolución?* (Madrid: CVS Ediciones, 1974), 119-136 y Luis Carandell y Eduardo Barrenechea, *Portugal, Sí* (Madrid: Cuadernos para el Diálogo, 1974), 116.

⁴¹ “Elecciones de Portugal”, *Vida Nueva* 944 (3-10 de agosto de 1974): 5.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

institución. La Iglesia había pasado de “privilegiada” a “ignorada” e incluso, en algunos sectores, a “despreciada”.

En cualquier caso, la revista no podía ocultar su inequívoco respaldo al proceso de transición en Portugal que no era sino la materialización de los deseos del cristianismo progresista o renovador para la situación política española.

3.2. Los ruidos de la vecindad

Como se ha señalado, el impacto del 25 de abril en España fue analizado en el primer editorial publicado tras el inicio del proceso revolucionario. Las preguntas sobre Portugal eran también preguntas sobre España. El fracasado intento aperturista del caetanismo era un espejo en el que el aperturismo español debía mirarse: “Si el trauma que hoy vive Portugal –y para el que deseamos el mejor de los desenlaces– nos sirve de lección a los españoles, el país vecino nos habría hecho el más alto de los favores históricos.”

⁴²

La atención nacional estaba centrada en “los ruidos de la vecindad”. La revista destacaba que a la opinión pública le apasionaban “las analogías”. En España había causado sensación el establecimiento de la democracia por las fuerzas armadas, la amnistía para los presos políticos, la supresión de la censura o el fin de 48 años de “régimen autocrático”⁴³.

La revista destacaba la inquietud que la situación portuguesa había provocado en las autoridades españolas. Pese a las aparentes similitudes entre los regímenes autoritarios de Portugal y España, el periodista Martín Prieto señalaba que la única analogía posible era que el régimen portugués parecía “tan sólido, asistido e inamovible” como era el español. No obstante, también resaltaba la libertad con que la prensa había podido informar de los acontecimientos del país vecino⁴⁴.

Vida Nueva alabó el trabajo de la Junta de Salvación Nacional y calificó su actuación de “magistral”. El semanario resaltaba el acierto de Spínola al “dominar a los elementos más izquierdistas del país” mediante la incorporación de los comunistas al gobierno provisional⁴⁵. Lisboa estaba “dando una lección al mundo” sobre cómo derrocar una dictadura y realizar una transición hacia la democracia de una forma tan sencilla como era dando libertades de prensa, de expresión, de asociación, etc. La lección, sin duda, debía ser aprendida por España.

3.3. El colonialismo

La guerra colonial, que había sido origen de las principales tensiones entre la Iglesia y el Estado en el periodo caetanista, fue el factor clave que provocó la caída del gobierno y la dictadura. Tras la revolución, la descolonización era el gran reto del nuevo Portugal. *Vida Nueva* había informado ampliamente, antes

⁴² “Muchas preguntas sobre Portugal”, *Vida Nueva* 931 (4 de mayo de 1974): 5.

⁴³ Martín Prieto, “Ruidos en la vecindad”, *Vida Nueva* 931 (4 de mayo de 1974): 34-35.

⁴⁴ Martín Prieto, “Lisboa vista desde Madrid”, *Vida Nueva* 932 (11 de mayo de 1974): 34.

⁴⁵ “La primavera de Lisboa”, *Vida Nueva* 932 (11 de mayo de 1974): 33.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

del fin del caetanismo, sobre la situación de las colonias portuguesas, el relevante papel de los misioneros católicos en la defensa de los pueblos africanos frente a las violaciones de derechos humanos y los enfrentamientos de algunos sacerdotes o el obispo de Nampula con la dictadura. También había alabado el libro *Portugal y el futuro* “en extremo lúcido” escrito por Spínola, el “más brillante general del país”⁴⁶. Coincidiendo con las fechas de la revolución, *Vida Nueva* informaba sobre la expulsión del obispo de Nampula y de once misioneros combonianos⁴⁷.

La revista, fiel a su orientación conciliar, renovadora y progresista, respaldaba el fin del colonialismo y destacaba la labor de “denuncia profética” de la Iglesia de base frente al silencio del Vaticano y de las jerarquías eclesásticas, si bien también se anotaban algunas excepciones a estas posiciones, durante el periodo salazarista.

El gran problema colonial, como reflejaba el semanario tras el anuncio del nombramiento de Mário Soares como ministro de Asuntos Exteriores en el primer gobierno provisional, se iba a resolver dando la voz a los habitantes de los territorios africanos⁴⁸. Casi tres meses después del inicio de la revolución, la revista observaba que el régimen de Spínola había cambiado la postura de Portugal frente al problema colonial, aunque de momento esta actitud eran “más palabras que hechos”. En cualquier caso, resultaba relevante que el gobierno portugués había reconocido como interlocutores a “los combatientes por la libertad” y había accedido a sentarse a negociar con los líderes anticolonialistas. En este sentido, la revista recogió las conversaciones entre Mário Soares y el FRELIMO celebradas el 5 de junio en Lusaka. En el mismo artículo, *Vida Nueva* también destacaba que las denuncias contra los abusos coloniales, que habían causado la persecución de algunos misioneros católicos en Mozambique, habían sido ratificadas por las investigaciones de la ONU. Estas habían otorgado tácitamente a los misioneros “el título de hermanos defensores de los pueblos de África por los cuales han sufrido vejaciones ya previstas por el evangelio para todos los que sirven a la verdad y a la justicia.”

El semanario también recogió la presencia del P. Adrian Hastings en la Asamblea de las Iglesias de África y sus declaraciones a la prensa internacional⁴⁹. Este sacerdote había sido el protagonista de las denuncias publicadas en *The Times* sobre las matanzas de Wiriyamu el 16 de diciembre de 1972⁵⁰. El

⁴⁶ Miguel Mateos, “El libro que ha despertado a Portugal”, *Vida Nueva* 926 (30 de marzo de 1974): 32-33. El libro del general fue publicado en España semanas después del 25 de abril con notable éxito. En mayo se habían impreso 40.000 ejemplares en tres ediciones consecutivas. António Spínola, *Portugal y el futuro* (Barcelona: Planeta, 1974).

⁴⁷ “Monseñor Vieira, obispo de Nampula, expulsado”, *Vida Nueva* 930 (27 de abril de 1974): 18-21.

⁴⁸ Miguel Mateos, “Lisboa se enfrenta positivamente al fantasma colonial”, *Vida Nueva* 935 (1 de junio de 1974): 32-33.

⁴⁹ Adrian Hastings (1929-2001), misionero, teólogo e historiador de la religión en África fue un sacerdote que denunció el colonialismo y las masacres cometidas en Mozambique. Tuvo enfrentamientos con las jerarquías eclesásticas por su defensa del uso de los anticonceptivos, el celibato sacerdotal voluntario o la intercomunidad. En los años setenta se secularizó y contrajo matrimonio. Profesor universitario e intelectual “comprometido”, en la década de los noventa defendió un Estado bosnio multi-étnico y el derecho de los albaneses de Kosovo a la autodeterminación. Véase Pedro Aires Oliveira, “Adrian Hastings e Portugal: Wiriyamu e outras polémicas”, *Lusitania Sacra* 19-20 (2007-2008): 379-397.

⁵⁰ Las denuncias del padre Hastings se realizaron a partir de los testimonios de los supervivientes recogidos por el misionero portugués Domingos Ferrão. Véase João Paulo Guerra, *Descolonização portuguesa. O regresso das Caravelas* (Alfragide: Oficina do Livro, 2009), 62.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

sacerdote, como indicaba *Vida Nueva*, señaló que el nuevo gobierno portugués no quería continuar la guerra⁵¹. En relación a la Iglesia en Mozambique, el P. Hastings observó que, pese a que numerosos misioneros y sacerdotes habían sido encarcelados o expulsados del país por sus protestas contra el Acuerdo Misionero y el Concordato, la Iglesia iba a recibir fuertes críticas por haber apoyado al gobierno salazarista. Los líderes del FRELIMO iban a ser muy exigentes con la Iglesia. No obstante, al mismo tiempo conocían muy bien que también había sido ayudados por muchos sacerdotes. En este sentido, citó el caso del jefe del movimiento independentista mozambiqueño quien había agradecido la contribución del P. Hastings al inicio de las investigaciones de la ONU sobre las matanzas.

En julio la revista publicó el documento escrito por 34 misioneros expulsados de Mozambique y que contó con la colaboración del obispo de Nampula, prelado también perseguido por el caetanismo⁵². En este documento se valoraba positivamente la disposición del nuevo Portugal para el reconocimiento de “los derechos humanos inalienables de las poblaciones africanas”. Asimismo se reivindicaba expresamente la independencia de Mozambique. El texto realizaba una autocrítica sobre el papel de la Iglesia en “la portugalización de las masas africanas”, así como por la participación en la opresión al “implantar la civilización de Occidente, sin haber considerado debidamente las culturas africanas”. También denunciaba la actitud de las jerarquías eclesiásticas como “defensora del orden establecido” ante los crímenes contra derechos y personas del pueblo mozambiqueño o su silencio y pasividad ante la persecución a las personas que “denunciaron o condenaron abiertamente la injusticia”. El documento solicitaba la anulación del Concordato y el Acuerdo Misionero, la remodelación de la jerarquía eclesiástica comprometida con el poder colonial o el reconocimiento del FRELIMO como “el más válido exponente de las aspiraciones del pueblo mozambiqueño”.

En noviembre, la revista publicó la carta pastoral que los obispos de Mozambique redactaron con motivo de la proclamación de la independencia del territorio africano⁵³. En este texto los obispos asumían la defensa del nuevo país, planteaban una postura pro-africanista y se mostraban dispuestos a dimitir y poner los cargos a disposición de la Santa Sede por si estos debían ser encargados a obispos nativos. En la introducción a los párrafos extractados de esta pastoral, *Vida Nueva* advertía que el episcopado, la “Iglesia oficial”, había reaccionado tarde frente al salazarismo en comparación con los gestos de la Iglesia misionera.

La independencia de las colonias era imparable y la línea editorial era claramente favorable a la libertad de los pueblos africanos. No obstante, también se mostraba la preocupación por los portugueses blancos residentes en estos territorios. Su futuro estaba abocado a cooperar con los africanos o a abandonar estas tierras⁵⁴.

⁵¹ P.M.L., “Colonias portuguesas”, *Vida Nueva* 941 (13 de julio de 1974): 16-18.

⁵² “Treinta y cuatro misioneros expulsado de Mozambique analizan la nueva situación del país y reiteran sus compromisos de servicio al pueblo mozambiqueño”, *Vida Nueva* 943 (27 de julio de 1974): 16-18.

⁵³ “Mozambique. Dispuestos a dimitir en pleno, si lo pide el bien de la Iglesia”, *Vida Nueva* 954-955 (2-9 de noviembre de 1974): 23-26.

⁵⁴ “La tribu blanca de Mozambique”, *Vida Nueva* 947 (14 de septiembre de 1974): 35.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

3.4. La dimisión de Spínola

El general Spínola dimitió el 28 de septiembre de 1974 tras el fracaso de la manifestación de la “mayoría silenciosa”, un intento de reconducir el proceso revolucionario hacia posiciones más conservadoras y alterar el modelo de descolonización. Poco antes, en agosto, la revista ya había informado sobre las diferencias entre el general y el MFA⁵⁵. Mientras que los militares defendían una descolonización inmediata, el presidente de la República pretendía desarrollar las tesis federalistas contenidas en su obra *Portugal y el futuro*.

Tras su dimisión, Spínola fue calificado por *Vida Nueva* como un hombre íntegro y patriota, aunque significativamente más patriota que demócrata. Su intento de frenar a la izquierda, de acuerdo con el articulista Miguel Mateos, comenzó a ser visto “con ojos críticos” por el pueblo portugués. Portugal contaba con el “gobierno más izquierdista” de Europa. El partido comunista, que había resistido soterrado durante el salazarismo, era la fuerza política más importante y el riesgo para la estabilidad del país era que no existían otros partidos con los medios, la organización y los afiliados del comunismo. La situación, tras la salida de Spínola, era calificada como “preocupante” ante la delicadeza de la democracia recién reconquistada⁵⁶. Sin embargo, semanas después, el mismo periodista destacaba aspectos positivos de la nueva realidad política como el respaldo internacional al nuevo Portugal representado en la intervención del presidente del país, general Costa Gomes, ante la Asamblea General de las Naciones Unidas. Frente al antiguo aislacionismo salazarista el nuevo régimen recibía el apoyo de la casi totalidad de las naciones del mundo. Portugal dejaba de despertar “desprecio, recelo y animadversión” en la comunidad internacional⁵⁷.

En diciembre *Vida Nueva* destacaba, en su resumen de los hechos más relevantes del año 1974, el cambio histórico que estaba experimentado Portugal y señalaba que la Iglesia se había visto sorprendida “por la brusquedad de los acontecimientos”⁵⁸. Sin embargo, la revista también resaltaba el papel que el cristianismo de base, en comparación con la actitud pasiva de la mayoría de la jerarquía eclesiástica, había jugado en la lucha por la independencia de las colonias portuguesas:

La Iglesia, sobre todo una Iglesia de la base: misioneros y católicos inquietos habían preparado con su denuncia, sufrimiento de torturas, expulsiones, etc., una necesidad y un derecho de su pueblo. La gran mayoría de la Jerarquía no supo verlo a tiempo. A “posteriori” en un escalofriante documento los obispos hacen balance de la situación, entonan su “mea culpa” y ponen a disposición de la Santa Sede sus diócesis. En África se sigue viviendo en carne viva el cristianismo.⁵⁹

Como se ha señalado, tras la deriva comunista de la revolución, a lo largo de 1975 la Iglesia católica sufrió ataques como la ocupación de *Rádio Renascença*, la quema de publicaciones o el asalto de algunas a residencias eclesiásticas. Grupos de católicos, con el apoyo no explícito de las jerarquías,

⁵⁵ “Spínola en desacuerdo con sus capitanes”, *Vida Nueva* 944 (3-10 de agosto de 1974): 33.

⁵⁶ Miguel Mateos, “Portugal: rumbo inequívoco hacia la izquierda”, *Vida Nueva* 951 (12 de octubre de 1974): 33-35.

⁵⁷ Miguel Mateos, “La ONU aplaude a Portugal”, *Vida Nueva* 953 (26 de octubre de 1974): 32.

⁵⁸ *Vida Nueva* 962, (28 de diciembre de 1974): 9.

⁵⁹ *Vida Nueva* 962 (28 de diciembre de 1974): 15.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

protagonizaron movilizaciones en el país en apoyo de la Iglesia y en contra el comunismo y el gongalvismo. *Vida Nueva* denunció los riesgos de una división política que podía generar un conflicto religioso y rechazó el uso de la motivación religiosa como forma de manipulación⁶⁰.

Conclusiones

Mientras *Ecclesia* se limita fundamentalmente a reproducir la voz del episcopado portugués, una voz favorable a la transición democrática, a través de la publicación de sus notas y cartas pastorales, *Vida Nueva* realiza valoraciones sobre el papel de la Iglesia durante el salazarismo y ante el proceso revolucionario. También contempla análisis políticos sobre el impacto de la revolución en nuestro país. Frente a la asepsia informativa de la revista del episcopado español, *Vida Nueva*, exponente de las corrientes eclesiales más renovadoras o progresistas, mostró su claro respaldo al proceso de cambio iniciado en Portugal destacando el papel de la Iglesia de base, especialmente el de los misioneros en las colonias africanas, en su defensa de las libertades y los derechos humanos durante el caetanismo frente a la pasividad de la mayoría de las jerarquías eclesiásticas. El ejemplo portugués, reconociendo todas las diferencias entre los países ibéricos, se mostraba como la vía a seguir por España. La situación de la Iglesia portuguesa, valorada como una institución desprestigiada por su colaboración con el salazarismo y el caetanismo, era un buen indicador para la Iglesia española ante su futuro si no continuaba con su proceso de desvinculación con el régimen franquista iniciado fundamentalmente a partir del ascenso del cardenal Tarancón a la presidencia de la Conferencia Episcopal Española. En definitiva, la revolución portuguesa tuvo su influencia en el catolicismo nacional, tanto en las jerarquías eclesiásticas, porque estas pudieron comprobar otro ejemplo de la necesidad de despegarse del Estado franquista para no recibir acusaciones de servidumbre, como en los sectores progresistas que vieron materializadas en el país vecino sus ansias como oposición política.

Bibliografía

- Aires Oliveira, Pedro. 2007-2008. "Adrian Hastings e Portugal: Wiriya e outras polémicas" in *Lusitania Sacra* 19-20: 379-397.
- Almeida, João Miguel. 2008. *A oposição católica ao Estado Novo 1958-1974*. Lisboa: Nelson de Matos
- Barrera, Carlos. 2001. "Revistas católicas y conflictos con el poder político en el tardofranquismo" in *Anuario de Historia de la Iglesia*, 10: 101-142.
- Braga da Cruz, Manuel. 1996-1997. "A Igreja na Trasição democrática portuguesa" in *Lusitania Sacra* 8/9: 519-536.
- Brandão, Pedro Ramos. 2002. *Salazar-Cerejeira, A "Força" da Igreja, Cartas do Cardeal-Patriarca ao Presidente do Conselho*. Alfragide: Casa das letras.
- Brandão, Pedro Ramos. 2006. "Igreja Católica e Estado Novo, Moçambique 1969/1974" in *Latitudes* 27: 87-91.

⁶⁰ Yolanda Cagigas Oejo, *La revista Vida Nueva (1967-1976)...*, 333-335. Cf. "¿Cruzada en Portugal?", *Vida Nueva* 994 (23-30 de agosto de 1975): 5; Antonio Pelayo, "Un conflicto político con riesgo de convertirse en conflicto religioso", *Ibidem*: 14-17; y Antonio Alferez, "Clamor anticomunista en Portugal, mientras las diferencias en los militares se agravan", *Ibidem*: 32.

La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas *Ecclesia y Vida Nueva* (1974)

- Cagigas Ocejó, Yolanda. 2005. "La revista *Vida Nueva* y el proceso de independencia de la Iglesia española respecto al Estado (20-XII-1973/ 21-XII-1974)" in *Actes del Congrés La Transició de la dictadura franquista a la democràcia*. Barcelona: CEFID, 32-47.
- Cagigas Ocejó, Yolanda. 2007. *La revista Vida Nueva (1967-1976). Un proyecto de renovación en tiempos de crisis*. Pamplona: Eunsas.
- Carandell, Luis y Barrenechea, Eduardo. 1974. *Portugal, Sí*. Madrid: Cuadernos para el Diálogo.
- Ribeiro, Nelson. 2000. "A Rádio Renascença na transição de regime: do 25 de Abril ao 25 de Novembro" in *Lusitania Sacra* 12: 267-314.
- Da Cruz, Humberto y Espinar, Carmen. 1974. *Revolución Portuguesa: 25 de abril*. Madrid: Miguel Castellet.
- De la Torre Gómez, Hipólito y Sánchez Cervelló, Josep. 1992. *Portugal en el siglo XX*. Madrid: Istmo.
- De Sousa Franco, A. 1988. "La Iglesia y el poder (1974-1987)" in *Revista de Estudios Políticos* 60-61: 389-412.
- González Sáez, Juan Manuel. 2013. "Visiones de la transición portuguesa desde el búnker franquista: La revista *Fuerza Nueva* y la revolución de los claveles (1974)" in *Historia Actual Online* 32: 107-117.
- Guerra, João Paulo. 2009. *Descolonização portuguesa. O regresso das Caravelas*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Iribarren, Jesús (ed.). 1984. *Documentos de la Conferencia Episcopal Española, 1965-1983*. Madrid: BAC.
- Jiménez, Juan Carlos. 2009. *España y Portugal en transición, Los caminos a la democracia en la Península Ibérica*. Madrid: Sílex.
- Martín de Santa Olalla, Pablo. 2005. "La iglesia y las transiciones a la democracia en España y Portugal. Un estudio comparado" in *Actes del Congrés La Transició de la dictadura franquista a la democràcia*. Barcelona: CEFID, 208-219.
- Moreira Azevedo, Carlos A. 1994. "Perfil biográfico de D. Sebastião Soares de Resende" in *Lusitania Sacra* 6: 391-415.
- Palacios Cerezales, Diego. 2002. "Reacción popular violenta y Estado revolucionario. El «verano caliente» portugués de 1975" in *Historia y Política* 7: 211-248.
- Sánchez Cervelló, Josep. 1995. *La revolución portuguesa y su influencia en la transición española, 1961-1976*. Madrid: Nerea.
- Sánchez Cervelló, Josep. 2002. "Las transiciones peninsulares a la democracia: interacciones y percepciones mutuas" in *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la historia*, editado por Hipólito De la Torre y António José Telo, Mérida: Junta de Extremadura, 143-160.
- Sánchez Cervelló, Josep. 2007. "La interrelación entre Portugal y España durante la consolidación democrática" in *Res-Pública* 5-6: 47-58.
- Soares, Mário. 1973. *Portugal. La lucha por la liberación*. Caracas: Monte Ávila Editores.
- Spínola, António. 1974. *Portugal y el futuro*. Barcelona: Planeta.
- Talón, Vicente. 1974. *Portugal, ¿golpe o revolución?*. Madrid: CVS Ediciones.
- Telo, António José. 2007. *História contemporânea de Portugal, Do 25 de abril à actualidade*. Lisboa: Presença, vol 1.

Impacto del 25 de abril en dos diarios de provincia: *la Voz de Asturias* y *la Nueva España*

Miguel Ángel Pérez Suárez

IHC-FCSH-UNL

En la prensa diaria de Oviedo (Asturias) la caída de la dictadura portuguesa recibió una amplia cobertura marcada por el interés general de la opinión pública española sobre el golpe de estado. Sin embargo los dos periódicos estudiados mostraron informaciones y puntos de vista muy diferentes sobre los acontecimientos de marzo y abril de 1974.

Este artículo tiene por base una pequeña investigación llevada a cabo hace casi quince años, cuando realicé un trabajo sobre el impacto del 25 de abril en la prensa regional ovetense en el ámbito de un seminario sobre la transición a la democracia en España impartido por el Profesor David Ruíz González y que dio pie a una presentación mía sobre la revolución portuguesa de 1974-75. Debido a la escasez de tiempo la pesquisa se redujo al tratamiento del “golpe de Caldas”, el 16 de marzo de 1974, y al 25 de abril y los días inmediatamente posteriores, hasta las manifestaciones del 1º de mayo. El trabajo que presentamos está más limitado todavía por las dificultades, en aquel momento no superadas, que se presentaron para consultar las colecciones microfilmadas del otro diario ovetense existente en la época, *Región*, connotado con los sectores más ultras del régimen. Cabe señalar la notable variedad de cabeceras de la prensa asturiana en la época en comparación con los días de hoy, con apenas dos diarios en la práctica – *La Nueva España*, de Oviedo, y *La Voz de Avilés* y *El Comercio*, de Gijón, estos dos con contenidos compartidos.

Nuestro objetivo fue el de intentar entender cómo se asistió desde estos periódicos regionales a la caída de la dictadura en Portugal, considerando aquellos dos momentos históricos: los golpes de 16-3-1974 y 25-4-1974. De los dos periódicos estudiados podemos considerar que uno de ellos, *La Voz de Asturias* (LVA), está más identificado con los ambientes más aperturistas en el final de la dictadura, mientras que *La Nueva España* (LNE) es mucho más oficialista, pues se trata del órgano de Falange en Asturias. En relación a los acontecimientos de Portugal ambos diarios contienen elementos de interés, manifestándose unas pautas de análisis político comprensibles para cada medio.

LVA fue un diario publicado en Oviedo entre 1923 y 2012. Fundado por la familia Tartiere, en su última etapa formó parte del grupo Zeta, a partir de 1986, y Mediapubli, en 2010, abriéndose una etapa en la que el periódico asturiano era vendido junto al diario *Público* en la región. Tradicionalmente gozó de una imagen más progresista que la de su otro congénere, LNE. LVA dejó de publicarse definitivamente en marzo de 2012.

La historia de LNE, en la actualidad el periódico regional de referencia, es más épica. El rotativo es fundado con la victoria en la capital asturiana del alzamiento del coronel Aranda en julio de 1936 y la

Impacto del 25 de abril en dos diarios de provincia: *la Voz de Asturias* y *la Nueva España*

incautación del diario socialista regional *Avance*, que tenía sus instalaciones en la capital rebelde. El aparato técnico es tomado por la Falange Española, que deja su marca en la cabecera del nuevo periódico¹.

LNE será dirigida por Francisco Arias de Velasco (un periodista de militancia falangista) desde su fundación hasta 1964, siendo el órgano regional del Movimiento hasta el final de la dictadura. En 1984 fue adquirido por el grupo Prensa Ibérica, dentro del proceso de privatización de la empresa Prensa del Movimiento.

Es difícil retirar conclusiones globales de una pesquisa tan reducida, aunque llama la atención la amplia cobertura de los acontecimientos de la primavera de 1974 en Portugal, algo que autores relacionados con el asunto destacan². Podemos afirmar que el nivel de información recibido por los lectores de estos periódicos es abundante y, en general de bastante calidad. Un elemento que destaca en especial son el conjunto de piezas periodísticas producidas por Juan Ramón Pérez-Las Clotas que, como veremos, fue enviado especial de la agencia Pyresa (de Prensa del Movimiento) a Portugal después del 25 de abril. En los días siguientes al golpe de los capitanes este periodista produce, como veremos, una serie de crónicas poco simpáticas a la nueva situación creada en el país vecino, en un tono que parece cambiar positivamente en los reportajes sobre el 1 de mayo en Lisboa. Sería importante poder comprender esta alteración en un contexto más global –la prensa del franquismo final y su tratamiento del proceso revolucionario portugués– pero, como ya señalé previamente, las limitaciones para esta investigación fueron diversas y ya justificadas.

El 16 de marzo de 1974

El llamado golpe de Caldas da Raíña, que mes y medio antes del 25 de abril pone encima de la mesa la crisis que el régimen dictatorial portugués vivía, despierta la curiosidad de los medios y del gran público internacionalmente y en particular en España. Sin pretender ser exhaustivos en el asunto, el movimiento es una reacción a la destitución de los generales Spínola y Costa Gomes de jefes de Estado Mayor y apenas cuenta con el apoyo del Regimiento de Infantería nº 5 de Caldas de Raíña, a 80 km. al norte de la capital (otros regimientos comprometidos acaban por no sublevarse). Los insurrectos envían una columna de tropas que no llega a entrar en Lisboa, deponiendo su actitud pocas horas después.

En las páginas de los dos periódicos las noticias acerca de este movimiento militar ocupan un espacio importante. En LVA la situación portuguesa ocupa la cabecera superior del periódico el día 17, pero ya el 16, antes de producirse el golpe, LVA informa de la destitución de los dos generales y afirma que “nadie se atreve a pronosticar lo que pueda ocurrir en los próximos días y semanas”. Efectivamente, se trataba de apenas horas.

¹Sobre la creación del periódico *La Nueva España*, ver Álvaro Fleites Marcos: “*La Nueva España*, los inicios de la prensa del Movimiento en Asturias (1936-1939)” in *El Argonauta español* [En línea], 6 | 2009, creado el 15 de enero de 2009, consultado el 8 de enero de 2014. URL: <http://argonauta.revues.org/760>

²Sobre el impacto de la revolución portuguesa en la prensa española ver: Lemus, E. 2010. “«Lo que no debe ser»: la revolución portuguesa en la prensa española” in Lemus, Rosas y Varela (coord.)– *O fim das ditaduras ibéricas (1974-1978)*. Sevilla y Paço d’Arcos: CEA y Pluma, (pp. 63-86)

Impacto del 25 de abril en dos diarios de provincia: *la Voz de Asturias* y *la Nueva España*

En su número del día 17 LVA informa de los acontecimientos y de las reacciones en la prensa internacional, haciendo referencia a la delicada situación en que se encuentra Spínola. En un texto más amplio de Manuel Leguineche³ se hace un análisis más encuadrado, recogiendo opiniones de Raúl Rego (director del diario *República* de Lisboa y destacado militante de la oposición) y del rigor aplicado por la censura en Portugal.

El 19 de marzo LVA informa del fin del estado de alerta en el país y publica un nuevo texto de Leguineche en el que analiza la figura del general Spínola, especulándose sobre la situación de crisis de la dictadura y la capacidad del general para alcanzar una solución política para la guerra colonial. Leguineche insiste en la importancia de las tesis de Spínola expresadas en *Portugal e o futuro*⁴, lo que ya había hecho en su texto del día anterior. El 20 se publica una entrevista de Leguineche a Spínola, en la que el militar niega cualquier relación de su libro con el golpe y rechaza la existencia de fracturas dentro del ejército. La referencia a la obra de Spínola se repite en otro texto en que se informa de destituciones en las fuerzas armadas.

El “golpe de caldas” también ocupa un espacio importante en LNE. El 17 el movimiento ocupa una buena parte de la portada y se publica un largo artículo sobre la noticia de Juan Ramón Pérez-Las Clotas (PC). Es un texto interesante que hace referencia a la situación de los oficiales de carrera frente a los “milicianos” como origen del movimiento. Se transmite una idea de tranquilidad, destacando que no se nota presencia de soldados en la calle, pues “no habría razón para otra cosa”. El tono del periodista es claramente próximo al poder constituido.

En día 19 LNE publica dos artículos, uno de José Rey y otro de PC. José Rey reflexiona sobre el significado del golpe, intentando analizar su verdadero significado y su real dimensión, asumiendo que la situación del país es contradictoria. PC caracteriza el fracasado golpe como una aventura: “en Portugal esto es evidente, y fuera (de Portugal) esto no lo es porque los corresponsales no diferencian realidad de sus deseos”. Refiriendo las relaciones privilegiadas entre Spínola y el grupo CUF⁵, PC cree no equivocarse si dice que la tentativa es “un sintomático intento de desengancharse del régimen por parte del neocapitalismo y la burguesía llegada al capital internacional moderno”. Sin embargo, “lo único cierto a esta altura es que el ejército permanece con la firmeza y cohesión de siempre, derivada del exclusivo sentimiento de ser el último bastión de la independencia lusitana”⁶.

El 25 de abril

La información sobre la caída de Marcelo Caetano ocupa la totalidad de la primera página de LVA el 26 de abril. De hecho lo único que diferencia a LVA de cualquier diario portugués es el idioma en el que

³ Con base en su trabajo de corresponsal en Portugal, M. Leguineche escribió *Portugal: la revolución rota*. (Madrid: Felmar, 1976), uno de los mejores análisis producidos en España sobre la revolución portuguesa.

⁴ António de Spínola. 1974. *Portugal e o futuro*. Lisboa: Arcádia.

⁵ El grupo CUF (Companhia União Fabril) era uno de los mayores grupos financieros en Portugal en la época. Ligado a la familia Mello, sus intereses abarcaban un abanico diversificado de sectores económicos como la construcción naval, industria química, banca y seguros e intereses coloniales.

⁶ J.R. Pérez-Las Clotas, “La marcha de los 200: una aventura irresponsable”, *LNE*, 19-3-1974.

Impacto del 25 de abril en dos diarios de provincia: *la Voz de Asturias* y *la Nueva España*

están escritos. Los titulares son: “Golpe de estado en Portugal – los militares se hacen cargo del poder – se celebrarán elecciones para elegir una asamblea constituyente”. En el interior se dedican dos páginas en las que se relatan los pormenores del golpe y analizan las implicaciones del golpe para los conflictos armados en África.

Manuel Leguineche analiza el papel de los militares intermedios. El autor ve en él un síntoma de la descomposición del ejército, y las contradicciones que ella puede generar, destacando el contraste entre las posiciones de Spínola moderado y una oficialidad probablemente mucho más radicalizada⁷.

El 27 Portugal vuelve a ocupar la casi totalidad de la portada del rotativo, haciéndose de nuevo referencia a la promesa de celebración de elecciones libres, y a la disolución de los Tribunales Especiales y la autorización de formación de asociaciones políticas, “embriones de partidos políticos”.

En un artículo⁸ con profundidad Manuel Leguineche analiza los acontecimientos militares y refiere la reacción popular favorable al golpe, “signos de victoria trazados con los dedos, grupos que gritan ‘viva la libertad’”. Refiere enfrentamientos entre manifestantes y fuerzas del orden en Oporto, una alusión segura a la tentativa de linchamiento sufrida por miembros de la PSP (Policía de Seguridad Pública) en aquella ciudad. En su editorial el periódico se analizan las primeras medidas del nuevo régimen, como la disolución del antiguo partido único (Acción Nacional Popular) y la policía política (Dirección General de Seguridad, heredera de la antigua PIDE, Policía Internacional y de Defensa del Estado), señalándose las dificultades que tendrá el nuevo gobierno para implantar un régimen parlamentario y obtener el apoyo de las poblaciones de colonos y del ejército en África.

El 28 el “golpe de los capitanes” continua siendo tema de portada. En el interior del periódico se informa de que la Junta de Salvación Nacional (JSN), la junta militar que asume el poder tras el golpe, acepta el principio de autodeterminación para los territorios africanos, de la llegada de Mário Soares⁹ y de la detención de agentes de la extinta PIDE. El 30 LVA informa también de que el 1º de mayo ha sido declarado festivo, mientras Portugal sigue siendo un tema principal.

Efectivamente LVA publica crónicas interesantes de las manifestaciones del día del trabajo en su número del 2-5-1974. “La gran mayoría (...) ha estado en la calle porque tenía razones para sentirse contenta, había una sensación profunda de libertad”. Los discursos de los líderes políticos como Pereira de Moura, Mário Soares y Álvaro Cunhal. La llegada del líder del PCP había sido noticiada en el número del día 1.

El golpe de estado también ocupa buena parte de la portada de LNE el 26-4-1974, y publica en su interior, en una página casi completa informaciones sobre el golpe y sobre el impacto de éste en ambientes internacionales (Naciones Unidas, países del Tercer Mundo, Departamento de Estado de

⁷ Manuel Leguineche: “Los mandos intermedios, autores del golpe”. LVA, 26-4-1974.

⁸ Manuel Leguineche: “Así se puso en marcha el golpe”. LVA, 27-4-1974.

⁹ Mario Soares (1924) será una de las figuras más destacadas de la vida política democrática en Portugal, ocupando los cargos de primer ministro (1976-1978 y 1983-1985) y de presidente de la República (1986-1996).

Impacto del 25 de abril en dos diarios de provincia: *la Voz de Asturias y la Nueva España*

EEUU). El autor del texto es Félix Ortega. Al día siguiente la información aumenta en cantidad, en la que empieza a sobresalir la afilada pluma de PC contra la nueva situación portuguesa.

En un texto de grandes dimensiones, de más de media página, PC analiza el ambiente de la calle tras el golpe en la que encuentra “curiosidad”, y habla de “manifestaciones de grupos aislados de mozalbetes”, y de “aplausos aislados al ejército” (i). Según PC,

(...) cautela, escepticismo y distanciamiento parecen resumir, pues, la actitud del hombre de la calle ante unos acontecimientos que sin duda le han cogido desprevenido y de los que, hasta ahora, solo ha sido capaz de percibir su aspecto puramente formal y retórico, tan propenso a la mentalidad lusitana.

Es un análisis bastante extraño del ambiente festivo vivido en los días posteriores al 25 de abril y del que disponemos de numerosísimos testimonios escritos y audiovisuales¹⁰. Más adelante PC insiste en esta idea, con la afirmación de que “difícilmente ningún (régimen) como el que ahora se inaugura haya surgido nunca tan carente de fervores populares”¹¹, a la que podemos contraponer los documentos ya referidos.

Sigue en el número del día 28 la labor informativa de PC. Así, califica a la CDE¹² de “grupo de juristas de clara significación marxista” y se refiere al Partido Socialista (PS), en lo que parece una errata grosera, como el “único grupo coherente capaz de presentar una ejecutoria de lucha contra el régimen fenecido”, una descripción que sería mucho más lógica si se refiriese al PCP. Termina el artículo con una predicción premonitoria sobre las grandiosas manifestaciones que se preveían el 1 de mayo: “Las llamadas a una masiva concentración popular el próximo día primero de mayo (...) no parecen demasiado inquietantes, a poco que se observe el talante de quienes distribuyen octavillas por las calles lisboetas (...) hijos de papa en trance revolucionario”¹³.

Este tono se va a mantener en las crónicas de PC en los días siguientes, y solamente se altera después de las manifestaciones del 1-5-1974. Así, sobre la llegada de Mário Soares escribe que fue recibido por unas 8.000 personas, con “puños en alto, no muchos, desde luego” y afirma, contra lo que suele ser habitual, que el líder del PS “en sus improvisadas palabras dio la impresión de un político sin gana especial y, desde luego, carente de unos firmes y concretos criterios ante una situación que ya está perfectamente clara”. Refiriéndose a la eventual entrada en el gobierno de la antigua ala liberal de la ANP, considera que sería

una sorpresa que solo puede engañar a quienes, cegados por el espectáculo puramente folclórico de unos cientos de muchachos vocingleros y alborotadores, han creído poco menos que ver en la pintura de unos

¹⁰ A título de ejemplo, el filme *As armas e o povo* (Sindicato dos Trabalhadores da Produção Cinemato-gráfica e da TV, 1975) recoge grabaciones entre el 25 de abril y el 1 de mayo de 1974. Puede verse en: <http://www.youtube.com/watch?v=sL4NACJT1bk>. Consultado el 10-1-2014.

¹¹ J.R. Pérez-Las Clotas, “Golpe de estado en Portugal”, *LNE*, 27-4-1974.

¹² Las CDE (Comisión Democrática Electoral) fue una plataforma que reunió, a nivel de distrito, a sectores diversos de la oposición democrática a la dictadura en las aperturas electorales de 1969 y 1973. Después del 25 de abril se constituyó como partido político con la designación Movimiento Democrático Portugués, guardando la anterior sigla (MDP-CDE)

¹³ J.R. Pérez-Las Clotas, “La situación en Portugal”, *LNE*, 27-4-1974.

Impacto del 25 de abril en dos diarios de provincia: *la Voz de Asturias y la Nueva España*

letreros sobre las paredes y en la exhibición de media docena de banderas rojas la apertura de una drástica e irreversible revolución socialista¹⁴

Los comentarios sobre el regreso de Álvaro Cunhal a Lisboa, bajo la firma “por un corresponsal de la agencia EFE”, parecen como que escritos por la misma mano: “Cunhal se muestra viejo y trasnochado, y repite monótonamente los tópicos oídos una y mil veces”¹⁵. Por lo menos, y en lo que a la gran mayoría del público portugués se refiere, esos tópicos constituían una novedad política absoluta.

Solo el día 2-5-1974 los lectores de LNE encuentran una información más veraz y menos sesgada de los desarrollos del final de la dictadura en Portugal. Así, leemos en la primera página: “Sin miedo y sin ira – Portugal celebró con júbilo la victoria”. En un artículo firmado por PC se afirma que “decididamente el pueblo portugués ha dicho hoy sí al movimiento triunfante” en las manifestaciones del día del trabajo, que congregaron al pueblo que “en pleno ha salido a la calle en una celebración jubilosa de la victoria”. Aunque confunde el “primero de mayo rojo” de las pintadas del MRPP¹⁶ con el que la Intersindical organiza, describe éste último como “una fantástica romería popular”, un “espectáculo emocionante y conmovedor”¹⁷. Finalmente, parece que el *pathós* revolucionario del post 25 de abril llegó a contagiar a PC ...

Pérez-Las Clotas en el “país del fado”, o cómo ser periodista del Régimen

Debo confesar que lo más significativo de este trabajo de investigación fue el depararme con los artículos de PC. Intenté continuar la investigación en torno a otras fechas relevantes de la Revolución Portuguesa (11-3-1975, 25-11-1975) pero las informaciones publicadas ni eran muy consistentes ni contenían la sorpresa que me había producido la producción de PC. De hecho, en marzo de 1975 el corresponsal de servicio para la LNE en Lisboa era Fernando Jáuregui, y no PC. Pero ya en aquellos días de 1997 de terminar la licenciatura encontré en la LNE un artículo de PC: un ataque al político y ex-presidente de la República Española don Manuel Azaña¹⁸, que eliminaba cualquier posible duda sobre las posiciones políticas del periodista.

Poco antes de su desaparición, y en el marco de una serie de historias de vida publicadas en LNE, PC dedicó una larga entrevista a su periódico predilecto en la que abordaba su trayectoria profesional¹⁹. Durante cuatro días los lectores pudieron conocer al personaje con calma, en un documento en que parece dominar la comodidad (el “à vontade” del portugués) y donde PC vuelve a referirse a la Revolución Portuguesa con la falta de tacto y de conocimiento que ya hemos referido. La serie se inicia

¹⁴ J.R. Pérez-Las Clotas, “Multitudinario recibimiento al líder socialista Mario Soares”, *LNE*, 30-4-1974.

¹⁵ “Portugal: el poder en manos de los militares jóvenes”. *LNE*, 1-5-1974.

¹⁶ El MRPP (Movimiento Reorganizativo del Partido del Proletariado) fue uno de los grupos más relevantes de la extrema izquierda maoísta.

¹⁷ J.R. Pérez-Las Clotas, “Portugal celebró con júbilo la victoria”, *LNE*, 2-5-1974.

¹⁸ J.R. Pérez-Las Clotas, “Azaña, o la izquierda pura y dura”, *LNE*, 26-12-1997.

¹⁹ J. Morán: “J.R. Pérez-Las Clotas: Cuando no había noticias, la consigna era: Pues nada, palo a Rusia”. (Serie de cuatro entrevistas publicada en LNE), *LNE*, 15 al 18-8-2010. Disponible en internet en www.lne.es. (consultado a 10-10-2010).

Impacto del 25 de abril en dos diarios de provincia: *la Voz de Asturias* y *la Nueva España*

con el título “Cuando no había noticias, la consigna era: Pues nada, palo a Rusia” y un retrato de PC en su domicilio, al lado de una fotografía del dictador Francisco Franco.

PC aborda los orígenes de su familia y su infancia, marcada por la Comuna asturiana de octubre de 1934 y la guerra civil española, sus estudios de derecho y periodismo en los años cuarenta y el inicio de una carrera en los medios de comunicación en la que destaca su paso por LNE.

Fue director de LNE entre 1964 y 1966, donde había sucedido al director-fundador, el falangista Francisco Arias de Velasco, pero un pequeño escándalo de sociedad le costó el puesto y acabó como corresponsal a Portugal. En Lisboa, según sus recuerdos, hizo algunos trabajos periodísticos acompañando la vida cultural y los medios monárquicos españoles, y algo la realidad portuguesa, y permaneció allí hasta 1968, regresando en la época de la revolución. Habla de su paso por la Cuba revolucionaria del inicio de los años setenta y de su experiencia como director del periódico entre 1964 y 1966.

Sobre la Revolución Portuguesa, y después de desmentir su genuino carácter revolucionario por la ausencia de acciones violentas, afirma:

Evidentemente aquel movimiento revolucionario estuvo impulsado por la CIA para cargarse a Marcelo Caetano (...) El salazarismo estaba en situación agónica y solo había que darle un empujón, y lo dio la CIA, pero no contó con el huésped, el Partido Comunista, cuyo aparato se movió y ocuparon e poder a través de militares como Saraiva de Carballo (sic). Pero el PC enseguida fue desalojado del poder²⁰.

En la parte final refiere su paso por el *Alerta* de Santander, un periódico semejante a LNE, otro órgano de la Prensa del Movimiento, y dónde comenta su pésima relación con el colectivo de trabajadores y periodistas, que le habrá llevado a ciertas dependencias (“Antes de entrar cada día en la redacción me decía: a ver que me espera hoy, y me tomaba un Valium”²¹). Y habla de una supuesta purga como director de ese periódico tras la victoria del PSOE el 28-10-1982. Concluye la larga entrevista: “No recibí ninguna condecoración u honor del franquismo, pero he de decir que debo mi carrera profesional a mi trabajo y a las circunstancias del régimen, y que no he abdicado de mis banderas”²².

No tenemos ninguna duda sobre ese particular, a excepción de su capacidad de dedicación profesional al periodismo, que parece discutible a la luz de sus piezas sobre el 25 de abril. Juan Ramón Pérez-Las Clotas murió en Gijón en febrero de 2012.

Fuentes primarias

La Nueva España: Marzo y abril de 1974.

La Voz de Asturias: Marzo y abril de 1974.

Bibliografía

²⁰ Idem, 17-8-2010.

²¹ Idem, 18-8-2010.

²² Ibidem.

Impacto del 25 de abril en dos diarios de provincia: *la Voz de Asturias* y *la Nueva España*

Fleites Marcos, Álvaro. 2009. “*La Nueva España*, los inicios de la prensa del Movimiento en Asturias (1936-1939)” in *El Argonauta español* [En línea], creado el 15 de enero de 2009, consultado el 8 de enero de 2014. URL: <http://argonauta.revues.org/760>

Fontana, Josep. 1986. *España bajo el franquismo*. Barcelona: Crítica.

Lemus, E.2010. “«Lo que no debe ser»: la revolución portuguesa en la prensa española” in *O fim das ditaduras ibéricas (1974-1978)*, coordinado por E. Lemus, F. Rosas y R. Varela, Sevilla y Paço d’Arcos: CEA y Pluma, (pp. 63-86).

Lemus, E.; Rosas, F., y Varela, R. (coord.).2010. *O fim das ditaduras ibéricas (1974-1978)*. Sevilla y Paço d’Arcos: CEA y Pluma.

Rodrigues, Avelino; Borge, Cesário y Cardoso, Mário.1974. *O movimento dos capitães e o 25 de Abril*, Lisboa: Moraes.

Sánchez Cervelló, Josep.1995. *La revolución portuguesa y su influencia en la transición española (1961-1976)*. Madrid: Nerea.

Santos, Boaventura de Sousa, Cruzeiro, Maria Manuela and Coimbra, Natércia.1997. *O pulsar da revolução: cronologia da revolução de 25 de Abril (1973-1976)* Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa. 2004.*A fita do tempo da revolução* Porto: Afrontamento.

Tuñón de Lara, M et all .1980. “España bajo la dictadura franquista (1939-1975)” in *Historia de España*, dirigida por M. Tuñón de Lara, vol X, Barcelona: Labor.

Tuñón de Lara, M et all .1992. “Transición y democracia (1973-1985)” in *Historia de España*, dirigida por M. Tuñón de Lara, vol XI, Barcelona: Labor.

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

Sergio Sánchez Collantes

Universidad de Burgos

La publicación del libro Portugal e o futuro del general Spínola, el 24 de febrero, fue la chispa que inició los acontecimientos que a lo largo del año se han venido sucediendo en Portugal. El 16 de marzo, una columna motorizada que había partido de Caldas de Rainha inició su marcha sobre Lisboa, pero fue detenida por las fuerzas gubernamentales. Los generales Costa Gomes y Spínola fueron sometidos a arresto domiciliario. El 25 de abril, un golpe de Estado de las Fuerzas Armadas acabó con el régimen salazarista. Antonio de Spínola fue designado primer presidente del nuevo régimen portugués, pero los roces entre los ministros filocomunistas del nuevo gabinete y Spínola provocaron la dimisión de éste el 30 de septiembre, ocupando su lugar Costa Gomes. Con anterioridad se había iniciado la liquidación del imperio colonial portugués.

ABC, Madrid, 29 de diciembre de 1974, p. 131.

1. Introducción

El periódico ABC empezó a publicarse en Madrid en 1903. Setenta años después, sus páginas reflejaron una visión muy particular de la Revolución de los Claveles: la de un diario conservador que, temeroso de la ruptura brusca, asistía a cambios irreversibles en el Sur de Europa mientras el régimen dictatorial del general Franco se desmoronaba. El presente trabajo repasará el tratamiento informativo de los hechos, prestando singular atención a las valoraciones que hicieron los editoriales y algunos de los principales colaboradores. El objetivo es contribuir a enriquecer las visiones que se dieron en la prensa española sobre aquellos sucesos, una temática que ya ha inspirado otros trabajos por lo general breves y relativos a periódicos diferentes (Fernández, 1996; Santos, 1997-1998; Cordero, 2010; Luís, 2009; González, 2013)¹.

ABC, por su larga vida, constituye una fuente hemerográfica muy útil para los estudiosos del periodo contemporáneo. A la edición madrileña original vino a sumarse en 1929 la de Sevilla. Desde sus inicios, cuando todavía era un semanario, el periódico se ha caracterizado siempre por “una orientación ideológica bien definida, monárquica y conservadora” (Desvois, 1977, 19). No por casualidad, en aquellas décadas fue el que presentó una imagen más positiva del rey Alfonso XIII (Montero, Paz y Sánchez, 2001, 102-103). En Madrid únicamente varió ese perfil durante la Guerra Civil, al quedar la capital en manos de los republicanos (Barrera, 2000, 172-173)². Después volvió a recuperar su línea editorial, pero vio limitado su margen de actuación bajo la dictadura e incluso no pudo nombrar

¹La penúltima autora también ha presentado una comunicación sobre el particular en el XII Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación, *Transición democrática y comunicación internacional* (2012), bajo el título “The end of the ongoing revolutionary process. The Portuguese revolution of 1974-1975 in the Spanish press”.

²“(…) En lo venidero, la bandera de la República cobijará cuanto se haga en esta casa. Y ABC será humano, justo, amigo de la libertad y de la democracia, vocero incansable del progreso y ayudador fervoroso de cuanto sea lucha contra los enemigos tradicionales del pueblo”. Sobre esa etapa del diario, hay trabajos específicos (Grégorio, 2007, 433-449).

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

libremente a su director hasta pasados bastantes años³. La propiedad, pese a todo, no sufrió el mismo destino que la de otros colegas, de modo que la familia Luca de Tena continuó siendo la mayor accionista de la empresa (Nieto, 1973, 68).

El hecho de analizar el tratamiento informativo de la Revolución de los Claveles en *ABC* reviste un interés apreciable tanto para la historia española como para la de la recepción internacional de los sucesos ocurridos en Portugal. Es importante recordar la tirada del periódico, que según la OJD (Oficina de Justificación de la Difusión) figuraba en cabeza con sus ediciones de Madrid y de Sevilla. Incluso considerando sólo aquella, se trataba del segundo con mayor tirada, pues rebasaba los 200.000 ejemplares diarios (Nieto, 1973, 127, 136 y cuadro 14)⁴. En otras palabras: sus impresiones o valoraciones sobre los hechos portugueses llegaron a un sector apreciable de la población española. Lo que veremos aquí, a grandes rasgos, es el tratamiento que hizo del ocaso de la dictadura lusitana, del 25 de abril de 1974 y de los primeros momentos de aquella revolución. Todo ello, además, en un momento —el tramo final del franquismo— en el que varios autores han advertido una cierta regresión en los planteamientos editoriales de *ABC*, visible en guiños que, en palabras de Víctor Olmos, hicieron “chirriar los goznes liberales del periódico con inesperados giros a la derecha”⁵.

A finales de los sesenta, Marcelo Caetano remplazó a Salazar al frente de la dictadura portuguesa. Y al comenzar la década siguiente el marcelismo era, de acuerdo con la descripción de Sánchez Cervelló (1995, 1), “un régimen fosilizado”. Los acontecimientos que sobrevinieron en Portugal destilaban una significación extrapolable al caso español, pues a nadie se le escapaban los paralelismos entre las dos dictaduras que, junto con la de Grecia, sobrevivían en la Europa meridional. El responsable del grueso de las corresponsalías telefónicas para *ABC* en ese periodo decisivo, José Salas y Guirior, parecía ser consciente del declive del régimen, a juzgar por las consideraciones que deslizó a veces. Por ejemplo, las que hizo a propósito de las líneas que expuso Caetano en una intervención televisiva: “las ha desarrollado con su característica sonrisa irónica y profesoral. Pero al cabo de cinco años de Gobierno, esa sonrisa aparece gris, borrosa y como cansada”⁶. Así y todo, en dicho contexto la posición moderadamente aperturista de Caetano disfrutaba del beneplácito de la prensa conservadora española (Cordero, 2010, 67).

Aquellos meses de 1974 coincidieron igualmente con una serie de cambios relevantes en la política española. El 20 de diciembre de 1973 ETA había asesinado a Carrero Blanco y, a los pocos días, Arias Navarro lo sustituyó como presidente del Gobierno. Ya que vamos a examinar la prensa, no es baladí recordar que entonces se produjo lo que se ha dado en llamar el “espíritu del 12 de febrero”, que

³ Entre 1940 y 1946 lo fue José Losada de la Torre, que protagonizó diversos enfrentamientos con la empresa que editaba el periódico (Seoane y Saiz, 2010, 258).

⁴ En los años siguientes, no obstante, se produjo un descenso en la tirada (Iglesias, 1980, 447).

⁵ Para ilustrarlo, nada mejor que su postura respecto al golpe de Estado de Pinochet, tomando “decidido partido por los golpistas” (Olmos, 2002, 429 y 438).

⁶ *ABC*, Madrid, 2 de octubre, 1973, 32. Aunque se trata del corresponsal más activo en estos meses, ocasionalmente aparecieron otros colegas y el diario también recurría a la agencia Efe (un ejemplo, en *ABC*, Madrid, 19 de febrero, 1974, 24).

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

comportaba un programa de tímida reforma gradual frente al mero continuismo. Se trata de otro paralelismo con Portugal, donde Caetano, siquiera en teoría, deseaba una “actualización del régimen” (Sánchez, 1997, 12). En el ámbito que nos ocupa, el periodístico, ese cambio se tradujo en el nombramiento de Pío Cabanillas como ministro de Información y Turismo, un fraguista que, en palabras de Moradiellos, eliminó “prácticamente todo resto de censura en la prensa” (Moradiellos, 2000, 184-185). Naturalmente, ello no significó plena libertad ni un abandono de la brutalidad y la represión (Puig Antich fue ejecutado en marzo de 1974). De hecho, limitando el análisis a la prensa, hay quienes resumen el primer Gobierno de Arias diciendo que “atravesó momentos de luces y sombras, de avances y retrocesos” (Castro, 2010, 151).

1. Visiones de una situación insostenible

La incapacidad de la dictadura portuguesa para hallar una salida a la guerra colonial fue generando un malestar progresivo que en los inicios de 1974 resultaba clamoroso. Ese conflicto absorbía la mitad de los presupuestos del Estado y la desmoralización cundía entre los militares, aumentando igualmente las desertiones (Sánchez, 1997, 11, 13 y 16). La solución parecía complicada y así lo manifestó *ABC* en las referencias que hizo del conflicto. A propósito de Guinea-Bissau, por ejemplo, sentenciaba en 1973: “la lucha de guerrillas es irreprimible”⁷. Y el corresponsal José Salas, a quien otros periodistas han considerado “uno de los personajes mejor informados de lo que ocurrían en la sociedad lusa” (Cernuda, Jáuregui y Menéndez, 2001, 75), no dejó de justificar el descontento de los ciudadanos: “como esa empresa no es barata, ni mucho menos, resulta lógico y natural que la población civil y metropolitana, pagadora de pertrechos y abastos, se resienta y se duela de tales gastos”. Porque, al fin y al cabo, semejante desembolso se notaba en los demás ámbitos: “todos los problemas y deficiencias que el país tiene en el aspecto económico, así como sus derivaciones en cuanto a salarios, urbanismo, sanidad, educación, previsión social, etc., se achacan a la cuestión ultramarina”⁸.

Salas afirmaba que el ultramar portugués ni siquiera había sido rentable en el pasado, y que ahora condicionaba el desarrollo metropolitano. Y no sólo por el gasto militar: “el formidable impulso que se está dando al nivel de vida en aquellas zonas sigue siendo lo suficientemente costoso como para agilizar el impulso del progreso portugués”⁹. Tampoco dejó de aludir a la disyuntiva que tenían que afrontar los jóvenes que llegaban a la edad del reclutamiento, con una situación ultramarina que no era “rica en atracciones”, por lo que muchos emigraban o desaparecían. A los españoles nacidos en Portugal que rehusaban el servicio militar se les negaba el permiso de residencia y el corresponsal lamentó la incompreensión de ciertos medios que los veían como traidores¹⁰.

En tales circunstancias, José Salas no dudó en alabar la “enorme capacidad dialéctica” del

⁷ *ABC*, Sevilla, 27 de enero, 1973, 30.

⁸ *ABC*, Madrid, 18 de enero, 1973, 26. Un dato curioso sobre los militares portugueses: aquellos días, el periódico insertó un anuncio de un par de ellos destinados en Mozambique que buscaban establecer una “correspondencia con chicas españolas” (*ABC*, Madrid, 25 de enero, 1973, 30).

⁹ *ABC*, Madrid, 20 de febrero, 1973, 28.

¹⁰ *ABC*, Madrid, 24 de abril, 1974, 23.

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

ministro de Negocios Extranjeros, Rui Patrício, por el modo en que afrontaba la conferencia de prensa que se verificaba anualmente con la asistencia de decenas de informadores. Sobre todo con relación a las cuestiones que les planteaban los periodistas foráneos, un testimonio que refleja bien el estado de la libertad de prensa bajo el caetanismo: “aunque la mayoría de ellos son portugueses, no hay que olvidar a los no escasos corresponsales extranjeros, baqueteados y experimentados en el arte de suscitar aprietos mediante preguntas difíciles”. El balance que hacía al final de su crónica plasmaba el empecinamiento de la dictadura por mantener su política en África, que es lo que a la postre desencadenó la Revolución de los Claveles: “La defensa de Ultramar es en este país como una ciudadela ideológica en la que sus defensores no cejan nunca”¹¹. De todas formas, en quienes rechazaban esa presencia colonial, el informador de *ABC* no sólo vio opositores demócratas, sino también intereses “de los países comunistas, deseosos de imponer su influencia en el continente africano”¹².

El periódico español recogió muchas de las señales de descontento que fueron jalonando los precedentes de la revolución. En enero de 1973, por ejemplo, informó de la dimisión forzosa a la que se vieron obligados varios funcionarios que participaron en una reunión sobre la guerra de Ultramar. El hecho, además, coincidió con la distribución de folletos y octavillas. En su crónica, José Salas anunciaba “un endurecimiento en la línea política”. Y hablaba en unos términos que no sólo cabía interpretar en clave portuguesa, al referirse a la significación que ciertas noticias tenían “en los países donde la Prensa está sujeta a ciertos controles, que el lector avisado suele ver entre líneas”¹³. Aquel mes de enero de 1973, el corresponsal recordó que el orden público había sido “alterado repetidamente en los últimos tiempos”¹⁴.

No era la primera vez que se distribuían panfletos contrarios a la política colonial. Y hubo otras. La muerte del dirigente revolucionario Amílcar Cabral, por ejemplo, también provocó reacciones de las que se hizo eco *ABC*, bajo el titular: “Manifestación contra la política de Ultramar”. En esta ocasión, el corresponsal del diario madrileño recogía un hecho que la censura marcelista trató de ocultar: “nada se ha dicho en la Prensa de la última manifestación que tuvo lugar en una zona céntrica de la capital portuguesa hace varios días”. De acuerdo con su propia versión, se repartieron “profusamente” unas octavillas que, entre otras cosas, afirmaban que era “preciso tener informado al pueblo sobre la verdad de la guerra colonial”. De lo que decían sobre la muerte de Cabral y de que Guinea estaba a punto de lograr la independencia, opinaba Salas que no tenían “ni pies ni cabeza” y lo achacó a la propaganda de quienes creían hacer “el papel de pacíficos demócratas”¹⁵.

Las apreciaciones que hizo el corresponsal sobre las elecciones del 28 de octubre de 1973 resultan ambivalentes. El subtítulo de la noticia, afirmaba: “Durante la campaña electoral, la oposición

¹¹ *ABC*, Madrid, 23 de febrero, 1973, 30.

¹² *ABC*, Madrid, 6 de marzo, 1974, 27.

¹³ *ABC*, Sevilla, 12 de enero, 1973, 20. José Salas y Guirior era corresponsal de *ABC* en Lisboa y en ese lugar contrajo la enfermedad que le causó la muerte pocos años después (según *El País*, Madrid, 14 de octubre, 1979).

¹⁴ *ABC*, Madrid, 18 de enero, 1973, 26.

¹⁵ *ABC*, Madrid, 16 de febrero, 1973, 34.

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

goza de absoluta libertad de expresión”. Pero en el texto se reconocía alguna verdad insoslayable: “Una limitación es cierto que tienen los enemigos del Gobierno. El partido comunista está proscrito de la legalidad portuguesa”. Además, recordaba un aspecto esencial que ratificaba lo anómalo de los comicios, al referirse a la Acción Popular Nacional como la única agrupación política que reunía “las características de un partido”¹⁶. Era tan insólito como anunciar en un titular el inicio de la campaña electoral y, a reglón seguido, manifestar que no había oposiciones: “hasta el momento sólo han sido presentados los candidatos gubernamentales”. El corresponsal, pese a todo, vio en ese paréntesis un soplo de aire fresco, convencido de que los adversarios del régimen no tardarían en mover ficha: “su actuación es positiva por cuanto es capaz de ventilar algunos aspectos de la vida política y social”¹⁷. Ahora bien, a medida que transcurrieron los días, vio en la oposición democrática intenciones, según sus palabras, nada “colaboradoras y pacíficas”. La animadversión hacia los sectores de izquierdas que dominaban en ella, mediatizaban su análisis. Porque lo que realmente se vislumbraba en la situación que describía su texto era el hartazgo del pueblo lusitano:

(...) se percibe un aire de hostilidad y de choque incluso en lo fundamental. Abandonismo, colaboración con los movimientos guerrilleros de Ultramar, abstencionismo electoral, subversión frente a todo lo establecido y métodos de desobediencia, incluyendo el desorden violento¹⁸.

Pocas jornadas antes de los comicios, el periódico dedicó una plana al asunto con el siguiente titular: “El comunismo se erige en representante de la oposición ante las elecciones”. Y un subtítulo no menos elocuente: “La radicalización de la izquierda produce un endurecimiento de la derecha gubernamental”. El corresponsal opinaba que lo segundo era “lógica consecuencia” de lo primero y lamentó que eso acarrearía el repliegue de las posturas defendidas por “los sectores más propicios del aperturismo liberal”. A su juicio, lo que se daba era la grave existencia de “posiciones extremas y encarnizadas en un pertinaz maximalismo de actitudes sin concordia posible”. Tampoco dejó escapar la ocasión de fustigar los planteamientos “de inspiración roja y soviétizante”. Los veía por doquier, no sólo en “los discursos contra la dictadura fascista, el colonialismo y los monopolios de la sociedad burguesa”, sino también en “el abandonismo colonial” y las protestas “contra la tortura policial”. Una frase condensa bastante bien la postura del corresponsal: “Lo que extraña a cualquier observador atento y objetivo es que se hable de coacción, censura y falta de libertad de expresión, cuando se oyen las cosas que se oyen. Y también que se alcen como paladines de la democracia y de la libertad aquellos que no las practican”¹⁹. En otra ocasión llegaba a definir a la Comisión Democrática Electoral como “una especie de Frente Popular con la ayuda de los satélites socialistas y demás compañeros de viaje”²⁰. Cuando finalmente informó de la retirada de la candidatura de la oposición, Salas resumió el discurso televisivo en el que

¹⁶ ABC, Madrid, 23 de septiembre, 1973, 20.

¹⁷ ABC, Madrid, 28 de septiembre, 1973, 38.

¹⁸ ABC, Madrid, 2 de octubre, 1973, 31.

¹⁹ ABC, Madrid, 18 de octubre, 1973, 34.

²⁰ ABC, Madrid, 23 de octubre, 1973, 34.

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

Caetano arremetió contra esa decisión y elogió sus aptitudes para la comunicación audiovisual²¹. Por lo demás, en algunos juicios posteriores le atribuyó a las votaciones de la Asamblea Nacional una legitimidad (“auténtica representación”) que, tratándose de una dictadura, resulta cuando menos chocante: “dígase lo que se quiera las elecciones en Portugal son libres como para dar medida del pensamiento electoral”²².

3. Los precedentes inmediatos

En la sucesión de acontecimientos que desembocaron en la Revolución de los Claveles, un punto de inflexión determinante vino marcado por el libro de que el general Spínola publicó en febrero de 1974. Al terminar el año, el periódico español considerará que ese hecho “fue la chispa que inició los acontecimientos”²³. La obra, titulada *Portugal e o futuro*, cuestionaba la política colonial seguida hasta ese momento. Defendía una salida política de signo federal para el problema de Ultramar, así como la democratización del país, en un momento en que el grueso de sus habitantes demandaba un cambio. En cuestión de meses, se vendieron en Portugal casi 350.000 ejemplares (Sánchez, 1995, 140-141).

Las tesis del autor fueron recogidas por ABC con un impactante titular: “El general Spínola no cree en una victoria militar ultramarina”. El corresponsal le auguraba un gran éxito de ventas (“está llamado a ser el gran *best-seller* de este año”)²⁴. Salas enfatizó su relevancia asegurando que la historia del país se acababa de dividir en “antes del libro y después del libro”. Y añadía lo que a pocos se les escapaba: “una variación de rumbo tendría que ir precedida de una caída caetanista”²⁵. Del éxito que la obra cosechó más tarde en España se hizo eco igualmente el diario ABC: “En nuestro país, el libro de Spínola ha causado enorme interés hasta el punto de que se han agotado tres ediciones en el primer mes de su publicación”. Hablaba, por supuesto, de su impacto en el país vecino (“sirvió para hacer despertar a muchos portugueses de un sueño de décadas”), pero también de su eventual repercusión en otros lugares (“un agudo y lúcido político que tiene lecciones que dar no ya a su país —que tanto le necesita— sino a todo el mundo”)²⁶.

Desde entonces, el país vivió lo que Sánchez Cervelló denomina “una situación de crisis interminable” (Sánchez, 1997, 27). El pie de foto que ABC insertó el 14 de marzo de 1974 era de lo más rotundo: “Tensión política en Portugal”. Y el titular de ese día advertía que no se limitaba a una simple

²¹ “Lo hizo con esas dotes excepcionales de escueta serenidad y ponderado argumento que para la televisión tiene. Si Marcelo Caetano no fuese un insigne abogado y un prestigioso profesor a más de un importante político, podría ganarse la vida en la televisión mejor que muchos profesionales”. Véase ABC, Madrid, 28 de octubre, 1973, 23.

²² ABC, Madrid, 10 de marzo, 1974, 24. En este artículo, volvía a referirse a “los manejos de la influencia comunista”.

²³ ABC, Madrid, 29 de diciembre, 1974, 131.

²⁴ ABC, Madrid, 5 de marzo, 1974, 33-34.

²⁵ ABC, Madrid, 6 de marzo, 1974, 27.

²⁶ ABC, Madrid, 27 de julio, 1974, 43. En efecto, el libro (Spínola, 1974) fue objeto rápidamente de una traducción al español de la que se hicieron varias reediciones antes de terminar ese año de 1974. Pero hay que recordar que no se publicó hasta después del triunfo del levantamiento del 25 de abril: “será traducido al español e inminentemente publicado”, informaban en ABC, Sevilla, 1 de mayo, 1974, 51.

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

cuestión doméstica: “Atención internacional a la actualidad política lusitana”. Entretanto, José Salas parecía criticar a los corresponsales advenedizos que, despreocupados hasta entonces de lo que sucedía en Portugal, se desvivían ahora por un bombazo informativo, por el mero espectáculo. Se vislumbra en dardos como el que sigue: “Llegan los cazadores de noticias cuando creen que la cuerda va a romperse (...) Acuden como moscas a la miel de que tal cosa suceda para cocinar con ella un sabroso plato de actualidad”²⁷.

El mismo día que se verificó el levantamiento en Caldas de Rainha, el 16 marzo de 1974, el diario *ABC* consideraba que la crisis estaba momentáneamente zanjada: “es lo más probable que las aguas vuelvan a su cauce”²⁸. Nada más lejos. El corresponsal debió de saberlo al poco de realizar su acostumbrado contacto telefónico. De los hechos del 16, el diario español informó ampliamente²⁹. Por lo pronto, el 17 de marzo le dedicó la portada, con un gran retrato de Marcelo Caetano acompañado del rótulo “Inquietud en Portugal”. José Salas aseguraba que “la unanimidad en las Fuerzas Armadas no e[ra] total, ni mucho menos”, algo a estas alturas evidente, y le dispensaba a la situación calificativos reveladores (“espectacular e interesante”). Más gráfico parece el titular que le dedicaron en la página que resumía la actualidad semanal: “El régimen portugués, amenazado por un libro”³⁰. Y otros subtítulos no resultaban menos clarificadores de lo trascendental de la situación portuguesa: “cualquier cosa puede producirse en cualquier momento”³¹. Se trataba de lo que varios autores han definido como “el principio del fin” (Rodrigues, Borga y Cardoso, 1977, 50). Hasta el propio Caetano, a juzgar por lo que recogen varios testimonios, sabía que se hallaba en un callejón sin salida y que la caída del régimen era cuestión de tiempo (Carcedo, 1999, 62; Sánchez, 1997, 36).

La visión que *ABC* transmitió al día siguiente de ese movimiento era la de cierta normalidad acompañada de rumores que, pese a todo, empezaban a revelarse ciertos: evidentemente, algo importante pasaba. La crónica les había sido dada telefónicamente por su informador habitual de Lisboa, que insistía en la aparente tranquilidad: “Los bares, restaurantes, comercios, cines y teatros aparecen llenos de una humanidad tranquila, sonriente y despreocupada”. Después se limitaba a glosar el comunicado oficial y a resumir los que habían sido los jalones más importantes de la llamada “crisis portuguesa” desde que, en febrero, el general Spínola publicase su controvertido libro. Había, no obstante, sitio para lo que podría constituir una velada crítica, al hablar Salas de la “alimentación deficiente” que se vislumbraba en muchas caras, observación que ponía en entredicho el bienestar de la población³².

²⁷ *ABC*, Madrid, 14 de marzo, 1974, 5 y 21.

²⁸ *ABC*, Sevilla, 16 de marzo, 1974, 40.

²⁹ Además, publicó algunas fotografías unos días después (*ABC*, Madrid, 20 de marzo, 1974, 5).

³⁰ *ABC*, Madrid, 17 de marzo, 1974, portada, 1, 27 y 42.

³¹ *ABC*, Sevilla, 17 de marzo, 1974, 31.

³² *ABC*, Sevilla, 17 de marzo, 1974, 31-32. En concreto, dice que la situación es la “normal dentro de una anomalía de precios que ponen sombras de preocupación y aun de alimentación deficiente en muchas caras”. Lo que no excluyó matices: “no se nota a primera vista en este país nada que pueda parecer anormal. A segunda o tercera vista ya es otra cosa, como es lógico” (*ABC*, Sevilla, 19 de marzo, 1974, 15).

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

El día 19 los titulares ya daban la crisis por zanjada: “Portugal, en calma”³³. Un rótulo idéntico lució en otros periódicos españoles aquellos días, por más que a veces no lo creyeran ni sus responsables. Por ejemplo, el director del falangista *Arriba*, Gómez Tello, dudó al ver la galerada y comentó: “—No tengo yo muy claro que aquello no pegue un petardazo cuando menos lo esperemos” (Carcedo, 1999, 65). Sea como fuere, el corresponsal de ABC ironizaba con el hecho de que se notase más interés por el partido entre el Oporto y el Sporting de Lisboa, aun persistiendo los rumores y los grupos atentos a la situación: “Portugal, como tantos otros países de este mundo, es un lugar más futbolizado que politizado”. De todas formas, sugería que un golpe fallido en un momento dado podría repetirse a corto plazo, y trató de ilustrarlo recurriendo al que protagonizó el general Sanjurjo contra la República Española el 10 de agosto de 1932³⁴.

La relevancia del momento también quedó recogida en las páginas de *Blanco y Negro*, la revista que publicaba la misma editora de ABC, o sea, Prensa Española. Le dedicó un reportaje al asunto con el título “Delicada situación política en Portugal”³⁵. Aquellos días, en las gacetillas que se publicaban en el diario con el título “Madrid, hora cero”, se aludió a los rumores que en la capital buscaban algún tipo de proyección española a lo sucedido en Portugal. Aunque no dejaban de considerarse especulaciones, quien firmaba los textos —el periodista Ángel Gómez Escorial— subrayaba que el interés era lógico: “El vecino país nos queda muy cerca, en todos los sentidos...”³⁶.

4. El trepidante curso de los acontecimientos tras el 25 de abril

El 25 de abril de 1974, el corresponsal de ABC se enteró tarde de los sucesos de Lisboa. Se hallaba en Estoril, cubriendo las actividades de don Juan de Borbón, cuando recibió una llamada del redactor jefe del periódico: “—Pepe, ¿qué está pasando ahí?”. A lo que Salas respondió: “—Nada. ¿Qué va a pasar?”. Pero los tanques llegaban en ese momento a la *praça do Rossio* (Cernuda, Jáuregui y Menéndez, 2001, 75)³⁷. Comenzaba así una Revolución a la que ABC llegó a dedicar hasta cuarenta portadas (Cordero, 2010, 69).

La gran portada llegó a la calle el día 26: “Golpe de Estado en Portugal”. Los vehículos militares ocupando las calles destacaban como protagonistas de la imagen. En las páginas del interior, dicho titular iba precedido de un antetítulo que condensaba la principal singularidad del golpe: “Sin derramamiento de sangre”. La orientación del levantamiento ya era bastante clara, pues se incluía el comunicado del Movimiento de las Fuerzas Armadas que hablaba de restituirle a la ciudadanía portuguesa las libertades y

³³ ABC, Madrid, 19 de marzo, 1974, 19.

³⁴ ABC, Sevilla, 19 de marzo, 1974, 15 (“Lo que acaba de pasar podría compararse a un 10 de agosto a la española”).

³⁵ *Blanco y Negro*, Madrid, 23 de marzo, 1974, 32-34.

³⁶ ABC, Sevilla, 22 de marzo, 1974, 38.

³⁷ Los autores lo consideran “un tipo estupendo”. En efecto, el corresponsal Salas y Guirior remitió frecuentemente notas relativas al hijo de Alfonso XIII y su familia. Sirva como botón de muestra la del ABC, Sevilla, 19 de septiembre, 1973, 39, que informaba de su regreso a Estoril tras las vacaciones en Marbella: “Don Juan de Borbón ha practicado sus deportes favoritos: la navegación a vela y el golf. En una competición (...) fue ganador de la Copa Iberia”. Hay que recordar que desde que entró en vigor la Ley Fraga (1966), en el diario se multiplicaron las noticias, los comentarios y las fotografías alusivas a don Juan (Martín, 2008, 100).

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

de la convocatoria de unas elecciones verdaderamente democráticas³⁸. En cuestión de horas, las incógnitas se iban despejando, como refleja el titular de la edición de Sevilla el mismo día 26 (“Caetano entrega el poder al general Spínola”), en particular el subtítulo: “Los militares ponen fin al régimen salazarista”. El corresponsal reconocía entonces que todo lo vivido en las semanas precedentes “tenía que desembocar de alguna manera en hechos concretos”. Y resumía las consecuencias del golpe: “pone punto final a un régimen que ha dominado en Portugal durante más de cuarenta años”. O, con mayor precisión: “El Estado Novo, el corporativismo de Salazar y su derivación caetanista, son ya historia”³⁹. Al día siguiente, la portada condensaba la misma idea, con una fotografía en la que se ve a los militares eufóricos: “Fin del salazarismo”. El titular de las páginas interiores anunciaba el final del partido único y de la censura, junto con el advenimiento de amplias libertades y la amnistía a los presos políticos⁴⁰. Entre el material fotográfico publicado por el diario, naturalmente, no faltan imágenes de presos liberados a quienes vitorea la multitud⁴¹.

Más allá de los datos reproducidos, interesan las valoraciones deslizadas en las crónicas. El corresponsal José Salas añadía a los problemas evidentes que sufría el país —la guerra de ultramar y el declive económico—, el “afán de una renovación política”. Lo hacía sin perífrasis de ninguna clase, a diferencia de lo que se percibe en las crónicas anteriores. Con todo, estaba persuadido de que el conflicto de ultramar no tenía fácil solución (“continuará siendo tal problema durante mucho tiempo”), y que, si se optaba por una entrega sin más, Spínola se convertiría en “una especie de general De Gaulle a la portuguesa”⁴². Una vez que ese militar fue nombrado presidente de la Junta de Salvación Nacional, su cometido debía ser, en palabras de Salas, “abatir al dragón de las tres cabezas”, el triple reto que a su juicio conformaban “la pobreza, la guerra y la falta de libertad”. Resulta curioso que señalase entre las grandes dificultades pendientes la falta de libertad, pues era justamente el único frente para el cual el horizonte parecía comenzar a despejarse. Sobre la federación que Spínola había propuesto en su libro, la tachaba abiertamente de “fórmula ultrapasada, fuera de moda”. Y luego apostillaba: “porque los enemigos de la situación colonial no se conformarán con que Portugal se democratice en mayor o menor medida”. A su juicio, el quid se hallaba en este punto y en la tercera de las dificultades antedichas, ya que consideraba que “entre los aparentes partidarios de la libertad (...), el predominio de quienes no entienden su verdadera esencia sería lamentable”. Se refería, indudablemente, a la izquierda comunista, a la que atribuía los estallidos violentos⁴³.

³⁸ ABC, Madrid, 26 de abril, 1974, 33 y 40.

³⁹ ABC, Sevilla, 26 de abril, 1974, 31-32 (y en la edición de Madrid al día siguiente).

⁴⁰ ABC, Madrid, 27 de abril, 1974, portada y 29.

⁴¹ Un ejemplo, en ABC, Sevilla, 1 de mayo, 1974, 15.

⁴² ABC, Sevilla, 26 de abril, 1974, 33. El diario incluyó una semblanza de Spínola difundida por la agencia Pyresa (ABC, Madrid, 27 de abril, 1974, 38).

⁴³ “Los alborotadores que ayer dieron lugar a los disturbios en la parte céntrica de la capital, apedreando bancos y escaparates, se manifestaron luego con los consabidos gritos de «Socialismo», «Guerra a la guerra colonial», etc., etc. Son los mismos que subieron a los tanques que avanzaban para ocupar sitios estratégicos, los que incitaban a los soldados para atacar los últimos puestos de resistencia mientras se esperaba su rendición e incluso se parlamentaba para ella, los que machacaron a un agente de la Dirección General de Seguridad, los que intentaron linchar a otros tres que fueron salvados por las fuerzas armadas, los que quemaron esta mañana el coche de unos agentes adversos, los que, según se dice, intentaron asaltar el periódico caetanista...”. ABC, Sevilla, 27 de abril, 1974, 33-34. El texto se

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

José Salas abundó en esa idea de manera persistente: “Los cantos a la libertad no son difíciles de ser entonados. Pero ver cómo esa libertad prolifera hacia vertientes que no son las de uno, es píldora de difícil trago. Y eso es lo que está pasando en Portugal”. Estas declaraciones figuraban en el periódico bajo un gran titular que, para quienes profesaran el conservadurismo del diario, adquiriría un tono alarmante: “Manifestaciones comunistas en Lisboa”. ABC no disimulaba su inquietud y el texto se recreaba en los detalles: “La encabezaba una gran bandera roja con la hoz y el martillo”; “daban vivas estentóreos y levantaban el puño”; “invitan a la gran manifestación del 1 de mayo”; “adoctrinan a grupos”. Ante la posibilidad de que sobrevinieran altercados, confiaba en que el general Spínola sabría atajarlos: “no es comunista, precisamente, sino un militar disciplinado e intachable, de probado patriotismo, que no tiene propiciación alguna para los desórdenes alborotadores”⁴⁴. En el periódico se repite mucho la imagen de una disyuntiva: de un lado, quienes dirigían interinamente el país, la Junta de Salvación Nacional, es decir, Spínola y los suyos, que “son unos demócratas que defienden la libertad como fórmula de convivencia y como solución de los problemas nacionales”; de otro lado, las aglomeraciones populares que se expresan en la vía pública, una masa amenazada por el dominio de una izquierda revanchista, ansiosa de “que los desórdenes estruendosos fueran el cauce que condujese a un Estado socialista rojo”⁴⁵.

Así que esa jornada de los Trabajadores se iba a convertir, a juicio de ABC, en un “día clave”. Era la prueba de fuego: “A mi manera de ver, la confrontación entre estos dos ámbitos del disturbio y el orden tendrá por escenario el primero de mayo”⁴⁶. El diario se hizo eco del responsable llamamiento que hicieron socialistas y comunistas, pidiendo “orden y serenidad”. Mientras, José Salas admitía que el recibimiento del dirigente comunista Álvaro Cunhal se había producido “con puños en alto, vítores y declaraciones” pero “en un orden perfecto”, aunque le molestaba ver “hoces y martillos ensuciando bellas zonas urbanas”. Tampoco dejó de reconocer que podrían “chocar los extremistas de derecha e izquierda”, o sea, que también constituían un peligro quienes “apoyaban todavía al régimen caído” porque había “miles de hombres armados”. En esencia, afirmaba que estaba en juego “la consolidación del régimen democrático instaurado en Portugal” y que los disturbios podrían abocar a “situaciones de dureza” tan lamentables como la que se acababa de dejar atrás, lo que no dejaba de representar —huelga decir que *a posteriori*— una valoración negativa de la etapa que se pretendía superar⁴⁷.

Al final, el diario hizo un balance con cierta ambivalencia en el titular: “Orden en las manifestaciones y beligerancia en los discursos”. En el subtítulo quiso remarcar la puesta en escena, siempre pavorosa para la derecha conservadora que representaba el periódico: “Profusión de puños en alto y banderas rojas”. Tratándose del Primero de Mayo, resultaba lógico. Sea como fuere, ABC valoró

repitió en ABC, Madrid, 28 de abril, 1974, 33, y este día, en otra crónica, volvía a referirse a las “gentes propicias al disturbio” (p. 35).

⁴⁴ ABC, Sevilla, 28 de abril, 1974, 31-32.

⁴⁵ ABC, Sevilla, 30 de abril, 1974, 31.

⁴⁶ ABC, Sevilla, 30 de abril, 1974, 31.

⁴⁷ ABC, Madrid, 1 de mayo, 1974, 17 y 20. José Salas consideraba que se trataba de “la primera gran prueba”, y que la segunda tendría lugar cuando se enfrentase “con la cuestión ultramarina”.

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

muy positivamente la ausencia de desórdenes. La evolución de la jornada, ahora sí, despejaba el camino, que no obstante se hallaba plagado de dificultades:

Lo que pueda abrirse desde la democracia pertenece al futuro. Como ya he dicho otras veces, Portugal tiene aún muchas y muy importantes barreras que salvar, antes de llegar a su meta democrática, enarbolando el airón de las libertades y el progreso. La próxima será la ultramarina. Y la siguiente, la económica. Luego vendrán otras⁴⁸.

Junto con las apreciaciones del corresponsal, hay que analizar las que contienen los editoriales que el diario le consagró a todo lo sucedido desde el 25 de abril. En las primeras horas, achacaron los sucesos al “fracaso de la continuidad” y a “la impotencia del caetanismo para abrirse paso, con las necesarias actualizaciones del sistema corporativista fundado por el profesor Salazar”. En concreto, tachaban la política respecto a los territorios de ultramar de “paleodocctrina”, aunque venían a matizar la responsabilidad de Caetano por las dificultades del momento: “careció del coraje —o, más justamente, de la posibilidad—necesario para adecuar las instituciones y desarrollar las nuevas actitudes que el paso del tiempo y el decurso de la guerra africana exigían a Portugal”⁴⁹. Ahora bien, una cosa eran las causas o el origen de lo sucedido y otra bien distinta “el avizoramiento del mañana lusitano”, o sea, el porvenir: “aventurar qué es aquello que el futuro depara al país hermano”⁵⁰.

En la dirección del periódico ABC recelaban de todo cambio súbito y precipitado. Ahí radicaba el “principal peligro”. Lo sintetizaron a la perfección en un editorial que oportunamente hablaba del “péndulo ibérico”. A su juicio, después de “prácticamente medio siglo de absoluto ayuno político”, el país se hallaba “en las condiciones menos seguras y favorables para despachar de repente una dieta de libertad a despensas abiertas”. Se muestra, pues, partidario de una democratización gradual y ordenada sin rupturas bruscas, evidenciando siempre una obsesiva prevención hacia el protagonismo comunista. El diario admitía que consagrarse al “mero antisalazarismo” podría resultar lo más tentador y “lo que más aplausos habría de arrancar en amplios sectores de la galería de Occidente”, pero que también se correspondía con lo que deseaban quienes enarbolaban “las más encendidas y utópicas banderas” para dirigir la situación hacia “un estallido de anarquía”. En conclusión, la receta que propugnaba el diario, muy acorde con la línea conservadora y harto moderada que lo distinguía, era templar el proceso, “modular el compás del péndulo ibérico” para garantizar “una convivencia armónica y libre”⁵¹.

La edición de Sevilla publicó aquellos días el artículo “Portugal ayer, hoy ¿y mañana?”, firmado por Roberto de Arenzaga. Se trata del seudónimo tras el cual se ocultaba su director, Joaquín Carlos López Lozano⁵². Resulta curioso que, ya en el párrafo inicial, compare la situación con España, pero no con la de entonces, con la dictadura de Franco, sino con la que había regido entre 1923 y 1930: “Portugal

⁴⁸ ABC, Madrid, 2 de mayo, 1974, 27. La valoración provisional se confirmó en las horas siguientes. “Ni un solo incidente en el balance final del 1 de mayo portugués” (2 de mayo, 1974, 31).

⁴⁹ “Los acontecimientos de Portugal”, ABC, Sevilla, 26 de abril, 1974, 36. El matiz a esa responsabilidad puede inferirse de la acotación entre guiones.

⁵⁰ “Spínola y el péndulo ibérico”, ABC, Sevilla, 30 de abril, 1974, 38.

⁵¹ “Spínola y el péndulo ibérico”, ABC, Sevilla, 30 de abril, 1974, 38.

⁵² Lo había empezado a utilizar en *El Correo de Andalucía* precisamente como analista de política internacional (Ponce y Sánchez, 2012, 132).

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

estaba a la altura de la España del general Primo de Rivera”. También sugería que en el fracaso del régimen había tenido más culpa el inmovilismo de Américo Thomas y las presiones de la ultraderecha que Marcelo Caetano. Luego hacía varias consideraciones a propósito de Spínola y de su libro, para a continuación afirmar que, desde la intentona de Caldas, “enseñaba la oreja el extremismo de la siniestra” y acusaba a la izquierda de mostrar ya en aquellas circunstancias “su fórmula de caballo de Troya”. Al final, remataba el artículo con una invocación providencial: “Quiera Dios ayudar a la fraterna nación a resolver felizmente sus problemas”⁵³.

Entretanto, los corresponsales de *ABC* en otros países informaron del recelo mostrado inicialmente por las potencias occidentales. El de Londres, Alfonso Barra, tampoco parecía muy optimista: “La historia de los movimientos contra los poderes constituidos es una rica cantera de promesas que pronto la vida real condena al carpetazo y al olvido”⁵⁴. Otros colaboradores abundaban en esa idea, como Emilio Lozano, que afirmaba que lo sucedido abría “cualquier posibilidad, incluso aquellas no deseadas por la Junta de Salvación”; aunque tenía claro que las bases políticas anunciadas, siquiera teóricamente, conducían a las libertades (“Significan la democracia”) y la modernización (“el camino de Europa”)⁵⁵.

Entretanto, de la represión aplicada por el salazarismo, nada se denunciaba de forma contundente en estos primeros momentos. A lo sumo, pueden localizarse algunas observaciones cautelosas relativas a la PIDE (Policía Internacional y de Defensa del Estado). Así las que hizo José Salas: “De sus procedimientos se cuentan verdaderos horrores que atentan a la dignidad y a la humanidad misma”⁵⁶. Huelga decir que semejantes procedimientos resultaban perfectamente extrapolables al caso español, aun cuando, desde luego, no era intención del corresponsal apuntar paralelismos. De hecho, no se percibe ningún gesto especial hacia los presos y los emigrados por delitos políticos. Del socialista Mário Soares, por ejemplo, decía que volvió del exilio “con el aura de los exiliados que retornan como mártires”, para después apostillar, a renglón seguido: “No es justa esa aureola. Ni Soares representa gran cosa en su actitud templada, ni le fue tan mal en el exilio”. Y sobre los que aclamaban a quienes salían de la cárcel, añadía: “también son los que llenan las paredes con las consignas que figuran bajo la hoz y el martillo o se dedican a la caza de los antiguos miembros de la PIDE”. En esa línea, la depuración de responsabilidades no era cosa que procediera desde el punto de vista de *ABC*. Salas se pronunció al respecto de forma meridiana, aludiendo despectivamente a quienes creían lo contrario: “No se trata, pues, de perseguir, ni de mirar al pasado, sino al futuro. Claro está que no todos piensan así, puesto que en todas partes hay energúmenos”⁵⁷.

La postura de redactores o corresponsales como Salas era en líneas generales la que mantuvo el periódico, que advirtió contra lo que llamaba “rito embriagador de las represalias”. Su planteamiento se

⁵³ “Portugal ayer, hoy ¿y mañana?”, *ABC*, Sevilla, 27 de abril, 1974, 31-32.

⁵⁴ *ABC*, Sevilla, 27 de abril, 1974, 37.

⁵⁵ *ABC*, Madrid, 28 de abril, 1974, 41.

⁵⁶ *ABC*, Sevilla, 27 de abril, 1974, 34.

⁵⁷ *ABC*, Sevilla, 30 de abril, 1974, 31.

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

advierte en varios editoriales, aunque hay uno que destaca especialmente: “Barridas con los fusiles las injusticias tremendas largamente perpetradas, según se revela ahora, por la policía especial, los juzgadores están llamados a evitar que la violencia ilegítima se repita en sentido contrario, de pendulazo y rebote”. Algunos juicios encerraban tales paralelismos con lo sucedido en España en 1936 (y lo que se pensaba que podría acontecer al morir Franco) que a pocos lectores de *ABC* debió de escapárseles la comparación. A la postre, ciertas afirmaciones no dejaban de valer de justificación para ambas dictaduras, aduciendo su utilidad en un momento dado. Al menos es lo que se infiere de opiniones como la siguiente: “el derrocamiento del Estado Novo no puede servir —tal como sin duda asume el nuevo poder— de coartada a los nietos de quienes hicieron necesaria la irrupción salazarista en la historia”. Los atropellos, inherentes a cualquier régimen dictatorial y, por tanto, carente de garantías, parecían a ojos del diario algo recién descubierto, una hallazgo que salía en ese momento a la luz y de lo que a veces da la impresión que pretenden exonerar al salazarismo, como si el brazo ejecutor de la represión se hubiera extralimitado en sus funciones (por ejemplo cuando hablan, refiriéndose a la PIDE, de una “emancipación incluso en su actividad del propio poder formal”)⁵⁸.

No había, sin embargo, una visión unívoca entre quienes colaboraban en las publicaciones editadas por Prensa Española. El primer número que la revista *Blanco y Negro* publicó en mayo lucía un gran rótulo en el tercio inferior de su primera plana que decía: “Portugal, hora cero”. Incluía un reportaje de varios colaboradores del periódico. Destaca el de uno de ellos, Gabriel Cisneros, más tarde ponente de la Constitución Española de 1978. Subrayaba la falta de visión de los periodistas españoles que, tratando de “conformar la realidad a su peculiar concepción del mundo”, fueron sorprendidos por el golpe del 25 de abril “en plena apología del «Estado Novo»”. Las veladas alusiones comparativas al búnker de la España franquista parecen inequívocas cuando afirma lo siguiente: “Los ultras, los pretorianos del pasado, las gentes que pretenden cifrar sus lealtades en el empeño imposible de congelar el tiempo sólo y recrearlo en el onanismo retórico de la repetición, han sido en Portugal —y lo son en cualquier situación análoga o emparentada— el único peligro auténtico y la peor hipoteca para la buena andanza de las naciones”. A su juicio, el viejo régimen había convertido al pueblo portugués en un “convidado de piedra” y en ejemplo de “auténtica postración ciudadana”, por lo que el golpe resultaba deseable, aunque fuera “lamentablemente tardío”. Es significativo el contraste que se nota respecto a otras firmas de lo que él mismo llama “los medios de opinión conservadora”. Así cuando, frente a las “voces de preocupación y alarma por el estallido del júbilo popular y, sobre todo, por la inequívoca significación izquierdista de tales manifestaciones”, argumenta con altas dosis de sensatez: “Lo que no se puede pretender es que unas fuerzas políticas reales, una clase obrera sujeta a medio siglo de persecución, no dé, en semejante oportunidad, testimonio de alborozada comparecencia”. Y, lo que parece aún más revelador, consideraba que si la situación se desbordaba la verdadera responsabilidad habría que buscarla en el régimen caído (“salvo que se crea preferible la injusticia y la opresión al desorden”)⁵⁹.

⁵⁸ “Spínola y el péndulo ibérico”, *ABC*, Sevilla, 30 de abril, 1974, 38.

⁵⁹ *Blanco y Negro*, Madrid, 4 de mayo, 1974, 26-27.

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español *ABC*

5. Balance y consideraciones finales

Con los sucesos del 25 de abril de 1974 se inició lo que llamamos Revolución de los Claveles, un periodo que duró hasta que se aprobó la Constitución en abril de 1976 y que Sánchez Cervelló (1997, 44) define como “convulso y conflictivo”. En estas páginas hemos tratado únicamente el reflejo en *ABC* de los precedentes inmediatos y los primeros días tras el golpe. Fue también la etapa que más atrajo el interés de la prensa internacional, algo que testimonió bien el corresponsal del diario en Lisboa al hablar de “la densa nube de enviados especiales que por todas partes pulula”⁶⁰.

Los periódicos desempeñaron una función informativa esencial al sobrevenir los decisivos acontecimientos ocurridos en el país vecino. Como señala Inmaculada Cordero (2010, 68), “para la mayoría de los españoles, la prensa fue el principal medio de configuración de la imagen que sobre la revolución portuguesa se creó en España”. Aunque de ello no debe inferirse la existencia de una sociedad plena y puntualmente informada, como reflejó un sondeo de octubre de 1974, según el cual sólo un 48 por ciento de los encuestados sabía que había tenido lugar la Revolución de los Claveles. De ello podría deducirse que en España, incluso después de los acontecimientos del 25 de abril, lo sucedido únicamente impactó en las élites y los grupos más concienciados de la oposición antifranquista (Powell, 2001, 116). Sea como fuere, al margen del porcentaje que representasen quienes se informaron sobre lo ocurrido, está claro que para hacerlo los periódicos constituyeron la vía esencial.

Como ha escrito Sánchez Cervelló (1995, 287), “los medios conservadores, en un primer momento, se mostraron satisfechos con la mudanza portuguesa”. Aunque también es cierto que en las observaciones que publicó *ABC* se nota el recelo por un cambio demasiado brusco, que podría conducir a “un agravamiento de la situación” (Mountinho, 1974, 133). Hubo, no obstante, características del proceso que agradaron al diario español, como por ejemplo la ausencia de brotes anticlericales, un rasgo que consideraba fruto de la posición que la Iglesia había mantenido respecto al problema colonial (Cordero, 2010, 70)⁶¹. Sea como fuere, en general la prensa más conservadora se vio en la obligación de saludar inicialmente el golpe, según algunos “para no caer en el ridículo” (Rodrigues, Borga y Cardoso, 1977, 39). Pero siempre dentro de la moderación y el orden. La condena firme de la represiva dictadura, por ejemplo, no se percibe, mientras que se rechaza la posibilidad de depurar responsabilidades y, entretanto, el temor por el aumento de la influencia comunista deviene obsesivo. En los análisis de *ABC* había tanto pragmatismo como el que ese diario vio en *Ya* y en otros colegas⁶². Iban, en una palabra, a remolque de los acontecimientos.

La postura que *ABC* sostenía en España, como diario monárquico, era que el franquismo diera lugar a la restauración de la monarquía en la figura de don Juan de Borbón, quien no renunció a los derechos sucesorios en favor de su hijo Juan Carlos hasta 1977. De modo que el cambio ordenado, sin

⁶⁰ *ABC*, Madrid, 1 de mayo, 1974, 20.

⁶¹ El diario se hizo eco del comunicado del episcopado portugués, que confiaba en que el nuevo régimen llevase “la justicia y la reconciliación al país” (*ABC*, Madrid, 30 de abril, 1973, 21).

⁶² En *ABC*, Sevilla, 28 de abril, 1974, 40, se contraponen esa postura “más pragmática” de *Ya* con la de *Nuevo Diario*, al que ven contrario (“no parece nada partidario del «golpe»”; “presenta una opinión claramente contraria”).

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

sobresaltos, hacia esa forma de gobierno era la salida que defendía, por más que tuviera que moderar sus contenidos al respecto. De hecho, el primer secuestro del diario se produjo, rigiendo la Ley de Prensa de 1966, a raíz de la publicación del artículo “La monarquía de todos”, que firmó Luis María Ansón y que se incluyó en el periódico aun cuando lo juzgaron inoportuno tanto el director como el subdirector (Chuliá, 2001, 197-198). El caso es que, dado el monarquismo del diario, cabría esperar su predilección por esa forma de gobierno también en el país vecino, pero no se pronunció al respecto. Bien es verdad que tampoco procedía, ya que desde un primer momento resultó evidente que tal debate no se iba a producir en Portugal: la proclama de Spínola como presidente de la Junta de Salvación hablaba de unos comicios que se desarrollarían para formar una Asamblea Nacional constituyente y dar lugar a “la subsiguiente elección de presidente de la República”. El último rey había sido Manuel II, que huyó al exilio en 1910, al proclamarse la República (Rosas y Rollo, 2011).

En la prensa española de izquierdas y de la oposición en general, lógicamente, la Revolución de los Claveles alimentó la esperanza del cambio. El régimen vigilaba atentamente para que no se hicieran extrapolaciones a la realidad nacional, de modo que la censura examinaba atentamente las reacciones de los diferentes medios. No estaban dispuestos a permitir comparaciones demasiado explícitas. La revista *Cuadernos para el Diálogo*, por ejemplo, vio secuestrado un número en el que, entre otras cosas, afirmaba que todas dictaduras “se desgastan y se agotan” (Muñoz, 2006, 323-324). Entretanto, los sectores inmovilistas reaccionaban de manera furibunda contra la revolución portuguesa, que en todo caso utilizaban como argumento para censurar el aperturismo (Castro, 2010, 149; González, 2013, 109).

Las extrapolaciones, directas o tácitas, instrumentalizadas en un sentido o en otro, se revelaron inevitables. Como ha explicado Sánchez Cervelló, “era claro que las noticias referentes a Portugal tenían una lectura española” (Sánchez, 1995, 288). Es más, resultaba difícil no hacer una interpretación en clave española de cualquier alusión a regímenes dictatoriales y autoritarios, por más que la cercanía geográfica del lusitano y los evidentes paralelismos históricos reforzaran los vínculos. Y eso independientemente del propósito de quien lo escribiese: las reflexiones y la capacidad interpretativa del lector no tenían por qué coincidir con las del periodista en cuestión. Tomemos como ejemplo lo que, meses antes de la Revolución de los Claveles, escribió José Salas desde Lisboa a propósito de la Conferencia de Argel de 1973:

(...) en bastantes lugares del mundo se dice que hay que mirar con cierta cautela la autenticidad representativa de los reunidos en Argel, porque muchos de esos representantes actúan en nombre de países absolutistas o totalitarios, cuyos sectores de oposición no cuentan. Dichos sectores, que incluso pueden llegar a ser mayoría en naciones sometidas a la voluntad de una persona o de un grupo, no se sentirán muy representados allí⁶³.

El curso posterior de los acontecimientos en Portugal también comportó un reajuste de las visiones iniciales. En lo tocante al ABC, la profesora Cordero se ha referido a una elocuente portada del otoño de 1974 en la que se ve la fotografía de un clavel que, tirado en el suelo, se marchita. La imagen más o menos benévola se fue diluyendo en el periódico a causa del aumento del protagonismo de los comunistas (Cordero, 2010, 70 y 73). A finales de 1975, habiendo muerto ya el dictador Francisco

⁶³ ABC, Madrid, 8 de septiembre, 1973, 17.

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

Franco, ABC hablaba del “desbarajuste de Portugal”, tras los sucesivos gobiernos provisionales⁶⁴. A partir de entonces, a medida que el país vecino fue asentando su camino hacia la democracia, rebajó su presencia en la actualidad de la prensa española, más centrada en su propia transición política (Cordero, 2010, 71).

Bibliografía

- Barrera, Carlos, (ed.) .2000. *El periodismo español en su historia*. Barcelona: Ariel.
- Carcedo, Diego .1999. *Fusiles y claveles. La revolución del 25 de abril en Portugal*. Madrid: Temas de Hoy.
- Castro Torres, Carmen .2010. *La prensa en la transición española, 1966-1978*, Madrid: Alianza.
- Cernuda, Pilar, Jáuregui, Fernando y Menéndez, Manuel Ángel .2001.23-F: *La conjura de los necios*. Madrid: Foca.
- Cordero Olivero, Inmaculada .2010. “«Lo que no debe ser». La revolución portuguesa en la prensa española” in *El fin de las dictaduras ibéricas, 1974-1978*, coordinado por Encarnación Lemus, Fernando Rosas y Raquel Varela, 63-86. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces y Edições Pluma.
- Chuliá, Elisa .2001. *El poder y la palabra. Prensa y poder político en las dictaduras. El régimen de Franco ante la prensa y el periodismo*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Desvois, Jean Michel .1977. *La prensa en España (1900-1931)*. Madrid: Siglo XXI.
- Fernández García, María Jesús .1996. “La recepción en la prensa extremeña de la revolución de los claveles” in *Actas del Congreso Internacional luso-español de la lengua y cultura en la frontera*, vol. 2., coordinado por Juan M. Carrasco y Antonio Viudas, 327-352. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- González Sáez, Juan Manuel .2013. “Visiones de la transición portuguesa desde el búnker franquista: la revista *Fuerza Nueva* y la revolución de los claveles (1974)” in *Historia Actual Online* 32: 107-117.
- Grégorio, Pierre-Paul .2007. “ABC de Madrid (25 de julio de 1936-28 de marzo de 1939): vida y muerte de un periódico republicano” in *La comunicación durante la Segunda República y la Guerra Civil*, coordinado por Antonio Checa, 433-449. Madrid: Fragua.
- Iglesias, Francisco .1980. *Historia de una empresa periodística. Prensa Española, editora de “Abc” y “Blanco y Negro”*. Madrid: Editorial Prensa Española.
- Luís, Rita .2009. “La reacción española ante la revolución portuguesa a través de la prensa. El tratamiento de los principales diarios (1974-1976)”. Trabajo de Fin de Máster, Universitat Pompeu Fabra, disponible en: <http://repositori.upf.edu/handle/10230/5904>
- Martín de la Guardia, Ricardo .2008. *Cuestión de tijeras. La censura en la transición a la democracia*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Montero Díaz, Julio, Paz, María Antonia y Sánchez Aranda, José J. 2001. *La imagen pública de la monarquía. Alfonso XIII en la prensa escrita y cinematográfica*. Barcelona: Ariel.
- Moradiellos, Enrique .2000. *La España de Franco (1939-1975). Política y Sociedad*, Madrid: Editorial

⁶⁴ ABC, Madrid, 28 de diciembre, 1975, 125. En aquellos meses, ABC publicó una serie de trabajos firmados por Roberto Arenzaga bajo el título “El ajedrez de la revolución”. En opinión de Inmaculada Cordero (2010, 69), representan “todo un ensayo por entregas sobre la situación de Portugal entre 1975 y 1976”, un periodo que dejamos fuera de nuestro estudio.

El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC

Síntesis.

Mountinho, Viale .1974. *Un abril en Portugal*. Madrid: Ediciones Júcar.

Muñoz Soro, Javier .2006. *Cuadernos para el Diálogo (1963-1976). Una historia cultural del segundo franquismo*. Madrid: Marcial Pons.

Nieto, Alfonso .1973. *La empresa periodística en España*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.

Olmos, Víctor .2002. *Historia del ABC. 100 años clave en la Historia de España*. Barcelona: Plaza y Janés.

Ponce Alberca, Julio y Sánchez González, Irene .2012. “Joaquín Carlos Lozano: periodista, político y ateneísta” in *Archivo Hispalense* 288-290: 131-148.

Powell, Charles .2001. *España en democracia, 1975-2000*. Barcelona: Plaza & Janés.

Rodrigues, Avelino, Borge, Cesário y Cardoso, Mário .1977. *Portugal en revolución*. México: Siglo XXI.

Rosas, Fernando y Rollo, M^a Fernanda, (coords.) .2011. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-Da-China.

Sánchez Cervelló, Josep .1997. *La Revolución de los Claveles en Portugal*. Madrid: Arco Libros.

Sánchez Cervelló, Josep .1995. *La revolución portuguesa y su influencia en la transición española (1961-1976)*. Madrid: Editorial Nerea.

Santos Caña, Jesús Ángel .1997-1998. “Impresiones sobre los inicios de la Revolución de los Claveles desde la perspectiva de la prensa local onubense” in *Revista de Historia Contemporánea* 8: 253-272.

Seoane, María Cruz y Saiz, María Dolores .2010. *Cuatro siglos de periodismo en España. De los avisos a los periódicos digitales*. Madrid: Alianza.

Spínola, António de .1974. *Portugal y el futuro. Análisis de la coyuntura nacional*. Barcelona: Planeta

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

Rita Luís

Universitat Pompeu Fabra/IHC-FCSH-UNL

1. Introdução

Um dia a ditadura vizinha, que desde 1968 a dava o exemplo de que as ditaduras em contexto europeu afinal se podiam herdar, foi derrocada por um golpe de estado seguido por uma revolução. Todo o espectro político espanhol reagiu visceralmente, num ou noutro sentido, porque era muito fácil ver em Portugal um manual de instruções para os seus desejos, independentemente da sua natureza¹. Neste contexto a própria imprensa, que medeia esta reação, transforma-se num dos objetos mais frequentemente criticáveis por meio de dar voz às análises que se querem fazer do próprio regime. A cobertura jornalística espanhola, foi descrita em traços largos por Eduardo Haro Teclen (1974) no verão imediato, da seguinte forma:

Uma primeira vanguarda de repórteres encontrou em abril determinados acontecimentos e explicou-os com bastante clareza e acerto. (...) A atitude da imprensa espanhola começa, no entanto, a mudar. A grande vanguarda de verazes repórteres foi sendo substituída pelos políticos. (...) Os comentaristas políticos – muitos deles políticos profissionais (dentro da profissionalismo político que é possível em Espanha), utilizadores do comentário como instrumento – são em cerca de oitenta por cento conservadores e outros vinte, moderados ou timoratos. Utilizam Portugal como metáfora. E estão a converter a informação em desinformação. (...) A imagem de caos que está a ser desenhada por uma parte da imprensa espanhola, e não precisamente pelos jornalistas não tem razão de ser. Tem a intenção de dizer que esse caos seria o que passaria aqui caso se produzisse uma mudança similar.²

No entanto, falar de imprensa espanhola como um corpo monolítico e monocolor seria um erro em que facilmente se podia incorrer. É certo que se tratava, no geral, de uma imprensa amplamente coagida³ e inserida num sistema informativo concebido para existência de filtros vários, sobretudo no que dizia respeito à informação internacional⁴. Mas, se por um lado existe uma grande cadeia de meios de

¹ Sobre a visão espanhola da revolução portuguesa foram feitos vários estudos de conjunto que se concentram na sua influência na transição espanhola como os de Sánchez Cervelló (1985; 1993) ou Inmaculada Cordero (2010); a par de outros estudos dedicados a curtos períodos temporais, como o de Chaput (2005) dedicado ao que Sánchez Cervelló (1993) designou como “fase positiva”, ou como o de Pinheiro (2012) sobre o contraste do primeiro mês em dois tipos de imprensa: a oficial e a democrática. Existem igualmente estudos sobre imprensa específica, como o de González Sáez (2013) sobre a imprensa publicada pelo “Bunker” espanhol durante o ano de 1974; ou os estudos de Santos Caña (1997-1998) e Fernández García (1996) sobre a imprensa regional. O tema é igualmente abordado em monografias sobre publicações, como a de *Cuadernos para el Diálogo* de Muñoz Soro (2006) ou a de *Cambio 16* (Díaz Dorronsoro 2012), ou monografias temáticas como a de Segado Boj (2008) sobre o humor gráfico na imprensa durante a transição em Espanha.

² Traduções realizadas pela autora.

³ Não obstante o facto da lei de Imprensa de 1966 (BOE 19 - III - 1966) ter configurado uma transição para a utilização preferencial de mecanismos repressivos; entre 1974 e 1976, o sistema espanhol ainda continha ambas táticas de regulação: tanto repressivas como preventivas. Depois de esta lei ter substituído algumas táticas de censura preventivas pela possibilidade de aplicar sanções a jornalistas, diretores e editoras, o Ministério de Informação e Turismo foi também concebido de forma diferente, como argumenta Elisa Chuliá (2001), implicando uma transformação do mesmo num dispositivo que deveria ser um dos principais provedores de informação dos meios de comunicação.

⁴ Para informar sobre os eventos internacionais as fontes informativas podiam tornar-se problemáticas, já que a agência de notícias EFE viu, pela lei de 1966, o monopólio que detinha na prática sobre as informações transmitidas

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

comunicação estatais, a *Cadena de prensa del Movimiento*⁵, e o monopólio informativo audiovisual pertence igualmente ao Estado⁶; por outro lado a imprensa que mais circulação tem é privada. Este seria, então, um dos primeiros matizes a realizar; não obstante o facto de a pura divisão por estrutura de propriedade ser relativamente estéril na descrição do objeto em mãos.

Depois de ter chegado a esta mesma conclusão, ou seja, da não existência de uma divisão concreta, politicamente, entre o conteúdo editorial da imprensa oficial e da imprensa “independente” (a privada), José Reig (2007) propõe então a distinção entre uma imprensa de regime e uma imprensa democrática, de acordo com a praxis discursiva de cada uma destas alimentar uma cultura política pró-regime ou uma cultura política pró-democracia. No primeiro grupo entrará a grande maioria da imprensa diária desta época, ainda que, há que sublinhar, esta progressivamente abarque alguma dissidência no seu interior. Já *Cuadernos para el Dialogo* (CD) - a par das revistas semanais *Cambio 16* ou *Triunfo*, e a partir de 1976 dos jornais *El País* e *Diario 16* - tornou-se num dos nutrimentos da cultura política de oposição ao regime autoritário Franquista, ainda que fosse acusada de ser uma publicação elitista⁷. Acusação que teria o seu fundamento pois fazia parte do intuito do seu fundador, como se verá adiante, a criação duma elite pronta a emergir num momento pós franquista que se desejava democrático.

Este artigo tem como objetivo analisar as linhas discursivas que em CD alimentavam o que seria uma cultura de oposição, tendo como base a relação da revista com a revolução portuguesa de 1974-1975. Neste sentido, vale a pena recordar que *Cuadernos para el Dialogo* (1963-1978) foi, muito mais do que um projeto informativo, um projeto político. Como projeto político revela-se não apenas no período em que encerra a sua atividade, depois duma tentativa não muito bem-sucedida de se transformar numa empresa jornalística de uma publicação semanal (1976-1978); mas também, por exemplo, no facto da grande maioria dos seus contribuidores, fundador incluído, não serem sequer jornalistas e muitos terem tido posteriormente uma carreira política⁸. Como assevera Javier Muñoz Soro, na revista “não existia uma

por agências estrangeiras, tais como *Agence France Presse* (desde 1962), *Reuters* (desde 1939), *Associated Press* (desde 1964) e *United Press International* (desde 1945), institucionalizado. Ainda que dois terços da agência fossem pertença do Estado espanhol, a EFE não era inteiramente uma companhia pública; embora a sua ação estivesse em consonância com as diretrizes governamentais e tanto o seu presidente como o seu diretor geral, responsáveis pela política informativa seguida, fossem, na prática, nomeados pelo Estado (Chuliá 2001).

⁵ Em 1975 com 44 jornais, uma agência de notícias – Pyresa – e 22, 3 % do total de circulação dos jornais em Espanha, dados de Reig (2007).

⁶ Existia tal como em Portugal apenas uma televisão, TVE, que não só pertencia ao Estado, como estava ao serviço do mesmo; e ainda que existissem rádios privadas (e algumas conseguiram alterar ligeiramente as regras), estas apenas podiam produzir oficialmente programas de entretenimento, pertencendo o monopólio da informação à estatal RNE. Duas vezes ao dia: às 14h30 e às 22h, as rádios privadas eram obrigadas (até 1977) a transmitir o noticiário produzido pela RNE, *el Diario hablado* mais conhecido por “*el parte*” (Balsebre 2002).

⁷ De acordó como Muñoz Soro (2006, 242): “Na realidade a difusão de *Cuadernos* era muito maior, tendo em conta o seu caráter mensal e o seu preço elevado, calcula-se que houvesse um coeficiente de 4,5 leitores por cada exemplar vendido em 1968, entre duzentas e trezentas mil pessoas. De acordo com um inquérito do Instituto da Opinião Pública, em 1970 era a revistas mais lida por uma elite formada por dirigentes políticos, representantes de meios de comunicação, homens de negócios, professores universitários e do ensino médio e estudantes universitários, ficando atrás apenas das mais populares como a *Gaceta Ilustrada* e *La Actualidade Española*, as quais superavam entre os universitários maiores de trinta e cinco anos.”.

⁸ Remetendo-nos apenas aos autores que assinaram peças relacionadas com o processo revolucionário português e que posteriormente desempenharam cargos políticos, tal é o caso de Gregorio Peces-Barba Martínez (PSOE desde 1972 e um dos autores da Constituição espanhola), José María Gil-Robles y Gil-Delgado (*Alianza Popular* e

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

redação profissional e eram poucas secções fixas, como “Cartas ao diretor” ou “Livros” (2006, 109).

O perfil dos colaboradores de *CD* está amplamente relacionado com o percurso do seu fundador, Joaquín Ruiz-Giménez (1913-2009). Ruiz-Giménez tratava-se de um antigo ministro franquista de Educação Nacional (1951-1956) que se foi desvinculando lentamente do regime, num percurso similar ao seguido por outros nomes da oposição tolerada, como o antigo falangista Dionisio Ridruejo, por exemplo. 1956 marca a viragem ideológica de antigos apoiantes do regime franquista, nomeadamente entre o setor estudantil⁹.

A dissidência ideológica progressiva de Ruiz-Giménez fermenta-se no pós-1956, durante a sua época como catedrático de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito de Salamanca (1956-1960), cidade onde se encontravam igualmente Tierno Galván e Raúl Morodo, cofundadores do *Partido Socialista Popular* (PSP), embora segundo a historiadora M^a Paz Pando (2009, 28), entre os grupos de Ruiz-Giménez e de Tierno Galván, também catedrático de Direito Político na mesma Faculdade, existisse não uma cumplicidade mas uma certa rivalidade.

Muitos dos colaboradores de *CD*, como por exemplo Elías Díaz ou Gregorio Peces-Barba, foram captados para este projeto na qualidade de Ruiz-Giménez como professor e sendo os demais seus discípulos, respetivamente em Salamanca e em Madrid. Desta situação advém o facto da grande maioria dos nomes da revista estarem profissionalmente ligados ao Direito. Outro momento chave dá-se quando a revista estava já em fase de preparação, a sua autorização é coincidente com a entrada de Manuel Fraga no Ministério de Informação e Turismo (1962-1969), e estando Ruiz-Giménez como professor de Doutrina social na Escola de Jornalismo da Igreja. Nesta época, alunos seus como Pedro Altares, José Felix Tezanos e Juan Luis Cebrián, entre outros, juntam-se ao projeto.

Politicamente a militância de Ruiz-Giménez é sobretudo católica, e embora se declarasse democrata e católico, não se assumia como democrata-cristão (Muñoz Soro 2006, 367) ainda que desde 1969 estivesse à frente de *Izquierda Democrática Cristiana*, pela qual foi candidato nas eleições gerais de 1977 (dentro da *Federación de la Democracia Cristiana*). Profundamente influenciado pela *Pacem in terris* de João XXIII, Ruiz-Giménez, cuja dissidência era já anterior, inicia um percurso de indagação intelectual que o levará bastante próximo de várias correntes socialistas, sem nunca chegar a aceitar uma conceção marxista da história (Pando 2009, 39), razão pela qual foi sempre relativamente reticente em aceitar ser visto como líder da democracia cristã espanhola. O seu papel como intelectual militante foi finalmente legitimado na cultura da transição ao ser proposto pelo PSOE, na sua primeira legislatura, para o novo cargo de *Defensor del Pueblo de España*, cargo que desempenhou até 1987.

posteriormente PP), Jordi Borja (*Bandiera Roja* e a determinada altura membro do comité central do PSUC e PCE, eleito deputado do parlamento catalão em 1980 pelo PSUC), Emilio Menéndez del Valle (PSOE, eurodeputado desde 1999), Enrique Barón (da *Convergencia Socialista de Madrid*, passou pela *Federación de Partidos Socialistas* e em 1977 integra-se no PSOE), Mariano Aguilar (PSOE, senador em 1977).

⁹Na sequência morte de José Ortega y Gasset a 18 de outubro de 1955, no início de fevereiro do ano seguinte foi-lhe realizada uma homenagem em Madrid organizada por estudantes universitários ao mesmo tempo que decorria o Congresso Universitário de Jovens escritores, que acabou sendo proibido. Igualmente, os estudantes tentaram quebrar a hegemonia do sindicato oficial de estudantes – SEU – o que desencadeou vários enfrentamentos na Universidade, tendo sido presos, entre outros, estudantes como Dionisio Ridruejo e José María Ruiz Gallardón. Joaquín Ruiz Giménez foi então destituído do cargo de Ministro.

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

Desta forma, e porque *CD* é um projeto que é indissociável do seu fundador, embora a revista tivesse começado por ser uma expressão do setor político em que Ruiz-Giménez se movia - burguês, elitista, vencedor da guerra, mas crescentemente desiludido com a desadequação do regime relativamente às suas próprias *Leyes Fundamentales* - em meados da década de 70, e sobretudo após a queda de Salvador Allende em 1973 e do papel que tiveram no Chile os democratas-cristãos, muitos dos seus intervenientes estão mais próximos de correntes socialistas (como Enrique Barón, Gregorio Peces-Barba, Pablo Castellano, etc.) ou ligados a partidos comunistas (como Jordi Borja, Josep Ramoneda ou Jordi Solé Tura); sendo no entanto, apesar da diversidade das suas correntes presentes, hegemónica a influência socialista (Munõz Soro 2006; Pando 2009).

Dos autores que abordam o processo revolucionário português, são raros os que não têm filiação partidária, ainda que clandestina, à época. Poder-se-á argumentar que a militância política não há de influir com a produção jornalística, o que é uma questão em si mesma discutível. Mas enquanto caracterização do corpo editorial da revista, não deixa de ser um dado relevante. De qualquer forma, dentro da legalidade vigente, a revista assumia, como o próprio nome indica, ser um espaço de diálogo e de divergência, nos moldes da experiência que Ruiz-Giménez protagonizou durante a sua época em Salamanca com *Tiempo Nuevo*, “uma espécie de tribuna livre de diálogo” quinzenal (Pandos 2009, 26) entre noviços, estudantes tanto da Universidade Pontifícia como da Civil. E se *CD* tinha sido pensada como uma conversa dentro da esfera do próprio regime, pelo caminho passou de dialogar com a oposição a um diálogo entre a oposição, e é, precisamente, nesta fase que acontece a revolução em Portugal.

2. Metodologia

Uma análise longitudinal, que se iniciou com a edição de fevereiro de 1974 e terminou com a de março de 1976, quando *CD* passa de ser edição mensal a semanal, permitiu recolher um corpus constituído por quarenta e nove unidades de redação¹⁰ (Kayser 1974) que incluem uma referência explícita ao tema do processo revolucionário português. As peças foram classificadas por tipologia (editorial, entrevista, inquéritos, artigo, colunas de opinião, etc.) e inseridas dentro de um dos amplos géneros jornalísticos propostos por Martínez Albertos (1992): informativos, interpretativos e de opinião, para que fossem analisadas segundo as características que cada um destes géneros pressupõe¹¹. Dada a escassez de peças estritamente informativas, utilizam-se sobretudo os conceitos de conflito e consenso inerentes ao modelo de “democracia deliberativa” (Habermas 2010), relacionando-os com o chamado género para a avaliação

¹⁰ Corpus constituído por: 5 capas (3 como tema principal e 2 com chamada), 10 editoriais, 19 artigos; 2 cartas à redação; 4 colunas de opinião fixas; 4 entrevistas; 3 Inquéritos (um deles o censurado ao qual não se teve acesso); 1 crónica e 1 entrada na secção fixa “Livros recomendados”.

¹¹ A classificação dos géneros jornalísticos não é nem unívoca nem consensual. A tradição anglo-saxónica construiu-se segundo a divisão entre *story* e *comment*, mas tal como refere Martínez Albertos (1992), tal não é o caso da tradição latina. O que este autor divide em três (informação, interpretação, opinião), outros autores como Josep María Casasús (1991) dividem em quatro (informação, interpretação, opinião e instrumentais); e outros, como Hector Borrat (1989) dividem em dois (géneros para o relato: informação e interpretação; e para o comentário: argumentativos ou de opinião), sublinhando que não é uma divisão equivalente à anglo-saxónica. No entanto, o contacto com a imprensa desta época e a constatação não só do carácter permeável dos géneros utilizados, como da transversalidade da opinião e/ou comentário, influencia a preferência pela utilização da divisão de Martínez Albertos assim como a de van Dijk (1990), que considera o género interpretativo como parte do amplo género de avaliação.

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

(van Dijk 1990) que engloba peças consideradas tanto de opinião (editoriais, colunas, etc.) como interpretativas (artigos, crónicas, etc.) para delinear as principais linhas discursivas que alimentam a cultura de oposição franquista, definindo desta forma os seus pontos de convergência e as suas disputas.

3. Uma dedicação intensa e intensamente vigiada

Como revista mensal *CD* publicava anualmente, se corresse tudo como previsto, 12 edições ordinárias e 6 edições extraordinárias, das quais uma das 12 extraordinárias publicadas entre 1974 e 1975¹² é dedicada ao derrocar da ditadura em Portugal: “Portugal, o fim de uma ditadura” (junho 1974)¹³. Por outro lado, como editora, *Cuadernos para el Dialogo* (Edicusa S.A.) publicava igualmente 10 suplementos anuais, monografias sobre vários assuntos da atualidade, sendo o relativo a de junho de 1974 dedicado à eclosão do processo português¹⁴.

Entre maio de 1974 e março de 1976, dos 23 números ordinários previstos, circularam apenas 20, três dos quais em número duplo. A publicação de números duplos acontece por razões distintas: ou devido à supressão (ou considerável atraso no processo de revisão e aprovação) pela censura da edição do mês anterior, que é o caso das edições duplas referentes aos meses de Janeiro-Fevereiro e Junho-Julho em 1975, ou acuando da passagem da publicação de edição mensal a semanal em Fevereiro-Março de 1976¹⁵.

Outros números circularam mutilados pela censura, como é o caso do número extraordinário de 1974 dedicado ao fim da ditadura em Portugal. As primeiras cópias desta edição circularam visivelmente censuradas, uma vez que lhes foi retirado, posteriormente à sua edição, um inquérito sobre o processo português respondido por várias personalidades espanholas, muitas das quais colaboradores da revista¹⁶. Este inquérito de 20 páginas – “Portugal a inquérito”- foi suprimido após a impressão e, em consequência da sua retirada, foi também removido metade do editorial “Portugal, o fim de uma ditadura”. Igualmente à edição de outubro de 1975 foi retirado um dos editoriais, como é anunciado na mesma edição¹⁷, já que a

¹² 1974: (março) “*Clases medias*” en *España*, (maio) *Los emigrantes*, (junho) *Portugal, el fin de una dictadura*, (agosto) *¿Existe una cultura española?*, (novembro) *Población recursos: ¿hacia el fin del crecimiento?*, (dezembro) *La noche capitalista*; 1975: (março) *España agraria*, (maio) *El derecho a la salud*, (junho) *Problemas de la clase obrera*, (agosto) *Las mujeres*, (novembro) *Antonio Machado 1875-1939*, (dezembro-janeiro) *Nuevas fronteras de los derechos humanos*.

¹³ Esta edição, além de várias entrevistas realizadas por Vicent Verdú (a Ernesto Melo Antunes e Carlos Contreiras, a José Cardoso Pires e Fernando Assis Pacheco e a Mário Sottomayor Cardia) tem vários artigos de autores portugueses como Fernando Abreu (sobre o movimento operário português), Alberto Arons de Carvalho (sobre a censura em Portugal) e João Martins Pereira (sobre a economia portuguesa). Entre os vários colaboradores espanhóis está um dos advogados da família de Humberto Delgado, Jaime Cortezo, que escreve sobre o seu assassinato.

¹⁴ Carandell, Luis e Barrenchea, Eduardo. 1974. *Portugal, sí*, Madrid: Cuadernos para el Dialogo

¹⁵ Na última edição mensal, número 149-150 (fevereiro /março 1976), são publicados vários artigos que haviam sido anteriormente sequestrados pela censura.

¹⁶ Miguel Angel Arredonda, José Aumente, Javier Lasarte, M. U. Pérez Ortega, A. Rojas Marcos, Sebastián Romero, Andrés B. Romero, Miguel Castells Arteché, Roberto Mesa, Enrique Barón, Pedro Laín Entralgo, Jaime Miralles Alvarez, Mariano Aguillar Navarro, Miguel Jiménez de Parga, Enrique Tierno Galván, Julián Ariza, Fernando Alvarez Miranda, Pablo Castellano, J. M^a Gil-Robles, Manuel M^a Escudero, Antón Cañellas, Nuno Teotónio Pereira, Juan Goytisolo, Antonio Menchaca.

¹⁷ “Por razões de cariz administrativo vimo-nos obrigados a substituir o editorial que encabeçava este número que o leitor tem diante si. Os leitores saberão entender que o nosso silêncio a respeito de alguns dos temas que a todos nos preocupam se deve a causas alheias aos nossos desejos” [Editorial “Nota”.1975. *CD*, outubro, 145: 5]

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

revista fazia questão de ser autoreferencial quando se tratava de intervenção governamental no seu labor, avisando os seus leitores do que não tinha sido publicado e, dentro dos limites, do porquê.

4. O Editorial como espaço de consenso

Independentemente do debate sobre a definição do género onde se integra uma peça como o editorial; há quem o enquadre dentro do género argumentativo (Borrat 1989; Casasús e Núñez Ladevéze 1991), que é designado por outros autores como um género para o comentário e a opinião (Martínez Albertos 1989 e 1992; Gomis 1989; Santamaría 1990) ou como parte de um género de avaliação (van Dijk 1990); é relativamente consensual de que se trata de um tipo de artigo onde se emitem juízos de valor acerca do objecto que o motiva, de uma forma relativamente institucional. Segundo Muñoz Soros (2006, 109) os editoriais, uma tarefa que era verdadeiramente coletiva dentro de *Cuadernos para el Diálogo*, eram também a seção da revista que na sua história foi mais frequentemente censurada:

Os editoriais eram elaborados pelo conselho de redação, que se reunia pelo menos uma vez por semana para discutir as diferentes propostas e rascunhos. Uma pessoa, quase sempre com conhecimentos específicos sobre o tema em questão, recolhia as ideias diversas, sugestões e modificações do rascunho original e encarregava-se da redação definitiva, que seria ainda revisto pelo mesmo conselho e por Ruiz-Giménez antes de ser publicado. Os editoriais eram, por tanto, fruto do compromisso relativo aos princípios elementares de convivência democrática, mas também do compromisso relativamente a aspetos mais concretos de um futuro, realização política e institucional, entre pessoas que, durante esses anos, irão definindo as suas opções ideológicas por vezes em aberta divergência

Como tal, editorialmente são tomadas posições sobre as quais há interiormente um relativo consenso, tal como é assumido no já mencionado editorial cortado a meias da edição extra de junho: “O editorial em mãos significa, em última instância, a resposta coletiva de “Cuadernos” ao nosso próprio inquérito”¹⁸. Exemplo disso é a ideia inicial de que Spínola trará Portugal para o presente do que é a Europa: “O Portugal de hoje, o que recebe o afã regenerador de Spínola, está fora do tempo da Europa contemporânea”¹⁹. Ideia corroborada pela assunção de que as ditaduras, no geral, não são fórmulas adequadas para este presente:

O caso português confirma uma vez mais o que alguns já chegaram a chamar lei histórica: que as ditaduras, quaisquer que sejam as suas roupagens institucionais, se desgastam e se esgotam. A sua continuidade, a tentativa de continuidade, está mais próximo do utópico que do possível e razoável.²⁰

Igualmente se assume que qualquer que seja o tipo de democratização a executar em Portugal, esta só será possível a par de uma descolonização sem reticências: “A consolidação do novo Portugal depende da democracia que se pratique também em África”²¹. Estes são temas cujo consenso é relativamente fácil de inscrever numa certa naturalização das democracias ocidentais como etapa final de um processo de transição deste tipo²². Neste sentido, a Europa e aquilo que esta significa seria o horizonte

¹⁸ Editorial “Portugal, el fin de una dictadura”. 1974. *CD EXTRAORDINARIO*, junho, LXI: 4-5

¹⁹ Editorial “Portugal: un camino a la esperanza”. 1974. *CD*, maio, 128:11-12

²⁰ Editorial “Portugal, el fin de una dictadura”. 1974. *CD EXTRAORDINARIO*, junho, LXI: 4-5

²¹ Editorial “Portugal: ¿Un colonialismo democrático?”. 1974. *CD*, julho, 130: 13

²² De facto o tema colonial é abordado em *Cuadernos para el Dialogo*, a nível editorial, uma única vez; ainda que sejam publicados 3 artigos da autoria de Emilio Menéndez del Valle, autor igualmente dos livros: *África Negra dominio blanco* e *Angola; imperialismo y guerra civil* (1974; 1976).

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

ideal de um processo de saída duma ditadura como a Portuguesa, e implicitamente a Espanhola, implicando obviamente a adoção dos valores que esta predica como seja a descolonização, o desmantelamento das estruturas repressivas, a legitimação do poder pelas urnas, etc., que são efetivamente os valores subjacentes às declarações de intenção inicialmente enunciadas pelos protagonistas da mudança.

A nível editorial a atenção sobre o processo foca-se sobretudo durante a primavera-verão, tanto de 1974 como de 1975. O final do verão de 1974 traz consigo a instauração de três temas alvo de críticas recorrentes: a atuação dos meios de comunicação, a atuação da hierarquia eclesiástica portuguesa e, relacionado com os anteriores, a atuação das forças da direita.

Rapidamente se inicia em *CD* uma denúncia das várias ofensivas das forças reacionárias no plano político, do “golpe” palaciano de Palma Carlos à manifestação da maioria silenciosa:

Em ambas ocasiões, a direita, inquieta dado o firme ritmo descolonizador e pela presença e peso das forças de esquerda no novo sistema, tentou dar uma volta a seu favor à situação.²³

Crítica que seguirá sendo feita, e provavelmente de forma até mais veemente, aquando da tentativa de golpe efetuada pelas forças agrupadas em torno do General Spínola a 11 de março de 1975:

Os protagonistas são os mesmos. As intenções, as mesmas. A técnica, a mesma. O General Spínola ama o poder e tenta alcançá-lo utilizando as forças conservadoras do seu país.²⁴

O processo revolucionário português em si mesmo não é posto em causa e a leitura que se faz da tentativa de golpe é a de uma nova tentativa por parte das forças que haviam sido depostas, de tentar recuperar a posição que anteriormente detinham.

Seguidamente faz-se uma crítica tão pertinente quanto dura à atuação dos meios de comunicação, tanto nacionais como internacionais. Como revista mensal, *CD* tem a oportunidade de fazer uma análise da atuação da imprensa diária e fá-la frequentemente, ainda que o faça sobretudo nos momentos de crise, como sejam os momentos entre os dias 28 e 30 de setembro de 1974 em que a tentativa de Spínola de reversão das forças culmina com o seu abandono da Presidência da República:

Finalmente não podemos deixar de nos referir à informação e comentários, parciais e tendenciosos, que nesta ocasião deram vários jornais espanhóis, especialmente em Madrid, sobre os acontecimentos em Portugal. Houve até um jornal que vetou as crónicas do seu enviado especial em Lisboa, que, pelos vistos, não eram do agrado do jornal a que nos referimos. E já se sabe que há quem prefira desfigurar a realidade quando esta não é do seu agrado.²⁵

De facto, Spínola abandona o poder com um inflamado discurso durante o qual adverte para o domínio comunista em Portugal, pista que é a seguida pelos meios de comunicação durante a crise subsequente, que se seguiu ao 11 de março de 1975:

Surpreende e melindra a “magna e unânime cerimónia de confusão” que o mundo ocidental orquestrou nos

²³Editorial “Portugal: Defensa del proceso democrático”. 1974. *CD*, outubro, 133: 44

²⁴Editorial “Lucha ideológica en torno a Portugal”. 1975. *CD*, abril, 139:13

²⁵Editorial “Portugal: Defensa del proceso democrático”. 1974. *CD*, outubro, 133: 44

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

meios de comunicação em torno do falhado golpe de força em Portugal. Que saibamos, quase nenhum meio de comunicação seja impressa, radio ou televisão, narrou com clareza objetiva a verdade de uns factos simples e categóricos. Temos sido torpemente bombardeados com a cantilena do perigo de uma esquerda insurgente. (...) Como quase ninguém se lançou na corrida da pura notícia, vimos modestamente concretizar e recordar. (...) A informação no nosso mundo alcançou um dos seus mais altos níveis de confusão informativa (...)²⁶

A crítica relativamente aos meios de comunicação e à sua incapacidade de produzir notícias concretas sobre os desenvolvimentos da tentativa falhada de golpe de Estado, prossegue durante o processo eleitoral de abril de 1975, passando de uma crítica geral da desadequação dos meios a uma crítica de pormenor, baseada em exemplos concretos, nomeadamente espanhóis:

Alguns setores da imprensa ocidental têm mantido atitudes deformadoras da imagem que oferecem dos acontecimentos portugueses. Em algumas ocasiões inflamam incidentes mínimos de forma a reconduzi-los à já conhecida conclusão da “desordem” ou do “perigo comunista” a tomarem conta do país. Alguns jornais espanhóis têm sido incansáveis neste empenho (“Eleições sob repressão comunista”, titulava um jornal matutino de Madrid, mostrando na primeira página Álvaro Cunhal com três punhos ao alto!).²⁷

Sob o ponto de vista de *CD* a ameaça comunista anunciada pelo General Spínola alimenta uma linha discursiva de alarme que acaba por se ver desautorizada pela realidade portuguesa:

O tema de Portugal e da sua situação política tem sido tratado profusamente e manipulado por parte de certa imprensa espanhola e outros meios de comunicação. Ao ler as crónicas de alguns enviados a Lisboa, ver as caras e ouvir as vozes de locutores de radio e TV, dava a impressão de que estavam frustrados por as notícias não serem tão más como as que gostariam de oferecer. Não chegava a estalar a catástrofe e não por falta de vontade.²⁸

Esta autoreferencialidade feita editorialmente é reforçada por várias colaborações individuais, nomeadamente as de Pedro Altares, que é quem com mais frequência aborda o tema informativo nas suas colunas de opinião. Por um lado, aquando da eclosão do processo e no momento da queda do regime, a sua intervenção no espaço “El críticón” aborda o silêncio e a desinformação generalizada sobre as questões que minaram os alicerces do regime vizinho:

Mas então, quase de repente, os jornais espanhóis começaram a falar de Portugal, inclusive nas suas primeiras páginas. E dão como supostas uma série de coisas sobre as quais, palavra de honra, eu nunca tinha tido notícia, no sentido mais literal do termo. Que jornal espanhol falou da ditadura férrea, da falta de liberdade, da torturadora policia política, do desconhecimento que se fazia sentir relativamente aos mais elementares direitos humanos, de que os Portugueses estivessem fartos do regime? Dou a volta aos meus arquivos. Nem uma palavra. A minha moral de homem que-achava-estar-bem-informado veio-se abaixo. (...) E o pior é que estou a pensar que a minha desinformação de hoje pode repetir-se com outros lugares. Se calhar até com Cuenca... Em plena era informática, o assunto desmoraliza. Ao menos a mim. A partir de agora será melhor reconhecer, como nos casamentos reconhecem os convidados, que não sabemos de nada. E que ter lido os jornais todos os dias não é desculpa.²⁹

Fazendo uso da ironia, Pedro Altares acaba por pôr em causa qualquer informação dada pela imprensa espanhola, dando como prova o caso da, que era retratada como firme e consensual, ditadura portuguesa. Igualmente, a propósito da questão da unidade sindical e instigada rapidamente pelo cerco ao Congresso do CDS no palácio de Cristal no Porto por elementos de extrema-esquerda, iniciou-se uma

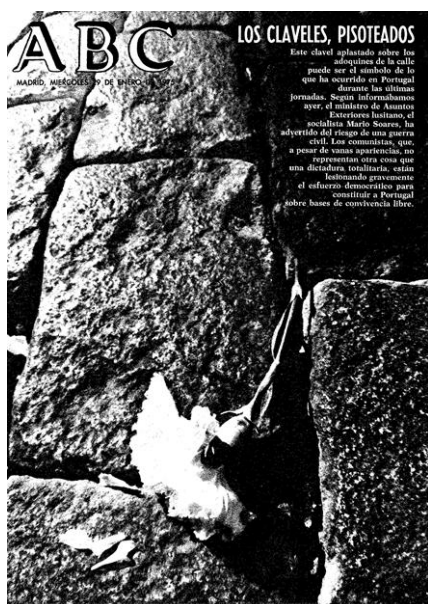
²⁶ Editorial “Lucha ideológica en torno a Portugal”. 1975. *CD*, abril, 139:13

²⁷ Editorial “Portugal democrático y socialista”. 1975. *CD*, maio, 140:14-15

²⁸ Editorial “Portugal, manipulado”. 1975. *CD*, setembro, 144:7-8

²⁹ Altares, Pedro. 1974. “Yo no sabía de nada...” *CD*, maio, 129:59

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**



I. ABC (29.01.1975)

situação de alarme, alimentada sobretudo por jornais mais conservadores, como é o caso de *ABC*. No final do mês de janeiro de 1975, mais precisamente no dia 29, este jornal publica uma capa ilustrativa da sua opinião sobre os acontecimentos mais recentes em Portugal, com um cravo pisado sob um fundo de uma calçada de macadame³⁰. Capa que foi identificada por Inmaculada Cordero (2010) como sendo de setembro e relacionada com o afastamento de Spínola da presidência da República. É, no entanto, uma capa que se relaciona com as recorrentes acusações de *ABC* do caminho totalitário que toma o processo revolucionário português; e que vê no amparo por parte do MFA de uma pretensão do partido Comunista – a unidade sindical – contestada pelo partido socialista, um passo mais nessa direção. Os protestos realizados por partidos de extrema-esquerda aquando da realização do congresso do CDS, a violência que se seguiu e a hesitação por parte do MFA no refrear dos mesmos, juntamente com as declarações de Mário Soares nesse sentido, intensificam a ideia de que uma guerra civil estará eminente. Dada a pouca simpatia que este jornal hipoteticamente teria pelos valores representados pelo cravo vermelho, símbolo do processo que se iniciou a 25 de Abril de 1974, *CD* não deixa passar a oportunidade de evidenciar a ironia que esta primeira página significava, que Pedro Altares comenta da seguinte forma:

O mais estranho é que em Espanha, onde as coisas acontecem mais devagar, tenham surgido tantos defensores da pureza democrática... em Portugal. Sem ir mais longe, o jornal *ABC*, de Madrid, converteu-se num insólito defensor dos símbolos surgidos a 25 de Abril. A propósito dos lamentáveis acontecimentos no Porto, uma truculenta primeira página com cravos manchados deixava estupefactos os leitores habituais do jornal, emocionados ante tal exibição pública de fé democrática. Recorde-se a este respeito, os elogios do mesmo jornal ao general Pinochet, quem, como pelos vistos não pisou nenhuma flor, não maculou a sua limpa conduta democrática. Claro que, ao melhor, para *ABC* a proteção das plantas e da democracia são conceitos similares e indissolivelmente unidos. Só assim se pode explicar tal empenho na defesa de um direito, o de reunião, e de um sistema político, a democracia, que, flores à parte, talvez necessitassem tomadas de posição menos longínquas geograficamente. (...) o mínimo que se pode pedir a quem quer dar aulas de canto é que saiba um pouco de solfejo.³¹

Recorde-se que *ABC*, numa deriva conservadora tardo-franquista que incluiu, segundo Victor Olmos (2002), apoiar, em 1969, a tese governamental do suicídio de Enrique Ruano Casanovas (1948-1969), morto sob custódia da Brigada político-social ao “cair” dum sétimo andar em Madrid, publicando páginas de um suposto diário íntimo como prova das suas tendências suicidas; assim como apoiar, no ano seguinte, a defesa da postura governamental durante o processo de Burgos, recusando a publicação das crónicas em que as declarações dos acusados denunciavam formas várias de opressão e tortura. *ABC*

³⁰ Em conjunto com o seguinte texto: “Os cravos, espezinhados. Este cravo esborrachado sobre os paralelepípedos da rua pode ser o símbolo do que se passou em Portugal nos últimos dias. De acordo com o que informávamos ontem, o ministro dos Assuntos exteriores lusitano, o socialista Mário Soares, tem advertido existir risco de guerra civil. Os comunistas, que apesar das vãs aparências não representam outra coisa que uma ditadura totalitária, estão a lesionar gravemente o esforço democrático para construir Portugal segundo as bases de convivência democrática.”

³¹ Altares, Pedro. 1975. “Sobre claveles y curriculum” *CD*, janeiro/fevereiro, 136-137:61

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

havia igualmente apreciado positivamente o golpe de Estado liderado por Pinochet a 11 de setembro de 1973, facto que Pedro Altares oportunamente aqui relembra.

Por último, editorialmente denuncia-se também o colaboracionismo da hierarquia eclesiástica portuguesa, incapaz duma atuação ética, durante o período ditatorial, ainda que não a partir de uma postura jacobina, mas sim de pesar perante tal desadequação relativamente aos princípios cristãos que a deveriam guiar:

Aquela atitude de inibição, silêncio ou passividade, pelo menos no plano público, é dificilmente olvidável e explica a diminuição de prestígio e, de algum modo, a carência de “autoridade moral” que agora padece a hierarquia eclesiástica lusitana para emitir juízos de valor sobre os acontecimentos que ali sucedem e para propor princípios e orientações pastorais de ação política aos cidadãos, crentes ou não (...) Que tal situação da hierarquia eclesiástica portuguesa dói a muitos cristãos de outros países não é invenção nossa.³²

A matriz inicial da revista está presente nesta crítica à Igreja Portuguesa que, tal como a Espanhola, foi maioritariamente incapaz de se ajustar às ideias saídas do concílio do Vaticano II e ao espírito da *Pacem in terris* de João XXIII, bases fundamentais do espírito que presidiu à criação de *CD*:

Dói-nos ter de repetir que a atitude da hierarquia eclesiástica portuguesa foi em sua grande maioria conservadora e pré-conciliar e não se retificou o suficiente. (...) Com todo o respeito temos de expressar a nossa tristeza perante o feito de umas autoridades eclesiásticas que se mantiveram em silêncio – com a honorável exceção do Bispo do Porto – durante a longa ditadura salazarista, adotem agora uma postura crítica e que contrasta com as atitudes positivas mantidas por comunidades cristãs de base pelos grupos de Justiça e Paz e pelo movimento “cristãos pelo socialismo”. Fazemos votos porque num momento histórico como este, de profunda renovação nacional, com amplíssima participação do povo, a Igreja hierárquica portuguesa mude o seu rumo e evite que os setores mais reacionários do país possam apoiar-se nela e tratar de utilizá-la para os seus fins, quando uma das suas mais nobres missões é apoiar a promoção da liberdade, da igualdade e da justiça numa nação que se abre ao futuro.³³

Dada a visível inadequação da Igreja Portuguesa face aos desafios que o processo revolucionário colocava, o caso Renascença é visto como uma instrumentalização da situação por parte da hierarquia eclesiástica e não como um problema de atentado à liberdade de imprensa e informação:

O que lamentamos é que o Bispo de Braga não se tenha manifestado publicamente em igual sentido durante o regime português anterior, quando o seu colega do Porto foi expulso do país por dirigir uma correta e moderada carta a Oliveira Salazar reclamando a implantação e reconhecimento dos Direitos Humanos. Tão pouco temos conhecimento de que o arcebispo de Braga tenha protestado pela existência durante o anterior regime de uma feroz censura previa o pela repressão política e as suas sequelas detenções e torturas, ou pelo baixo nível de vida do povo, ou pela acumulação de riqueza e poder numas poucas mãos, ou pelo assassinato às mãos da polícia política do general Humberto Delgado, etc., etc. O caso da Rádio Renascença foi instrumentalizado por determinados setores do catolicismo conservador no país vizinho. (...) Para quem a situação da Igreja em Portugal constitui quase uma obsessão há que recordar-lhes que devem deixar de ver o cisco no olho do vizinho e de ignorar a trave no próprio.³⁴

Sendo esta uma posição editorial que é amparada pelos artigos de fundo de Eduardo Barrenechea³⁵. Há uma tendência em *CD* para responder às críticas que se fazem a partir de Espanha, não

³² Editorial “Portugal, un “test” para la iglesia”. 1974. *CD*, setembro, 132: 8-9

³³ Editorial “Portugal democrático y socialista”. 1975. *CD*, maio, 140:14-15

³⁴ Editorial “Portugal, manipulado”. 1975. *CD*, setembro, 144:7-8

³⁵ Os artigos de fundo sobre o processo revolucionário português são enviados por Eduardo Barrenechea, redator-chefe e enviado especial de *Informaciones* em Lisboa até ao início de julho de 1975. No final de 1975, Barrenechea, que ganhou postumamente (em 1999) um prémio especial do Club Internacional de Prensa durante uma homenagem aos

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

apenas no que diz respeito à situação da Igreja em particular, mas também relativamente à qualidade democrática no geral, com uma chamada de atenção para sua própria situação interna e os problemas que aí se enfrentam. Como se escreve no editorial de setembro de 1975: “O que parece evidente é que se de alguma situação política é difícil criticar o que está a acontecer em Portugal, é precisamente a partir da espanhola”³⁶. Precisamente uma das ideias centrais que inspira a revista durante todo este período.

5. As colaborações como território de disputa.

As colaborações, relativamente ao processo revolucionário português, pertencem, na sua grande maioria, também ao que se chama um género argumentativo ou de opinião, segundo os autores que se queira seguir, já que incluem colunas de opinião como as de Pedro Altares: “el criticón” ou “El pulso de los días”; de Enrique Alvarez Cruz, “politica ficción”; e de Gregorio Peces-Barba, “Anotaciones ingenuas”; a secção de “Cartas a la redacción”³⁷; mas também porque a generalidade dos artigos publicados implicam a emissão de um juízo.

Há, por outro lado, algumas peças híbridas, mais próximas do chamado género interpretativo (Martínez Albertos 1989 e 1992), que van Dijk como já se viu, não distingue do argumentativo, considerando ambos – argumentativo e interpretativo – parte de um género amplo de avaliação (1990); como serão os artigos de Eduardo Barrencea, nos quais se pretende “oferecer um quadro interpretativo da realidade” (Martínez Albertos 1992, 279). Um número bastante pequeno de colaborações cai na categoria menos problemática do género informativo (Martínez Albertos 1989 e 1992; Gomis 1989; Casasús e Núñez Ladevéze 1991; van Dijk 1990), como por exemplo as entrevistas a Raúl Rêgo, por Félix Santos, ou a Cardoso Pires, Melo Antunes e Carlos Contreiras, por Vicent Verdú, que neste sentido respondem ao objetivo de descrever ou narrar acontecimentos ou situações. No entanto, ao contrário de um espaço como o editorial, “as colaborações (...) revelam a riqueza e a diversidade das culturas políticas do antifranquismo, as suas convergências, mas também as suas divergências”, lembra Muñoz Soro (2006: 109).

De um ponto de vista Habermasiano, o conflito seria uma perturbação, uma incapacidade de deixar de lado as particularidades individuais, que infelizmente não pôde ser eliminada e, portanto, um falhanço do consenso racional que pressupõe o seu modelo. No entanto, visto a partir do por prisma de Laclau e Mouffe (2001) qualquer forma de consenso é assumida como o resultado de uma articulação hegemónica que terá sempre o seu lado exterior. Ou seja, exterior ao consenso existirá sempre o inconciliável. Sendo precisamente na definição de um antagonismo – no delinear de uma fronteira politicamente explícita – que radica a possibilidade de existência do próprio projeto democrático pluralista.

correspondentes espanhóis em Portugal, deixa *Informaciones* para assumir a subdireção da edição semanal de *Cuadernos para el Dialogo*, iniciada em março do ano seguinte.

³⁶ Editorial “Portugal, manipulado”. 1975. *CD*, setembro, 144:7-8

³⁷ Pimenta, Adriano A. 1974. “Movimiento obrero portugués”, *CD*, outubro, 133:48 em resposta ao artigo de Fernando Abreu [Abreu, Fernando. 1974. “Movimiento obrero portugués”, *CD EXTRAORDINARIO*, junho, LXI: 31] e Marquer, A.C. 1975. “Portugal: una lección renovada”, *CD*, maio, 140:49.

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

Desta forma o debate, e a impossibilidade de consenso, inscrevem-se já não a partir de um antagonismo patente entre defensores e detratores de um regime autocrático; mas entre os propugnadores da democracia, como se assumem os autores desta revista, sobre qual a forma que esta deve ter. Mais ainda, sobre a forma que uma democracia, que se deseja social, deve ter.

Por um lado, o primeiro artigo de Eduardo Barrenechea trata-se de uma desconstrução da visão que se propaga, na generalidade da imprensa espanhola, sobre a situação da direita em Portugal³⁸ no final de 1974. O texto é construído como uma resposta, tendo sempre como base uma crítica a “uma certa imprensa espanhola e uma certa prensa estrangeira”, desmontando as ideias que esta veicula.

Ideias estas que incluem a possibilidade de que Portugal se converta numa Cuba em pleno território europeu, no sentido em que o poder possa ser tomado pelas armas, a partir da qual Barrenechea infere que o medo dos países “Liberal-capitalistas” estará mais próximo a que “se reproduza o caso do Chile (o acesso ao poder através da vontade democrática das urnas)”. E neste medo radicaria precisamente a motivação da imprensa internacional para propagar a ideia de que, quando a leitura que se pode fazer desta insistência, seria de quadrante inverso:

O único que propagam aos quatro ventos é: “Atenção!, que em Portugal pode instaurar-se uma verdadeira democracia..., e corremos o risco de que em vez de uma democracia capitalista liberal (como a que podia garantir-nos o general Spínola) se estabeleça uma democracia socialista” (E, atenção, ao escrever socialista no me refiro ao socialismo marxista, mas ao socialismo tipo Mitterand oWilly Brandt.)

Relacionada com esta ideia da inexistência de democracia em Portugal, está a formulação decorrente de que a direita se encontra coagida. Acusação que é frequente, segundo Barrenechea, em “muitos meios de comunicação espanhóis (e aqueles meios que são controlados pelo capitalismo liberal nos países ocidentais)”. Ora, aqui a questão será aquilo que entenda esta imprensa ser “a” direita. Para este jornalista, a grande confusão radica em “qualificar como direita a ultra direita derrocada”, especificando: “A este *grupúsculo* autocrático, feudal, oligopólio e monopolista derrocado do poder pelas Forças Armadas, não é honesto chamar-lhe direita. A direita é outra coisa.” E acabando por concluir que “Quem em Portugal diz que não existe democracia são precisamente aqueles que a impediram a todo o custo durante meio Século.” E esta acusação é transposta a quem, no estrangeiro, durante quase cinquenta anos de ditadura não se insurgiu com igual veemência pela falta de democracia.

No caso do segundo artigo a crítica deixa de ser exterior e passa de alguma forma a ser da ordem do conflito, consubstanciando-se à volta do debate sobre o conceito de unidade³⁹ que ocorria durante o verão de 1975. Para Barrenechea a unidade, que se viu ostensivamente quebrada com o abandono do IV Governo pelo partido socialista (PS) - e posteriormente pelo partido popular democrata (PPD) - era unicamente aparente e, sobretudo, havia sido mal concebida:

Fundamentalmente porque não se tratou de unir, senão de uniformizar. “Confundi-se” unidade com uniformização. Foram uniões impostas desde acima e não uniões a que se chegou por convencimento, por desejo, das bases, por um consenso expresso livremente. Rompeu-se, pois, algo que nunca foi um todo

³⁸ Barrenechea, Eduardo. 1974. “Portugal, Las protestas de la derecha” *CD*, novembro, 134: 37-42

³⁹ Barrenechea, Eduardo. 1975. “Portugal: Lucha abierta contra el uniformismo” *CD*, agosto, 143: 23-28

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

unido, senão “colado” artificialmente.

Não obstante a crítica que faz à demasiada proximidade que tem o PS com as sociais-democracias europeias, considera Barrenecha que a unidade - uma imposição comunista - incorporava a impossibilidade de pluralismo, denunciada pelos partidos Socialista e Popular Democrático. Não deixando de inscrever o caso do jornal *República*, curiosamente numa das poucas referências a este em *CD*, como o detonante desta mesma crise.

Por outro lado, uma polémica interna gira à volta deste mesmo tema da união da esquerda. Polémica que é iniciada pelo artigo de Jordi Borja e Josep Ramoneda “Antagonismos e convergências. Socialistas e comunistas na Europa Ocidental”⁴⁰, que é igualmente tema de capa com direito a fotografias de, entre outros políticos europeus, Álvaro Cunhal e Mário Soares. Nesta peça, Borja e Ramoneda, a propósito da análise em específico das situações francesa e portuguesa, dentro de um contexto europeu mais alargado, concluem pelo valor da união, que concebem como um forçar à esquerda dos partidos socialistas concebidos a partir de moldes centristas: “Tudo isto comprometeu com frequência os socialistas a subordinar-se à direita e na gestão conservadora da sociedade capitalista.” Este artigo suscitou respostas várias, como explica uma nota da redação de *CD* no preâmbulo de “Comunistas e Socialistas na Europa”, uma resposta de Reyes-Mate e Enrique Barón:

No nosso último número do mês de maio publicámos um artigo assinado por Josep Ramoneda e Jordi Borja com o título: “Europa: socialistas e comunistas, antagonismos e convergências”. O tema levantou uma acesa polémica. Uma réplica a este artigo foi inserida no número correspondente ao mês de junho, que, sem embargo, no chegou aos leitores por ter sido sequestrado por decisão do Ministério de Informação e Turismo. Dita réplica, sob o título “Resposta socialista a um artigo dogmático. A propósito de socialistas e comunistas na Europa ocidental”, estava assinado por Pablo Castellano, Victor Martínez-Conde, Emilio Menéndez del Valle, Gregorio Peces-Barba, Manuel de la Rocha, José Félix Tezanos, Leopoldo Torres Boursault e Virgilio Zapater. Sobre este tema tão controverso como este temos recebido vários artigos, entre os quais o que publicamos agora de Reyes-Mate e Enrique Barón.⁴¹

Da resposta que ficou pendente com a supressão da edição do mês de junho há que atentar no facto de os seus autores serem vários dos nomes de referência da revista, inclusive o seu diretor, Félix Santos. Atente-se também nas relações destes nomes com os setores socialistas espanhóis e o que se verifica é que nesta polémica se posicionam os setores comunistas, favoráveis a uma união da esquerda que pensam ser dominada por este partido, contra os setores socialistas que, mais reticentes, advogam por novas soluções dentro do campo do “Socialismo em Liberdade”. Escrevem Reyes-Mate e Barón:

No entanto, o debate no se esgota na proposta da unidade apenas. Nem o socialismo se esgota na social-democracia, nem o comunismo no estalinismo. A necessidade atual é elaborar uma nova alternativa, que tem de ser algo distinto do socialismo histórico e do comunismo. Que evidentemente tem de tê-los em conta, com os seus valores e as suas limitações, e numa crítica a fundo dos mesmos. Tanto os movimentos socialistas como os comunistas têm que revolver águas profundas se querem alcançar um projeto unitário que seja capaz de potenciar todo o caudal, rico e diverso, de experiências anticapitalistas das nossas sociedades.

Chegando mesmo a denunciar a união defendida por Borja e Ramoneda como puro tacticismo e,

⁴⁰ Borja, Jordi e Ramoneda, Josep. 1975. “Antagonismos y convergencias. Socialistas y comunistas en Europa occidental” *CD*, maio, 140: 23-27

⁴¹ Reyes-Mate, Manuel e Barón, Enrique. 1975. “Comunistas y Socialistas en Europa” *CD*, setembro, 144: 19-21

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

por isso mesmo, condenada à efemeridade. Esta divergência põe a descoberto outra, relacionada com dois entendimentos distintos de ver a coisa política. Por um lado, este desejo de uma alternativa nova ao “socialismo histórico” e ao “comunismo” está a par com uma das ideias presentes no editorial “Portugal democrático e socialista” de maio de 1975, ou seja, a singularidade do processo português no desenvolvimento de uma alternativa aos modelos existentes (ainda que o mesmo editorial alerte para a inclinação no interior do MFA para adoção dos três modelos - o pluralista, o terceiro-mundista e o da ditadura do proletariado- ao mesmo tempo). De qualquer forma, ambas as ideias radicam na aceitação de que, ao contrário do que defendia nesta altura o sociólogo e cientista político Juan Linz, em política não estará tudo inventado e que há ainda espaço para a descoberta de modelos novos.

Por sua vez, Enrique Alvarez Cruz, num artigo de setembro de 1974 usa a ideia de Linz para uma argumentação em sentido distinto. Alvarez Cruz, autor de um espaço de “política-ficción” onde se “entrevistavam” figuras históricas, escreve um artigo no qual imagina uma entrevista a António Oliveira Salazar a propósito dos acontecimentos recentes em Portugal:

Autor: Mas essa era uma pretensão impossível. Em política está tudo inventado desde há muito tempo. Quando se quer prescindir da democracia e do seu percurso natural, que são os partidos políticos, desemboca-se numa ou noutra forma de absolutismo. Quando se prescinde das liberdades, o que se acaba inventando é algo tão velho quanto a ditadura.⁴²

Num diálogo com o passado, a ideia de que já nada está por inventar em política previne contra as invenções que historicamente foram desembocando em situações totalitárias. Ao invés, numa menos pragmática projeção de futuro permite ainda pensar, dentro do enquadramento da década de 70 do século XX, novos modelos de convivência que se distanciem igualmente do modelo capitalista ocidental e do modelo de capitalismo de estado.

6. Conclusões

A partir da análise da revista *Cuadernos para Diálogo* surge uma visão antifranquista que é uma visão mais argumentativa que informativa, facto que é sem dúvida determinado em grande parte pelo carácter mensal da revista, mais propício à produção de artigos interpretativos ou argumentativos, que ao género puramente informativo. Não é, no entanto, despidiendo relacionar com esta situação igualmente o facto de o poder informativo puro estar relativamente mais confinado a estar nas mãos, ou a ser controlado por, do aparelho estatal. Desta forma a elaboração de peças do género argumentativo permite um uso da linguagem e do estilo retórico, que não sendo obrigado a cingir-se estritamente ao factual, permite a formulação e expressão de ideias que resultam mais dificilmente censuráveis e/ou sancionáveis pelos serviços do Ministério de Informação e Turismo.

Deste modo, inerente ao consumo do processo revolucionário é elaborada igualmente uma crítica de forma mais ou menos permanente dos meios que permitem efetuá-lo, ou seja, dos meios de comunicação. Crítica que não se resume aos meios de comunicação espanhóis, e implicitamente ao regime franquista, mas também, e de forma recorrente, aos meios de comunicação ocidentais, ou seja à

⁴² Álvarez Cruz, Enrique. 1974. “Política ficción: entrevistas en el más allá: Oliveira Salazar” *CD*, setembro, 132: 31

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

superestrutura do sistema capitalista, que são considerados adversos ao processo revolucionário português.

Fontes

Cuadernos para el Diálogo (nº 128 - 149/150 e Extraordinário XLI)

ABC, Madrid (nº21475 de 29.01.1975)

Biblioteca de Comunicació i Hemeroteca General de la Universitat Autònoma de Barcelona, Biblioteca de Catalunya (Barcelona, Espanha) e Jable- Archivo de Prensa Digital de Canarias – Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (online).

Bibliografia

Balsebre, Armand .2002. *Historia de la radio en España*, vol 2. 1939-1985, Madrid: Cátedra

Carandell, Luis e Barrenchea, Eduardo .1974. *Portugal, sí*, Madrid: Cuadernos para el Dialogo

Casaús, Josep Maria e Núñez Ladevéze, Luis .1991. *Estilo y géneros periodísticos*, Barcelona: Ariel Comunicación

Chaput, Marie-Claude .2005. “La presse espagnole et la révolution des OEillets” in *Matériaux pour l’Histoire de notre temps* (octobre-décembre) 80: 39-47

Chuliá, Elisa .2001. *El poder y la palabra: Prensa y poder político en las dictaduras: El régimen de franco ante la prensa y el periodismo*. Madrid: Biblioteca Nueva

Cordero, Inmaculada .2010. “«Lo que no debe ser». La revolución Portuguesa en la prensa española” in *El Fin de las dictaduras ibéricas, 1974-1978*, coordinado por Fernando Rosas, Encarnación Lemus e Raquel Varela, Sevilla: CEA/Lisboa: Edições Pluma, 63-86.

Díaz Dorronsoro, José María .2012. *Cambio 16. Historia y testimonio de la mítica Revista de la Transición democrática española, en el 40º Aniversario de su fundación*, Madrid: Saber &Comunicación

Fernández García, María Jesús .1996. “La recepción en la prensa extremeña de la Revolución de los Claveles” in *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera: Cáceres, 1 al 3 de diciembre de 1994*, editado por Juan M. Carrasco González and Antonio Viudas Camarasa, Vol. 2, pp. 327-35, Cáceres: Universidad de Extremadura

Gomis, Llorenç .1989. *Teoria dels gèneres periodistics*, Barcelona: Generalitat de Catalunya – Centre d’Investigació de la comunicació

González Sáez, Juan Manuel .2013. “Visiones de la transición portuguesa desde el búnker franquista: la revista *Fuerza nueva* y la revolución de los claveles (1974)” in *Historia Actual online* 32:107-117

Habermas, Jürgen .2010. *The Structural transformation of the Public Sphere*, Cambridge: Polity Press

Haro Teclen, Eduardo .1974. “Portugal y España”, *Mundo Diário*, 30 de junho [Archivo General Administración (AGA), Fundo Presidencia, caixa 51/9716, “Difusión Informativa de la Dirección General de coordinación”, nº61].

Kayser, Jacques .1974. *El diario francés*, Barcelona: A.T.E

Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal .2001. *Hegemony and socialist strategy. Towards a radical democratic politics* (2nd ed), London/New York: Verso Books

***Cuadernos para el diálogo* ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português.**

- Martínez Albertos, José Luis .1989. *El Lenguaje periodístico*, Madrid: Parainfo SA
- Martínez Albertos, José Luis .1992. *Curso General de redacción periodística*, (ed. Revisada), Madrid: Parainfo SA
- Menéndez del Valle, Emilio .1974. *África Negra dominio blanco (un estudio sobre Sudáfrica, Namibia, Rhodesia y las colonias portuguesas)*. Madrid: ed Espejo
- Menéndez del Valle, Emilio .1976. *Angola; imperialismo y guerra civil*. Madrid: Ed Akal
- Muñoz Soros, Javier .2006. *Cuadernos para el Diálogo (1963-1976) Una historia cultural del segundo franquismo*, Madrid: Marcial Pons
- Olmos, Víctor .2002. *Historia del ABC. 100 años clave en la Historia de España*, Barcelona: Plaza y Janés
- Pinheiro, Teresa .2012. "Die Rezeption der Nelkenrevolution in der spanischen Presse" In: Christoph Müller u.a. (Hgg.), *Lusophone Konfigurationen. Festschrift für Helmut Siepmann zum 75. Geburtstag*. Frankfurt a.M.: TFM, 325-349.
- Pandos Ballesteros, M^a Paz .2009. *Ruiz-Giménez y Cuadernos para el Diálogo. Historia de una vida y de una Revista*, Salamanca: Librería Cervantes
- Reig Cruaños, José .2007. *Identificación y alienación. La cultura política y el tardofranquismo*, Valencia: Publicacions de la Universitat de València.
- Sánchez Cervelló, Josep .1985. "A Influência de abril na mudança de regime em Espanha" in *Revista Crítica de Ciências Sociais* (maio), 15/16/17: 209-221
- Sánchez Cervelló, Josep .1993. *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição Espanhola (1961-1974)*, Lisboa: Assírio e Alvim
- Santos Caña, Jesús Ángel .1997-1998. "Impresiones sobre los inicios de la Revolución de los Claveles desde la perspectiva de la prensa local onubense" in *Revista de Historia Contemporanea* 8: 253-272
- Santamaría, Luisa .1990. *El Comentario Periodístico*, Madrid: Parainfo SA
- Segado Boj, Francisco .2008. "La transición española en el humor gráfico de la prensa diaria (1974-1977)" tese dout., Universidad Complutense Madrid
- van Dijk, Teun .1990. *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Marco Gomes

CEIS20

Na manhã do dia 19 de maio de 1975, a Comissão Coordenadora de Trabalhadores do diário República comunicou à Direção e à chefia de Redação, ambas de tendência socialista, que estas se deviam considerar exoneradas. Motivo: o República ter-se-ia dissimuladamente transformado numa ferramenta do Partido Socialista (PS), destruindo o património que o tornara paladino da unidade antifascista¹.

A Comissão Coordenadora composta por trabalhadores dos setores gráfico e administrativo, de orientação comunista e de extrema-esquerda revolucionária, nomeou então Álvaro Belo Marques como diretor interino, organizando piquetes que impossibilitaram a circulação dos redatores entre a sede do jornal e o exterior².

No mesmo dia 19, o “caso República” determinou irremediavelmente o curso da entrevista que Oriana Fallaci conduzia diante de Mário Soares. As primeiras palavras do líder socialista foram mesmo condicionadas pela persistência do telefone:

Você veio ver o que está a acontecer em Portugal, e eis o que acontece em Portugal. Recebi agora a notícia de que o diretor e os redatores do jornal *República* foram sequestrados pelos tipógrafos comunistas, os quais exigem que sejam afastados para impor o seus próprios diretor e redator chefe, naturalmente comunistas³.

A célebre jornalista italiana, numa primeira tentativa, lançou por duas vezes a pergunta “somente os comunistas, ou os comunistas juntamente com os militares?”⁴, à qual Mário Soares não respondeu por estar, intermitentemente, em contacto com o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuíno. Antes de insistir na mesma formulação linguística por mais três ocasiões, Fallaci transcreveu algumas passagens desse diálogo paralelo entre Mário Soares e Correia Jesuíno⁵:

[Soares] Senhor ministro, suponho que esteja ao corrente do que está acontecendo ao *República*.... Sim, exato... Não, senhor ministro. Raul Rego não é um fascista (...). Não, senhor ministro. Você conhece Álvaro Guerra, senhor ministro. E deveria saber que não existem dúvidas quanto ao antifascismo de Álvaro Guerra... (...). Tal ocupação é ilegal, e contrária à lei de imprensa, e ofende os valores da revolução, e nós socialistas não a toleraremos, senhor ministro. Não a toleraremos. Como? Não, senhor ministro... Espero, senhor ministro⁶.

¹ O *República* inspirava-se nos valores liberais e laicos do 5 de Outubro, tendo sido uma prestigiada voz de resistência ao Estado Novo. Os responsáveis pela Ação Socialista Portuguesa (incubadora do PS) conquistaram, no início dos anos 70, posição maioritária entre os acionistas da empresa.

² O Partido Socialista convocou uma manifestação, em frente à sede do jornal, que se prolongou até à madrugada do dia 20, altura em que o edifício do *República* foi evacuado sob proteção militar e selado.

³ Oriana Fallaci, “A colloquio con Soares”, *L’Europeo*, 6 de junho, 1975, 42.

⁴ São do autor todas as traduções de textos estrangeiros utilizados neste artigo.

⁵ O Ministério da Comunicação Social divulgou um desmentido a respeito da conversa telefónica mantida entre Mário Soares e o comandante Correia Jesuíno, reproduzida por Fallaci no texto da entrevista publicado na revista *L’Europeo*.

⁶ *Ibidem*, 42-43.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

A estada de Oriana Fallaci em Lisboa não ficaria concluída sem o elóquio com outro dos protagonistas da Revolução de abril e do “caso República”, Álvaro Cunhal⁷. Sobre o conflito na vetusta casa da Rua da Misericórdia, o secretário-geral comunista diria que a imprensa portuguesa era livre, seguia o curso do processo revolucionário, atribuindo aos operários o direito de impedir a permanência em funções de diretores e jornalistas contrarrevolucionários, de se recusarem a estampar-lhes os jornais. Concluindo:

Foi o que sucedeu no caso República. Os socialistas comportaram-se de uma forma histérica, provocaram um escândalo com o fim de lembrarem que tinham ganho as eleições. Na realidade, os operários revoltaram-se porque o República mais não fazia do que publicar ataques contra o PCP, calúnias contra o PCP, críticas à revolução. (...) Fizeram muito bem⁸.

Neste período da vida política portuguesa tornou-se recorrente os políticos e os militares produzirem as afirmações mais *ressonantes* no estrangeiro ou para a imprensa internacional. Oriana Fallaci recolheu estas importantes declarações no momento em que o “caso República” eclodiu, no momento em que a disputa em redor do jornal fundado por António José de Almeida permitiu, por um lado, ao Partido Socialista questionar pela primeira vez as intenções democráticas dos capitães de abril e, por outro, conferir relevância internacional ao problema da liberdade de imprensa e da definição do sistema político a implantar em Portugal.

A dimensão internacional do “caso República” atingiu, provavelmente, o seu ponto mais inflamado no contexto dos círculos políticos e intelectuais franceses, originando clivagens entre comunistas e socialistas e contrapondo concepções díspares de conceitos como a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. As repercussões em França constituem, de facto, os *acontecimentos discursivos* (Foucault, 2005) acerca dos quais a academia e a opinião pública portuguesas detêm, no âmbito desta temática, o mais sólido conhecimento, naturalmente enriquecido com os contributos de referência de Mário Mesquita (1994) e José Rebelo (1994).

As réplicas do evento que fraturou o Movimento das Forças Armadas (MFA) e representou um ponto de viragem no Processo Revolucionário Em Curso (PREC) não se esgotam, porém, no espaço público francês. O impacto foi igualmente notável em Itália. Além de recuperarem as apropriações temáticas e instrumentalizações políticas já iniciadas aquando do XIV Congresso do Partido Comunista Italiano (PCI), em março de 1975, os tremores de Lisboa fizeram chegar a polémica ao mais importante jornal italiano, o *Corriere della Sera*. O “caso República” rapidamente metamorfoseou-se no “caso Carnevali” e deu azo a intensos debates sobre a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, sobre questões ético-profissionais e, em termos gerais, sobre a estrutura e a atividade da imprensa italiana num contexto democrático. Esta alomorfia que transformou um caso português num caso italiano colocou ainda em causa as condições internas de produção da informação no *Corriere della Sera* e questionou os

⁷ O Partido Comunista Português (PCP) divulgou um comunicado no qual considerava deturpadas algumas declarações do seu secretário-geral. A entrevista de Fallaci a Álvaro Cunhal constituiu um dos episódios mais mediáticos do PREC. Declarações como “Prometo-lhe que em Portugal não haverá Parlamento”, de Cunhal, originaram ainda mais polémica num período já de si altamente inflamado.

⁸ Oriana Fallaci, “La parola a Cunhal”, *L’Europeo*, 13 de junho, 1975, 44.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

poderes atribuídos aos conselhos de fábrica e de redação do colosso milanês.

Este estudo pretende analisar a receção do ‘caso *República*’ nos meios políticos e jornalísticos italianos, tentando responder à seguinte pergunta: quais as repercussões políticas e o impacto mediático do “caso *República*”? O corpus é constituído por editoriais, notícias, comentários e artigos de opinião publicados na imprensa italiana de *referência* (*qualities*) e nos jornais *partidários* ou de *tendência*, entre maio e agosto de 1975. Estabeleceram-se três parâmetros metodológicos:

a) *Considerações sobre o curso da revolução portuguesa*. Procura-se desconstruir a moldura interpretativa (*frame*) através da qual as instâncias de enunciação, em Itália, produziram os vários discursos sobre os acontecimentos portugueses. Isto é: discorrer acerca dos elementos que conferem sentido, segundo Goffman (1986: 10-11), às situações “construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles”. O quadro interpretativo corresponde ao conjunto de ideias-força que emana de uma autoridade expressa (italiana) a respeito do *Outro* (português). Esta autoridade, exemplarmente problematizada por Edward Said (1995) no seu *Orientalismo*, é sustentada a partir de uma consciência geopolítica (cultura ocidental, valores democráticos) que emite juízos sobre o real presenciado.

b) *Apropriação temática e instrumentalização política*. O objetivo consiste em identificar, no espaço público italiano, as conjunturas políticas e os contextos temáticos que presidiram à formulação de discursos tendentes a retirar proveitos políticos a partir dos eventos portugueses. Recorre-se ao conceito de espaço público teorizado por Jürgen Habermas (1997: 92-98), segundo o qual esta esfera designa um lugar constituído por diversos públicos e campos discursivos, assumindo a forma de uma rede através da qual circulam conteúdos, tomadas de posição e opiniões. Essa *estrutura comunicacional*, dominada pelo meios de comunicação e por uma audiência que exerce um julgamento crítico, pressupõe que todos os assuntos poderão alcançar existência pública a partir do momento em que adquirem o estatuto de interesse geral. No espaço público luta-se por uma influência que pode ser política ou relacionada com o prestígio de grupos de pessoas e de especialistas, estando dependente do assentimento de um público de leigos que possui os mesmos direitos.

c) *Repercussões no setor de informação*. Importa analisar o discurso *metajornalístico* dos atores afetos ao campo do jornalismo em Itália, discurso que deve ser entendido à luz de uma narrativa autorreferencial⁹ sobre o setor da informação e, em particular, sobre o tratamento da informação no *Corriere della Sera*.

Contextualização e chave de leitura

Quando, a 26 de abril de 1974, o editorialista do *Corriere*, Michele Tito, escreveu que a mais velha

⁹ A noção de *narrativa autorreferencial* consiste em analisar o discurso dos profissionais do setor da informação sobre o *modus faciendi* do próprio jornalismo.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

ditadura do Ocidente caía como os imperadores da Roma decadente, não estava, por certo, persuadido a imaginar que Portugal ir-se-ia deslocar da periferia para o centro do mundo. Os acontecimentos decorrentes do golpe militar de 25 de abril de 1974 iniciaram um período singular na história do país. Poucas vezes os eventos políticos portugueses assumiram tão vasta dimensão na imprensa internacional como no biénio 1974-1975.

É seguro afirmar que a implantação da I República em 1910 também adquiriu fortes repercussões nos jornais além-fronteiras. Mas nunca com a intensidade e a duração que caracterizaram a *Rivoluzione dei garofani*. Portugal transformou-se, após a intentona de 25 de abril, numa espécie de *workshop* político para os círculos dirigentes, jornalísticos e intelectuais europeus, local de romagem para extrema-esquerda, ponto de fricção da ordem bipolar internacional da Guerra Fria que opunha o bloco ocidental ao bloco de leste.

No rescaldo do congresso comunista que consagrou a estratégia do *compromisso histórico*¹⁰, Sandro Ottolenghi¹¹ afirmava que os eventos portugueses haviam adquirido “reflexos inesperados principalmente em Itália”. Segundo o jornalista, em Lisboa jogava-se “uma carta muito importante no poker das relações de força e do futuro da Europa. Talvez mesmo do mundo”.

A Revolução de abril agitou a opinião pública italiana, de que são exemplo os incidentes entre estudantes democratas-cristãos e grupos de extrema-esquerda em Pistoia (março de 1975) e a concentração de milhares de pessoas em Roma (abril de 1975), na Piazza della Repubblica¹², em solidariedade com o povo português e com o MFA. Ou, igualmente na capital romana, a manifestação comemorativa do sucesso dos socialistas de Mário Soares nas eleições de 25 de abril de 1975, organizada pela Federazione Giovanile Socialista (abril, 1975).

Em Itália, a *questão portuguesa* originou acaloradas contraposições de ideias no âmbito de sessões parlamentares, dos meios de comunicação, das estruturas políticas regionais (municípios) e da sociedade civil (associações, clubes). Colocou em trânsito um número significativo de personalidades entre Portugal e Itália, desde jornalistas, deputados, militares, dirigentes dos aparelhos partidários, presidentes de câmara, sindicalistas, ativistas, intelectuais, artistas e, entre outros, *turistas políticos*. Suscitou solidariedades institucionais, paralelismos históricos e implexas sequências analógicas que serviram de pretexto para instrumentalizações e discussões ao nível da política interna. Deste fator derivou uma não menosprezável produção caricatural e cartoonista que conciliou o jogo de referências às personalidades e aos acontecimentos portugueses com o mapa político autorreferencial italiano.

Além de incidir, igualmente, no setor da informação italiano e de despoletar as questões atrás mencionadas na sequência do ‘caso República’, a transição para a democracia em Portugal comportou

¹⁰ Projeto que propunha a aliança entre comunistas, democratas-cristãos e socialistas, as forças que representavam a maioria do povo italiano, do proletariado aos camponeses, dos católicos aos laicos.

¹¹ Sandro Ottolenghi, “Parlano i capi del Portogallo”, *L’Europeo*, 3 de abril, 1975, 28.

¹² Manifestação organizada pela esquerda extraparlamentar.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

determinados valores impossíveis de ignorar no contexto do processo de democratização das Forças Armadas italianas, processo bastante mediático e ecoante em cidades como Roma e Milão. Foi, por exemplo, na capital romana que alguns incidentes entre grupos de extrema-esquerda e Mário Soares alimentaram o debate sobre vandalismo organizado pelo diário *Il Messaggero*. Os valores surgidos com o 25 de abril foram ainda interpretados pelos setores laicos como uma oportunidade para rever a concordata vigente, assinada entre o governo italiano e o Vaticano, em matéria de legislação matrimonial (questão do divórcio).

Sempre em Itália, a queda do Estado Novo lançou novos dados sobre a atividade dos grupos de extrema-direita, sobre a *strategia della tensione* e, em sentido lato, sobre o terrorismo. A nova ordem impulsionada pelos capitães revelou as verdadeiras posições do embaixador italiano em Lisboa, Girolamo Messeri, sobre a evolução do processo político português, posições que redundaram em polémica devido ao modo como os interesses diplomáticos de Roma estavam a ser representados em Portugal. Girolamo Messeri foi, aliás, o grande protagonista do ‘caso Ghioto’ que contribuiu para acentuar a fratura entre o setor da informação e o poder político ao nível da liberdade de imprensa e da independência dos jornalistas.

O curso político no imediato pós-25 de abril coroou, por outro lado, um modelo de sindicato (*unicidade*) que, em Itália, importava rejeitar no domínio da unidade sindical, outra matéria em foco na agenda pública. E acentuou ainda mais a celeuma em redor do *eurocomunismo* e da *unidade da esquerda*. Também do ponto de vista político originou tomadas de posição conjuntas por parte de forças políticas italianas (PCI e PSI¹³) em relação às clivagens existentes entre os partidos de Soares e Cunhal, aspeto que avolumou o rol de questões centradas na atuação do PCP e que se enquadram na necessidade de o líder dos comunistas italianos, Enrico Berlinguer, legitimar uma nova imagem do partido e o projeto do *compromisso histórico*.

O período de maior repercussão dos acontecimentos portugueses situa-se entre março e agosto de 1975. É um espaço temporal balizado, respetivamente, pelo XIV Congresso do PCI e pela declaração conjunta dos comunistas e socialistas italianos em apelo à unidade e ao acordo entre os partidos democráticos portugueses, sobretudo o PCP e o PS e entre esses e o MFA, como forma de superar a profunda crise que fraturava o panorama político em Lisboa durante o *Verão Quente*.

Os picos deste impacto, e das instrumentalizações políticas a ele associadas, ocorreram durante a reunião magna do PCI (18 a 23 de março) e a campanha eleitoral (18 de maio a 13 de junho) para as eleições regionais de 15 de junho. No primeiro caso, a polémica radicou no facto de os delegados da Democracia Cristã (DC) abandonarem os trabalhos do congresso comunista em sinal de protesto para com o decreto dos militares portugueses que suspendia a atividade do partido de Sanches Osório¹⁴.

O secretário-geral da DC, Amintore Fanfani, tudo fez para passar a ideia de que era indestrutível

¹³ Partido Socialista Italiano

¹⁴ Partido da Democracia Cristã (PDC).

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

o vínculo que unia os comunistas de Berlinguer aos comunistas portugueses defensores das medidas antidemocráticas adotadas pelos militares de abril. Em jeito de balanço, a revista *Espresso* disse que o partido de Cunhal não apenas se tinha inserido na reunião do PCI, fazendo-a, em parte, desviar do objetivo principal, como ainda havia reacendido, no movimento comunista internacional, uma velha e não resolvida questão: “como e em que modo os comunistas, depois de saídos da clandestinidade e do limbo da oposição, conseguem garantir, uma vez chegados ao poder, o livre exercício e a evolução da vida democrática”¹⁵.

No segundo caso, o jogo político continuou a apropriar algumas das temáticas dimanadas pela Revolução de abril, como constatou o diário bolonhês *Il Resto del Carlino*: “Os últimos acontecimentos de Portugal (fecho do jornal socialista pelos comunistas) foram ontem o assunto do dia (...). Não há dúvida de que no decorrer da campanha se continuará a falar de Portugal quase tanto como de ordem pública”¹⁶. Logo no início da campanha eleitoral, o “caso República”, sempre visto como um braço de ferro entre o PCP e o PS, transformou-se num banco de dados disponível para municiar manchetes, narrativas jornalísticas e discursos políticos: “De novo em primeiro plano a ‘questão comunista’ (...), Portugal inflama a campanha eleitoral (...) As lições de Lisboa”¹⁷; “Terrorismo e acontecimentos portugueses na polémica eleitoral”¹⁸; “Todos os olhos sobre Portugal”¹⁹.

A intelectual Rossana Rossanda²⁰ chegou a manifestar-se contra esse aproveitamento político: “O destino de Portugal assumiu para nós, em Itália, uma crucialidade que não consente ingerências de juízo”. Igualmente na área da extrema-esquerda, o diário *Lotta Continua* apoiava a posição dos trabalhadores às ordens do diretor Álvaro Belo Marques e, criticando os adversários do arco parlamentar, notava que o ‘caso República’ constituía “um acontecimento que os partidos políticos italianos, de facto, tomaram muito a peito, a avaliar pelo espaço concedido pela rádio e televisão, pelos jornais de partidos e os grandes jornais de informação”²¹.

Efetivamente, os textos de jornalistas e analistas políticos convergem no sentido em considerar Portugal um dos principais temas em foco neste período eleitoral, como demonstra eloquentemente Andrea Barbato²², na *Stampa*:

Não surpreende que os partidos falem mais de Portugal do que das finanças locais: estamos politicamente presbitas, o cravo de Mário Soares está mais próximo do que o défice municipal, o Rossio de Lisboa mais à mão do que a campanha de casa.

O ‘caso República’ encontrou a sociedade italiana numa atmosfera de profunda luta política

¹⁵ Gianni Corbi, “La via italiana e il vicolo portoghese”, *L’Espresso*, 30 de março, 1975, 6.

¹⁶ “Il Portogallo e l’Italia del dopo-elezioni”, *Il Resto del Carlino*, 21 de maio, 1975, 1.

¹⁷ Giovanni Valentini, “Il Portogallo arroventa la campagna elettorale”, *Il Giorno*, 21 de maio, 1975, 1.

¹⁸ Franco Cangini, “Terrorismo e fatti portoghesi nella polemica elettorale”, *La Nazione*, 23 de maio, 1975, 2.

¹⁹ Luigi Bianchi, “Tutti gli occhi sul Portogallo”, *Corriere della Sera*, 21 de maio, 1975, 1.

²⁰ Rossana Rossanda, “MFA e socialisti, un test per tutti due”, *il manifesto*, 22 de maio, 1975, 6.

²¹ “Gli occhi sul Portogallo”, *Lotta Continua*, 22 de maio, 1975, 1.

²² Andrea Barbato, “Con calma verso le elezioni”, *La Stampa*, 25 de maio, 1975, 3.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

caraterizada pelo discurso anticomunista da DC e pelos esforços de Enrico Berlinguer no sentido de, simultaneamente, desmistificar a dialética democrata-cristã e reafirmar a defesa das liberdades democráticas, do pluralismo político, da independência diante Moscovo, da permanência de Itália na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e na Comunidade Económica Europeia (CEE). A retórica que fazia recordar a doutrina Truman de contenção do expansionismo *vermelho* contava ainda com o contributo dos restantes setores conservadores, sempre prontos para engrossar as acusações de que o PCI aplicava habilmente a conceção leninista de tomada do poder e da ditadura do proletariado.

Ao lado do confronto hegemónico entre democratas-cristãos e comunistas, polarizador de todas as atenções, gravitava um PSI apostado em intrometer-se nesta equação bipolar e vincar a sua autonomia em relação ao PCI, em conquistar espaço e redimensionar a dominância conservadora da DC tendo em vista novos equilíbrios políticos, um novo modo de governar. No auge deste confronto político, a *questão portuguesa* transformou-se, em Itália, num seminal jogo de espelhos. Foi apropriada por socialistas, comunistas, liberais, democratas-cristãos, socialistas-democráticos, republicanos, pela extrema-direita e extrema-esquerda, assumindo, por isso, a figura de um octógono onde cada uma dessas oito correntes políticas explorava o lado que a representava e lhe conferia úteis elementos discursivos para disputar a luta simbólica pela defesa de uma determinada perspetiva do mundo social.

É esta a chave de leitura que deve nortear a compreensão das repercussões políticas portuguesas em Itália. Recuperando as palavras de alguns analistas políticos, importa apenas lembrar que o comportamento dos partidos italianos no pós-II Guerra sempre foi influenciado pela política internacional.

Ampliando agora o ângulo de captura das narrativas a partir da imprensa, não se afigura ocioso detetar que a Revolução de abril encontra-se no centro de uma rede costurada por discursos sincrónicos e contíguos que tanto se sobrepõem como se complementam. A sucessão de Salazar-Caetano surge como uma das quatro questões capazes de perturbar a coexistência entre Washington e Moscovo e ameaçar, na Europa, o sistema de equilíbrios russo-americano²³.

A influência de elementos comunistas nos governos provisórios portugueses e a incerteza quanto à permanência do país na NATO são temáticas cuja dimensão mediática é relevante porque, primeiro, colocava problemas ao nível da defesa do bloco ocidental (base da Lajes, informação sobre armas nucleares) e, segundo, surgia ao mesmo tempo que outras duas questões nada tranquilizadoras para o sistema de defesa liderado pelos Estados Unidos: a) possibilidade dos comunistas franceses e italianos chegarem ao poder numa zona vital para a segurança do mediterrâneo; b) conflito do Chipre e consequente enfraquecimento do flanco oriental da NATO²⁴.

²³ As outras questões residem na sucessão de Franco, no futuro pós-Tito e na hipotética substituição do governo democrata-cristão em Itália e/ou na partilha de poderes com o PCI.

²⁴ O conflito do Chipre envolveu a Grécia e Turquia, dois membros da NATO. Teve como consequência a retirada da Grécia da organização de segurança atlântica e o embargo militar dos Estados Unidos à Turquia, perturbando o relacionamento entre estes dois países.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Não é por acaso que Henry Kissinger²⁵ declarou em agosto de 1975, no âmbito da *Southern Commodity Producers Conference*, que a URSS não devia considerar a possibilidade de influenciar os acontecimentos em Portugal e contrariar o direito do povo em decidir o seu futuro. Trata-se de um claro aviso a Moscovo contra o apoio concedido ao PCP, em contradição, segundo o secretário de Estado norte-americano, com os princípios da declaração de Helsínquia sobre a segurança europeia.

Além de constituir objeto de polémica permanente no âmbito dos discursos de diversos partidos comunistas internacionais (URSS, China, Jugoslávia, Itália, França, Espanha, latino americanos), Portugal aparece, igualmente, como tema recorrente quando se fala das reuniões da CEE (ajuda económica a Lisboa dependente da evolução para um regime democrático) e da transição espanhola pós-Franco. No caso de Madrid, a questão consistia em saber, grosso modo, se o regime espanhol, depois da experiência vizinha, conseguiria dar um passo *indolor* em direção às liberdades democráticas, se estava em condições de evitar o contágio revolucionário português, a violência e as convulsões sociais, a anarquia e a indisciplina nas Forças Armadas.

Considerações sobre o curso da revolução portuguesa

O Partido Socialista aproveitou o “caso República” para, como já foi referido, questionar as intenções democráticas dos militares e apresentar o encerramento do jornal enquanto sinónimo do fim do regime de liberdade de imprensa em Portugal²⁶. O mediatismo relacionado com este episódio adquiriu relevância além-fronteiras devido à conjugação de dois fatores: de um lado, a pertinência das questões políticas e ético-profissionais associadas ao conflito e, do outro, a vigorosa campanha levada a cabo pelo PS ao nível da opinião pública internacional.

Em Itália, o somatório destes dois fatores com a campanha eleitoral para as *regionais* de 15 de junho provocou vastas e enérgicas reações em diversos quadrantes da sociedade. Flavio Orlandini²⁷, secretário-geral dos socialistas-democráticos (PSDI), enviou uma carta ao presidente da Internacional Socialista na qual solicitava uma reunião da organização em Lisboa para debater a *questão portuguesa* e, deste modo, demonstrar solidariedade com os socialistas e democratas portugueses. Já o presidente do Partido Liberal (PLI), Giovanni Malagodi²⁸, interrogou, no parlamento, o presidente do Conselho e o ministro dos Negócios Estrangeiros sobre as informações que estes possuíam sobre o episódio do *República* e quais as diligências que pretendiam realizar, no âmbito das instituições internacionais, para fazer chegar aos militares de Lisboa a viva preocupação dos democratas italianos e europeus.

A *Federazione Nazionale della Stampa Italiana*, a *Ordine dei Giornalisti* e outros núcleos do setor da informação, como os jornalistas democratas-cristãos da província de Milão, emitiram

²⁵ “Kissinger: Mosca non interferisca in Portogallo”, citado *Corriere della Sera*, 15 de agosto, 1975: 2.

²⁶ Os membros socialistas do Governo suspenderam, em sinal de protesto, a participação no Conselho de Ministros. Regressaram a 6 de junho de 1975 depois de o PS ter recebido garantias do Conselho da Revolução quanto à restituição do *República* aos seus proprietários.

²⁷ Flavio Orlandini, “La lezione che viene da Lisbona”, *L’Unità*, 20 de maio, 1975, 1.

²⁸ “Interrogazione Pli per il Portogallo”, *Il Resto del Carlino*, 22 de maio, 1975, 1.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

comunicados em solidariedade com Raul Rêgo e os redatores, demonstrando apreensão quanto ao curso da revolução. A mesma atitude norteou o comportamento de várias organizações sindicais. A Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori apelou ao respeito pela diversidade das tendências ideológicas e referiu que conflitos como o do *República* não se conciliavam com a exigência de unidade dos trabalhadores e das forças populares.

Todos os partidos do arco parlamentar, comunistas incluídos, e a generalidade dos jornais de referência reprovaram a ação dos trabalhadores do *República*. A sentença dos ultraconservadores do Movimento Social Italiano (MSI), dos democratas-cristãos, socialistas-democráticos, liberais, republicanos e socialistas disseminou-se num tom implacável e bastante mais severo que aquele utilizado pelo PCI. As opiniões que enformam a harmonia dessa toada impiedosa convergem em considerar que os acontecimentos da Rua da Misericórdia eram de extrema gravidade e não faziam parte de uma história europeia. O risco de uma ditadura estava próximo.

As críticas evoluíram em duas direções: comunistas e militares. Sobre os primeiros recaiu o rótulo de antidemocráticos, preconizadores de uma estratégia de intimidação, tendo sido vistos como o partido que procurava, com lúcidas técnicas, apoderar-se progressivamente dos núcleos de poder (sindicato, administração local, meios de comunicação). Álvaro Cunhal foi acusado de querer implantar uma verdadeira ditadura, de utilizar métodos estalinistas como a violência, as detenções e a suspensão das liberdades democráticas, de querer pressionar o MFA para operar uma escolha entre marxismo e socialismo com o intuito de induzir os militares a reconhecerem nos comunistas os únicos interlocutores do processo político e, desta forma, afastar definitivamente o partido de Soares.

Os militares foram equiparados a grupelhos pequeno-burgueses que de marxistas nada possuíam, qualificados como autoritários e igualmente contrários aos valores democráticos, apostados em transformar o episódio do *República* num pretexto para implantar um sistema ditatorial. Foram acusados de manter uma aliança privilegiada com os comunistas que mais não constituía do que uma experiência de tipo peruana ou egípcia, um devaneio terceiro-mundista e um corpo perigosamente anômalo para a Europa. Ou ainda: uma aliança com a minoria comunista que se preocupava em *sovietizar* Portugal, propósito já manifestado aquando da suspensão do Partido da Democracia Cristã do sufrágio para a Assembleia Constituinte²⁹.

A posição dos comunistas italianos fez-se ouvir, primeiro, através de uma nota política contrária a qualquer tendência que, no contexto do desenvolvimento democrático, limitasse a função dos partidos, a pluralidade de vozes e o confronto dialético. O *L'Unità* denotou preocupação diante da ação conduzida pelos trabalhadores do jornal que refletia as posições socialistas, afirmando não poder estar de acordo com “métodos de intolerância”. Considerou, por último, essencial a unidade entre as Forças Armadas e o povo e a unidade, neste quadro, entre os partidos de esquerda³⁰.

²⁹ Cfr: “Strumentalizzazione e altro”, *Il Popolo*, 23 de maio, 1975, 16; “I socialisti in penitenza”, *Corriere della Sera*, 24 de maio, 1975, 1; “Per chi suona la censura”, *Il Giornale*, 22 de maio, 1975, 1.

³⁰ “Unità necessaria”, *L'Unità*, 20 de maio, 1975, 1.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Ao longo do texto intitulado “Unidade necessária”, o PCI nunca mencionou o nome de Álvaro Cunhal nem conotou a iniciativa dos trabalhadores com o PCP, sendo por isso acusado de ambiguidade pelos seus adversários políticos. É, por outro lado, notória a intenção de reafirmar e justificar a sua conceção sobre o que deveria ser o comportamento de um partido comunista em sociedades democráticas: “Tudo isto entronca na nossa visão de princípio da luta pela democracia e o socialismo na Europa e daqui deriva a nossa convicta defesa da liberdade de imprensa e de informação”³¹.

Esta ambiguidade imputada ao PCI sobre o comportamento do PCP é a mesma ambiguidade que lhe foi atribuída pelos seus rivais políticos aquando do XIV Congresso de Roma, por não condenar abertamente a atitude de Cunhal em apoiar os militares quando se tratou de suspender o PDC – no discurso de encerramento dessa conferência, Berlinguer dissera que existia qualquer coisa nos eventos portugueses que não convencia o PCI. Ora é precisamente a partir do “caso República” e da nota política do *L’Unità*, de 20 de maio de 1975, que os dirigentes do PCI aprofundaram com mais acuidade a sua posição. A explicação para este fator reside, provavelmente, nas pressões que lhe foram direcionadas, em Itália e no estrangeiro, pelos meios de comunicação e oponentes políticos, no contexto da campanha eleitoral iniciada a 18 de maio, com o intuito de esclarecer o seu entendimento diante da *questão portuguesa* e, em particular, da conduta do PCP.

À medida que a campanha eleitoral se foi aproximando do epílogo, os dirigentes comunistas italianos optaram por um discurso mais contundente em relação ao partido de Cunhal, afirmando que determinadas orientações do PCP obrigavam a expressar discordância e que a visão do PCI sobre o avanço para o socialismo era diferente daquela que parecia inspirar os companheiros portugueses³². São questões que respeitam ao desenvolvimento da democracia, ao pluralismo, à autonomia dos sindicatos, à liberdade de opinião, de pensamento e de imprensa.

O impacto do “caso República” nos meios de comunicação não destoou daquele verificado nos círculos políticos. Arrigo Benedetti insurgiu-se contra os oito minutos concedidos ao acontecimento pelo telejornal da RAI-TV, no dia 21 de maio. Durante a semana que assistiu ao despoletar do conflito de Lisboa, os 12 jornais de *referência* mais proeminentes dedicaram-lhe dez editoriais e 14 notas políticas ou artigos de opinião. Já os sete órgãos da imprensa *partidária* afetos às forças políticas com assento parlamentar estamparam cinco editoriais e 12 comentários.

O *Giornale nuovo* publicou, em primeira página, uma entrevista com Raúl Rêgo e um artigo exclusivo assinado pelo diretor do *República* para o jornal milanês. Além dos cartoons publicados em vários jornais, o órgão oficial do PSDI, *Umanità*, e, por motivos diferentes, os diários de extrema-esquerda como o *Lotta Continua* e o *Quotidiano dei lavoratori* (favoráveis à posição dos trabalhadores) saíram à estampa com inserções da imagem gráfica do *República* nas primeiras páginas.

³¹ *Ibidem*.

³² “Non crociate, ma idee, programmi e fatti concreti”, *L’Unità*, 7 de junho, 1975, 2.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

A reprovação dos jornais de *referência* diante da ação da Comissão de Trabalhadores foi sempre acompanhada por enunciados expressivos: “A última praia”³³; “Um grave erro”³⁴; “Dramáticos desenvolvimentos do golpe comunista em Lisboa”³⁵. O *Corriere della Sera*, por exemplo, falou num gesto grave de “infantilismo político” dos operários e citou o *L’Unità* quando escreveu “intolerância”. Afirmou ainda que uma situação semelhante seria impossível em Itália uma vez que entre as condições dos trabalhadores italianos e aquela dos trabalhadores portugueses corria “uma imensa distância, como entre a terra e a lua”³⁶.

Apropriação temática e instrumentalização política

O período da Guerra Fria pode ser analisado, grosso modo, como um tempo produtor de duas grandes instituições corporativas, as democracias capitalistas e as sociedades comunistas preconizadoras da socialização dos meios de produção, duas instituições discursivas que mais não são do que *sedes de consciência histórica* (Ferro, 1985) dotadas de uma realidade material. Sem se querer deslustrar ou minimizar o papel de outras comunidades ideológicas nascidas para contestar a supremacia destas duas instituições dominantes, a Revolução de abril, na imprensa internacional, pode ser imaginada, em termos discursivos, como um rio cujas margens representam, de um lado, o Ocidente democrático e, do outro, o Leste comunista. No seu percurso para a foz, esse corpo de água fluente transformou-se num palco de disputa em que cada uma das margens (dos discursos) procurou exercer influência sobre o curso do rio.

Dito por outras palavras, trata-se de duas instituições ideológico-discursivas que se relacionaram entre si entronizando visões, selecionando-as, descrevendo-as, ensinando-as, emitindo juízos destinados a manter e a conquistar a adesão dos auditórios e a esconjurar os poderes e perigos da instituição oponente. A imprensa tornou-se um elemento constituído por essas visões e ao mesmo tempo constitutivo das suas narrativas.

O “caso República” é mais um episódio que entra na lógica desta disputa bipolar: Moscovo considera as ações dos socialistas portugueses contrarrevolucionárias e contrárias ao interesse do povo trabalhador, as suas especulações (reação do PS ao encerramento do República) pretendem – afirma a *Pravda* – diminuir o prestígio dos militares e são uma campanha de calúnias contra Portugal³⁷; o Presidente norte-americano, Gerald Ford³⁸, diz que um governo comunista em Lisboa não é compatível com as exigências da NATO – comentário em consonância com o discurso mediático dos Estados Unidos mais centrado nas consequências da influência comunista em Lisboa para a segurança ocidental do que nas características que marcaram os episódios do processo português.

³³ “L’ultima spiaggia”, *Il Tempo*, 21 de maio, 1975, 1.

³⁴ “Un grave errore”, *Il Messaggero*, 22 de maio, 1975, 1.

³⁵ “Dramatici sviluppi del colpo di mano comunista a Lisbona”, *Il Giornale nuovo*, 21 maio, 1975, 1.

³⁶ “La strada dell’intolleranza”, *Corriere della Sera*, 21 de maio, 1975, 1.

³⁷ “Accuse della ‘Pravda’ ai socialisti”, cit. *Corriere della Sera*, 26 de maio, 1975, 1.

³⁸ Cit. Dino Frescobaldi, “Ford: nessun isolazionismo”, *Corriere della Sera*, 31 de maio, 1975, 2.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Esta dialética do quadro geopolítico internacional associada aos eventos portugueses repercutiu-se também em Itália, apresentando, porém, um enquadramento distinto. Isto é: não se trata de uma perspetiva sobre a Revolução de abril inspirada pelo confronto entre, por um lado, forças políticas preconizadoras de uma sociedade democrática de tipo ocidental e, por outro, um partido comunista fiel ao internacionalismo comunista e à ortodoxia de Moscovo, mas antes um horizonte em que essas forças democráticas italianas recusam, questionam e vigiam a autoinserção do PCI no campo da dialética pluralista e das regras democráticas. O “caso República” serviu para os primeiros procurarem embaraçar os segundos, tendo sido aproveitado pelos últimos para legitimar um processo evolutivo-revisionista – a *via italiana para o socialismo* – que conheceu um decisivo impulso a partir dos acontecimentos de Praga de 1968 e, sobretudo, da secretaria de Berlinguer.

A apropriação temática e a instrumentalização política do “caso República” processou-se conforme os argumentos apresentados nas tabelas 1 e 2. Os tópicos-síntese da tabela 1, coligidos a partir da imprensa *partidária*³⁹ e das intervenções de dirigentes políticos, correspondem às linhas de força de um discurso que uniu diferentes partidos (MSI, DC, PSDI, PLI, PRI) nas críticas quer aos socialistas e comunistas italianos, quer aos militares e comunistas portugueses. Os tópicos da tabela 2 equivalem aos argumentos do PSI, aferidos a partir do diário *Avanti!* e das declarações de dirigentes socialistas, tendentes a criticar as posições tanto dos democratas-cristãos, socialistas-democráticos e comunistas italianos, como do PCP e dos militares portugueses.

Argumentos associados à instrumentalização política do “caso República” em Itália
O PCI critica o PCP porque está na oposição e inserido num regime democrático com uma imprensa livre, pois deve ter em conta as reações da opinião pública. Mas, uma vez chegados ao poder, os partidos comunistas adotam a postura do silêncio perante o desrespeito pelos valores democráticos. Como seria o comportamento do PCI se estivesse no poder?
Os partidos comunistas têm uma vocação para o arbítrio e para a prepotência. As <i>vias nacionais</i> que o PCI defende conduzem sempre ao totalitarismo, pelo que a proposta do <i>compromisso histórico</i> é anacrónica, insidiosa e tática. O comunismo consiste também nos valores que inspiram o partido de Cunhal.
O PCI tem um comportamento ambíguo diante dos militares portugueses, ora realístico porque defende o pluralismo das forças democráticas, ora reticente e confuso porque tanto defende o papel do MFA como a unidade entre este corpo militar e os partidos de esquerda.
O ataque de Cunhal no <i>República</i> provocou embaraços ao PCI e reações justificadamente inflamadas no PSI. Apesar de Berlinguer tomar distância do PCP, os comunistas e socialistas italianos apenas se preocupam em atenuar as impressões negativas que a <i>questão portuguesa</i> repercute na opinião pública e na esquerda em Itália.
Aquilo que é hoje a <i>questão portuguesa</i> pode ser amanhã a <i>questão italiana</i> . Tanto mais será assim quanto maior for a inércia da esquerda italiana diante dos factos portugueses.
As lições de Lisboa confirmam a imutabilidade da natureza totalitária do comunismo. A autonomia que o PCI defende para todos os partidos comunistas constitui um sofisticado meio para conquistar o poder.
O PSI demorou a reagir com dureza ao “caso República” para não causar danos no PCI.
O PSI pede ao PCI para ser mais claro sobre os comunistas de Cunhal, mas depois acusa a DC de instrumentalizar o eventos portugueses para fins eleitorais.
O PSI protesta pela desgraça de Soares, mas depois, com medo de perder votos devido ao discurso anticomunista, revela timidez quando se trata de questionar o PCI sobre a conduta do PCP.

Tabela 1: Argumentos dos partidos situados nas seguintes áreas políticas: neofascismo, democracia-cristã, social-democracia, liberalismo e republicanismo.

³⁹ *Secolo d'Italia* (MSI), *Il Popolo* (DC), *L'Umanità* (PSDI), *L'Opinione* (PLI), *Voce Repubblicana* (PRI).

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Argumentos associados à instrumentalização política do “caso República” em Itália
O “caso República” impõe que se faça uma pergunta aos comunistas italianos: Berlinguer deve dizer com clareza se o PCI pretende apoiar a política de Cunhal e dos militares tendente a impor severas limitações às liberdades que os portugueses conquistaram depois de decénios de ditadura.
A DC e o PSDI apenas se preocupam em fazer instrumentalizações dos eventos portugueses para obter proveitos ao nível da política interna.

Tabela 2: Discurso do Partido Socialista Italiano.

As narrativas dos opositores políticos do PCI denotam uma intenção de confrontar o partido com as problemáticas suscitadas pelo conflito da Rua da Misericórdia. Se o discurso das forças políticas da tabela 1, com destaque para a DC, radica em enunciados que encimam a bandeira do anticomunismo e procuram visar as relações entre socialistas e comunistas italianos, já a postura do PSI, na tabela 2, além das solidariedades manifestadas ante os companheiros lusitanos, também não ignora as questões que o “caso República” coloca em relação ao PCI, ainda que de forma bem mais modesta quando comparada com aquela utilizada pelos partidos da tabela 1.

Não obstante a generalidade dos jornais de *referência* reconhecer que o PCI não era mais um partido ortodoxo à imagem de Moscovo, os analistas e atores políticos deram seguimento à dinâmica do jogo político ancorada nos eventos portugueses como havia sucedido aquando do XIV Congresso do PCI. A ambiguidade imputada à secretaria de Berlinguer em relação à conduta do PCP ocupou, de facto, um lugar de destaque no âmbito dos argumentos utilizados pelos adversários, redundando, frequentemente, na pergunta: como podem os comunistas italianos reprovar os meios utilizados pelos militares e as conceções democráticas do PCP e, simultaneamente, advogar a união entre as forças de esquerda e o MFA?

O PCI respondeu às pressões afirmando que a estratégia da DC e das restantes forças conservadoras e moderadas consistia em prosseguir com o aproveitamento político do processo português em termos de cruzada anticomunista. O deputado Gian Carlo Pajetta⁴⁰ sustentou que ninguém tinha o direito de acusar o PCI de ambiguidade ou de reticências, uma vez que a análise que o partido fazia da situação em Portugal enquadrava-se no espírito de que as transformações sociais na Europa só podiam realizar-se no âmbito da unidade operária e da plena autonomia de qualquer país, tendo sempre a consciência de que a função histórica da classe operária só poderia ser bem sucedida através de uma política de amplas alianças, entendida como elemento fundamental para o desenvolvimento democrático das nações.

Não há dúvida de que a réplica comunista comportou um esforço de clarificação de posições, como se depreende pelas diversas intervenções que se seguiram à nota política de 20 de maio. Dois dias depois, sob o título “Clareza sobre Portugal”, o editorial do *L’Unità* mostrava-se decidido a rebater os ataques: “Liquidemos rapidamente a baixa instrumentalização que a DC de Fanfani e o seu quotidiano *Il Popolo* estão a tentar construir sobre os eventos portugueses”. O diretor Luca Pavolini escreveu que o

⁴⁰ Franco Bertone, “Il movimento comunista e la sinistra europea”, *Rinascita*, 30 de maio, 1975, 3.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

partido de Mário Soares tinha o direito de exprimir-se através das colunas de um órgão de imprensa, tal como outras forças antifascistas e democráticas tinham o direito de contestar o PS através dos próprios jornais ou meios de propaganda. Disse ainda que, em Portugal, não podiam ser positivas as intervenções dos militares quando se verificavam divergências entre os partidos. Relembrou, por último, que, dadas as peculiares circunstâncias em que o país se encontrava, sujeito a enérgicas reações saudosistas e a agitações aventureiras, a única forma de ultrapassar as dificuldades era através da unidade entre as massas populares, os partidos democráticos merecedores da sua confiança e as Forças Armadas⁴¹.

Repercussões no setor de informação: o “caso Carnevali”

O conflito do *República* ocupou os espaços nobres dos meios de comunicação italianos logo no dia 20 de maio. O *Corriere della Sera* publicou, na capa, um pequeno texto, secundado pela fotografia de manifestantes, que servia de introdução para a reportagem mais detalhada localizada nas páginas interiores. Renzo Carnevali, diretor dos serviços internacionais do *Corriere*, foi o autor da extensa chamada (não assinada) intitulada “Os comunistas ocupam o jornal socialista”. A peça apareceu na edição romana que cobria a maioria do território nacional.

A segunda edição do jornal, dedicada aos leitores da Lombardia e a algumas partes da península, reportou, porém, as ocorrências de Lisboa de forma mais anónima e ambígua, titulando “Tensão em Lisboa entre PC e socialistas”⁴². Motivo desta dissonância: redatores alteraram, na ausência do autor da peça, o título e partes do texto que haviam sido publicados na primeira edição do diário da *Via Solferino*.



Figura 1: Peça sobre o “caso República” nas duas edições do *Corriere*, do dia 20 de maio de 1975.

Em carta publicada no *Giornale nuovo* sob o título “Portugal na Rua Solferino”, Renzo

⁴¹ Luca Pavolini, “Chiarezza sul Portogallo”, *L’Unità*, 22 de maio, 1975, 1.

⁴² “Tensione a Lisbona fra PC e socialisti” (1ª ed.), “I comunisti occupano il giornale socialista” (2ª ed.), *Corriere della Sera*, 20 de maio, 1975, 1.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Carnevali⁴³ explicou que “um grupo de redatores comunistas e filocomunistas” havia esperado que o autor do artigo se ausentasse para proceder às alterações. A razão da ação, segundo Carnevali, prendia-se com o facto de que a peça jornalística – principalmente o título – favorecia as pretensões de Amintore Fanfani e da sua DC. Mais: Carnevali aludiu ao comportamento de dois vice-diretores, Franco Di Bella e Michele Tito, afirmando que o primeiro admitira ter sofrido pressões mas nada fizera para evitar conflitos, enquanto o segundo lhe havia manifestado solidariedade e assegurado que se demitia caso o diretor Piero Ottone não tomasse medida alguma, posição que não manteve para se alinhar com a versão de Ottone.

[Renzo Carnevali] Uma vez que a imprensa italiana falou muito e ainda fala deste facto, é importante que se saibam dois elementos essenciais: que a Direção do *Corriere* deu implicitamente a sua permissão à censura recusando-se tomar medidas que a condenasse; e que um jornalista que preserve a sua dignidade e não queira fazer-se cúmplice de uma manipulação tendenciosa da notícia não pode dar, ao *Corriere*, outra satisfação que não demitir-se (...). Operaram a censura da censura.

Na opinião de Carnevali, a Direção dera implicitamente o seu consenso à censura recusando tomar medidas que a condenasse, situação que estava em conformidade – asseverou – com a lógica do jornal e explicava porque a censura havia sido operada quase naturalmente e não tenha suscitado, no ambiente do *Corriere*, mais que tímidas reações. Depois de ter protestado junto da Direção contra a iniciativa dos redatores, o jornalista demitiu-se alegando o artigo 32º do contrato de trabalho que previa a rescisão unilateral quando por factos respeitantes à responsabilidade do diretor fosse criada uma situação incompatível com a dignidade profissional do jornalista. Não obstante considerar um erro a substituição do primeiro pelo segundo título, Michele Tito⁴⁴ desmentiu a versão de Carnevali, ao passo que o diretor Piero Ottone⁴⁵ declarou que tudo se processara na sua ausência, sublinhando, porém, tratar-se de uma modificação baseada em condições técnicas, desprovida de qualquer intenção censória ou facciosa manipulação política.

Sobre este mediático episódio o olhar externo e distante pode fazer três observações. Primeiro, a Direção e o Conselho de Redação nunca se pronunciaram nas páginas do jornal, o que denota, numa primeira análise, pouco interesse para esclarecer o sucedido. As únicas declarações surgiram por parte de Piero Ottone e Michele Tito e foram solicitadas por publicações externas ao grupo editorial Rezzoli⁴⁶, naturalmente interessadas em explorar o caso. Além de Carnevali, do diretor e do vice-diretor, somente o núcleo socialista do *Corriere* abordou o assunto, afirmando que as razões da intervenção dos redatores decorriam de motivações políticas e não técnicas, desmentindo, portanto, Ottone e Tito.

Em segundo lugar, o procedimento dos redatores encontrava-se em colisão com o estatuto interno dos jornalistas assinado a 3 de abril de 1974, extensivo a todas as publicações do grupo editorial Rizzoli. Este documento referia que a modificação de títulos só poderia ocorrer mediante a consulta e

⁴³ Renzo Carnevali, “Portogallo in via Solferino”, *Il Giornale nuovo*, 28 de junho, 1975, 17. Cfr: “Carnevali smentisce Michele Tito”, *Il Resto del Carlino*, 12 de julho, 1975, 8.

⁴⁴ Anna Angelini, “Cosa succede al ‘Corriere’”, *Il Resto del Carlino*, 6 de junho, 1975, 2.

⁴⁵ Cit. Carlo Rossella, “Il diavolo a via Solferino”, *Panorama*, 28 de agosto, 1975, 42.

⁴⁶ Proprietário do *Corriere della Sera*.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

respetiva anuência do autor (Borio, Granata, Ronchetti, 1975: 291).

Por último, tanto a Ordine dei Giornalisti della Lombardia como a Associazione Lombarda dei Giornalisti difundiram comunicados sobre o assunto. A ordem lombarda sublinhou que era necessário, em todos os níveis da estrutura de um jornal, acordar previamente ou informar o autor de textos jornalísticos de eventuais modificações que pudessem ocorrer no conteúdo das peças⁴⁷, enquanto a associação de jornalistas referiu que o *Corriere della Sera* havia lesado a dignidade profissional de Renzo Carnevali e violado o acordo empresarial em conformidade com o artigo 32º do contrato de trabalho nacional dos jornalistas⁴⁸.

A controvérsia que, ao longo de três meses, envolveu o diretor dos serviços internacionais do *Corriere* adquiriu *ressonante* impacto na opinião pública, sobretudo, por dois motivos: porque se tratava do mais importante jornal italiano e colocava em causa a sua tradicional linha editorial, num período inflamado do jogo político – campanha eleitoral e ascensão do PCI; porque respeitava a uma questão, a liberdade de imprensa, que figurava no topo da agenda pública desde os finais da década de 60 e, nomeadamente naquele ano de 1975, havia acentuado a pertinência em virtude, primeiro, das repercussões políticas, em Itália, do próprio “caso República” e, depois, devido às movimentações político-financeiras no *Messaggero* (colocar o diário sob influência da DC) e às condenações do ex-diretor de *Il Mondo* (dois anos de prisão efetiva) e de um jornalista do diário *L’Ora* (pena de prisão suspensa)⁴⁹.

Diversos órgãos alimentaram a discussão em redor do “caso Carnevali”, ora comentando, ora disponibilizando as suas páginas para esclarecer posições e confrontar pontos de vista. Outros jornais mais diretamente visados, como a imprensa do PCI, optaram por um silêncio que também pode ser explicado pelo desconforto que o episódio sugere. O socialista *Avanti!* escreveu que o título da primeira edição havia provocado a “imediata agitação das autoridades censórias internas que o consideraram demasiado imprudente”, acrescentando que este constituía um dos muitos exemplos que tornava “menos livre a vida de um jornal que se proclamava livre”⁵⁰. A *Voce Repubblicana* reagiu de forma irónica, registando que era sempre agradável notar progressos ao nível da liberdade de imprensa, mesmo quando esses progressos respeitavam a um importante jornal e se aplicavam a um episódio que levantava o problema da liberdade de informação⁵¹.

O proeminente semanário *Panorama* tituló na capa da edição de 28 de agosto outro enunciado sugestivo: “O ‘Corriere’ é comunista?”. No interior, a reportagem introduziu o novo rumo do tradicional órgão da burguesia lombarda da seguinte forma: “O ‘Corriere della Sera’ tornou-se filocomunista? À

⁴⁷ “L’ordine dei giornalisti e il ‘caso Carnevali’”, cit. *Il Giornale nuovo*, 11 de julho, 1975, 2.

⁴⁸ “I giornalisti lombardi danno ragione a Carnevali”, cit. *Il Giornale nuovo*, 2 agosto, 1975, 2.

⁴⁹ O ex-diretor permitiu publicar um telegrama do embaixador italiano em Lisboa sobre a situação portuguesa pós-25 de abril. O jornalista do *L’Ora* recusou divulgar fontes de informação em tribunal.

⁵⁰ “Molti censori”, *Avanti!*, 21 de maio, 1975, 1.

⁵¹ “Il Portogallo e il Corriere”, *La Voce Repubblicana*, 23 de maio, 1975, 1.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

direita têm a certeza. Muitos questionam-se ao centro. E mesmo os socialistas suspeitam que, em troca da paz sindical, o editor Rizzoli tenha acordado com o PCI um posicionamento de apoio favorável”⁵².

A questão da liberdade de imprensa serviu para o *Settimanale* desenvolver quatro reportagens sobre o “caso Carnevali” em junho e julho: “Portugal já está no ‘Corriere’”, “A comédia vermelha do ‘Corriere’” ou “Os conformistas da Rua Solferino” foram alguns dos títulos que o semanário publicou, tentando sempre explorar o peso e a influência das células comunistas dentro do jornal e as afinidades editoriais com o PCI. A última dessas reportagens, em julho de 1975, reuniu as opiniões de diversos diretores e jornalistas. Enzo Tortora, diretor do *Nuovo Quotidiano*, disse que Renzo Carnevali era provavelmente o primeiro colega português que os jornalistas italianos tinham o prazer de acolher. Já o reputado enviado especial de *Il Giorno*, Giorgio Bocca, referiu que notava, no *Corriere*, uma propensão propagandística para o projeto do *compromisso histórico* de Berlinguer, não condizente com a função de um grande jornal burguês⁵³.

O maior ataque ao colosso milanês partiu, no entanto, do *Giornale nuovo*. Determinados artigos de opinião e editoriais assumiram invulgares tons de cruzada. Efetivamente, pertenceu ao diário de Indro Montanelli a condução de uma campanha destinada a evidenciar as contradições do órgão rival que, sob a liderança de Piero Ottone, perseguia o lema de *não esconder nada*. Escrevia Montanelli⁵⁴: “Queremos apenas recordar que quando trinta redatores e vinte colaboradores abandonaram o *Corriere* e fundaram este jornal por recusar qualquer tipo de censura, toda a imprensa de esquerda escreveu que se tratava de falsos protestos. Enfim...”.

Mas estará esta investida de algum modo relacionada com a saída do *Corriere* de Montanelli e alguns fiéis companheiros jornalistas e colaboradores em outubro de 1973? Se o comentário do diretor do *Giornale* parece ser já indicativo quanto à existência de uma certa relação de causa-efeito, mais eloquente afigura-se o inflamado artigo de opinião, a quatro colunas, de Enzo Bettiza⁵⁵, outro ex-jornalista do *Corriere*. O cofundador do *Giornale* em junho de 1974 começou por dizer que o “caso Carnevali” enquadrava-se num dos “assuntos mais traumáticos da vida civil italiana: a decadência empresarial e a metamorfose ideológica, política e redaccional do *Corriere della sera*”. Enzo Bettiza recordou que a criação do *Giornale* constituía uma consequência direta da saída do *Corriere* de um conjunto de jornalistas e intelectuais. Os motivos dessa dissidência radicavam – referiu o vice-diretor do *Giornale* – na discordância com uma linha editorial reveladora de ambiguidades políticas, na rejeição dos métodos de gestão adotados pela Direção e pela Administração e na reprovação do comportamento de Piero Ottone ao nível das relações humanas.

Enzo Bettiza considerou que a gravidade do “caso Carnevali” não se podia dissociar da dinâmica impulsionada pelo diretor Piero Ottone no sentido de deslocar o *Corriere* para a área de influência dos

⁵² Carlo Rossella, “Il diavolo...”, *Panorama*, 28 de agosto, 1975, 40.

⁵³ Massimo Tosti, “I conformisti di via Solferino”, *il Settimanale*, 30 de julho, 1975, 14-17.

⁵⁴ “Contro corrente”, *Il Giornale nuovo*, 22 de maio, 1975, 1.

⁵⁵ Enzo Bettiza, “Il caso Carnevali”, *Il Giornale nuovo*, 5 de julho, 1975, 3.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

PCI, de impelir “de maneira indolor a grande burguesia do norte rumo ao compromisso histórico”. Segundo esta lógica, o Conselho de Redação encontrava-se, por um lado, refém da hegemonia exercida por redatores comunistas e, por outro, havia-se transformado num organismo sindical subalterno ao Conselho de Fábrica, também ele manipulado por elementos comunistas: Nas palavras de Bettiza: “São os comissários políticos do partido [PCI] dentro do jornal (...). O feudo comunista, apoiado pelo conselho de fábrica, é hoje o mais forte dentro de um jornal que o *L’Unità* não define mais nem ‘burguês’, nem ‘moderado’”⁵⁶.

A questão da dominância comunista serviu para dar a conhecer outro caso que envolveu, no *Corriere*, o editorialista liberal Alberto Ronchey e Portugal. Enzo Bettiza⁵⁷ garantiu que um artigo de Ronchey havia sido bloqueado durante alguns dias, obrigando o próprio diretor a negociar com os representantes sindicais dos tipógrafos a publicação do texto que deveria ter entrado como editorial. O artigo intitulado “O imbróglio português” acabaria por ser inserido na edição de 30 de janeiro de 1975, na página 3, sendo o seu conteúdo extremamente penalizador para com os comunistas portugueses, acusados de intolerância, ânsia pelo poder e de preconizar a “fê pela ideologia fechada”⁵⁸. Michele Tito também desmentiu esta versão sobre o artigo de Ronchey.

Quando Enzo Bettiza justifica o libelo contra o *Corriere* não à luz de uma divergência episódica, mas na base de uma relação com a democracia – e aquilo que a ameaçava –, na base de uma relação com a liberdade de expressão e a censura, com o futuro próximo de Itália e da Europa ocidental, é necessário perceber que a ideia subjacente a este pensamento, partilhado por largos setores moderados ou conservadores, remete para a existência de um novo conformismo que importava combater. Para estes setores da opinião pública italiana, o novo conformismo exprimia-se através das ambições individuais, dos interesses dos partidos e grupos e, sobretudo, através de uma agitada orientação de esquerda atribuída ao PCI e aos consensos que o *compromisso histórico* de Enrico Berlinguer foi reunindo.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa procurou-se demonstrar que, primeiro, a receção do “caso República” refletiu o clima de peleja política clássico dos períodos eleitorais e o profundo conflito entre a Democracia Cristã e o projeto do *compromisso histórico* idealizado pelo PCI. Favoreceu ainda um certo clima de desconfiança entre socialistas e comunistas italianos, tal como sucedeu, de forma mais relevante, no âmbito da esquerda francesa. Em segundo, refletiu também, por um lado, a rivalidade existente entre o recém-criado *Il Giornale nuovo* e o *Corriere della Sera* e, por outro, a acentuada agitação que afetava, naquele período, o setor de informação em Itália, nomeadamente ao nível da liberdade de imprensa e da independência dos jornalistas. Em terceiro, inflamou um debate já em voga acerca da linha editorial do *Corriere della Sera*, o único, unanimemente reconhecido, *jornal-instituição* italiano, debate esse enquadrado na equação que opôs os designados *conformistas* do pretérito imperfeito (liberais, social democratas, socialistas

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ Alberto Ronchey, “L’imbroglia portoghese”, *Corriere della Sera*, 30 de janeiro, 1975, 3.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

democráticos) aos *conformistas* do presente (comunistas democráticos).

Bibliografia

- Borio, Ferruccio, Granata, Clemente e Ronchetti, Sergio .1975. *Giornali nella tempesta: indagine sulla libertà di stampa e sulla crisi dell'editoria in Italia*. Torino: Eda.
- Ferro, Marc .1985. *L'histoire sous surveillance: science et conscience de l'histoire*. Paris: Calmann-Levy.
- Foucault, Michel .2005. *Arqueologia do saber*. Coimbra: Almedina.
- Goffman, Erving .1986. *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press.
- Habermas, Jürgen .1997. *Direito e democracia. Entre facticidade e validade*, vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Mesquita, Mário .1994. “O caso República. Um incidente crítico”. *Revista de História das Ideias* 16: 507-544.
- Rebelo, José .1994. “Imagens de um pretérito imperfeito”. In *O 25 de abril nos media internacionais*, Mário Mesquita e José Rebelo, 81-22. Afrontamento: Porto.
- Said, Edward W .1995. *Orientalism*. London: Penguin Books.

Artigos de imprensa assinados

- Angelini, Anna. “Cosa succede al ‘Corriere’”. *Il Resto del Carlino*, 6 de junho, 1975.
- Barbato, Andrea. “Con calma verso le elezioni”. *La Stampa*, 25 de maio, 1975.
- Bertone, Franco. “Il movimento comunista e la sinistra europea”. *Rinascita*, 30 de maio, 1975.
- Cangini, Franco. “Terrorismo e fatti portoghesi nella polemica elettorale”. *La Nazione*, 23 de maio, 1975.
- Carnevali, Renzo. “Portogallo in via Solferino”. *Il Giornale nuovo*, 28 de junho, 1975.
- Corbi, Gianni. “La via italiana e il vicolo portoghese”. *L'Espresso*, 30 de março, 1975.
- Bettiza, Enzo. “Il caso Carnevali”. *Il Giornale nuovo*, 5 de julho, 1975.
- Bianchi, Lugi. “Tutti gli occhi sul Portogallo”. *Corriere della Sera*, 21 de maio, 1975.
- Fallaci, Oriana. “A colloquio con Soares”. *L'Europeo*, 6 de junho, 1975.
- _____ “La parola a Cunhal”. *L'Europeo*, 13 de junho, 1975.
- Frescobaldi, Dino. “Ford: nessun isolazionismo”. *Corriere della Sera*, 31 de maio, 1975.
- Orlandini, Flavio. “La lezione che viene da Lisbona”. *L'Umanità*, 20 de maio, 1975.
- Ottolenghi, Sandro. “Parlano i capi del Portogallo”. *L'Europeo*, 3 de abril, 1975.
- Pavolini, Luca. “Chiarezza sul Portogallo”. *L'Unità*, 22 de maio, 1975.
- Ronchey, Alberto. “L'imbroglione portoghese”. *Corriere della Sera*, 30 de janeiro, 1975.
- Rossanda, Rossana. “MFA e socialisti, un test per tutti due”. *il manifesto*, 22 de maio, 1975.
- Rossela, Carlo. “Il diavolo a via Solferino”. *Panorama*, 28 de agosto, 1975.
- Tosti, Massimo. “I conformisti di via Solferino”. *il Settimanale*, 30 de julho, 1975.
- Valentini, Giovanni. “Il Portogallo arroventa la campagna elettorale”. *Il Giorno*, 21 de maio, 1975.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Artigos de imprensa não assinados

- “Accuse della ‘Pravda’ ai socialisti”. *Corriere della Sera*, 26 de maio, 1975.
- “Contro corrente”. *Il Giornale nuovo*, 22 de maio, 1975.
- “Dramatici sviluppi del colpo di mano comunista a Lisbona”. *Il Giornale nuovo*, 21 maio, 1975.
- “Gli occhi sul Portogallo”. *Lotta Continua*, 22 de maio, 1975.
- “I comunisti occupano il giornale socialista”. *Corriere della Sera* (2ª ed.), 20 de maio, 1975.
- “I giornalisti lombardi danno ragione a Carnevali”. *Il Giornale nuovo*, 2 agosto, 1975.
- “Il Portogallo e il Corriere”. *La Voce Repubblicana*, 23 de maio, 1975.
- “Il Portogallo e l’Italia del dopo-elezioni”. *Il Resto del Carlino*, 21 de maio, 1975.
- “Interrogazione Pli per il Portogallo”. *Il Resto del Carlino*, 22 de maio, 1975.
- “Kissinger: Mosca non interferisca in Portogallo”. *Corriere della Sera*, 15 de agosto, 75.
- “La strada dell’intolleranza”. *Corriere della Sera*, 21 de maio, 1975.
- “L’ordine dei giornalisti e il ‘caso Carnevali’”. *Il Giornale nuovo*, 11 de julho, 1975.
- “L’ultima spiaggia”. *Il Tempo*, 21 de maio, 1975.
- “Molti censori”. *Avanti!*, 21 de maio, 1975.
- “Non crociate, ma idee, programmi e fatti concreti”. *L’Unità*, 7 de junho, 1975.
- “Tensione a Lisbona fra PC e socialisti”. *Corriere della Sera* (1ª ed.), 20 de maio, 1975.
- “Un grave errore”. *Il Messaggero*, 22 de maio, 1975.
- “Unità necessaria”. *L’Unità*, 20 de maio, 1975.

Fontes e arquivos

Publicações: *Avanti!*, *Corriere della Sera*, *L’Espresso*, *L’Europeo*, *Il Giornale nuovo*, *Il Giorno*, *Lotta Continua*, *il manifesto*, *Il Messaggero*, *La Nazione*, *L’Opinione*, *Panorama*, *Il Popolo*, *Quotidiano dei Lavoratori*, *Il Resto del Carlino*, *Rinascita*, *Il Secolo d’Italia*, *il Settimanale*, *La Stampa*, *Il Tempo*, *L’Umanità*, *L’Unità*, *La Voce Repubblicana*.

Fundos documentais: Biblioteca Comunale Sormani (Milão, Itália), Biblioteca Nazionale Braidense (Milão, Itália), Biblioteca Nazionale di Roma (Itália), Biblioteca Nazionale di Firenze (Itália).

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*¹.

Giulia Strippoli

IHC-FCSH-UNL

*Eravamo nel vento, eravamo nell'aria.
Giovani démoni che si aggiravano per l'Europa.
L'immateriale promessa di un mondo che non sarebbe mai esistito dopo e che non era mai esistito prima.
Però come daímones avevamo il dono di far paura.
I nostri avversari se la fecero letteralmente sotto per mesi, e talvolta, anni².*

“*Bandiere a lutto per la carogna di Franco, piombo sui giovani antifascisti. La misura è colma*”³. Eis o título da primeira página do jornal *Lotta Continua*⁴ no dia 25 de novembro de 1975; enquanto em Portugal terminava o processo revolucionário iniciado em 25 de abril de 1974, morria em Itália Pietro Bruno, militante de LC, morto pela polícia ao protestar em Roma pelo reconhecimento da República Popular da Angola. O internacionalismo era parte integrante da teoria e da prática dos militantes de LC; o antifascismo, o anti imperialismo, o conflito de classe ultrapassavam a perspetiva italiana a favor duma conceção global da luta anti burguesa. Por isso, organizavam-se manifestações como aquela em que Pietro Bruno morreu e, por isso, no verão de 1975 a LC organizou duas viagens de Roma para Lisboa. Foram alugados, à TAP, boeings para trazer os militantes revolucionários italianos para ver de perto o que estava acontecendo em Portugal, nos quartéis, nas fábricas, nas terras, nas casas.

Lotta Continua nasceu entre 1968 e 1969 pela confluência de militantes do movimento estudantil de Turim e da organização *Potere Operaio* de Pisa⁵; junto com os grupos *Avanguardia Operaia* e *Pdup-Manifesto*, na época da Revolução dos Cravos foi uma das três organizações mais importantes da esquerda revolucionária italiana. Neste artigo, escolhe-se estudar o relato dos acontecimentos portugueses feito por LC, entre abril de 1975 até novembro 1975, com o objetivo de analisar como um dos principais grupos da esquerda revolucionária, que acompanhou os acontecimentos passo a passo e diretamente a partir de Portugal, contou o processo revolucionário.

¹ Uma versão modificada desta pesquisa foi publicada na revista online *Histedebr*, v. 14, n. 56 (2014).

² Sandro Mosio, *Riti di Passaggio*, <http://www.carmillaonline.com/?s=riti+di+passaggio>.

³ Para uma interpretação da Revolução como susto sofrido pelas classe dominantes ver: Fernando Rosas, “Notas para um debate sobre a Revolução e a democracia”, em: *Revolução ou transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*, (Raquel Varela ed.), Lisboa, Bertrand 2012, pp. 251- 283. O autor argumenta sobre o medo e as suas consequências no Portugal contemporâneo: “O «25 de abril» foi o «grande susto» dos que se tinham habituado a ver o Mundo aos seus pés. (...) O «grande medo» não acabou, como então se pretendia, com os oligarcas, mas talvez tenha contribuído para a modernização da cultura política e social das suas elites.” (p. 267).

⁴ Bandeiras de luto pela carcaça de Franco. Disparos sobre os jovens antifascistas. Já estamos fartos.

⁵ Daqui em diante: LC.

⁶ Existem várias obras, de carácter historiográfico, jornalístico e memorialístico, sobre *Lotta Continua* e os outros grupos da esquerda revolucionária italiana de pós Sessenta e Oito. Aqui vamos apenas mencionar a história de LC escrita por um dos seus dirigentes. Ver: L. Bobbio, *Lotta continua: storia di un'organizzazione rivoluzionaria*, Savelli, Roma 1979. Sobre o impacto da Revolução portuguesa, que depois de março 1975 tornou-se a bandeira de LC, ver pp. 153- 156.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

LC, no entanto, não foi apenas o seu jornal, nem era apenas uma organização de líderes – carismáticos e não – que contaram a história da organização e que têm tido a atenção de historiadores e jornalistas. Para melhor entender a experiência de LC em Portugal usamos também – embora de maneira reduzida- as histórias e as memórias de dois ex-militantes, com vinte anos na época da Revolução, que não escreveram a história de LC, nem têm tentado interpretar num sentido intimista a experiência de militância. Eles contaram uma história, que nós temos usado para melhor imaginar o clima vivido por esses jovens revolucionários italianos que chegaram para Lisboa e que tiveram o privilégio, entre muitos da sua geração, de participar de um verdadeiro processo revolucionário.

A 26 abril de 1974, o artigo de LC dizia: “Golpe militar em Portugal. Caetano substituído por uma «Junta de Salvação Nacional» com o General Spínola”. Trata-se de um relatório bastante neutro, que cobre os acontecimentos do dia 25 de abril, através do comunicado da imprensa enviado dos militares apresentado de madrugada e a renúncia de Caetano antes do ultimato das 13 horas estabelecido pelo MFA. O texto está em consonância com o título, uma vez que faz referência aos ingredientes de um golpe das forças armadas. O artigo destacava o papel de Spínola e relatava criticamente a biografia do general, pelo compromisso com o Estado Novo - em Portugal e na repressão dos movimentos anticoloniais- e pelo seu projeto neocolonial. No dia seguinte, para além dum relatório sobre as primeiras iniciativas da JSN relativas à libertação dos presos políticos, o jornal fornecia uma análise política do novo cenário e sublinhava a importância de considerar as contradições abertas pela queda da ditadura. LC afirmava que o facto de Spínola não ser um revolucionário, nem um democrata progressista – mas uma personagem grata aos americanos e aos neocapitalistas portugueses - implicava o risco de que a sua aura de salvador influenciasse as massas: “num país desinformado e aterrorizado durante meio século de ditadura (...) sobre as teses políticas de Spínola transferiu-se a esperança popular duma saída. Milhares de portugueses acabaram por pensar nele (...)”. Os repetidos alertas sobre a suposta “liberalidade” e sobre o antifascismo de fachada do general deixavam contudo espaço aos elementos mais positivos do 25 de abril: a reabertura da dialética de classe dentro da Península Ibérica; a desaceleração do projeto de reconquista colonial da África austral, a vitória da luta armada dos povos em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau⁶. Nos dias seguintes, o jornal continuou a publicar artigos sobre as consequências do golpe, em dois eixos centrais: o crescimento do movimento das massas em Portugal e a atitude neocolonial de Spínola, confirmada pelas palavras do general e pelo facto de os bombardeamentos em África não estarem acabados⁷.

O relatório sobre o 1.º de maio foi muito positivo e LC exaltou sobretudo a composição popular da manifestação, em comparação com a do 25 de abril; sublinhava-se então a presença da classe operária, de mulheres e homens proletários, dos soldados, dos estudantes e dos profissionais, e evidenciava-se que os partidos estavam presentes mas não predominantes na manifestação. Sobre os discursos dos representantes políticos e sindicais eram citadas as palavras de Mário Soares sobre o avanço duma democracia socialista; contestava-se Álvaro Cunhal por ter sido demasiado cauto e por ter atacado a

⁶*Caduta di una dittatura e nuove contraddizioni*, LC, 27 abril 1974.

⁷*Gli impegni dell'imperialismo Usa dietro il nuovo governo di Lisbona*, LC, 28 abril 1974. *Al carcere di Caxias escono i politici entrano i torturatori della Pide*, LC, 28 Abril 1974. *Si prepara un grandioso primo maggio*, LC, 30 abril 1974. *Via per sempre il fascismo e il colonialismo*, LC, 2 maio 1974.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

esquerda radical, para concluir que o dirigente do PCP tinha sido “sinceramente decepcionante”⁸.

Os artigos de LC não estão assinados, mas foi Franco Lorenzoni quem escreveu este relatório sobre o 1.º de maio. Este tinha chegado a Lisboa logo depois ter conhecido a notícia do fim do Estado Novo. Lembra-se do 1.º de maio como uma autêntica explosão de felicidade e como uma manifestação única e extraordinária, pela participação da inteira população: “a maior parte dos portugueses nunca se tinham manifestado antes, os slogans gritados pareciam mais coros de estádio de que frases políticas, a espontaneidade da alegria pela fim da ditadura era viva, era tangível”⁹.

Poucos dias depois do 1.º de maio, o jornal dedicava uma página à situação portuguesa, com relatórios sobre os acontecimentos mais recentes e uma reflexão política. Os artigos contavam sobre a ocupação das casas, uma assembleia dos metalúrgicos, expulsões de fascistas nas escolas e nas universidades e caças aos “pides”. A análise política concentrava-se no papel da classe operária como foco do processo que estava a começar em Portugal, e no peso decisivo do proletariado na mudança do regime: “Na crise da transição da gestão fascista de espoliação capitalista à formação duma sociedade burguesa, «democrática», a classe operaria, o proletariado pode não ser unicamente o aliado necessário e subordinando, mas conquistar - a partir do choque antifascista e da liquidação dos instrumentos do antigo terror (a destruição total da PIDE), com a recuperação das lutas nas fábricas e em cada aspeto da vida social – a sua própria autonomia, numa fase em que não está em jogo o poder ou a tomada do poder, mas a capacidade de quebrar uma forma de dominação e de impedir a burguesia de resolver as suas contradições com a tentativa de substituí-la com outra”¹⁰.

O jornal fornecia relatórios sobre os acontecimentos na capital, com referências pontuais às lutas e reivindicações de operários, empregados, camponeses. Sobre as forças políticas e as dinâmicas entre estas, o juízo da LC foi cortante desde o começo de maio 1974: Spínola, Champalimaud, Sá Carneiro eram reacionários por trás da bandeira da “social-democracia”; LC ressaltava também que o risco de que estas forças tomassem conta do MFA assustava o PCP, que se sentia então “cercado”, dum lado pelo movimento das massas, do outro pela JSN. Em relação a Soares, o jornal afirmava que ele viajava pela Europa para se apresentar como o homem do capital europeu. Neste quadro péssimo das forças políticas, LC destacava porém a confiança nas massas populares: “Os partidos estão a definir os seus próprios programas, mas é o movimento das massas que está a estabelecer as relações de força. Este movimento sabe amarrar o antifascismo às reivindicações da classe. Só a sua autonomia é hoje garantia de democracia e da liberdade de lutar”¹¹.

Ao longo do mês de maio, a análise do jornal torna-se mais interessante, no momento em que os artigos revelam ter uma tríplice dimensão: a primeira é a dos relatórios pontuais sobre a situação, o papel da JSN na preparação do governo provisório, as lutas sociais e os acontecimentos em África.

8700.000 *garofani rossi a Lisbona*, LC, 3 maio 1974.

⁹ Franco Lorenzoni, entrevista do dia 3 de dezembro 2013. Daqui em diante: F.L.

¹⁰ *L'avvio di un processo*, LC, 5 maio 1974.

¹¹ *Dieci anni di sconfitte nella guerra coloniale*, LC, 7 maio 1974.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

A segunda diz respeito a uma análise abrangente sobre os partidos e a classe operária, numa perspetiva não limitada ao caso português. Trata-se por exemplo da reflexão sobre a alternativa entre a reconstrução nacional e a luta de classe. LC, de facto, criticava a retórica da unidade nacional (e a comparação com a queda do fascismo em Itália era parte desta retórica) e acusava a insistência dos “burgueses e revisionistas”, dos “imperialistas” e dos “progressistas” sobre os conceitos de paz, harmonia e concórdia para exorcizar a presença, na Europa, duma situação que podia facilmente transformar-se numa crise revolucionária. LC argumentava que dois elementos iam impedir a transição para uma democracia pluralista: a crise capitalista na Europa e a derrota na guerra colonial; para além disso, o jornal explicava que as duas principais frentes da luta - a luta dos povos em África e as lutas de classe em Portugal - podiam juntar-se. LC fazia ligações entre Portugal, a situação francesa dos anos cinquenta e a experiência chilena, e por isso via na situação portuguesa um cenário que assustava a burguesia europeia e dos Estados-Unidos: “Nunca na Europa do pós guerra existiram condições tão avançadas como aquelas que existem hoje em Portugal para realizar a unidade dos proletários em luta com as massas dos soldados e com os oficiais das categorias inferiores”¹².

Os militantes italianos ainda tinham os olhos nas grandes movimentações do final dos anos sessenta, na rutura de muitos comunistas com o PCI, na ideia que as transformações eram possíveis, também por um gatilho puxado pelo exército: “A Revolução foi a mais curiosa personificação de 1968. Os capitães, os jovens que perderam a guerra, eram pessoas de grande abertura moral e de grande ingenuidade até. Eram pessoas que queriam, de verdade, mudar a realidade, que pensavam ter feito tudo errado, que julgavam pertencer a um corpo que estava a fazer tudo errado. Olhavam para os movimentos de libertação. Pertenciam a um exército colonial e dentro das suas consciências pensavam: «os nossos inimigos são melhores»”¹³.

A terceira dimensão do interesse dos artigos tem a ver com as conexões transnacionais e a circulação de ideias e pessoas, com a existência duma rede europeia diretamente ligada também aos factos dramáticos e perturbadores da história italiana (como as responsabilidades dos serviços secretos italianos e internacionais no massacre da *Piazza Fontana*), num eixo que - através do francês Yves Guérin Sérac - ligava a Aginter Press de Portugal, com a OAS, a guerra colonial em África, os neofascistas italianos e os serviços das informações italianos e estrangeiros¹⁴.

Durante o mês de junho de 1974, LC continuou a exprimir posições críticas sobre a continuação

¹² *Ricostruzione nazionale o lotta di classe?* LC, 8 maio 1974.

¹³ F.L.

¹⁴ *Dall'epurazione dei torturatori della Pide nuove accuse al Sid per la strage di Stato*, LC, 26 maio 1974. Os jornalistas italianos Corrado Incerti, Sandro Ottolenghi e Piero Raffaelli fizeram as reproduções dos documentos da Aginter Press, encontrados na prisão de Caxias, e fizeram uma reconstrução da ampla rede da agência e de recrutamento numa série de artigos publicados no semanário *L'Europeo* em novembro 1974. Ver: “*Siamo entrati nel carcere di Lisbona e abbiamo fotografato i documenti proibiti*”, disponível online: www.uonna.it/aginter-presse.htm. Este e outros documentos de *L'Europeo* são citados numa recente publicação sobre a Aginter Press, que esclarece também os contactos com os agentes italianos, para além de fornecer uma reconstrução da rede internacional: José Duarte de Jesus, *A guerra secreta de Salazar em África. Aginter Press. Uma rede internacional de contra-subversão e espionagem sediada em Lisboa*, Dom Quixote, Alfragide 2012.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

da guerra colonial e também sobre o PCP, acusado de alertar a população para que esta fosse moderada e de criticar as forças de esquerda com a justificação do perigo “contrarrevolucionário”¹⁵.

A luta social em Portugal e a guerra colonial mantinham-se como pontos centrais da análise de LC; o PS e o PCP eram acusados de tentativas para disciplinar lutas e de cometer erros políticos em relação a África; para além disso, eram considerados culpados de menosprezar os movimentos africanos, os quais, com as suas vitórias, tinham permitido o regresso deles a Portugal, qualificados como antifascistas¹⁶.

Em julho-agosto de 1974, o jornal concentrou-se na situação colonial, porque, apesar das declarações do II Governo Provisório em torno ao direito à independência, em Angola continuavam os assassinatos de negros pelos racistas brancos e a JNS e Spínola eram acusados de terem elaborado um plano neocolonial para manter Angola – a mais rica das colónias – como uma zona de pilhagem ao serviço do capital multinacional.

No final de agosto de 1974, LC fez um balanço dos primeiros meses depois do golpe de abril focado no aumento da politização e da luta de classes, na passagem do I ao II Governos Provisórios (18 de julho 1974), na descolonização e no MFA. Este balanço sublinhava que a multiplicação das reuniões, das manifestações, dos graffiti nas paredes, das greves, da difusão dos panfletos, etc., eram o signo dum processo mais profundo. O artigo dava também notícias sobre o fim do governo de Palma Carlos e sobre a tentativa de golpe de Spínola, evitado pelo MFA, que tinha posto como novo primeiro-ministro Vasco Gonçalves. O jornal sublinhava depois o processo de aproximação à esquerda do MFA relativamente a questões como a descolonização e a liberalização democrática. Atribuía-se aos operários o papel principal nas lutas, numa perspetiva não unicamente portuguesa mas europeia, na ocupação das fábricas, no controle dos ritmos do trabalho, nas expulsões dos fascistas e nas reivindicações de salários iguais, que no geral tinham feito amadurecer um “nível de autonomia e de força operária desconhecida não só na história do movimento operário português, mas surpreendente e extraordinariamente no contexto da luta de classes nos últimos anos na Europa”¹⁷. Esta exaltação da classe operária deu-se na mesma altura que aconteceu um violento ataque do Governo aos trabalhadores. Havia greves em rápida sucessão; só em Lisboa havia mais de 60 fábricas ocupadas, e neste contexto o Governo aprovou uma lei que proibia as ocupações dos locais de trabalho e obrigava os trabalhadores à apresentação dum pré- aviso de greve de 37 dias durante os quais era preciso negociar com o patronato. De facto, com a retórica da concessão do direito de greve, tentava-se eliminar o controlo operário nas fábricas e criar um clima de pacificação. O mesmo decreto-lei votou a nacionalização de três bancos. Os eventos, por um lado, refletiam as mudanças de esquerda no seio do MFA, por outro demonstravam que a área spinolista estava a tentar evitar o conflito e o avanço da luta. Entretanto, os EUA utilizavam a proposta das nacionalizações para o ataque contra o PCP e a suposta vontade do partido de instaurar uma ditadura. LC sublinhava o embaraço e o silêncio do PCP, no que respeitava a lei do direito à greve e destacava, pelo contrário, a posição do PS

¹⁵*Spinola e Cunhal d'accordo: è l'ora dell'ordine e della disciplina*, LC, 2 junho 1974.

¹⁶*Crisi di governo sulla guerra coloniale*, LC, 12 julho 1974.

¹⁷*A quattro mesi dal 25 aprile*, LC, 24 julho 1974.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

contra todos os outros partidos e contra a lei que passava a regulamentar as greves¹⁸.

No dia 6 de setembro, o Governo assinou os acordos de Lusaka com a FRELIMO, acordos que decretavam a independência de Moçambique a ter lugar a 25 de junho de 1975 e no dia 8 de setembro, o Governo de Vasco Gonçalves reconheceu a independência da Guiné-Bissau. LC deu muito espaço às notícias e relatou os acidentes provocados pelos fascistas em Lourenço Marques e as tentativas de instauração dum governo neocolonial. No início de setembro, por toda a Europa foram organizadas manifestações de apoio ao Chile e os militantes italianos de LC participaram na preparação da manifestação em Lisboa juntamente com militantes da esquerda revolucionária portuguesa da LUAR, do PRP e do MES. A situação geral em Portugal continuava a ser caracterizada pela agitação social e pelas tentativas por parte das forças conservadoras de acabar com os conflitos e com a radicalização das lutas e finalmente de isolar os componentes mais de esquerda dentro do MFA. Neste cenário, os operários navais da Lisnave começaram uma greve que originou uma grande manifestação que se iniciou no estaleiro e invadiu as ruas de Lisboa. LC descreveu a “combatividade sem precedentes” dos trabalhadores e atacou o PCP, por ter tentado executar manobras de divisão e pela sua política “aberrante” e “suicida”, já que no *Avante!* tinha designado estes operários como inimigos da classe operária¹⁹. Quando o general Spínola tentou reunir as forças conservadoras para virar para a direita o Governo por meio da manobra da chamada “maioria silenciosa” no dia 28 de setembro, LC atacou ainda uma vez o PCP. O partido de facto tinha incitado a população a vigiar a iniciativa reacionária de Spínola e LC sublinhou que, se até àquele ponto o PCP se tinha esforçado para conter o movimento das massas, naquele momento fazia apelo aos mesmos trabalhadores que anteriormente designou como “aventuristas” e “extremistas”²⁰. Como se sabe, a iniciativa spinolista foi derrotada pela mobilização popular, pelo MFA, pelas forças antifascistas que impediram o golpe reacionário e obrigaram Spínola à demissão e à sua substituição pelo general Costa Gomes. Para além do jornal LC, Franco Lorenzoni escreveu sobre os primeiros meses da Revolução também na revista *Quaderni Piacentini*, que publicou um artigo dele sobre os acontecimentos portugueses entre abril e setembro, onde era evidente e clara a análise sobre a mudança das relações de força: “A 25 de abril foram os proletários que se juntaram nas praças aos tanques que libertavam o País do fascismo. A 28 de setembro foram os soldados que se juntaram às barricadas dos operários. (...) O fascismo foi derrotado duas vezes. (...) Em cinco meses a luta de classes tinha mudado os termos da batalha institucional. Já não se tratava da democracia contra o fascismo, de uma nova colaboração de classes contra velhas formas de repressão e tirania; mas de um choque aberto entre as classes. Luta pela democracia, contra o capitalismo”²¹.

Depois do 28 de setembro 1974, começou uma nova fase da Revolução. O aumento da influência de Otelo Saraiva de Carvalho, chefe do COPCON, as expulsões no seio da JSN, as prisões dos elementos reacionários que tinham planeado o golpe fizeram com que a situação mudasse completamente. A análise

¹⁸ *La libertà è lottare contro il capitale, scoprono preoccupati gli americani*, LC, 4 setembro 1974.

¹⁹ *Grande manifestazione degli operai della Lisnave*, LC, 21 setembro 1974.

²⁰ *La destra si stringe intorno a Spínola*, LC, 27 setembro 1974.

²¹ F. Lorenzoni, “Le prime fasi del processo rivoluzionario portoghese”, *Quaderni Piacentini*, n. 53-54, XIII, pp. 97-122.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

da situação de LC concentrou-se na radicalização da luta anticapitalista no interior do exército e na abertura de espaços de luta ainda maiores para as massas. LC reconhecia a extraordinária capacidade de luta demonstrada pela esquerda dentro do exército, e pelo PCP, e argumentava que os proletários – reconhecidos como força autónoma mas ainda não bem organizada por causa da curta duração do processo revolucionário –podiam utilizar a força do PCP para se inserir nas contradições da burguesia²².

Os jovens militantes italianos ficaram fascinados por Otelo Saraiva de Carvalho; Franco Lorenzoni lembra a bondade, a personalidade naïve, a transparência, e até a ingenuidade, na incarnação daquele paradoxo que só se pode verificar numa situação extraordinária: “Otelo tinha unicamente um slogan: «O povo tem sempre razão». E agia assim. Era uma situação em que a polícia dizia: quem se revolta tem razão. E fornecia os instrumentos para se revoltar”²³. Foi desta forma que Franco Lorenzoni telefonou a Otelo e pediu para ocupar uma casa com o intuito de criar uma associação de amizade revolucionária Itália-Portugal. O COPCON forneceu uma casa e o demais necessário. Desde aquele momento a casa da rua do Prior (antes propriedade da família Espírito Santo) foi ponto de encontro para os militantes italianos que vinham a Portugal “ver” a revolução. Para a rua do Prior os homens do COPCON trouxeram madeira de mogno porque os ocupantes precisavam de fazer bancos para se sentarem e lembram-se, ainda hoje, do embaraço do Donato, o mais velho do grupo, um reformado de Turim, que ia trabalhar aquela madeira fina. Na casa da rua do Prior, os equilíbrios entre as forças políticas são até motivo de brincadeira: “Precisávamos de água e de luz. Um camarada disse que ter água ia ser fácil, porque a água era revolucionária, enquanto a luz era reformista...O comité de trabalhadores que tomavam conta da sociedade da eletricidade era do PCP...”²⁴. Franco Lorenzoni e os outros tinham a sensação de estar a viver num mundo virado ao contrário; estavam fascinados por Otelo porque ele estava em jejum no terreno político, porque agia de maneira diferente relativamente aos clássicos golpes de Estado, que estabeleciam imediatamente a censura e o recolher obrigatório; aos militantes italianos parecia estarem a viver dentro dum conto de fadas, onde “a polícia desejava ajudar o povo mais do que este tinha vontade de se revoltar. Foi preciso passar um ano desde 25 de Abril para que as pessoas percebessem o que era possível fazer”²⁵.

No começo do 1975, durante I Congresso Nacional de LC, um representante da esquerda revolucionária portuguesa fez um balanço dos dez meses sucessivos do 25 de abril; forneceu uma interpretação do 28 de setembro como a abertura duma nova fase, por causa da inserção direta da luta na crise capitalista. O ponto central da intervenção do camarada português ao Congresso era o nível de desenvolvimento do movimento operário. A lista dos objetivos imediatos juntava-se à crítica aos “revisionistas” (PCP), ao Governo Provisório e ao MFA, porque não tinham posto em causa as verdadeiras fortalezas do capital monopolista. Os exemplos citados para demonstrar a força da luta dos

²²*I giorni della vittoria proletaria*, LC, 15 Outubro 1974.

²³F.L.

²⁴Id.

²⁵Id.

trabalhadores eram a Lisnave²⁶, a TAP, a fábrica têxtil Cambournac e a Siderurgia Nacional. Vinha depois a pergunta: “porque não se faz a revolução?”. A resposta não continha hesitações. Baseava-se na desarticulação política do movimento operário e acrescentava que, na situação da crise, para não sofrer derrotas, tinha que ser superado o problema da organização: “os camaradas europeus devem ter consciência da força operária e da revolta popular em Portugal. Neste momento já não é possível avançar sem centralização, sem um programa, sem uma tática. Trata-se do problema do partido”²⁷. Poucos meses após a consolidação do poder do MFA, o anúncio pelo PCP das nacionalizações e o começo da reforma agrária abriu uma nova fase no processo revolucionário. A iniciativa do 11 de março dos oficiais spinolistas que tentaram ocupar militarmente o quartel RAL 1 foi derrotada, outra vez, pelo MFA e pela mobilização popular. No artigo dedicado aos eventos portugueses, LC atacou a DC (democracia cristã) italiana que conduzia entretanto uma campanha anticomunista e anti MFA. Uma vez mais a interpretação de LC era de nível europeu: “os eventos acontecidos ontem em Lisboa marcam uma mudança política decisiva, não só em Portugal, mas na Europa; a visceral campanha anticomunista da DC na Itália, os apelos histéricos, em todas as capitais europeias, para «salvar a democracia», na tentativa desesperada de rebentar o curso das coisas, e de ocultar a verdade, demonstra a forte e imediata ligação entre a luta de classes e a revolução nos países europeus”²⁸.

Nos dias seguintes LC acompanhou as mudanças ao nível institucional, a substituição do Conselho de Estado pelo Conselho da Revolução, o início das nacionalizações²⁹, a extraordinária manifestação espontânea no dia do funeral do soldado que foi morto durante a tentativa do golpe do 11 de março. No relato sobre as forças em jogo, LC evidenciava uma importante alteração: “pela primeira vez os soldados eram protagonistas autónomos, como parte consciente do proletariado dentro das Forças Armadas. Pela primeira vez, numa manifestação de dezenas de milhares de proletários, nem um slogan era para apoiar o MFA. Os operários já não confiavam no antifascismo do Governo e nos vértices militares, a subordinação política e hierárquica dos soldados aos capitães e milicianos desaparecia. Na maneira como os operários olhavam para os soldados que saíam do quartel, armados pela primeira vez, mas livres de condicionamentos, havia a convicção da necessidade daquele aliado naqueles acontecimentos verdadeiramente perturbadores”³⁰. O jornal oferecia também uma reflexão política sobre a democracia burguesa e a necessidade da ditadura do proletariado (o PCP poucos meses antes tinha eliminado esta expressão do seu estatuto)³¹: “há o perigo real que Portugal passe duma ditadura à outra, da ditadura selvagem e bestial da exploração à ditadura revolucionária do proletariado. (...) A classe operária portuguesa e o proletariado estão a escrever novamente estas palavras e com clareza, não num

²⁶ Sobre as greves na Lisnave durante o PREC ver: Jorge Fontes, “Greves e Conflitos sociais na Lisnave”, em: *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*, (eds. R. Varela, J. Dias Pereira, R. Noronha), Lisboa, Colibri 2012, pp. 194-197.

²⁷ *Il saluto di un compagno portoghese al Congresso. Le lotte operaie nella crisi portoghese*, LC, 11 Janeiro 1975.

²⁸ *Il Portogallo chiama alla lotta contro la reazione*, LC, 12 Março 1975.

²⁹ Sobre as nacionalizações ver: Ricardo Noronha, “Lutas sociais e nacionalizações (1974-75)”, em: *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*, cit., pp. 225-236.

³⁰ *I soldati formano consigli nelle caserme. Occupate le società di assicurazione*, Lc, 16-17 março 1975.

³¹ Sobre o VII Congresso do PCP, em Outubro 1974, o primeiro realizado na legalidade, ver: Raquel Varela, *A história do PCP na Revolução dos cravos*, Bertrand, Lisboa 2011, pp. 116-128.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

estatuto, mas na realidade”³². Os comentários sucessivos de LC iam na mesma direção: focavam os artigos na pressão das massas para a radicalização do processo revolucionário, através das expulsões, das nacionalizações, da verdadeira fuga dos burgueses para o aeroporto de Lisboa; falavam também da chamada “moderação” do PCP, tendo em vista as eleições do dia 25 de abril 1975. Para além disso, LC, relatava sobre as organizações políticas e sindicais italianas, com particular atenção ao PCI, acusado de ser “a expressão da maior falência das contradições explosivas existentes dentro do movimento revisionista internacional”³³. No começo de abril, uma delegação de LC organizou uma conferência de imprensa em Lisboa, que foi depois difundida pelas rádios e pelos jornais. Os operários de duas importantes fábricas italianas, Pirelli e Alfa Romeo, fizeram as suas intervenções sobre o processo revolucionário português, a força do proletariado, o PCI e os vértices sindicais. Em geral, LC expressou o seu apoio para que Portugal não fosse “O Chile da Europa”³⁴.

O início da campanha eleitoral para as eleições da Assembleia Constituinte multiplicou as iniciativas de luta, que LC relatava em detalhe, com valorizações da força do proletariado e críticas aos travões do PCP às greves. O partido era criticado também pela assim chamada linha “economicista” e pelos sacrifícios que pedia aos trabalhadores. LC fazia depois apelos ao proletariado italiano e às forças políticas para que manifestassem uma real solidariedade para com o processo revolucionário português e as suas lutas. LC organizou também uma manifestação em Roma de apoio a Portugal, com a palavra de ordem “Portugal não será o Chile da Europa!”; nos dias precedentes à manifestação, o jornal dedicou uma grande atenção às mobilizações de massas e às expulsões dentro de vários movimentos. Os artigos exprimiam a sensação de viver dias de alegria, num clima geral de solidariedade internacionalista. A manifestação romana foi um grande sucesso de apoio ao processo revolucionário português, de denúncia do fascismo, da reação e do colonialismo e de exaltação das lutas operárias.

A vitória do PS e do PPD nas eleições de abril respondia às previsões de LC, que comentou os resultados com uma entrevista aos trabalhadores do porto de Lisboa. Nos dias seguintes, o jornal ocupou-se sobretudo das mobilizações para o 1.º de maio e da situação africana (em Angola, nos mesmos dias em que se realizaram as eleições, ocorreram graves choques dos quais resultaram centenas de mortos e feridos), das reuniões de trabalhadores e dos acontecimentos que estavam a criar uma rotura na situação institucional - definida como “pantanosa” pelo jornal de LC - ou seja o decreto das nacionalizações da indústria do cimento, do tabaco e da celulose e as demissões dos dois oficiais implicados na tentativa de golpe a 11 de março. Nos meses sucessivos, LC seguiu por perto os casos do jornal *República* e da Rádio *Renascença*³⁵ e o avanço das lutas operárias, como aquela dos trabalhadores da Lisnave que em junho de

³²*Sì, la vostra democrazia è in pericolo*, LC, 14 março 1975.

³³*I comunisti, il Pci e il Portogallo*, LC, 27 março 1975.

³⁴*Siamo qui per dimostrare che il proletariato italiano è al vostro fianco. Non ci sarà un altro Cile in Europa*”, LC, 3 abril 1975.

³⁵No dia 19 de maio, os trabalhadores do jornal *República* demitiram o diretor Raul Rego, acusado de ter tornado o diário o órgão do PS. Em 25 de maio, os trabalhadores ocuparam as instalações da Rádio *Renascença*, propriedade do episcopado. Sobre a ocupação da Rádio ver: Paula Borges Santos, “A greve que mudou a revolução: luta laboral e ocupação da Rádio *Renascença*, 1974-75”, em: *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*, cit., pp. 199-210.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

1975 fizeram outra grande manifestação para pedir as demissões da Assembleia Constituinte e dos membros do poder judiciário. Os militantes italianos ficavam espantados pela confiança dos trabalhadores portugueses na possibilidade de transformação: “Não se tinham manifestado durante o fascismo. Agora que manifestavam, tinham sempre que obter algo. Surpreendiam-se quando nós contávamos histórias sobre manifestações onde não tínhamos obtido nada. Tinham a ideia que a revolução era fácil, que era possível”³⁶.

O início do verão caracterizava-se pela crise do governo³⁷ e LC denunciava as provocações e as iniciativas da direita, mas também a incerteza política exemplificada pelo papel do PCP e as suas propostas de medidas consideradas revisionistas, como a criação dos Comités da Defesa da Revolução, interpretados como uma forma de contraposição aos Comités Revolucionários de Operários, Soldados e Marinheiros. O cenário descrito pelo jornal de LC no fim de junho, começo de julho, era muito claro: havia um movimento de massas que, através as lutas nos setores dos transportes e das comunicações estava a demonstrar o seu radicalismo e LC previa no imediato futuro um confronto entre duas alternativas: “Nunca pareceu tão claro como nesses dias que o verdadeiro motor da revolução é a classe operária. O MFA e o Conselho da Revolução, enquanto as massas avançavam, foram enfrentados por uma escolha: desistir da fachada da unidade, ou, na tentativa de conservar a todo o custo esta unidade, através dum compromisso, desistir do papel de direção que tiveram no passado. (...) Uma nova aceleração do processo revolucionário ou uma forte involução através a repressão das lutas: eis a alternativa que se abre hoje em Portugal”³⁸.

O momento parecia verdadeiramente decisivo: no dia 6 de julho – pela terceira vez na mesma semana - os trabalhadores manifestaram-se e pediram a instituição de tribunais populares, após a fuga de 88 “pides” da prisão de Alcoentre, ao mesmo tempo que reivindicavam o poder operário dentro das fábricas. LC sublinhava que, pela primeira vez, a esquerda revolucionária dos grupos MES, PRP, UDP, LCI (com exceção do MRPP, tal como evidenciava de forma polémica, o jornal) tinha-se apresentado unida no apoio e na solidariedade com trabalhadores. Houve também uma assembleia do MFA, que devia decidir sobre as formas concretas da “Aliança Povo - MFA”; sobre a nacionalização do grande polo industrial da CUF e sobre o reconhecimento dos organismos populares autónomos –tais como as comissões operárias e os comités dentro dos bairros – e que foi acolhida pela LC como uma inversão de tendência com respeito às incertezas dos últimos períodos dentro do MFA, também motivada pela prevalência, dentro do Conselho da Revolução, de alguns componentes moderados. A análise acrescentava igualmente que se estava a dar uma verdadeira reversão em prol da participação operária, com respeito ao “produtivismo” expresso pelo PCP.

No começo do “verão quente” de 1975, enquanto se festejava a independência de Moçambique (dia 25 de junho), de Cabo Verde (dia 5 de julho), de São Tomé e Príncipe (dia 12 de julho), o PS criava uma crise política e deixava o IV Governo Provisório. Entretanto, em Angola, novos choques

³⁶F.L.

³⁷Desde março 1975, estava no cargo o IV governo provisório, chefiado por Vasco Gonçalves.

³⁸*Si allarga l'opposizione operaia alla svolta moderata del governo*, LC, 15 julho 1975.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

provocavam novos massacres. LC sugeria então dois possíveis cenários: o começo duma guerra civil prematura, ou o fim das provocações reacionárias, mesmo se – acrescentava o jornal – provavelmente nem uma nem outra hipótese fossem acontecer. Era, porém, claro que se tratava de um momento de choque frontal. A assembleia do MFA escolheu Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo de Carvalho como membros para criar um Governo de emergência. Enquanto o jornal relatava sobre a incerteza da situação e acompanhava com preocupação as notícias provenientes de Angola, LC organizou uma manifestação em Lisboa e uma campanha de solidariedade internacional para apoiar a “luta revolucionária do proletariado português para o socialismo” como diziam os manifestos da convocatória.

Foi durante este verão quente que vieram para Portugal centenas de militantes e simpatizantes de LC passar as férias no “País mais livre da Europa”, tal como dizia o slogan criado por Franco Lorenzoni. Entre estes militantes chegou a Lisboa Sandro Mosio, que mais tarde decidiu narrar a sua experiência: “Chegávamos a Portugal para ver o nascimento dum novo mundo. Para além das motivações daqueles que nos enviaram, a nossa razão era aquela. Já há vários anos que estávamos à espera e se calhar aquela vez ia ser certa. Sentíamos que éramos militantes da Revolução. E não importava qual fosse”³⁹.

Quando, no começo de agosto, se formou o V Governo Provisório, LC não hesitou em declarar que ia durar muito pouco, e refletia sobre a questão mais importante, ou seja, se ia cair pela esquerda ou pela direita, tendo também em consideração as novidades do documento publicado pelas componentes moderadas das Forças Armadas reunidas em torno do Melo Antunes⁴⁰. Dentro dum cenário incerto e bastante sombrio, a manifestação de 21 de agosto em Lisboa foi exaltada por LC como signo da força dos operários e das vanguardas que nos últimos tempos pareciam ter enfraquecido. O jornal evidenciava também a novidade do evento, considerando uma nova vontade política das massas: “desta vez não houve folclore nenhum e pela primeira vez os soldados não traziam cravos nas suas fardas. A gravidade do momento faz com que o entusiasmo dos proletários seja menos alegre e mais combativo, tenso até, finalmente [os proletários] vêem a sua própria força. Uma manifestação com características ofensivas que demonstra, na violência da longa e metódica repetição das palavras de ordem antifascistas (...), uma vontade de combater que, desde há muito tempo, ia a procura duma indicação a fim de se difundir”⁴¹.

No final de agosto o clima geral registou um incremento de tensão por causa da multiplicação dos assaltos às sedes do PCP e do MDP e o entusiasmo relativo à manifestação de 21 de agosto expirou rapidamente, dada a existência de uma outra manifestação que devia ser uma primeira expressão da experiência de Frente unitária, criada entre a esquerda revolucionária e o PCP, e que o MES tinha apresentado como uma viragem histórica no processo revolucionário. LC argumentava que, neste cortejo, a presença do PCP tinha sido preponderante, que o PRP tinha abandonando a manifestação antes dos comícios de encerramento e que, em geral, a frente era inconsistente, considerada a heterogeneidade dos

³⁹ Sandro Mosio, *Riti di Passaggio*, disponível em: <http://www.carmillaonline.com/?s=riti+di+passaggio>.

⁴⁰ O *Documento Melo Antunes* foi divulgado a partir do dia 7 de agosto; tinha o apoio do Grupo dos Nove e das forças moderadas em oposição ao *Documento Guia Povo/MFA* do começo de julho. No dia 12 de agosto apareceu depois o *Documento do COPCON*, em oposição ao documento do Grupo dos Nove.

⁴¹ *Oltre centomila alla grandiosa manifestazione rivoluzionaria di Lisbona*, 21 agosto 1975.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

componentes⁴².

No fim do mês, Vasco Gonçalves foi removido do cargo de primeiro ministro e começaram as consultas para a formação do VI Governo Provisório. Entretanto o PCP tinha saído do projeto da Frente unitária, o que LC interpretou como uma possibilidade de nova unidade e autonomia para as forças revolucionárias: “O PCP encontra-se hoje suspenso no ar (...). As improvisações viradas à direita e à esquerda surgem desta linha de ocupação do poder, da separação das massas, dos métodos facciosos e sectários para aproveitar todas as alavancas do poder, incluídas aquelas que permitem o controlo da classe operária. (...) Mesmo dentro do drama dos revisionistas, que irá ter consequências nos movimentos de massas, há afinal um sinal de fraqueza da política dos revolucionários. A capacidade de construir uma direção mínima do movimento, que nesta fase não pode ser uma direção de partido, pode ser uma coordenação entre as forças revolucionárias”⁴³.

Durante a manifestação dos SUV (Soldados Unidos Vencerão) no Porto, sob os slogans “Portugal não será o Chile da Europa”, “Os soldados sempre ao lado do povo”, houve um clima de grande solidariedade entre soldados e proletários, que LC interpretou como o sinal duma vontade e dum poder populares ainda fortes, apesar da divisão profunda e insanável dentro das Forças Armadas, e das negociações para a formação do Governo, que faziam prever um deslocamento à direita.

A assembleia extraordinária do exército no dia 2 de setembro e a do MFA de dia 5 –ambas reunidas em Tancos– decretavam o fim da influência “gonçalvista” e uma viragem à direita dos vértices das forças militares.

Em meados de setembro tomou posse o VI Governo Provisório, que juntava o PS, o PPD e o PCP. O jornal de LC descrevia a situação como uma vitória do imperialismo e da social-democracia ao nível europeu e uma tentativa da redução da luta de classes que se conformasse ao pensamento burguês⁴⁴. A partir do dia seguinte, o jornal começou a difundir a notícia duma iniciativa organizada na Itália, em conjunto com os grupos Avanguardia Operaia e Pdup-Manifesto, de apoio às organizações da esquerda portuguesa, em simultâneo com outras iniciativas europeias.

O comité nacional de LC dedicou então uma atenção especial à situação portuguesa, com uma análise detalhada do momento e das forças políticas e sociais, focada na ofensiva das forças reacionárias, no papel do PCP, na maturidade do movimento de classes e na questão da direção do partido, considerada por LC como o ponto central em torno do qual a esquerda revolucionária portuguesa se devia confrontar.

LC considerava também as aberturas e as possibilidades para um novo ímpeto do proletariado, graças à dissolução do MFA e à crise do PCP, num momento que, argumentava LC, o movimento podia

⁴²*Fragilità del “fronte”, nonostante l’ampiezza della partecipazione, nella prima manifestazione pubblica*, Lc, 29 agosto 1975. A frente (PCP, MDP, MES, PRP-BR, LCI, LUAR, FSP) em finais de Agosto votou a expulsão do PCP por causa da posição do partido em relação ao PS e ao Grupo dos Nove.

⁴³*Si moltiplicano e si aggravano colpi di mano e fratture nelle forze armate*, LC, 5 setembro 1975.

⁴⁴*Il VI governo è fatto. È socialdemocratico e provvisorio*, LC, 16 setembro 1975.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

ganhar força no sentido da unidade e da autonomia. Um outro ponto interessante na análise da situação era a relação instituída entre o PCP e o PCI do pós guerra: “a direção revisionista oscilou descontroladamente (...). Nesta oscilação manifesta-se a relação de mútua integração entre a linha insurreccionista e a linha reformista do revisionismo, analogamente à expressão destas duas tendências dentro do PCI depois do pós guerra. Em última análise, o insurreccionismo de aparelho e perdedor do PCP destina-se a alimentar e reforçar a prevalência da linha reformista”⁴⁵.

Face às mobilizações nos dias sucessivos à tomada de posse do VI Governo Provisório, o jornal continuou a sublinhar a força dos trabalhadores e dos soldados e, na ocasião duma nova manifestação dos SUV, dedicou uma nova análise à situação geral do País que, se dum lado lembrava a dissolução do MFA e o avanço da direita, do outro lado via no momento decisivo de Tancos uma viragem que podia influenciar a organização revolucionária do proletariado: “A burguesia portuguesa, as forças aliadas do imperialismo do exterior, sob a máscara da social-democracia conquistaram uma importante posição. (...) O novo poder que o proletariado português se vê elevar contra ele, é suficientemente definitivo para ser reconhecível, mas não é tão forte que não possa ser enfrentado. O proletariado perdeu a posição de vantagem, que tinha conquistado sozinho (...). A tendência para a organização de massas e para a unidade da classe nunca foi tão forte. É com esta tendência, contra um poder ainda fraco e dividido que, dia a dia, a construção do partido revolucionário está a fazer o seu caminho”⁴⁶.

Durante o mês de outubro LC dedicou uma grande quantidade de artigos às manifestações populares e à insubordinação dos soldados tanto às ordens do novo Governo como à nova disciplina imposta nos quartéis. O jornal exprimiu graves acusações a Mário Soares e ao PS, mas sublinhou também as responsabilidades da esquerda socialista italiana e da direção do PCI, considerada culpada de oferecer total e incondicional apoio a Soares⁴⁷. No dia 13 de outubro, o primeiro ministro Pinheiro de Azevedo fez um ultimato duma semana para o restabelecimento da ordem e da disciplina militar nos quartéis; ao mesmo tempo preparava-se, no entanto, uma nova manifestação dos SUV. A insubordinação dos soldados e as manifestações operárias continuavam a criar uma situação incandescente e LC relatava detalhadamente os episódios de solidariedade entre soldados e operários em Lisboa, Porto e Évora. O Governo de Pinheiro de Azevedo parecia bastante fraco e as notícias que vinham da frente de luta angolana faziam supor que o cenário revolucionário não ia acabar⁴⁸. Em meados de outubro, LC sublinhava ainda, uma vez mais, a ofensiva das massas no País; declarava que a revolução avançava e denunciava os alarmes lançados pelos partidos burgueses sobre a hipótese dum golpe de Estado orquestrado pelos “gonçalvistas”, supostamente pronto até ao dia 11 de novembro, data da independência da Angola. Os artigos dos últimos dias de outubro contêm notícias sobre a fraqueza do Governo de

⁴⁵*Sul Portogallo*, LC, 19 setembro 1975.

⁴⁶*Portogallo: a che punto siamo*, LC, 26 setembro 1975.

⁴⁷*Lo schifo che ci fa Mario Soares*, LC, 9 outubro 1975.

⁴⁸Um mês antes da proclamação da independência nacional, o leader do MPLA Agostino Neto declarou que a liberdade não era uma concessão, mas a conquista dum povo em armas. Ver: *Il MPLA lancia l'offensiva generale*, LC, 17 outubro 1975.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

Pinheiro de Azevedo e títulos como “Portugal: avança a revolução”⁴⁹ ou “Extraordinário aumento do poder popular”⁵⁰, que não parecem um exagero se considerarmos a continuação e a força, naquela altura, das manifestações de massas.

No dia 13 de novembro, depois duma greve começada no Alentejo pelo contrato de trabalho, os operários da construção civil fizeram uma grande manifestação nas ruas de Lisboa e chegaram até São Bento, onde cercaram a Assembleia da República; os deputados foram sequestrados durante um dia e o assédio terminou só depois de Pinheiro de Azevedo ter assinado todos os termos do acordo. Este evento foi valorizado por LC pelo impacto que tinha tido sobre o Governo mas, sobretudo, pela novidade da modalidade da luta ou seja a greve geral, que - argumentava LC - demonstrava a força da autonomia operária dentro do País⁵¹.

No dia 20 de novembro, o Conselho da Revolução destituiu Otelo Saraiva de Carvalho do comando da região militar de Lisboa e substituiu-o por Vasco Lourenço. Entretanto o Governo anunciou a suspensão das suas atividades “por falta de condições de segurança”. Na manhã do dia 25 de novembro, os paraquedistas de Tancos ocuparam as bases aéreas e a primeira região aérea de Monsanto. Entretanto as tropas do COPCON ocuparam a RTP e a Emissora Nacional, os pontos nevralgicos da capital. Essas iniciativas tinham o objetivo de obter as demissões de Morais e Silva do CEMFGA⁵² e de Vasco Lourenço. Neste ponto, o Grupo dos Nove, apoiado pelo PS e pelo PPD, e sob a bandeira do espantallho dum golpe da esquerda, influenciou a decisão de uma intervenção militar. Os paraquedistas de Tancos foram presos e os militares ligados ao Grupo dos Nove passaram a controlar militarmente o País. Foi o pouquíssimo tempo suficiente para Otelo ser destituído, a Rádio *Renascença* ser devolvida à Igreja católica e o general Ramalho Eanes - que tinha comandando as operações - se tornar chefe do Estado Maior do Exército.

Foi o fim da revolução; e quebrou-se algo na experiência dos jovens revolucionários italianos: “Todos sentíamos que uma temporada ia acabar. Cada um de nós começou a preparar a sua despedida. A maré alta estava levando tudo embora. (...) Hoje revejo alguns [dos camaradas] na televisão, enquanto condenam extremismos e revoluções.”⁵³

No dia 28 de novembro, saiu um longo artigo de análise assinado por Franco Lorenzoni sobre o nível da luta de classes na véspera do 25 de novembro. O primeiro ponto era sobre a manobra da burguesia para reapropriar-se das fábricas, através da militarização do trabalho. O artigo azia um balanço das lutas operárias e explicava que a partir duma posição reivindicativa, os trabalhadores tinham chegado a pôr em discussão as relações de classe existentes. A segunda questão dizia respeito ao desarme da burguesia e ao armamento do proletariado, o que foi considerado o ponto focal em torno do qual as

⁴⁹LC, 18 outubro 1975.

⁵⁰LC, 21 outubro 1975.

⁵¹*Gli edili hanno messo in ginocchio il governo Azevedo*, LC, 15 novembro 1975.

⁵² Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

⁵³Sandro Mosio, *Riti di Passaggio*, <http://www.carmillaonline.com/?s=riti+di+passaggio>.

A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de *Lotta Continua*

vanguardas revolucionárias tinham de se confrontar aquando da preparação da insurreição. O terceiro problema dizia respeito ao medo da guerra civil e, em conclusão, acusava o PCP de “traição revisionista”. Para além do revisionismo, o PCP era acusado da negociação da “normalização” com Melo Antunes e Costa Gomes. O artigo argumentava no fundo que, depois de ter tomado consciência da vitória da burguesia, a força dos proletários precisava duma indicação da linha revolucionária.

Os militantes de LC deixaram Portugal: alguém tinha pensado em mudar-se definitivamente para o “País mais livre da Europa” e, ao contrário, muitos tiveram a sensação de que, com vinte anos, já não eram jovens. Vieram para Lisboa para viver um verdadeiro processo revolucionário, viram amadurecer e depois morrer o duplo poder, ficaram fascinados pelos soldados revolucionários e pelas lutas dos trabalhadores. Sentiram-se importantes como revolucionários que podiam falar com todos e chegar a todo o lado, com apenas vinte anos. Tiveram contactos com toda a esquerda revolucionária portuguesa, conheceram Otelo e confiaram nos soldados (o contacto constante foi o comandante Amparo); viveram com tristeza e desencanto o fim da Revolução. Um ano depois, viram também acabar *Lotta Continua*, em novembro 1976, mas essa é outra história.

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal¹

Flamarion Maués

Universidade de São Paulo

A partir do final dos anos 1960, e particularmente nos dois anos que se seguiram ao golpe de 25 de abril 1974, ganhou relevo em Portugal a atuação de editoras de livros de caráter político, que tiveram nesse período uma intensa atividade. Principalmente após o golpe dos capitães ocorreu um verdadeiro surto de edição de livros políticos – com destaque para obras relacionadas ao pensamento de esquerda –, de dimensões consideráveis se comparado a qualquer outro país, mas especialmente significativo para Portugal, que em 1974 tinha cerca de 8 milhões de habitantes, dos quais pelo menos um quarto eram pessoas sem alfabetização.

Desde 1968, com a substituição, em setembro daquele ano, de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano à frente do governo português, iniciou-se um movimento editorial que acompanhou a rearticulação de setores oposicionistas, em especial os ligados ao campo estudantil, aos grupos de católicos progressistas que se opunham à guerra colonial e a grupos à esquerda do Partido Comunista Português (PCP). Além disso, as promessas de liberalização do regime que então surgiram deram certo alento, inicialmente, a este movimento, pois resultaram no relaxamento de alguns instrumentos de controlo da ditadura (Leite 1998). Mas esta “primavera marcelista” pouco durou, e no começo dos anos 1970 voltou a prevalecer um regime político mais duro (Oliveira 1993, 114).

Mas foi sobretudo a onda de liberdade advinda do fim da ditadura em Portugal, em abril de 1974, que fez crescer como nunca o número de editoras e de livros publicados, dos quais parte significativa era de cunho político e com perfil de esquerda, ou de denúncia do antigo regime.

Aliás, um livro, *Portugal e o futuro*, do general António Spínola, teve papel importante no processo político que levou ao golpe de 25 de abril. Publicado pela editora Arcádia, de Lisboa, em 20 de fevereiro de 1974, a obra representou uma contestação aberta, ainda que moderada, à política colonial do regime português, feita por um dos mais importantes generais do exército, que havia sido até pouco tempo antes governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné, e ocupava na ocasião do lançamento do livro o cargo de vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. De acordo com José Alberto Loureiro dos Santos: “Este facto [a publicação do livro] funcionou como um autêntico anúncio de uma revolta militar” (Santos 2007, 14)².

¹ Este artigo baseia-se na investigação que realizei para a minha tese de doutorado em História, intitulada *Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80* (Universidade de São Paulo, 2013). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07112013-131459/en.php>>.

² Sobre o impacto do livro de Spínola, ver os textos introdutórios da reedição de *Portugal e o futuro* de 2003 (Lisboa: Prefácio), de autoria de Nuno de Carvalho, José Veiga Simão e José Loureiro dos Santos.

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

1. Edição política

Existiram mais de uma centena de editoras que publicaram livros de carácter político em Portugal entre 1968 e 1980, período em que foram editados cerca de 4.600 títulos políticos. Muitas dessas editoras tinham cunho claramente político-ideológico, em vários casos com vinculações a partidos ou grupos políticos.

A maior parte dessas editoras realizava o que podemos chamar de *edição política*, ou seja, um tipo de trabalho editorial que vinculava de modo direto engajamento político e ação editorial, conforme definição de François Valloton e Julien Hage. Os vínculos entre engajamento e edição desenvolveram-se, de início, em função principalmente da oposição ao salazarismo, que a partir de meados dos anos 1960 se ampliou e passou a incorporar alguns setores sociais que até então não tinham papel importante nesses embates, como é o caso dos setores católicos que passam a militar na oposição.

Jean-Yves Mollier (2006), ao analisar o papel do impresso como arma no combate político em França, num amplo período que vai do século XV ao século XX, aponta algumas questões que nos podem ser úteis para o estudo da edição e do livro políticos.

O autor sugere que o impresso é uma das bases para a formação de uma opinião pública³, com especial força nos períodos de agitação política. E indica que é quando as lutas políticas se acentuam – e o impresso político ocupa um lugar estratégico nestas lutas, contribuindo fortemente “para fazer a política descer às ruas” – que aumenta o vigor do sistema editorial, “peça essencial na produção e difusão da literatura política”. E “a multiplicação desses escritos sediciosos são o signo que pressagia uma mudança importante”. No caso da França pré-revolucionária, afirma ele, o impresso “teve um papel excecional para solapar as bases do regime” (Mollier 2006, 267).

Evidentemente, ao tratar do impresso, Mollier abarca um universo bem mais amplo do que o do livro, pois inclui também a imprensa, o panfleto, o folheto, os cartazes etc. Mas podemos transpor e adaptar algumas das suas sugestões para o período do nosso estudo e para o campo mais restrito da edição de livros políticos. Particularmente interessante me parece a ideia de que os momentos de maior agitação e lutas políticas propiciam condições para o fortalecimento do sistema editorial e, podemos inferir, dentro dele, dos setores que buscam dar à edição um sentido de intervenção política. Desse modo, a edição política liga-se estreitamente às lutas políticas que se travam na sociedade em que ela se insere.

No caso de Portugal, no período que tratamos neste trabalho, esta ligação entre os momentos de agitação e lutas políticas e a edição política é muito clara.

Outra referência importante para meu estudo, no que diz respeito à concetualização do que é a edição política e das características de uma editora política, é a investigação de Julien Hage (2010) sobre

³ No que converge com Jürgen Habermas na ideia geral de que o impresso desempenhou um papel determinante na constituição de um espaço público a partir das discussões e tertúlias que, essencialmente no século XIX, começaram a surgir em espaços como os cafés, nos quais se foi engendrando a noção que mais tarde se veio a designar de opinião pública. Ver Habermas, 1984.

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

três editoras políticas que ele classifica como de extrema esquerda, surgidas entre 1955 e 1964: a *Feltrinelli*, em Itália; a *Maspero*, em França; e a *Wagenbach*, na Alemanha. Tais editoras são de certa forma continuadoras de um tipo de editora política cujo “modelo e paradigma” (Hage, 2010b) seria a francesa *Éditions de Minuit*, criada clandestinamente na França ocupada em 1942 (Simonin 1994).

Para Hage, as editoras sobre as quais se debruçou constituíram uma “tribuna das vanguardas intelectuais e estéticas de seu tempo”. E mesmo sujeitas a uma forte censura, “repercutiram a emergência de uma nova esquerda nutrida pelo anti-imperialismo e à margem dos partidos comunistas e sociais-democratas”, e foram “as precursoras do desenvolvimento do livro político” na Europa ocidental (Hage 2010).

Elas utilizaram o livro para “difundir uma mensagem política à luz do terceiro-mundismo e do renovado movimento operário, e para promover o casamento entre edição e política de uma maneira criativa e militante” (Hage 2006, 104).

Os seus editores (que eram também os seus proprietários) apresentavam três perfis de editor muito diferentes: o empresário (Giangiacomo Feltrinelli), o intelectual (François Maspero) e o editor literário (Klaus Wagenbach) (Hage 2010b). E representavam também três modelos específicos de edição política: a grande casa de edição profissional (Feltrinelli), o livreiro-editor (Maspero) e a pequena casa de edição literária (Wagenbach) (Hage 2010).

São editoras “engajadas politicamente, e nas quais esta orientação constitui a sua razão de ser e estrutura o seu catálogo” (Hage 2006). Assim, “Se a literatura permaneceu no centro das preocupações desses atores, ela por vezes ficou em segundo plano em benefício de uma produção mais diretamente política e pragmática, imediatamente relacionada com a atualidade” (Hage 2010).

Hage conclui que estas editoras “contribuíram para a renovação da oferta editorial, para a promoção do documento político e dos textos teóricos, para novas formas de paraliteratura, e de ciências sociais e militantes”, num contexto “de um compromisso resolutivo na promoção do livro a custo acessível” (Hage 2010).

E é pela interação entre esta oferta editorial renovada e “uma demanda social pontual ou duradouramente politizada que se pode sem dúvida definir melhor o livro político, assim como por uma série de características que fundamentam uma natureza ou um ‘tipo’ muito bem definido e determinado” (Hage 2010).

Ao analisar de forma mais ampla a edição política, Hage destaca a forte determinação simbólica e política das obras publicadas pelas editoras políticas como uma das bases de identidade destas editoras, “forçadas tanto por suas estratégias editoriais como por seus engajamentos militantes” (Hage 2010). E afirma que a valorização dos elementos paratextuais é uma das suas características principais, particularmente por meio de recursos como os prefácios e o aparelho crítico (notas explicativas, por exemplo). “A multiplicação e enriquecimento destes paratextos (...) sublinham uma politização crescente da oferta editorial, assim como um alargamento dos públicos visados, que resultam em uma

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

complexificação das estratégias editoriais” (Hage 2010).

Uma experiência editorial importante neste quadro de referências, por suas características particulares, é a da *Éditions La Cité*, editora militante suíça criada por Nils Andersson em 1958.

François Valloton relaciona o surgimento da *La Cité* à emergência de “uma nova geração de editores europeus que, no contexto da descolonização e das transformações na extrema esquerda internacional, vão *associar de modo estreito engajamento político e editorial*” (Valloton 2007, 20, grifos meus). Entre estes editores estariam, além de Andersson, François Maspero e Jérôme Lindon (*Éditions du Minuit*) em França, Giangiacomo Feltrinelli em Itália, e, alguns anos depois, Klaus Wagenbach na Alemanha. Eles levaram adiante “o mesmo combate pela liberdade de expressão contra a razão de Estado, um interesse pelo terceiro-mundismo e pelos debates que agitavam a ‘nova esquerda’ nestes anos” (Valloton 2007, 20).

No entanto, Valloton destaca três pontos que diferenciam a atuação de Andersson como editor político dos três editores analisados por Hage. Em primeiro lugar, seu engajamento editorial não deriva diretamente da experiência da Segunda Guerra Mundial e da luta antifascista, pois sua formação política é feita mais tarde, “através da leitura de semanários franceses e do encontro com intelectuais e estudantes daquele país, engajados à esquerda e frequentemente fascinados tanto pelo existencialismo como por algumas novas correntes artísticas e literárias” (Valloton 2007, 21).

Em segundo lugar, a ideia de Andersson com a *La Cité* não era construir uma editora de grande porte, em função de suas limitações financeiras. Tal limitação somente poderia ser superada por meio de financiamentos bancários ou privados aos quais Andersson não quis recorrer, pois eles representariam uma dependência económica, mas, inevitavelmente, também editorial de terceiros. “Não depender de empréstimos bancários ou privados lhe proporcionou criar uma das principais marcas da *La Cité*: a indocilidade” (Valloton 2007, 21).

O terceiro elemento distintivo era o facto de Andersson não ter verdadeiramente um projeto editorial de longo prazo: “*La Cité* era um instrumento mais do que uma empresa para sustentar”, dizia o próprio Andersson (Valloton 2007, 21). Tal percurso, conclui Valloton, representou “Uma escolha que sem dúvida limitou a envergadura” da editora, mas foi fundamental para “a grande coerência de um catálogo ao serviço de ideias e não do lucro” (Valloton 2007, 21-22).

Todos estes pontos relacionados a algumas das mais destacadas editoras políticas europeias dos anos 1960, e à edição política em termos mais amplos, trazem alguns elementos importantes para que possamos refletir sobre a edição política em Portugal no período entre 1968 e o final da década seguinte. O contexto da guerra colonial e das transformações na esquerda em âmbito internacional, que vêm desde o começo dos anos 1960, são dois destes elementos. Nesse quadro, a possibilidade de associar engajamento político e atuação editorial aparece como uma das opções de ação política para setores ligados aos meios universitários, aos grupos de extrema esquerda que proliferam a partir de meados de 1964, aos emergentes grupos de “católicos progressistas” que passam a questionar de modo cada vez mais direto o projeto colonial português, e a outros setores ligados à chamada oposição democrática. Num país

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

em que a ditadura ainda proibia a existência de partidos políticos, sindicatos e associações civis independentes, a edição de livros que promovessem a denúncia da ditadura e o debate sobre temas políticos – apesar da censura e das diversas formas de coerção e repressão utilizadas pelo governo – ganhava relevância como forma de intervenção pública na sociedade, intervenção esta que era vedada por quase todos os demais canais pelos quais esta participação poderia se dar⁴. Em muitas dessas iniciativas, a edição era concebida primordialmente como instrumento político. Assim, para boa parte dessas editoras, o lucro era algo secundário, o que aumentava mais ainda os riscos envolvidos nessas empreitadas – pois existiam, é claro, riscos de repressão em virtude do desafio político que essas editoras lançavam à ditadura.

Com o fim da ditadura, a lógica de associar engajamento político e atuação editorial permanece para muitos grupos políticos com o mesmo sentido de intervenção na realidade, mas sem os constrangimentos repressivos do pré-25 de abril.

A partir dessa amálgama de sugestões, como podemos definir a edição política? O que caracteriza as editoras e os livros políticos em Portugal no período aqui enfocado?

A *edição política* pode ser definida como aquela que vincula de modo direto engajamento político e ação editorial, o que significa dizer que é a edição feita com intenção política de intervenção social, ou seja, que parte de um projeto editorial e/ou empresarial de fundo político, cujo objetivo é divulgar, debater ou defender determinadas ideias políticas publicamente na sociedade. Assim, a *editora política* caracteriza-se pelo engajamento político, que estrutura o seu catálogo.

A casa editorial que realiza a edição política poderá, em certos casos, manter vínculos orgânicos com instituições políticas, como por exemplo partidos e associações cívicas. Mas poderá também ser iniciativa de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, que a título pessoal (ou do grupo) se empenha no ramo editorial e busca que esta atividade reflita, em alguma medida, a sua forma de ver e interpretar o mundo. Em ambos os casos o engajamento dá-se pela defesa de certos princípios, ideias e causas, e materializa-se nos livros editados, como resultado da íntima ligação entre engajamento e edição.

Principalmente nas editoras políticas que tinham vínculos com grupos ou partidos, era marcante a militância de editores, autores e colaboradores em torno das ideias que as animavam. Por isso, estas editoras podem também ser caracterizadas como *editoras políticas militantes*⁵.

É neste campo que se inserem as *editoras da revolução*, que surgem a partir do 25 de abril e do novo quadro político que se abre em Portugal.

⁴ Além das editoras, também as cooperativas culturais e livrarias que surgem nos anos 1960 representaram uma forma de pôr em prática essa participação.

⁵ Havia também um conjunto significativo de editoras que publicavam livros políticos, mas que não se caracterizavam como editoras políticas, sendo necessário diferenciar as *editoras políticas* das *editoras que publicavam obras de caráter político*. Ver mais sobre essa questão em minha tese de doutorado.

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

2. Editoras da revolução

Em Portugal, é necessário diferenciar os momentos de atuação para caracterizar de modo mais preciso a edição política, uma vez que parte das editoras de caráter político surgiu como *editoras de oposição* no período salazarista, mas outra parte surgiu após o 25 de abril. Neste último caso, já não podem ser caracterizadas como *de oposição*, uma vez que a ditadura já havia acabado, mas sim como *editoras da revolução*, pois têm como fator principal do seu surgimento e da sua atuação o próprio processo revolucionário iniciado em 1974.

Uma ideia interessante sobre a questão, uma vez que ilumina a cronologia e a origem das editoras de caráter político em Portugal, foi apresentada por José Manuel Lopes Cordeiro, ao sugerir que teria havido uma “primeira geração” de editoras, surgidas a partir de 1968 com a abertura iniciada por Marcelo Caetano, e uma “segunda geração”, filha do golpe de 25 de abril e do processo revolucionário que este desencadeia (Mensagem eletrónica enviada ao autor por José Manuel Lopes Cordeiro a 8 de março de 2008).

Desse modo, o forte movimento de edição política que ocorre nos anos do “processo revolucionário em curso” (PREC) não nasce abruptamente, mas é fruto de um processo de maturação que se iniciou alguns anos antes.

Esta segunda geração seria composta por aquelas às quais chamo de *editoras da revolução*. As suas características principais são: a) terem surgido após o 25 de abril; b) terem como principal eixo da sua atuação a intervenção política por meio da edição; c) terem um forte engajamento político, não necessariamente partidário; d) editarem obras em geral voltadas para a conjuntura política mais imediata; e) serem de pequeno porte e com pouca capacidade económica.

As obras publicadas pelas *editoras da revolução* enfatizavam as lutas políticas e sociais que se apresentavam à sociedade portuguesa na nova época pós-25 de abril. Isso passava pela recuperação da história recente de Portugal, trazendo à tona o que representou a ditadura em termos de repressão, violência e silenciamento, de atraso político, económico e cultural.

Os livros políticos publicados pelas *editoras da revolução* podem ser classificados em alguns tipos:

- obras de ficção em prosa e poesia de caráter crítico ou questionador, seja de questões sociopolíticas ou de costumes e moral;
- obras que descreviam a resistência e a repressão durante o salazarismo;
- a edição de títulos que haviam sido proibidos até o 25 de abril;
- livros que abordavam sob uma perspetiva crítica a visão oficial da história imposta pelo regime salazarista;
- textos programáticos de organizações de esquerda e documentos dos movimentos de libertação africanos;
- livros sobre os países socialistas;

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

- e uma profusão de obras de divulgação das doutrinas socialista e comunista.

Após o 25 de abril e até o final dos anos 1970 foram criadas 48 editoras que podemos caracterizar como *editoras da revolução*, por terem como fator principal do seu surgimento e da sua atuação o processo revolucionário iniciado em 1974. A seguir apresento um Quadro Sinóptico das 48 *editoras da revolução*.

3. Quadro das editoras da revolução

Este quadro visa especificar a linha de atuação de cada uma das *editoras da revolução* e apontar as vinculações políticas de algumas delas (quando houver), além dos responsáveis pelas publicações. As informações que constam do quadro são as seguintes: nome e cidade sede da editora; ano de início das edições; posição política da editora (quando houver); grupo/partido ao qual estava ligada (quando for o caso); editor/responsável; número de títulos publicados.

Após o quadro, há uma síntese analítica dos principais indicadores ali presentes:

Quadro Sinóptico das editoras da revolução, 1974-1980

Editora	Início(1)	Sede	Posição política	Grupo/partido	Editor/responsável	Títulos(2)
17 de Outubro	1975	Barreiro	Esquerda	PRP-BR	João Lobo	6
A Batalha (3)	1975	Lisboa	Esquerda	Anarquista	Emídio Santana	6
A Causa Operária	1975	Lisboa	Esquerda	ORPC(m-l)	Sem informação	11
A Opinião	1975	Porto	Esquerda	PCP	João Huet Viana Jorge e Macedo Varela	15
A Verdade	1974/75	Lisboa	Esquerda	PCP(ml)- Mendes	Sem informação	5
AAPA Ass. Amizade. Portugal- Albânia	1976	Lisboa	Esquerda	MRPP	Luís Borges, João Camacho	5
Acrata	1975	Lisboa	Esquerda	Anarquista	José de Brito	10
AEPPA	1974	Lisboa	Esquerda	AEPPA	Sem informação	7
África Editora	1974	Lisboa	Esquerda	MPLA	Albertino Almeida e Alfredo Bobela- Mota	15
Antídoto	1975	Lisboa	Esquerda	LCI/PSR	Cabral Fernandes	50
Avante! (4)	1974	Lisboa	Esquerda	PCP (Editora oficial)	Francisco Melo	210
Bandeira Vermelha /MRPP	1975	Lisboa	Esquerda	MRPP	Sem informação	8
Bandeira Vermelha /PCP(R)	1976	Lisboa	Esquerda	PCP(R)	Sem informação	50
Caminho	1977	Lisboa	Esquerda	PCP	Zeferino Coelho	60
CIDAC	1974	Lisboa	Católicos progressistas	CIDAC	Luís Moita	15
Contra a Corrente	1975	Lisboa/Porto	Esquerda	Jornal <i>Combate</i>	João Bernardo, Rita Delgado, João Crisóstomo	55
DiAbril	1975	Lisboa	Esquerda	Sem vinculação	Serafim Ferreira e Orlando Neves	60
Edições Militão Ribeiro	1975	Sem inf.	Esquerda	PCP(m-l)- Mendes	Sem informação	6

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

Editorial Divul	1974	Sem inf.	Esquerda	PRT	Jaime Gonçalves	10
Edições Sociais	1974	Lisboa	Esquerda	PCP	Rui Moura	27
Espaço	1974	Braga	Esquerda	Sem vinculação	António Correia	7
Estrela Vermelha	1974	Porto	Esquerda	MRPP	António José Fonseca	8
Expresso	1974	Lisboa	Liberal	Sem vinculação	Sem informação	8
Fronteira	1975	Amadora	Esquerda	Sem vinculação	Serafim Ferreira	34
Germinal	1974	Lisboa	Esquerda	MRPP	José Manuel Ferreira	20
Movimento Operário	1974	Lisboa	Esquerda	Maoista	Sem informação	4
Nova Aurora	1974	Lisboa	Esquerda	MRPP	João Camacho e Sílvia Conde	35
Novo Curso	1975	Amadora	Esquerda	PCP	Manuel Rodrigues Xavier	14
O Proletário Vermelho	1974	Lisboa	Esquerda	CMLdeP	Bento Vintém	20
Pensamento e Acção	1975	Lisboa	Esquerda	Maoista	Sem informação	5
Perspectivas & Realidades (p&r)	1975	Lisboa	Esquerda	PS	João Soares e Vítor Cunha Rêgo	25
Revolução	1974	Lisboa	Esquerda	PRP-BR	Sem informação	10
Revolução Proletária	1975	Lisboa	Esquerda	ORPC(m-l)	Sem informação	3
Seara Vermelha	1974	Lisboa	Esquerda	PCP(ML)-Vilar	Sem informação	45
Sementeira	1974	Lisboa	Esquerda	Anarquista	João Freire	10
Sementes	1974	Porto	Esquerda	MRPP	António José Fonseca	20
Serviços.Sociais dos Trabalhadores CGD	1974	Lisboa	Esquerda	Sem vinculação	Sem informação	14
Slèmes	1975	Lisboa	Esquerda	MÊS	Sem informação	20
Sotavento	1979	Faro	Esquerda	Anarquista	Júlio Carrapato	4
Spartacus	1974	Lisboa	Esquerda	Sem vinculação	Sem informação	6
Spartacus OCMLP	1974	Lisboa	Esquerda	OCMLP	Sem informação	5
Teorema	1974	Lisboa	Não definida	Sem vinculação	Carlos Araújo e Carlos da Veiga Ferreira	15
Terra Livre	1975	Lisboa	Governamental	Governo	Sem informação	9
Textos Políticos	1974	Porto	Esquerda	Sem vinculação	Henrique A. Carneiro	15
Textos da Revolução	1974	Porto	Esquerda	Maoista	Fernando Osório	12
Unidade Popular	1974	Lisboa	Esquerda	PCP(m-l)-Mendes	Beatriz Oliveira M.	4
Vento de Leste	1974	Lisboa	Esquerda	MRPP	A. Telo, J. Camacho, A. Barros Baptista, J. Pinto e Castro	70
Voz do Povo	1974	Lisboa	Esquerda	UDP	Sem informação	5
Total de Títulos						1078

(1) Refere-se ao início da atividade de edição de livros.

(2) N° aproximado de títulos políticos editados no período 1974-1980.

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

(3) A editora A Batalha já existia desde 1919, mas foi refundada em 1974, juntamente com o jornal *A Batalha*, voltando a ter atuação legal e mais ampla a partir de então.

(4) As Edições *Avante!*, do PCP, já existiam e atuavam desde 1931, mas sempre de forma clandestina. Foi só a partir de maio de 1974 que a editora passou a atuar na legalidade.

Siglas:

AEPPA - Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas

CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

CMLdeP - Comité Marxista-Leninista de Portugal

LCI – Liga Comunista Internacionalista

MES – Movimento de Esquerda Socialista

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa

ORPC(m-l) – Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (Marxista-Leninista)

PCP – Partido Comunista Português

PCP(m-l) – Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)

PCP(R) – Partido Comunista Português (Reconstruído)

PRP-BR – Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PS – Partido Socialista

UDP – União Democrática Popular

Além dessas 48, devemos destacar algumas editoras criadas anteriormente, mas que expandiram sua atuação a partir do 25 de abril, e se caracterizavam pela forte intervenção política: *Seara Nova*, *Estampa*, *Iniciativas Editoriais*, *Prelo*, *Afrontamento*, *D. Quixote*, *Ulmeiro*, *Inova*, *Centelha*, *Textos Marginais*, *Assírio&Alvim*, *Base*, *Livraria Ler Editora*, *Escorpião/Textos Exemplares*, *Maria da Fonte e Portugal Socialista*, entre outras. Se desconsiderarmos o facto dessas editoras terem sido criadas antes do 25 de abril, elas poderiam, em função da sua linha editorial fortemente política e diretamente vinculada ao processo revolucionário aberto com o fim da ditadura, também ser classificadas como *editoras da revolução*.

Ainda no campo das editoras que surgiram em decorrência das mudanças políticas geradas com o 25 de abril, surgiram também pelo menos nove editoras ligadas às ideias de direita (talvez possam ser chamadas de *editoras da contrarrevolução*)⁶.

3.1 Síntese analítica do “Quadro Sinóptico”

3.1.1 Lisboa e Porto concentraram as *editoras da revolução*

A grande maioria das *editoras da revolução* concentrava-se nas duas maiores cidades do país. Lisboa sozinha reunia mais de dois terços dessas editoras (35 editoras ou 72,9%), e no Porto estavam 10,4% delas (5 editoras). Somadas, as duas cidades sediavam 83,3% das editoras em foco. Esta percentagem chega a 85,4% se acrescentarmos uma editora (Contra a Corrente) que tinha a sua sede dividida entre as duas cidades.

⁶ Estas editoras, que não serão abordadas neste artigo, são: *Abril*, *Braga Editora*, *Edições do Templo*, *Edições FP* (Fernando Pereira – Editor), *Edições Roger Delraux*, *Intervenção*, *Literal*, *Resistência* e *Selecta*. Publicavam livros sobre o pensamento de direita, anticomunista e contra a independência dos países africanos que até então eram colónias portuguesas. A maior parte das editoras de direita surgiu a partir de 1976.

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

Das demais cidades onde estão as 14,6% restantes editoras, três têm apenas uma editora atuante (Barreiro, Braga e Faro), e Amadora tem duas (vale destacar que esta cidade é parte da Grande Lisboa). Há ainda duas editoras sobre as quais não foi possível determinar onde era a sua sede.

Tal concentração nas duas principais cidades do país refletia o facto de que praticamente todos os grupos editoriais e políticos atuantes em Portugal tinham a sua sede em Lisboa e no Porto, cidades que concentravam também a maior parte da população e dos seus setores mais politizados – e ainda a maior parcela do público leitor. Dessa forma, apesar dos livros editados circularem por todo o país, é inegável o facto de que havia uma concentração enorme da sua produção e venda nestas duas cidades.

**Quadro 1 – Editoras da revolução
1974-1980 – Cidades sede**

Cidade	Editoras	%
Lisboa	35	72,9
Porto	5	10,4
Lisboa/Porto	1	2,1
Amadora	2	4,2
Barreiro	1	2,1
Braga	1	2,1
Faro	1	2,1
Sem inf.	2	4,2
Total	48	100

3.1.2 A maioria das editoras surgiu em 1974

Mais de metade (26 editoras ou 54,2%) das editoras do nosso levantamento surgiu no ano 1974, ou seja, a sua história está diretamente relacionada com o fim da ditadura em Portugal. Estas são resultado da efervescência editorial proporcionada pelo clima de liberdade gerado pelo 25 de abril.

Isso confirma-se pelo fato de outras 17 *editoras da revolução* terem sido criadas em 1975 (35,4% do total). E há ainda uma editora sobre a qual não foi possível determinar se surgiu em 1974 ou 1975. Desse modo, 44 das 48 *editoras da revolução* surgiram nesses dois anos (91,6% do total). Trata-se do período em que a agitação e a participação política atingiram níveis nunca antes vistos no país.

Em 1976 surgiram duas editoras desse tipo, em 1977 foi criada uma e, depois desse ano, apenas em 1979 apareceu a última *editora da revolução*, já de certa maneira extemporânea.

Tais números indicam a forte ligação entre o surgimento e a atuação das *editoras da revolução* e o processo revolucionário iniciado com o 25 de abril. Essas editoras foram as responsáveis por parte importante da produção editorial política dos anos 1974-1980, tendo editado pouco mais de mil títulos nesse período.

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

**Quadro 2 – Editoras da revolução
1974-1980 – Ano de início das edições**

Início das edições	Editoras	%
1974	26	54,2
1974-75	1	2,1
1975	17	35,4
1976	2	4,2
1977	1	2,1
1978	0	0
1979	1	2,1
1980	0	0
Total	48	100

Este quadro permite-nos pensar que, no período em mãos, houve efetivamente uma grande politização da edição em Portugal, com o surgimento de um grande número de editoras de perfil predominantemente político, na maioria dos casos com vinculações a organizações políticas, transformando a edição de livros num dos campos de disputas de projetos e ideias políticas, num momento em que a politização da sociedade foi intensa em Portugal. Como veremos no item seguinte a maioria destas editoras vinculou-se ao campo das ideias políticas de esquerda.

3.1.3 Quase a totalidade das editoras da revolução estavam ligadas à esquerda

Mais de 90% das editoras analisadas estavam ligadas a ou simpatizavam com ideias de esquerda. Eram 44 as editoras que mantinham vínculos com organizações políticas de esquerda ou que tinham uma linha editorial que refletia ideias ligadas a este campo ideológico. Isso sem dúvida refletia o clima político dos anos 1974-1975, quando os grupos de esquerda passaram a ter um protagonismo político inédito em Portugal, ocupando posições importantes no governo e nas instituições sociais, e liderando muitos movimentos sociais que então surgiram.

A destacar, em relação a isso, que a existência de muitos pequenos grupos de esquerda e de extrema esquerda foi um fator decisivo para que surgisse este grande número de editoras de esquerda neste período. César Oliveira já havia ressaltado, referindo-se ao pré-25 de abril, que “Cada grupo, por mais pequeno e insignificante que fosse, publicava o seu órgão de imprensa” (Oliveira 1993, 116), e o mesmo pode ser dito em relação à edição de livros, principalmente a partir de 1974. Entre as editoras de esquerda estão incluídas quatro vinculadas ao pensamento anarquista.

Esta alta percentagem de editoras de esquerda parece ser um indicador da relevância que a área cultural, a divulgação e o debate de ideias têm para este setor político, em contraposição com os setores de direita. Os dados indicam uma maior capacidade da esquerda para responder ao novo quadro político surgido com o 25 de abril.

Há, entre as *editoras da revolução* que não são vinculadas à esquerda, uma ligada a grupos de católicos progressistas ou à oposição católica (CIDAC); uma relacionada ao pensamento liberal (Edições *Expresso*, ligada ao jornal homónimo); uma governamental (*Terra Livre*) e uma sem clara definição ideológica (*Teorema*).

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

**Quadro 3 – Editoras da revolução
1974-1980 – Posição política da editora**

Posição política	Editoras	%
Esquerda	44	91,6
Católicos Progressistas/ Oposição Católica	1	2,1
Liberal	1	2,1
Governo	1	2,1
Não definida	1	2,1
Total	48	100

3.1.4 Editoras ligadas ao campo maoista formavam o maior conjunto; as do campo do PCP vinham em segundo lugar

Entre as *editoras da revolução*, as ligadas ao campo maoista formam o maior grupo (20 editoras, 41,6% do total). No entanto, devemos lembrar que muitas das editoras maoistas eram de pequeno porte e publicaram poucos títulos. Muitas delas tiveram vida efémera, o que significa que apesar das editoras ligadas a estes grupos representarem o maior conjunto entre as *editoras da revolução*, elas não foram as que mais publicaram livros.

As editoras vinculadas ao campo do PCP eram 5 (10,4%), formando o segundo maior conjunto de *editoras da revolução* ligadas a um determinado campo político. Algumas das editoras políticas mais ativas eram ligadas ao partido, como a *Avante!* e a *Caminho*.

Entre as editoras ligadas a outros grupos de esquerda, destacam-se quatro vinculadas a grupos anarquistas e quatro ligadas a grupos de esquerda radical (duas ao PRP-BR, uma ao MES e uma ao grupo do jornal *Combate*).

Um número significativo de *editoras da revolução* não se vinculava a nenhum grupo específico (8 editoras, 16,7% do total).

**Quadro 4 – Editoras da revolução
1974-1980 – Vinculação a campos políticos**

Campo político	Editoras	%
Editoras políticas de esquerda – ligadas ao Partido Comunista Português (PCP)	5	10,4
Editoras políticas de esquerda – ligadas a grupos de extrema esquerda maoistas	20	41,6
Esquerda radical	4	8,3
Trotskistas	2	4,2
Anarquistas	4	8,3
PS	1	2,1
Editoras políticas ligadas à oposição católica/católicos progressistas	1	2,1
Governo	1	2,1
Outros grupos	2	4,2
Editoras políticas sem vinculação a grupos políticos	8	16,7
Total	48	100

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

3.1.5 Ligação a partidos/grupos políticos

Se considerarmos o vínculo a um único partido ou grupo, o MRPP e o PCP são os partidos que se destacam, pois 7 editoras (14,6%) são ligadas ao primeiro e 5 (10,4%) ao segundo. De facto, apenas três grupos eram responsáveis por 15 das *editoras da revolução*, ou seja, quase um terço (31,3%) das mesmas: MRPP (7), PCP (5) e PCP(m-l)-Mendes (3).

Consultando o Quadro 5, vemos que as restantes 33 editoras (68,7% do total) estavam pulverizadas entre 16 grupos e quatro associações anarquistas – havendo ainda três editoras que não foi possível identificar a que grupos estavam vinculadas, e outras oito sem qualquer vinculação.

**Quadro 5 – Editoras da revolução
1974-1980 – Ligação a grupos políticos**

Partido/Grupo	Editoras	%
MRPP	7	14,5
PCP	5	10,4
PCP(m-l)-Vilar/CMLP	1	2,1
PCP(m-l)-Mendes	3	6,3
OCMLP	1	2,1
CMLdeP	1	2,1
UDP	1	2,1
ORPC(m-l)	2	4,2
PCP(R)/PC(R)	1	2,1
Outras editoras maoistas	3	6,3
Combate	1	2,1
PRP/BR	2	4,2
MÊS	1	2,1
LCI/PSR	1	2,1
PRT	1	2,1
PS	1	2,1
Anarquistas	4	8,2
Católicos progressistas	1	2,1
MPLA	1	2,1
AEPPA	1	2,1
Governo	1	2,1
Sem vinculação	8	16,5
Total	48	100

3.1.6 Mais de metade das editoras era de pequeno porte

Quando analisamos o conjunto das *editoras da revolução* vemos que uma das características da edição política é que ela foi realizada, na maior parte dos casos, por editoras de carácter efémero, seja pelo seu tempo de vida, seja pelo número de títulos publicados. Em relação a este último aspeto, destaca-se o facto de que 36 editoras (75%) do nosso quadro publicaram até 20 títulos políticos durante a sua existência, sendo que 23 editoras (47,9%) publicaram dez títulos políticos ou menos. Trata-se de uma ampla maioria de *pequenas editoras* (publicaram até 20 títulos políticos no período), o que certamente lhes conferia algumas características próprias, como uma menor profissionalização, um maior grau de improvisação na edição e na distribuição, uma maior agilidade para certos tipos de edição e uma situação económica quase sempre periclitante (apesar da venda de livros políticos no período estudado, e principalmente em 1974-

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

1975, ter atingido patamares absolutamente acima da média).

Havia também um segundo bloco constituído por *editoras médias*, que publicaram entre 21 e 100 títulos políticos no período. Elas somam 11 editoras (22,9%), das quais 7 (14,6%) publicaram até 50 títulos, e 4 (8,3%) publicaram entre 51 e 100 títulos. Por último, há uma única *grande editora* (2,1%) que publicou mais de 100 títulos políticos no período: a *Avante!*, editora oficial do Partido Comunista Português.

Quadro 6 – Editoras da revolução
1974-1980 – N° de títulos políticos editados por cada editora no período

N° de títulos	Editoras	%
Até 10 títulos	23	47,9
De 11 a 20 títulos	13	27,1
De 21 a 50 títulos	7	14,6
De 51 a 100 títulos	4	8,3
Acima de 100 títulos	1	2,1
Total	48	100

Quadro 7 – Editoras da revolução
1974-1980 – Editoras pequenas (até 20 títulos), médias (até 100 títulos)
e grandes (mais de 100 títulos)

Tipo de Editora	Número	%
Pequenas	36	75
Médias	11	22,9
Grandes	1	2,1
Total	48	100

4. O que representaram as *editoras da revolução*

A edição de livros mostrou-se um caminho viável para os que queriam apresentar temas e questões para debate entre os variados setores do país. Mostrou-se também um instrumento importante para que os grupos e partidos, principalmente os de esquerda, pudessem informar os seus militantes e simpatizantes, divulgar as suas ideias e angariar novos apoios para as causas que defendiam.

Desse modo, a edição apresentava-se, neste contexto, como um instrumento de intervenção política com forte potencial a ser explorado pelos setores que buscavam intervir nos acontecimentos. Essas editoras contavam com uma rede de distribuição bem estruturada e razoavelmente eficiente, como testemunham muitos livreiros e editores.

As *editoras da revolução* e os livros políticos respondiam a uma parte do anseio por informação – e formação – de grande parte da população, e alcançaram nos anos de 1974 e 1975, quando o número de editoras e de livros políticos cresceu de modo nunca antes visto no país, um público muito mais amplo do que o normalmente atingido pelas obras políticas. Tal surto durou até 1976. Nesse ano, a edição política começou a retroceder, o interesse pelas obras políticas diminuiu, juntamente com o refluxo do próprio processo revolucionário que se iniciara em 1974.

O surgimento das *editoras da revolução*, como parte do incremento da edição política,

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

representou também a sua forte partidarização, pois foram muitos os partidos que criaram suas próprias editoras ou que viram militantes seus criarem editoras que passaram a atuar em consonância com o partido. Concretamente, esta partidarização significou a sectarização de boa parte das editoras ligadas a grupos políticos, que tinham esta característica – em particular alguns da extrema esquerda.

Assim, se por um lado esse surto editorial político proporcionou um grande debate e a ampliação das perspectivas políticas em discussão, por outro foi marcado por um forte sectarismo, levando, muitas vezes, ao empobrecimento dos debates possíveis, limitados que eram pelas posturas pouco afeitas ao diálogo de alguns desses grupos e partidos. Isso reflectia-se na produção das suas editoras, que pareciam, em grande medida, voltadas primordialmente para os seus próprios militantes, além de extremamente panfletárias.

Mas talvez devesse ser assim mesmo, ou seja, essa era a marca de alguns desses grupos, era a marca de um certo tipo de esquerda da época – e assim como boa parte dessa esquerda, que não se reciclou e não ampliou as suas perspectivas, perdeu significância política a partir dos anos 1980, as editoras a elas vinculadas também deixaram de existir. Mas ressalte-se que o sectarismo não era exclusividade da esquerda ou da extrema esquerda. Neste aspeto a direita e a extrema direita não lhes ficavam atrás.

Mas é preciso também destacar que existiam muitas editoras políticas (de esquerda ou não) que não eram sectárias e marcaram a sua atuação pelo pluralismo das obras publicadas.

Fazendo-se um balanço das características das *editoras da revolução* e da edição política em Portugal nesse período, concluímos que estas colaboraram para ampliar e trazer à tona o debate de ideias, de propostas para o país, a discussão doutrinária e ideológica, as novas questões ligadas aos costumes, às liberdades individuais, que passaram a compor o leque de temas cobertos pelas *editoras da revolução*, que se tornou mais amplo, mais dinâmico e mais contemporâneo. Se uma parte destas editoras, em virtude do seu sectarismo, tinha o seu horizonte político e ideológico limitado pela ortodoxia, outras conseguiram apresentar nas obras que publicaram as novas temáticas e os novos olhares que emergiram a partir do final dos anos 1960.

Assim, é preciso ressaltar que um dos aspetos importantes da ampla difusão de livros políticos ocorrida desde o final dos anos 1960, e principalmente a partir do 25 de abril – independentemente da avaliação que se faça da sua qualidade –, é que ela colaborou para que a história e a realidade mais recentes de Portugal comesçassem a vir a público e a ser conhecidas por amplas camadas da sociedade, de uma maneira totalmente diferente do que ocorria até 1974. E isso certamente foi importante para ajudar a transformar o país.

As *editoras da revolução* – e as obras por elas editadas – foram um destacado sujeito do processo político português a partir do 25 de abril. Ao lado de outras tantas editoras políticas, que já atuavam antes do fim do Estado Novo, forneceram subsídios aos debates, trouxeram ideias novas e reavivaram outras, refletiram o pensamento e as propostas de cada um dos agrupamentos políticos

“Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal

existentes, proporcionando canais de expressão a esses agrupamentos, oxigenaram a sociedade que até então tinha o acesso limitado ao pensamento inovador, contestador ou simplesmente reformista, enfim, colaboraram para tornar Portugal um país mais aberto, livre e moderno.

Fontes e Referências bibliográficas

- Habermas, Jürgen .1984. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hage, Julien .2006. “François Maspero, éditeur partisan”. *Contretemps*, 15. Disponível em: <http://www.contretemps.eu/sites/default/files/Contretemps%2015.pdf>. Acessado outubro 24, 2012.
- Hage, Julien .2010. “Feltrinelli, Maspero, Wagenbach: une nouvelle génération d’éditeurs politiques d’extrême gauche en Europe Occidentale 1955-1982. Thèse de Histoire Contemporaine, Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines Batiment D’Alember.
- Hage, Julien .2010b. “Collections politiques et effets de sens: Littérature et politique dans les nouvelles maisons d’édition politique d’extrême gauche au cours des années 1960 et 1970”. *Cahiers du CRHQ*, 2. <http://www.crhq.cnrs.fr/cahiers/page-article.php?num=313&ch=7>. Acessado outubro 17, 2012.
- Leite, Pedro Jorge de Oliveira Pereira .1998. “Mercadores de letras: rumos e estratégias dos editores e livreiros na divulgação cultural durante o Estado Novo: 1933-1974”. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://barrigadefreira.blogspot.com/>.
- Mollier, Jean-Yves .2006. “Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX”, in *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*, org. Eliana Freitas Dutra e J. Y. Mollier, 259-274. São Paulo: Annablume.
- Oliveira, César .1993. *Anos decisivos: Portugal 1962-1985. Um testemunho*. Lisboa: Presença.
- Santos, José Alberto Loureiro dos .2007. “Os militares na democratização de Portugal” in *Os militares e a democracia* organizado por Nuno Severiano Teixeira. Lisboa: Edições Colibri.
- Simonin, Anne .1994. *Les éditions de Minuit, 1942-1955. Le devoir d’insoumission*. Paris: IMEC Éditions.
- Vallotton, François .2007. “Edition et militantisme: le catalogue de ‘La Cité: Editeur’ (1958-1967)”, in *Livre et militantisme. La Cité Editeur, 1958-1967*, organizado por Léonard Burnand, Damien Carron e Pierre Jeanneret. Lausanne: Editions d’en bas 2007

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*¹

Luciana Soutelo

Universidade do Porto/IHC-FCSH-UNL

Analisar a memória sobre o passado recente em finais do século XX: as questões do *uso público da história* e do *revisionismo histórico*

O conceito de *uso público da história* foi forjado pelo filósofo alemão Jürgen Habermas por ocasião da *controvérsia entre historiadores (Historikerstreit)*², que teve lugar na República Federal da Alemanha em 1986/1987, e refere-se a um debate ético-político que se desenvolve no espaço público das sociedades, especialmente através dos meios de comunicação social. Nicola Gallerano propõe uma ampliação na definição deste conceito, ao considerar que pertencem ao *uso público da história* não apenas os meios de comunicação de massa (jornalismo, rádio, TV, cinema, teatro, fotografia, publicidade, etc.) mas também as artes e a literatura, a escola, museus históricos, monumentos e espaços urbanos, assim como variáveis instituições (associações culturais, partidos políticos, grupos religiosos, étnicos, culturais, etc.). Todos estes elementos realizam no espaço público – com objetivos mais ou menos declaradamente partidários e ideológicos – leituras do passado a partir da memória dos grupos sociais que representam. Assim, os políticos exercem importante papel na configuração do *uso público da história*, e inclusive obras científicas que alcançam um considerável impacto social também participam no *uso público da história* (1995: 17).

Gallerano salienta que o *uso público da história* não é um fenómeno novo, sendo possível considerá-lo tão antigo quanto a própria história como atividade cognitiva. A este propósito, Juan José Carreras e Carlos Forcadell ressaltam que, sempre e ao longo do tempo e do espaço, se realizou uso político e público da história de maneiras diferentes e com diversos fins. Estes autores mencionam, entre muitos outros exemplos, as constantes analogias com a Revolução Francesa por ocasião da Revolução Russa ou a viva polémica que se instaurou na sociedade francesa durante o período da Restauração, quando a oratória, a imprensa, os livros, todos os meios de comunicação da sociedade civil do momento utilizavam a história para dirigir-se à reduzida opinião pública da época. No entanto, conforme observa

¹ Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade - COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto “Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009), (PTDC/HIS-HIS/121001/2010)”.

² Tratou-se de um debate público desenvolvido através dos meios de comunicação social e que incidiu sobre o passado recente da Alemanha nazista, com particular destaque para a questão da singularidade do Holocausto. Segundo Hans-Ulrich Wehler, a *Historikerstreit* constituiu uma controvérsia científica apenas dentro de certos limites, na medida em que envolveu resultados da investigação historiográfica, sua interpretação e sua utilização política; tratou-se mais propriamente, porém, de um debate político sobre a identidade da República federal e a consciência política de seus cidadãos (Wehler, 1989: 30).

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

Gallerano, é possível identificar nas últimas décadas uma hipertrofia do *uso público da história*. Isto se explica, por um lado, pelo marco de 1989: pois o colapso do socialismo real ocasionou, nas mais diversas sociedades, um ímpeto por reescrever a história do passado recente. Por outro lado, como reconhecem Carreras e Forcadell, os últimos anos do século XX e princípios do XXI constituem uma época que se depara com um futuro de tal modo incerto que as lutas pela imagem ou pela consciência histórica se transformam em verdadeiras “batalhas pela memória” em defesa de construções memoriais das experiências vividas por indivíduos e grupos refugiados nas suas identidades e nas lembranças dos seus padecimentos (Gallerano 1995: 7; Carreras e Forcadell 2003: 17, 21, 24, 42). Portanto, o fenómeno atual de hipertrofia do *uso público da história* – além de dever ser considerado dentro dos limites específicos das sociedades altamente mediatizadas de finais do século XX – pode ser entendido como efeito tanto do impacto nas representações políticas e ideológicas, em âmbito mundial, que representou o fim do mundo comunista, quanto da situação de *obsessão memorial*, a qual – também em relação estreita com o elemento anterior – se encontra na origem de uma percepção social de profundo desamparo quanto às perspectivas de futuro.³

Neste contexto – em estreita conexão com o *boom* do *uso público da história*, podendo ser considerado como um traço da *obsessão memorial* da contemporaneidade –, observa-se, nas mais variadas sociedades, a emergência do *revisionismo histórico* como fenómeno social. Uma definição deste conceito deve ressaltar, em primeiro lugar, que, num sentido mais geral, o termo *revisionismo* pode significar *revisão*; ou seja, a renovação de interpretações com base na crítica a uma perspectiva dominante, a qual é questionada por um ponto de vista de inovador. Enzo Traverso enumera muitas destas *revisões*, como as análises de politólogos norte-americanos que questionaram a tese das origens soviéticas da Guerra Fria, ou as interpretações de soviétólogos que, desde os anos 1970, se afastaram das explicações anticomunistas da época da Guerra Fria e passaram a estudar a história social do mundo russo e soviético. Nesta aceção ampla do termo, todo historiador é *revisionista*, já que a *revisão* corresponde a uma tarefa inerente ao trabalho científico; pois o desenvolvimento científico implica uma multiplicidade de modelos teóricos e paradigmas interpretativos, os quais são progressivamente substituídos sempre que a atividade de investigação suscita novos pontos de vista e a consequente adoção de novos paradigmas. (Traverso 2007: 95-96; Pisanty 1998: 7-8)

Com efeito, Traverso sublinha que algumas *revisões* podem inclusive desenvolver-se de maneira natural – ou seja, em decorrência imediata do método científico –, como resultado da adoção de novas fontes, da exploração dos arquivos ou da mudança de paradigmas interpretativos. Este último aspeto, por vezes, pode originar-se da modificação de questionamentos que naturalmente se opera ao longo dos tempos, conforme as épocas históricas, as gerações, as transformações na sociedade e as reconstruções da memória coletiva. Em uma tal aceção, como destaca Traverso, as *revisões* da História são não apenas legítimas como também necessárias. No entanto, as *revisões* comumente denominadas *revisionistas* adquirem uma conotação negativa, uma vez que implicam “uma viragem ético-política” na forma de compreender o passado. Conforme menciona Traverso, é evidente que os historiadores *revisionistas* não

³ Sobre este tema, cf. Huyssen, 2003.

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

são repreendidos pela iniciativa de debruçar-se sobre arquivos inexplorados ou por basear seus trabalhos numa documentação nova; são criticados pela visão política subjacente à sua leitura do passado. (2007: 97-98)

Trata-se de tendências apologéticas sobre o passado no que diz respeito a regimes nazi-fascistas e, de forma ampla, ditaduras de direita do século XX; de releituras que procuram redistribuir o ônus da culpa no que diz respeito a guerras – invertendo-se os juízos social e historiograficamente dominantes de modo a converter os opressores em vítimas –; e de criminalizações de revoluções, movimentos e processos revolucionários e, de forma mais geral, visões do mundo e valores de esquerda. Portanto, segundo Traverso, tais *revisões*, para além de questionarem uma interpretação dominante, rejeitam uma consciência histórica compartilhada e uma responsabilidade coletiva em relação ao passado – ao inverterem, por exemplo, a perspectiva histórica acerca de *vítimas* e *opressores*. Ao abordar sempre acontecimentos fundacionais das sociedades contemporâneas – desde a Revolução Francesa, passando pela Revolução Russa, as guerras mundiais, e diversas ditaduras e guerras do século XX –, esta releitura da história ultrapassa a situação de reinterpretções historiográficas próprias de uma época; pois afeta diretamente a visão do mundo e identidade social presente. Neste sentido, de acordo com Traverso, estas *revisões* transbordam as fronteiras da historiografia, enquanto disciplina científica, e adentram o campo mais amplo do *uso público da história* (2007: 99) – ou seja, penetram na esfera da memória.

Domenico Losurdo considera que o fio condutor desta gigantesca releitura do mundo contemporâneo é a liquidação da tradição revolucionária, desde 1789 aos dias atuais. Losurdo entende que a origem do *revisionismo histórico* como corrente de pensamento político remonta ao contexto inicial de Guerra Fria, quando se identifica o desenvolvimento de interpretações históricas no meio intelectual orientadas em duas direções principais: i) a reavaliação da Revolução Francesa e, por extensão, da Revolução Russa, num juízo condenatório que associa jacobinismo e bolchevismo; ii) a releitura dos conflitos mundiais: uma vez que a liquidação da tradição revolucionária obscurece a ideologia justificadora destes conflitos, fascismo e nacional-socialismo ganham uma luz mais favorável e o mérito da oposição ao comunismo; assim, a modificação da perspectiva de análise sobre a II Guerra Mundial – fixando-se o foco na ofensiva comunista – implica uma relativização e mesmo desculpabilização do nazi-fascismo. (2006). No entanto, apenas no contexto dos anos 1990 é possível considerar que estas teses – as quais sempre existiram através da representação de correntes políticas conservadoras –, passaram a desfrutar de grande visibilidade no espaço público e, em muitos casos, tornaram-se interpretações dominantes.

Um primeiro elemento para explicar esta situação de transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social corresponde ao êxito alcançado pela ideia de *totalitarismo* no curso dos anos 1990: conforme observa Henry Rousso, tanto o termo *totalitarismo* quanto a comparação espontânea entre nazismo e estalinismo acabaram por instalar-se definitivamente no senso comum (1999: 26). Trata-se da reapropriação de uma teoria política desenvolvida nos anos 1950⁴; o aspeto fundamental que engendra um

⁴ Sobre a origem e sucessivos desenvolvimentos e transformações que a noção de *totalitarismo* conhece ao longo do século XX, cf. Traverso, 2001.

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

ambiente social favorável à reapropriação e vulgarização desta teoria política – até então atuante essencialmente no âmbito intelectual – é a situação de desaparecimento do mundo comunista, o que gera um cenário de profunda crise dos posicionamentos políticos de esquerda. De modo que é possível afirmar que o *revisionismo histórico* dos anos 1990 é herdeiro das batalhas intelectuais análogas travadas nas décadas de 1950 e 1970, tendo-as aprofundado e desenvolvido em um ambiente sociopolítico muito favorável, marcado pelo colapso do bloco comunista.

Neste sentido, é interessante o entendimento de Pier Paolo Poggio segundo o qual o anticomunismo – que ganhou numerosos novos adeptos entre os intelectuais com o fim do comunismo histórico – desempenha uma função de conexão entre as distintas cores políticas do *revisionismo*: em particular, a filo-ocidental, liberal e teleológica e a cultura de direitas. Para a primeira destas tendências, as ditaduras modernas de direitas, incluídos fascismo e nazismo, podem ser reintegradas no curso histórico geral em virtude da função que desempenharam no combate contra a revolução (o “perigo vermelho”); com o fim do paradigma antifascista, de acordo com este ponto de vista, a representação do século XX deve sofrer uma torsão, ou mesmo uma completa reviravolta: assim, equipara-se fascismo e comunismo, acentuando-se, porém, uma revalorização histórica do velho adversário, o qual, depurado de seus excessos, pode voltar a integrar a família política ocidental. No que diz respeito à cultura de direitas, a valorização do fascismo e do nazismo sempre constituiu seu objetivo, reformulado de acordo com as circunstâncias. (2006: 89-91).

Desta forma, a conjuntura pós-1989, ao implicar um considerável refluxo e crise de identidade para toda a esquerda ocidental, provoca um fenómeno de convergência política entre correntes de centro e moderadas e as culturas de direita. A transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social na década de 1990 pode ser considerada como decorrência desta situação, o que se reflete, objetivamente, na popularização e banalização de interpretações históricas que – apesar de não serem novas – eram apanágio de correntes minoritárias da direita. Portanto, é possível considerar que o significativo êxito do *revisionismo histórico* no que diz respeito à influência que exerce no âmbito da memória social sobre o passado recente relaciona-se à abrangência e diversidade do fenómeno, composto por variadas nuances argumentativas.

Manuel Loff identifica dois aspetos fundamentais da operação *revisionista*: a comparação relativizadora e a manipulação acerca da necessidade social de superação do passado (2000). Convém reconhecer que no caso da análise *revisionista* sobre o comunismo trata-se mais de *comparações generalizantes*, com vistas a eludir a contextualização histórica e, desta forma, deduzir da ideologia a sua condenação política, histórica e moral. As *comparações relativizadoras* manifestam-se comumente em análises que cotizam regimes ditatoriais e regimes/movimentos revolucionários ou, mais diretamente, nas comparações entre nazi-fascismo e comunismo. É possível dizer que de tais *comparações relativizadoras* decorrem anacronismos, resultado de interpretações que desvalorizam o contexto histórico da época e que analisam o passado com base em valores políticos e juízos morais do tempo presente – os quais, como é óbvio, são inadequados para a explicação do passado, simplesmente porque não habitavam a realidade da época. A partir de um tal procedimento metodológico fracassam quaisquer tentativas de compreensão

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

séria sobre o passado. Rousso considera que tais anacronismos provocam uma rutura da continuidade histórica (1994: 274).

No caso português, tais tendências anacrónicas das análises *revisionistas* manifestam-se no rompimento entre as realidades históricas do Estado Novo e da Revolução, o que favorece leituras retrospectivas que não consideram a Revolução dentro da lógica de consequências e continuidade histórica dos anos da ditadura. Apenas sob uma tal perspetiva é possível compreender, por exemplo, as condenações *tout court* da descolonização, o que pressupõe a completa desconsideração de um longo contexto histórico de política colonialista e guerra colonial – realidades contra as quais o movimento dos capitães se insurgiu em 1974.

O segundo aspeto do *revisionismo histórico* identificado por Loff, a necessidade de superação do passado, corresponde a um elemento complexo e que – ao contrário do primeiro aspeto anteriormente abordado, que incide diretamente no âmbito da metodologia *revisionista* – remete à esfera mais geral das visões do mundo e perspetivas de futuro. Neste ponto, é possível localizar uma ligação entre o desenvolvimento do *revisionismo histórico* e o contexto de *obsessão memorial* de finais do século XX: pois se a fase de *obsessão memorial* pode ser caracterizada pelo acentuado interesse sobre o passado num tempo que carece de perspetivas sobre o futuro, não é por acaso que este seja um terreno fértil para o florescimento do *revisionismo histórico*, com a sua transformação em fenómeno sociopolítico. Isto porque o *revisionismo histórico*, ao liquidar a tradição revolucionária – para usar a terminologia de Losurdo – e criminalizar as revoluções, sugere que não há alternativa possível às sociedades atuais, ou seja, o futuro será um eterno presente, a transformação social não passa de uma quimera. Esta também é, aliás, a conclusão da ideologia do *fin da história*, que pode ser considerada como o ponto de encontro entre *revisionismo histórico* e neoliberalismo político. Poggio explica da seguinte forma o desenvolvimento do *revisionismo histórico* em um pano de fundo cultural que lhe é favorável:

Se abre un paso por el que se incrusta el revisionismo historiográfico, que pone enseguida en su agenda el objetivo más ambicioso: invertir la representación y el juicio histórico sobre el fascismo (y el nazismo y sus resultados), reescribir la historia del siglo XX desde el punto de vista de su final. La lucha se ha terminado y si vuelve a presentarse, es manifestamente reaccionaria, antihistórica (como todos los movimientos revolucionarios, de acuerdo con la vulgata revisionista periodística). Por sus presupuestos, métodos y resultados, el revisionismo es perfectamente funcional a una sociedad sin historia que ha renunciado a la tarea (...) de hacer la historia y que acepta de manera naturalista vivir en el presente inmóvil de la técnica, en el cambio incesante de lo eternamente igual. (2007: 211)

No que diz respeito às estratégias argumentativas, assim como os modelos interpretativos baseados no *totalitarismo*, o *revisionismo histórico* elege a ideologia como centro das análises, ao mesmo tempo em que desconsidera as condições históricas do período. Conforme salienta Jim Wolfreys – em análise da Revolução Francesa –, a ênfase *revisionista* na ideologia direciona o centro da atenção para a perspetiva das classes dominantes, seja de forma direta, como atores do processo, seja como agentes da manipulação das classes populares (2007: 56-59). Desta forma, uma conceção estrita acerca da esfera política encontra na ênfase da *ideologia* o alibi necessário para uma análise histórica elitista e conservadora: indiferente aos conflitos sociais, suas motivações e circunstâncias históricas.

Losurdo e Poggio convergem na constatação de que a argumentação *revisionista* se caracteriza

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

por assumir o ponto de vista de certos protagonistas históricos – nomeadamente, os detratores dos processos revolucionários, os defensores de movimentos reacionários e conservadores. Trata-se de um aspeto que situa as interpretações *revisionistas* na condição de relatos memoriais, ou seja, discursos sobre o passado baseados na identidade de determinados grupos sociais. Portanto, convém considerar que as análises *revisionistas* académicas ou o *revisionismo historiográfico* indicam a significativa influência social de tais versões da memória condizentes com uma cultura política de direitas – as quais em alguns casos se tornam claramente dominantes no contexto dos anos 1990 –, a tal ponto que superam as exigências metodológicas do analista social e, travestindo-se em argumentos mais sofisticados, passam a integrar o discurso intelectual.

Com efeito, conforme observa Rouso, o carácter das comparações utilizadas pela tendência *revisionista* não se inscreve num plano histórico, e sim num plano político-memorial. Em tal plano político-memorial, não se prioriza a realidade e a complexidade das semelhanças e diferenças entre os regimes: com fins essencialmente ideológicos, chama-se a atenção para o grau de consciência que a opinião pública possui sobre seus balanços respetivos (1999: 19). Esta observação é interessante, pois salienta o traço memorial presente nas interpretações *revisionistas* e permite uma melhor compreensão sobre tal tendência de análise do passado que, como fenómeno social, se situa no âmbito do *combate pela memória* efetuado no espaço público das sociedades, por outras palavras, na esfera do *uso público da história*. Neste âmbito, conforme observa Loff, o *revisionismo histórico* – enquanto aspeto significativo do *combate pela memória* sobre o passado recente – tem encontrado a oposição de um movimento de verdadeira *revolta da memória* (2000). Ou seja, trata-se da rejeição das interpretações *revisionistas* da história, o que adquire os contornos de uma disputa político-social em torno da hegemonia no processo de reconstrução do passado.

As fases da memória pública em Portugal

Em Portugal, a particularidade da ditadura salazarista ter sido derrubada por um golpe militar que de imediato se transforma numa revolução social condiciona as características do posterior *uso público da história* e das fases da memória pública sobre o passado recente, com a projeção de significativas diferenças em relação a outros casos nacionais.⁵ Em primeiro lugar porque num momento inicial, que coincide e é impulsionado pelo próprio desenvolvimento da Revolução, manifesta-se uma hegemonia da memória do antifascismo no espaço público português. Conforme salienta Fernando Rosas, é em defesa desta memória que se fazem, espontaneamente, os primeiros atos e exigências do movimento popular: o cerco à sede da polícia política e a perseguição e prisão de pides; a exigência de libertação imediata dos presos políticos e de extinção dos órgãos do regime: Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, partido único; o *saneamento* de pessoas que ocupavam cargos de poder no governo, empresas, universidades, escolas, jornais, etc. Enfim, tratava-se de uma memória longamente reprimida durante o Salazarismo/Marcelismo, mas que encontrou a oportunidade de eclodir e manifestar-se no espaço público

⁵ Henry Rouso propõe uma periodização de quatro fases para compreender a questão da evocação pública da ocupação e colaboracionismo do período de Vichy: “luto”, “repressão”, “retorno do reprimido”, “obsessão memorial” (Rouso, 1987, 1994, 2006). Para uma síntese sobre os casos alemão e italiano, respetivamente, cf. Robin, 2009; Focardi, 2009.

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

com a conjuntura revolucionária.

É possível dizer, portanto, que sem o pretender explicitamente – ou seja, não sendo políticas previamente planeadas para fazer frente ao legado autoritário –, a própria dinâmica revolucionária inicial significou a materialização de *políticas de memória* em rejeição do passado ditatorial e em valorização da luta antifascista. Segundo esclarece Rosas, tratava-se da reivindicação pública de um património histórico silenciado – o plano simbólico, pode dizer-se, da ampla revolução social que se desenvolvia em Portugal e que abrangia também, como é evidente, a revolução dos padrões culturais hegemónicos até então:

Parece claro que a Revolução portuguesa de 1974/75, desencadeada pelo movimento militar de 25 de abril daquele ano, colocou imediatamente no centro dos seus discursos e práticas, como fonte primeira de legitimação, a memória dos oprimidos, dos perseguidos, dos torturados, dos humilhados por quase meio século de ditadura, isto é, a memória do antifascismo. A Revolução, ao sê-lo, ao transformar-se nela própria, fazia-se em nome do resgate dessa memória enquanto património coletivo de um povo longamente dominado. A memória antifascista do fascismo derrubado impunha, por isso, as suas prioridades à ação revolucionária, era, se quisermos, a consciência hegemónica imediata e urgente dos primeiros passos do processo revolucionário.

Assim, de acordo com Rosas, esta memória do antifascismo, mesmo na pluralidade das suas representações, constituiu a cultura dominante dos primeiros meses da Revolução. E mais: significou a conquista da hegemonia no que diz respeito a uma visão global do passado de ditadura e de resistência que ficaria impressa no “código genético” da democracia nascente – ou seja, na cultura maioritariamente compartilhada acerca de suas origens e nos seus textos fundamentais. Segundo Rosas, semelhante situação de hegemonia da cultura do antifascismo traduz-se no facto de que no pós-25 de abril nenhum partido de direita reivindicava a herança do Estado Novo, muito pelo contrário (2007: 16-18) – com efeito, durante o período revolucionário as principais forças políticas apelavam ao socialismo como fonte de legitimidade política. Desta forma, pode dizer-se que neste momento inicial o destaque público da memória do antifascismo significou a compreensão da democracia portuguesa como uma conquista que, por um lado, recuperava e continuava o património da luta antifascista e, por outro lado, opunha-se decididamente ao legado político e cultural do Estado Novo.

No entanto, com a contenção do processo revolucionário, a partir de 25 de novembro de 1975, inicia-se um processo de reversão das medidas revolucionárias, o que, consequentemente, se refletiu também na memória pública dominante sobre a ditadura e a Revolução. O exemplo mais marcante desta situação, no que diz respeito a *políticas de memória*, talvez seja a reintegração dos *saneados* do Estado Novo, uma política que, entretanto, não é estendida aos *saneados* do 25 de novembro, ligados a partidos e organizações de esquerda. Rosas esclarece acerca deste contexto pós-revolucionário, paralelo ao processo de contenção dos movimentos sociais:

Sob o pretexto de combater os “excessos” cometidos em nome da memória da repressão, invocando a urgência da “reconciliação” e do restabelecimento da “concordia nacional”, o Conselho da Revolução (CR) pós-novembrista, primeiro, e depois os sucessivos governos constitucionais de finais dos anos 70 e dos anos 80 congelaram, reviram e “reclassificaram” o geral dos processos de saneamento de cariz antifascista sem outro critério que não fosse o da reintegração maciça: o perdão para todos sem justiça para ninguém. Punidos e saneados em definitivo só mesmo, por dolorosa ironia das coisas, os civis e militares derrotados na aventura de novembro. Mais do que isso, fizeram do julgamento dos funcionários da polícia política – acusados da prática continuada ao longo de dezenas de anos de um pesado rol de crimes de tortura, de assassinato e de violências várias, no quadro da “associação de malfetores” que foi considerada a PIDE/DGS – uma farsa insultuosa de desculpabilização política, tendo por

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

complacente julgador o tribunal militar.

Segundo Rosas, neste contexto, a democracia portuguesa tornava-se uma “espécie híbrida”, a meio caminho entre a “marca genética” de conquistas derivadas da Revolução – as quais em muitos aspetos se havia logrado conservar – e a pressão em sentido inverso para a liquidação/restricção deste património de direitos sociais e políticos (2007: 18-20). Assim, no que diz respeito à memória pública sobre o passado recente, inicia-se a partir de finais dos anos 1970, mas especialmente durante a década seguinte, a fase da *repressão*: ao longo dos anos 1980, com o predomínio de governos de direita, a discussão pública sobre a ditadura não ocupa papel de destaque. Em 1989, por ocasião do centenário de Salazar, que coincide com os 15 anos da Revolução, começa a ganhar visibilidade social aquilo que Rosas chama “uma visão banalizadora da natureza e das políticas do regime”, com base numa recuperação da figura de Salazar que permitia caracterizar o regime nos moldes de uma “exceção”, não tão maléfico socialmente quanto outros regimes análogos de seu tempo (2007: 21).

Contudo, é possível considerar que só em meados dos anos 1990 a discussão sobre o passado do Estado Novo invade o espaço público português, no vigésimo aniversário do 25 de Abril, em 1994. Antes disso, em 1992, há um ensaio desta situação de amplo debate sobre o passado de ditadura, devido à concessão pelo Estado de pensões a ex-agentes da PIDE, o que provoca uma onda de indignação e críticas. A 15 de abril de 1992 é publicado no *Diário da República* um despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério das Finanças em que são concedidas pensões a dois ex-inspetores da PIDE-DGS por “serviços excepcionais e relevantes prestados ao País”⁶. Pode dizer-se que se trata de uma *política de memória*, de reparação económica, em benefício expresso de ex-membros da polícia política da ditadura.⁷ A polémica ocasionada na sociedade por conta desta situação foi ainda maior porque esta mesma pensão por “altos e assinalados serviços prestados à Pátria” tinha sido negada em 1988 a Salgueiro Maia, quem, por coincidência, tinha acabado de falecer, a 4 de abril de 1992. Esta polémica das pensões pode ser considerada como o primeiro momento em que há uma grande discussão sobre o passado de ditadura num aniversário do 25 de abril – e pode situar-se aí, portanto, o início da fase de *obsessão memorial* portuguesa.

Em 1994, nos vinte anos da Revolução, verifica-se na sociedade uma excecional quantidade de iniciativas comemorativas; o auge da polémica dá-se a propósito de um debate televisivo – promovido pela SIC – em que um dos convidados era um ex-agente da PIDE, um dos que foram agraciados pelo Estado dois anos antes em virtude dos *serviços prestados à pátria*. Neste quadro, a crítica ao *branqueamento* do Estado Novo e à paralela desvalorização do 25 de abril dominou o tom das intervenções do vigésimo aniversário da Revolução. Conforme salienta Loff, Portugal descobria então o cinismo *revisionista* que outros países europeus já vinham suportando há anos, num cenário

⁶ Cf. <https://dre.pt/pdfgratis2s/1992/04/2S089A0000S00.pdf>. Consultado em 25 de janeiro de 2014.

⁷ Muito embora o referido despacho contemple também outras catorze pessoas em virtude de cargos militares desempenhados – dentre as quais cinco parentes de militares –, ou seja, não se tratou de uma medida específica para beneficiar ex-agentes da polícia política, ainda assim é muito claro que no caso dos dois ex-inspetores da PIDE os aludidos “serviços excepcionais e relevantes prestados ao País” se enquadram no contexto das funções exercidas nesta atividade profissional.

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

protagonizado pela suposta crença na neutralidade da democracia mediática (1996: 77-78). Um artigo do jornalista Mário Mesquita ilustra o grau da polémica ocasionada por este debate da SIC:

Será isto o pluralismo? Consistirá em dividir aritmeticamente o “tempo de antena” entre o salazarismo e a democracia, os torcionários e as vítimas? Passará por conferir aos pides o estatuto de participantes de pleno direito no debate político? Sua Ex^a, o Inspetor, cidadão da democracia portuguesa, faz jus a tempo de antena na televisão portuguesa? Ou trata-se apenas de usar o perverso fascínio do pide, enquanto estratégia para efeitos de mercado televisivo? (...) Dir-se-á que a SIC, os seus jornalistas e os demais participantes no programa – mesmo quando manifestaram indignação – foram insuficientemente agressivos face ao desplante do agente ao negar a existência da tortura, das perseguições e dos assassinios perpetrados pela antiga polícia política. Que o trataram com cortesia e deferência. Que perante a PIDE não há “recuo” histórico ou neutralidade jornalística que justifiquem a propaganda política do salazarismo na televisão – pública ou privada. Dir-se-á que o ex-inspetor, bem-falante, garantiu, no melhor estilo provocatório, que aos presos da António Maria Cardoso e hospícios congêneres “eram servidas as melhores iguarias”; relativizou o uso da tortura e dos espancamentos por serem “práticas frequentes em todas as polícias do mundo”; ostentou, sem reboços, o seu “muito orgulho” por ter pertencido à PIDE.

Segundo o articulista, esta consagração do ex-pide no espaço público democrático era o resultado de uma longa estratégia de desculpabilização do salazarismo e de apagamento das fronteiras entre a ditadura e a democracia.⁸

Portanto, o fator fundamental que motiva o ressurgimento do intenso debate público sobre o passado em Portugal é a crescente visibilidade social de um discurso *revisionista* que pretende recuperar aspetos da ditadura. Convém destacar que este discurso é desdobramento de um mais desenvolvido processo de *revisionismo histórico* sobre a Revolução, tendência crescente no espaço público português desde finais dos anos 1980. Assim, é possível afirmar que a progressiva visibilidade de interpretações baseadas na condenação do processo revolucionário provocou efeitos na memória pública do Estado Novo, pois criou ambiente social favorável a uma cada vez maior divulgação de visões demasiado brandas sobre a ditadura. E é suficientemente significativo que a *revolta da memória* então desencadeada – refletida na ampla indignação pública com tais versões da história sobre o passado recente – surja a propósito dos discursos *revisionistas* sobre o Estado Novo e não diretamente a propósito das formulações *revisionistas* sobre a Revolução, as quais contam com considerável maior grau de tolerância social.

É possível explicar este cenário através da consideração de que a memória da Revolução funciona como um *eclipse* para a memória do Estado Novo; o que significa dizer que a discussão sobre o passado ditatorial quase sempre passa pela discussão sobre o passado revolucionário mais recente. Isto muitas vezes favorece a tendência de reabilitação do Estado Novo, devido à clara aceitabilidade por setores da sociedade portuguesa – não tão reduzidos quanto se poderia esperar – de interpretações condenatórias do processo revolucionário. Esta situação reflete-se no fato de que, em 1994, as visões *revisionistas* sobre o Estado Novo mais comuns no espaço público eram aquelas que se baseavam na comparação relativizadora com o período revolucionário – o que provoca o efeito de *branquear* a ditadura –; as interpretações que pretendiam reabilitar diretamente o passado ditatorial eram consideravelmente mais raras. No entanto, no contexto do vigésimo aniversário da Revolução, a significativa incidência deste posicionamento – especialmente nos programas televisivos – provocou o efeito de desencadear a já

⁸ “O telemasquismo democrático” in *Diário de Notícias*, 22 de abril de 1994, p. 13.

mencionada *revolta da memória*.

É importante ressaltar que muito embora as visões *revisionistas* a respeito do período revolucionário beneficiem de considerável maior capacidade de penetração na opinião pública – o que explica o facto de que em meados dos anos 1990 este género de interpretação sobre a Revolução possa ser considerado como uma *memória dominante* –, a situação de *revolta da memória* ocorrida em 1994 suscitou, de uma forma geral, a crítica a todas as tendências de *revisionismo histórico*. E consequentemente, um outro efeito desta situação foi o aumento no espaço público das visões amplamente positivas sobre o 25 de abril e o período revolucionário.

Assim, no contexto de *obsessão memorial* de meados dos anos 1990, verifica-se no espaço público português um *combate pela memória* que envolve a delimitação de uma visão social hegemónica da história. Pode dizer-se que o aumento e visibilidade social de versões da memória *branqueadoras* do período do Estado Novo atuou como elemento mobilizador para a defesa pública das memórias do antifascismo e, igualmente, da Revolução – já que estes dois âmbitos da memória sobre o passado recente, ditadura e período revolucionário, interrelacionam-se entre si. No entanto, devido à maior extensão da aceitabilidade social de visões *revisionistas* sobre o período revolucionário, assistiu-se em 1994 a variáveis matizes de interpretações sobre o passado recente: desde opiniões que criticavam todas as tendências *revisionistas* e, em contraposição, enfatizavam uma ampla valorização da Revolução, em todos os seus âmbitos; passando por opiniões também críticas ao *revisionismo histórico*, mas que valorizavam a Revolução apenas com base nos princípios consensuais de democracia e liberdade; outras opiniões críticas às tendências *branqueadoras* do Estado Novo, porém favoráveis à condenação do período revolucionário; e finalmente, interpretações baseadas no *revisionismo histórico*, numa ou em várias das suas vertentes – a propósito da ditadura, do processo revolucionário, da descolonização ou da ampla condenação do 25 de abril.⁹

A dificuldade em distinguir nitidamente os juízos *revisionistas* sobre a ditadura e sobre o 25 de abril remonta ao já mencionado efeito da memória da Revolução no sentido de *eclipsar* a memória do Estado Novo. Desta forma, por um lado, muitas interpretações da ditadura passam a sofrer as consequências de uma leitura retrospectiva e comparada – uma situação que Jean-Jacques Becker chama de “o handicap do a posteriori”, para tratar especificamente da metodologia da história oral, mas que constitui um elemento, de uma forma mais geral, que abrange todos os relatos de memória (2005) –, ou seja, a ditadura é analisada retrospectivamente e de forma em que saem ressaltados os “excessos” do período revolucionário. Por outro lado, interpretações da Revolução centradas na sua condenação, e que são bastante mais comuns de forma separada do que as interpretações que pretendem unicamente recuperar aspetos da ditadura, acabam por alcançar o efeito de *branquear* a ditadura – tendo em vista a relação de causa e efeito entre ambos os períodos históricos –, ainda que em alguns casos não seja esta a intenção dos seus autores. Portanto, é possível considerar que a tendência à análise retrospectiva própria dos relatos memoriais constitui um elemento que favorece o *branqueamento* do Estado Novo – no caso

⁹ Para um resumo sobre as diversas versões da memória em disputa no espaço público português em 1994, cf. Soutelo, 2012.

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

das perspetivas críticas em relação ao desenrolar do processo revolucionário, um ponto de vista que amplia seu alcance social e visibilidade pública ao longo da década de 1990.

Se no vigésimo aniversário do 25 de abril o debate social e a *revolta da memória* assentaram na projeção pública de interpretações *branqueadoras* do Estado Novo, dez anos depois – também sob a vigência de um governo de direita – o foco da controvérsia centrou-se na discussão sobre a própria Revolução: o slogan adotado pelo Governo para as comemorações oficiais do 25 de abril, “abril é evolução”, foi duramente criticado como uma tentativa de eliminar o horizonte de rutura do 25 de abril. Segundo Rosas, entre o vigésimo e o trigésimo aniversários da Revolução a direita política “foi racionalizando o seu discurso de revisão e negação não só relativamente à revolução, como, igualmente, no que respeita à génese da democracia portuguesa” (2004: 17). Manuela Cruzeiro identifica nas comemorações dos trinta anos da Revolução um claro exemplo de manipulação da história:

Na verdade, esta iniciativa do poder político de então (governo PSD/PP) invertendo o normal figurino das comemorações, habitualmente reduzidas a pálidas evocações da festa revolucionária, e a uma engravatada sessão solene na Assembleia da República, levou a cabo a mais ambiciosa mistificação histórica: anulando o passado revolucionário, e celebrando o presente neo-conservador e neo-liberal, efetuou uma completa operação de marketing, situada algures entre a amnésia e a mentira. Amnésia, porque ignora que a democracia nasceu justamente de uma revolução e não de um qualquer continuísmo liberalizante; que essa democracia foi conquistada por um corte violento com o passado de ditadura. Mentira, porque o “celebrado” progresso ou evolução se fez (se vem fazendo) segundo um modelo que não prolonga nem aprofunda os valores de abril, antes é feito ao arrepio de muitas das suas promessas e esperanças. Contrapõe-se, assim, revolução, diabolizada ou minimizada como epifenómeno ou crise insignificante, e democracia, numa operação de propaganda ideológica, sem qualquer sustentação histórica, legitimando um caminho para a sociedade portuguesa que passa pela liquidação de uma parte essencial do património de conquistas sociais, culturais e políticas, iniciadas em 74 e consagradas constitucionalmente em 76. Amnésia e mentira são, pois, em termos psicanalíticos, a forma como o regime democrático lida com esse trauma silencioso que é o 25 de abril. Mesmo que o comemore, ou justamente porque o comemora para mais facilmente o esquecer. (2011: 124)

Dois anos depois, em 2006/2007, Salazar sai vencedor do programa da RTP “Os Grandes Portugueses” – seguido de Álvaro Cunhal, em segundo lugar. O assunto suscitou muita polémica, especialmente a respeito dos métodos do programa e da sua relevância social. No entanto, o interessante em termos sociológicos é refletir sobre o facto de que – mesmo não se podendo considerar tal juízo histórico como representativo da maior parte da sociedade portuguesa – houve a iniciativa de produção de um programa no canal público que elegeu Salazar como “o” grande português. Pode não ser socialmente representativo, mas o impacto mediático que este programa provoca é relevante no que diz respeito ao processo de (re)construção da memória no espaço público. Também em relação a 1992 e a 1994 seria possível argumentar que a decisão de premiar ex-pídes ou as opiniões *revisionistas* sobre a ditadura não eram representativas da maioria da população; o facto, porém, é que todas estas manifestações sugerem uma certa versão sobre o passado, cuja visibilidade pública influencia na situação de *combate pela memória* que se desenvolve na sociedade. O que está em jogo, na verdade, é uma luta simbólica entre várias versões da memória que disputam a hegemonia no processo de reconstrução do passado. E portanto, a maior ou menor visibilidade social de algumas versões da memória já diz muito sobre a relação de forças que opera neste *combate pela memória*. Ou seja, interessa refletir sobre as razões de haver, cada vez mais, um ambiente social favorável ou permeável às memórias *revisionistas* da ditadura e da Revolução, o que indica que estas visões sobre o passado passam a desfrutar de um certo protagonismo

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

no processo de disputa simbólica pela reconstrução da memória no espaço público.

É possível, portanto, identificar no caso português três fases no que diz respeito à memória pública sobre o passado recente. Num período inicial, diversamente de outros casos nacionais e devido à singularidade portuguesa de uma revolução ter posto fim ao regime ditatorial, não há uma repressão da memória da ditadura; ao contrário, há uma valorização da memória do antifascismo no espaço público. Num período seguinte, não se pode dizer que haja propriamente uma *repressão* ou *silenciamento* sobre o passado, mas certamente o passado recente não constitui um tema privilegiado na discussão pública. E finalmente, a partir dos anos 1990, inaugura-se a fase de *obsessão memorial*, caracterizada, no caso português, pelo desenvolvimento de tendências de *revisionismo histórico*, o que impulsiona o ressurgimento de discussões públicas sobre a ditadura e a Revolução.

Em suma, devido à especificidade da Revolução de 1974 – cuja imediata consequência foi a eclosão pública das memórias antifascistas – e da relação de forças políticas na fase seguinte – caracterizada pela hegemonia de direita ao longo da década de 1980 –, o discurso *revisionista* surge no espaço público desde fins dos anos 1980. A Revolução – particularmente o período revolucionário, marcado por intensas movimentações sociais, assim como a questão da descolonização – é o foco através do qual este género de interpretação sobre o passado se desenvolve. Apesar de apresentar um crescimento progressivo, o *revisionismo histórico* alcança seu auge apenas em meados da década de 1990, simultaneamente ao (re)surgimento no espaço público dos discursos memoriais de valorização das experiências da Revolução e das vítimas da repressão salazarista. Neste caso, é nítida a relação causal entre a emergência destes discursos de valorização memorial ou desta *revolta da memória* e a anterior ofensiva *revisionista* no espaço público português. É interessante considerar, portanto, que a *revolta da memória* em Portugal assume um carácter defensivo, contrária ao avanço de um discurso *revisionista* crescentemente desenvolvido e visível no espaço público – um discurso que ataca os fundamentos da democracia portuguesa: a não legitimidade histórica do Estado Novo e a Revolução de 1974 como a origem da democracia.

Enfim, é possível afirmar que o *combate pela memória* envolve uma disputa política que conjuga as três temporalidades – passado, presente, futuro –, ou seja, abrange o sentido atribuído à origem da democracia, à identidade social e aos projetos futuros de sociedade. No caso português, a questão situa-se nas possíveis representações e significados que os passados ditatorial e revolucionário projetam no presente democrático, e, consequentemente, suas implicações para as aspirações sociais futuras.

Bibliografia

- Devant l'histoire. Les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des Juifs par le regime nazi*. 1998. Paris: Les Éditions du CERF.
- Becker, Jean-Jacques .2005. “O handicap do a posteriori” in Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV.
- Carreras Ares, Juan José; Forcadell Álvarez, Carlos .2003. “Introducción. Historia y política: los usos” in *Usos públicos de la Historia*, editado por Juan José Carreras Ares e Carlos Forcadell Álvarez, Madrid:

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

Marcial Pons.

Cruzeiro, Maria Manuela .2011. “Revolução e revisionismo historiográfico. O 25 de Abril visto da história” in Martins, Rui Cunha. *Portugal 1974. Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Focardi, Felippo .2009. “El debate sobre la resistencia en Italia: legitimación política y memoria histórica de la Primera a la Segunda República” in Vinyes, Ricard. *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA.

Gallerano, Nicola .1995. “Introduzione”; “Storia e uso pubblico della storia” in Gallerano, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão: FrancoAngeli.

Huyssen, Andreas .2003. *Present Pasts. Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford: Stanford University Press.

Loff, Manuel .1996. *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras.

Loff, Manuel .2000. “Esquecimento, revisão da História e revolta da memória” in *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*, organizado por Iva Delgado; Manuel Loff; António Cluny; Carlos Pacheco; Ricardo Monteiro, Lisboa: Edições Cosmos.

Losurdo, Domenico .2006. *Le révisionnisme en histoire. Problèmes et mythes*. Paris: Albin Michel.

Pisanty, Valentina .1998. *L'irritante questione delle camere a gas. Logica del negazionismo*. Milão: Bompiani.

Poggio, Pier Paolo .2006. *Nazismo y revisionismo histórico*. Madrid: Akal.

Robin, Régine .2009. “El nuevo devenir victimario de Alemania” in Vinyes, Ricard. *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA.

Rousso, Henry .1987. *Le syndrome de Vichy*. Paris: Seuil.

Rousso, Henry; Conan, Eric .1994. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris: Fayard.

Rousso, Henry .1999. “La légitimité d’une comparaison empirique” in *Stalinisme et nazisme. Histoire et mémoire comparées* dirigido por Henry Rousso, Bruxelas: Éditions Complexe.

Rousso, Henry .2006. “La memoria de Vichy o la ilusión de la excepción francesa (1980-2000)” in *Guerra civil. Mito y memoria*, editado por Julio Aróstegui; François Godicheau, Madrid: Marcial Pons.

Rosas, Fernando .2004. “Notas para um debate: a revolução e a democracia” in *Ensaio geral. Passado e futuro do 25 de Abril* organizado por Fernando Rosas e Francisco Louçã, Lisboa, Dom Quixote.

Rosas, Fernando .2007. “Memória da violência e violência da memória” in *Vítimas de Salazar – Estado Novo e violência política*, organizado por Irene Flunser Pimentel; João Madeira e Luís Farinha, Lisboa: A esfera dos livros.

Soutelo, Luciana .2012. “Visões da Revolução dos Cravos: combates pela memória através da imprensa (1985-1995)” in *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*, coordenado por Raquel Varela, Lisboa: Bertrand.

Traverso, Enzo .2001. “Introduction. Le totalitarisme. Jalons pour l’histoire d’un débat” in *Le totalitarisme. Le XXe siècle en débat*. Paris: Seuil.

Traverso, Enzo .2007. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid: Marcial Pons.

A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo
ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

Wehler, Hans-Ulrich .1989. *Le mani sulla storia. Germania: riscrivere il pasato?* Firenze: Ponte Alle Grazie.

Wolfreys, Jim .2007. “Twilight Revolution: François Furet and the Manufacturing of Consensus” in *History and Revolution. Refuting Revisionism*, editado por Mike Haynes e Jim Wolfreys, Londres: Verso

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo.

Maria Antónia Pires de Almeida

PhD, Investigadora do CIES, ISCTE-IUL

O registo das memórias orais é importante para transmitir imagens dos acontecimentos passados, muitas vezes diferentes das que foram registadas por jornalistas, investigadores e autores das mais variadas áreas. As “Visões da Revolução” no Alentejo estão obrigatoriamente associadas ao movimento da Reforma Agrária que dominou a vida política, económica e social da região durante um longo período após o 25 de abril de 1974. Com o objetivo de recolher, analisar e sintetizar essas imagens, realizei uma série de entrevistas aos intervenientes no movimento num concelho do distrito de Portalegre que assumiu um papel de liderança em todo o processo. Vários autores têm usado a memória oral, a etnobiografia e as histórias de vidas cruzadas como fonte para trabalhos de investigação científica. Praticamente todos os que escreveram sobre Reforma Agrária realizaram um importante trabalho de campo, utilizando o privilégio de contactar diretamente com os atores da história que tinham acabado de presenciar. Como diz António Barreto, a recolha da memória oral tem a vantagem de permitir o contacto direto com as testemunhas dos acontecimentos, o que tem um valor inestimável (Barreto, 1986: 13). Neste trabalho apresento uma síntese das histórias de vida de uma geração em vias de desaparecimento, ou em grande parte já desaparecida, que viveu o regime do Estado Novo em meio rural e participou ativamente na transição para a democracia. As entrevistas foram realizadas a membros das várias classes sociais intervenientes no processo da Reforma Agrária e produziram uma variedade de histórias de vida que não deveria perder-se com o falecimento dos protagonistas. O critério de seleção obedeceu a uma tentativa de amostragem do ecletismo da população local. Saliento que quase todos tinham mais de 60 anos à data da entrevista. Alguns estavam na casa dos 30 no período das ocupações, incluindo os líderes locais do processo. Considerando que a maioria da população portuguesa atual é urbana e toma o regime democrático como algo adquirido e incontestável, talvez a leitura de vivências rurais dos anos 40 e 50, e do período revolucionário português da segunda metade dos anos 70 do século passado, permita a tomada de consciência de uma série de fatores formadores do regime em que vivemos e de alguns dos problemas que afetam a sociedade portuguesa contemporânea.

Em resumo, tentei responder às seguintes questões: Quem eram os habitantes do meio rural dos meados do século XX? Como viviam, como se comportavam? Quais as suas aspirações e qual o papel da agricultura nas suas vidas? Como eram essas pessoas, o que as motivava? E depois, qual o impacto da reforma agrária nestes grupos, tanto no dos ocupados como no dos ocupantes?

1. Metodologia

A recolha da memória oral foi realizada com o recurso a entrevistas não dirigidas, fundamentadas teoricamente no clássico Paul Thompson (1978), e mais parecidas com uma conversa informal do que com um inquérito. Foi seguida a técnica do apuramento de Histórias de Vida, cada vez mais usadas na Antropologia e na Sociologia em consequência da crescente importância atribuída à utilidade da memória oral e dos documentos pessoais na investigação em Ciências Sociais. Este tipo de recolha inspirou-se no

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

trabalho pioneiro de Hamilton Holt, o editor do jornal *Independent*, que em 1906 reuniu num livro os relatos que a sua equipa de jornalistas recolheu por todos os Estados Unidos da América. O seu objetivo era deixar os homens comuns falarem, o que resultou num livro de grande interesse humano e com uma enorme importância histórica e sociológica. Naturalmente, surgiu a tentação de copiar o estilo, expondo as *life stories* dos meus *undistinguished alentejanos as told by themselves* de forma integral e exaustiva, não esquecendo nunca de “deixar falar” os meus entrevistados.

Segundo Jean Poirier et al. (1983), o interesse nesta recolha reside no facto de os sujeitos entrevistados serem os depositários de valores históricos de uma cultura que se pode chamar “tradicional”, muito diferente da cultura “racional” que lhe sucedeu. Franco Ferraroti destaca como uma das características essenciais da História Oral o facto de constituir precisamente a ponte de interseção ou a consciente mediatização entre a História histórica e a vivência do quotidiano (Ferraroti, 1991).

Especificamente sobre o tema da Reforma Agrária, também Afonso de Barros fez um levantamento de relatos de vida na sua tese sobre Albernoa, localidade onde realizou entrevistas que focaram principalmente a história pessoal, a situação anterior às ocupações, as ocupações de terras, organização e funcionamento das cooperativas; posição face aos pequenos agricultores... (Barros, 1986). Como levantamento das características de um grupo, este trabalho é valioso. Peca, no entanto, pela exclusividade que concedeu aos trabalhadores rurais, como se estes tivessem sido os únicos intervenientes do processo. A sua escolha determina um posicionamento ideológico e foi politicamente orientada. Já António Barreto não esqueceu os proprietários expropriados, os pequenos proprietários não ocupados, os seareiros e outros agricultores envolvidos (Barreto, 1986).

Apesar da Reforma Agrária, da substituição das elites, da democratização institucional e política, a clivagem social está ainda muito presente na mentalidade local. As barreiras entre os grupos ainda estão presentes de forma visível, os ricos continuam a ser os ricos, os pobres continuam a considerar-se pobres. Mesmo que estas designações já não tenham nem remotamente o significado que tinham há 30 anos, quando Cutileiro as usou (Cutileiro, 1977).

Entre os trabalhadores, quase todos tinham um pai ou avô moiral (maioral de gado, tanto de pastorícia, como do trabalho da preparação das terras e das colheitas com carros puxados a parelhas), que recebia comédias (ou comedorias, parte do salário em géneros). Muitos dos entrevistados revelaram-se grandes contadores de histórias, entusiasmados por terem uma audiência e capazes de falar abertamente sobre emoções e sentimentos. Houve também situações de angústia e constrangimento ao entrar em contacto com as descrições da miséria e do isolamento do mundo exterior que se sentiam numa comunidade rural. Alguns entrevistados derramaram lágrimas ao descreverem as dificuldades por que passaram, tanto na infância, como na vida adulta, principalmente por problemas de saúde e de pobreza, e pelo sofrimento das suas mulheres e filhos. Um alugador de máquinas emocionou-se ao descrever o homem que o ajudou a comprar os primeiros tratores, a quem ele chama um segundo pai. Estas descrições eram apresentadas com orgulho e dignidade, quase como num ritual catártico, durante o qual o sofrimento era apresentado como uma forma de valorização pessoal.

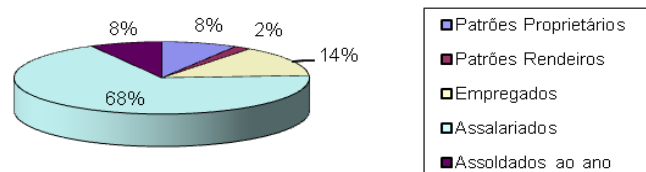
A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

Analisando as entrevistas, revela-se que cada membro de um grupo lembra o que para esse grupo é significativo e que compõe a representação pública do passado desse mesmo grupo (Tonkin, 1995). Para uma leitura mais completa das mesmas entrevistas, ver Almeida, 2010.

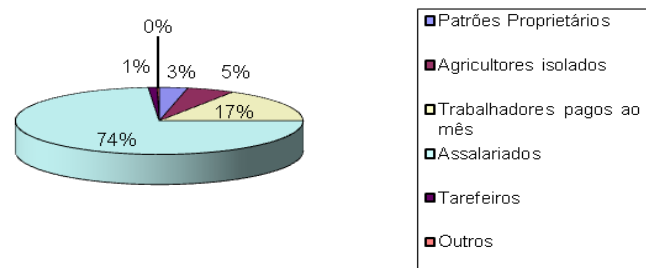
2. Antes da Revolução

Os habitantes do meio rural alentejano dos meados do século XX constituíam uma sociedade bastante polarizada (Cutileiro, 1977). Como exemplo temos as estatísticas demográficas do concelho alentejano onde a recolha das memórias orais foi realizada (quadros I e II), a partir das quais podemos concluir que em 1940 90% da população deste concelho trabalhava por conta de outrem, sem terra própria, enquanto 8% dos patrões eram proprietários e 2% eram rendeiros. Em 1970 o panorama não tinha sido muito alterado: 92% da população era constituída por trabalhadores rurais sem terra e 8% por agricultores com terra, quer em propriedade quer em arrendamento (Almeida, 2004: 109).

Quadro I: Distribuição da população de Avis em 1940 (dados INE)



Quadro II: Distribuição da população de Avis em 1970 (Estatísticas Agrícolas)



A vida destas populações era dominada pela agricultura e pela estrutura da propriedade, a qual se mantém até aos nossos dias por motivos relacionados com o solo e o clima: predomina a grande propriedade, na qual se desenvolve a agricultura e a pecuária em regime de sequeiro e de forma extensiva. As profissões que mais se destacavam estavam naturalmente ligadas à agricultura e podiam inserir-se numa pirâmide hierárquica com as seguintes categorias: grandes proprietários; pequenos proprietários, agricultores ou criadores de gado, que trabalhavam as suas terras, geralmente pequenas courelas, hortas ou ferragiais; rendeiros de grandes proprietários. Num plano intermédio entre os detentores da terra e os

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

trabalhadores rurais encontravam-se os seareiros (Martins, Monteiro, 2002). Os trabalhadores sem terra abrangiam uma vasta gama de profissões com uma hierarquia forte, entre os quais se distinguiam os empregados fixos das lavouras (feitores, abegões, guardas rurais, hortelãos, carreiros, ganadeiros, pastores, vaqueiros, boieiros, cabreiros, etc.) que recebiam parte do salário em géneros. Residiam habitualmente nos montes e celebravam contratos ao ano. Na base da pirâmide e sem qualquer vínculo encontravam-se os jornaleiros, ou trabalhadores à jorna, contratados geralmente para trabalhos diários ou sazonais.

Em paralelo a estas categorias profissionais, e ocupando uma percentagem baixa da população, encontravam-se as profissões ligadas aos setores secundário e terciário, entre as quais se destacam os artistas, denominação dada a todo o artesão ou mestre de um ofício, na maioria dos casos trabalhando por conta própria; os comerciantes; e os profissionais liberais e funcionários, como os padres, os professores e os médicos, advogados e farmacêuticos (Almeida, 1997).

As entrevistas revelam-nos precisamente as grandes diferenças nas vidas dos membros de cada uma destas categorias. Sobretudo no que diz respeito aos trabalhadores rurais, as descrições da infância e da vida de trabalho permitem-nos tomar consciência de alguns fatores que deram origem ao descontentamento e à revolta que foram despoletados no período da Reforma Agrária, motivando todo um grupo para a ação muito concreta da ocupação das terras. Não obstante as más condições descritas, somos também confrontados com o gosto pela narrativa oral entre esta população, o prazer em “contar histórias” e, sobretudo entre os homens, a eloquência e a ironia do discurso e até mesmo o humor na descrição de algumas adversidades.

No que diz respeito às vivências femininas, observamos experiências de adolescências animadas pelos trabalhos rurais e pelo convívio que estes proporcionavam, seguidas invariavelmente pelo sofrimento, sobretudo após o casamento e a chegada dos filhos. E ainda a subtileza do discurso sobre o aborto e a contraceção, tema importante nesta região do país, onde o número de filhos foi mais reduzido do que no Norte ao longo do século XX (Almeida, 2008, Nazareth, 1977, Freire e Lousada, 1982).

Por exemplo: “Eu vivia muito mal foi quando casei, porque eu na altura que era solteira, a minha mãe era cozinheira, o meu pai era pastor, nunca tivemos necessidades. Tinha sapatinhos, tinha roupas, tinha tudo, graças a Deus. Comia bem, matava um porquito, tínhamos hortas, tínhamos essas coisas, nunca tive necessidade. Agora, quando casei, passei muito! Tinha 19 anos, aos 20 anos tive a primeira filha. Aos 21 tive um menino que nasceu morto. Partos terríveis (...) e o mê pai é que tinha de ir pedir fiado ao farmacêutico para levantar os remédios. Eu sofri mais foi em casada. Em solteira nunca tive dificuldades. Trabalhava no campo. Depois não tive mais filhos, não, já viu, se fosse assim, daqui a nada estávamos desgraçados. Evitava, pois. Sempre cheia de medo e ai! Nessa altura estava muito fraquinha e quanto mais fraquinha estava mais depressa engravidava. Havia muitas que faziam abortos. Mas a gente tinha medo. Faziam, faziam abortos, mas também era dinheiro e eu também não tinha. Tinham de ir para fora”.

Assistimos também à infância dos rapazes no campo desde muito cedo a trabalhar, privados da

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

escola pelas distâncias e pela necessidade de auxiliar a família; ao carinho nas referências aos cônjuges, e a admiração pelos sacrifícios e qualidades de trabalho. E tomamos consciência da importância dos comerciantes locais e do comércio a fiado e da diferença social dos trabalhadores rurais em relação aos grupos com um ofício, cujos filhos podiam frequentar a escola por residirem nas vilas e aldeias, e não em espaços rurais, afastados e sem acessos.

Ficamos também a saber que entre as elites económicas o sexo feminino era discriminado em relação aos estudos, o que criou situações de grande injustiça sentida pelas próprias. E que entre os mais privilegiados havia consciência das diferenças, mesmo na infância: “Eu era um dos 10% dos rapazes da vila que andavam calçados. Os outros andavam descalços. Alguns deles só se calçavam a primeira vez para ir para a tropa. E os rapazes que iam trabalhar para o campo – e muitos deles não fizeram a instrução primária, embora fosse obrigatória já – muitos deles foram trabalhar para o campo aos seis anos. Geralmente começaram a guardar porcos”.

De facto, todos os testemunhos dos trabalhadores rurais confirmam esta afirmação: “Nunca fui à escola. E então fui para ajuda de um homem para guardar porcos”. “Toda a vida trabalhámos muito tempo, o tempo que a gente éramos gaiatos, no lugar que havíamos de ir para a escola, íamos guardar gado”. “Não fui à escola. Era muito longe. Não aprendi a ler. O meu irmão sabe, mas aprendeu depois de grande”. “Tive os meus primeiros sapatos a sério foi quando fui fazer exame, tinha nove anos”.

A questão da alimentação era grave e deixou marcas: “Era raro comermos carne de porco. Nesse tempo, quando éramos pequeninos, vá lá que a gente comprasse às quartas. Uma quarta era 150g. Comprava-se um bocadinho de toucinho para se comer ao domingo, só a gente sabe. Durante a semana comíamos couves, feijão, grão. Aquilo que a gente podia apanhar. E pão, e batatas. Que as batatas semeávamos a gente. Tínhamos uma horta lá onde o meu pai andava a trabalhar”. “Quando era no inverno, muitas das vezes agarrava num saquinho e ia à *buleta* para assar e para cozer numa panela. Muitas das vezes era a nossa ceia”. “Era uma sardinha dividida por três, era um rabo de bacalhau dividido por quatro ou cinco. Fruta não se usava, naquela altura. Não havia fruta, não havia nada, porque a vida era muito miserável. Queijo, pouco. Era pão, pão com pão, quando se apanhava”. “Passei algumas dificuldades. Íamos à mercearia até que o merceeiro se fiasse na gente. E depois quando calhássemos a ir trabalhar, pagávamos”.

Assim como os períodos de desemprego, devido à sazonalidade dos trabalhos rurais: “Ganhávamos pouco, mas tínhamos sempre trabalho. Havia alguns que não tinham trabalho”. “Houve períodos de desemprego, às vezes seis meses e mais. Havia a azeitona no inverno. Mas aquilo era um X ao litro, era de empreitada, olhe, o que se apanhava era o que se ganhava”. “Havia muita gente a pedir! A pedirem um bocadinho de pão aqui e além”.

Mas as alegrias do trabalho rural também foram salientadas: “Naquela altura não havia as facilidades que há agora. Havia muita gente com dificuldades. Mas era tudo muito alegre, os ranchos cantavam a caminho do trabalho e as pessoas conviviam mais. Ganhava-se pouco. Depois, quando havia aquelas crises de trabalho, tínhamos dificuldades”. “E então eu, quando entrei para ganhar disse: ‘Vou

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

todos os dias à vila!’ Vinha a pé, para ter convívio, por causa das raparigas. Andava pelas ruas, mais a rapaziada da minha idade... Havia uns rapazes que tocavam concertina. Quando era pelo Carnaval, chegou aqui na vila a haver quatro e cinco bailes por Carnaval. Sábado Gordo, Domingo Gordo, e eram sempre bailes de dia e de noite, sempre. Naquele tempo, agora já não há nada”. “Namorávamos durante o trabalho, falávamos no caminho, era hora e meia a bater o pé, pois, não havia transportes como há agora. Aquilo dava para namorar, no fundo aquilo tudo, virmos do trabalho, era uma paródia, ainda se cantava... Era uma festa, porque a gente era a mocidade. Era cantar e bailar naqueles caminhos. Era o nosso divertimento. Não havia uma telefonia, não havia uma televisão. Vínhamos cansados, mas então, a gente éramos novos. Nada custava. Éramos mais amigos. Apesar das dificuldades, tive uma juventude boa”.

A prisão foi uma realidade para alguns, devido ao envolvimento com as atividades do Partido Comunista: “E eu depois fui preso. Filiei-me ao Partido Comunista em 1950. Era às escondidas, tudo, mas havia pessoas já filiadas. Depois descobriram-me. Eu espalhava papéis. Não sabia ler, mas espalhava. Eu só aprendi a ler alguma coisa dentro da prisão. Não matei, não roubei, estive lá cinco anos, cinco meses e 25 dias”. “Nessa altura já havia reuniões de trabalhadores, de noite. Eles abriam os olhos à gente, vinham dar instruções à gente. Eram do partido. Do Partido Comunista”. “Nesse tempo já havia comunistas. E esses defendiam-se uns aos outros, na clandestinidade. Eu entrei para o Partido Comunista tinha 17 anos. Eu cá tive ligação sempre, e fiz muito trabalho para o partido. Por exemplo, eu tinha de ir, várias vezes, espalhar panfletos”. “Depois quando as pessoas eram presas faziam-se bailes, arranjavam-se verbas de solidariedade, dava-se à senhora... As pessoas tinham consciência disso. E as pessoas eram amigas, e ajudavam”.

Mas era um envolvimento exclusivamente masculino: “Nessa altura já se falava muito no Partido Comunista. Mas só me filiei no PCP depois do 25 de abril. Nessa altura já havia aí reuniões nos cabeços, mas as mulheres não iam para lá, só iam os homens. Eu não sei o que se passava na clandestinidade. Os homens iam e não queriam lá as mulheres”.

Também o serviço militar obrigatório no período da Guerra Colonial foi decisivo para toda uma geração: “A ida à África era uma interrupção na vida dos jovens, e alguns ficaram marcados, fora aqueles que perderam a vida. E penso que isso terá contribuído para que alguns jovens tomassem consciência...”

3. Revolução e Reforma Agrária

As memórias da Reforma Agrária dividem-se entre o apoio dos que nela participaram, ocupando terras e pertencendo às Unidades Coletivas de Produção, e o repúdio total dos que foram ocupados. No meio encontram-se os pequenos proprietários e rendeiros, cujas terras não foram ocupadas, e os alugadores de máquinas (Almeida, Martins, 2002), obrigados a participar em todo o processo, por necessidade de trabalho e utilização dos seus tratores e máquinas agrícolas, e que foram os primeiros a sair e a arrendar as terras ao abrigo das chamadas Leis de Sá Carneiro (Portaria nº 246/79, 29-05-1979) que iniciaram o desmembramento das Unidades Coletivas de Produção.

No final todos se sentiram defraudados, roubados, espoliados. Os primeiros porque as promessas

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

que lhes foram feitas não foram cumpridas e o trabalho desses anos não teve continuidade; os ocupados porque se viram privados do seu património e do seu trabalho e rendimentos durante os anos das ocupações; e os grupos intermédios porque a sua atividade nunca mais voltou a ser viável, numa agricultura integrada na União Europeia e na Política Agrícola Comum, que tornou a vida dos pequenos produtores muito mais difícil perante as novas realidades de concorrência, burocracia, subsídios para cessação da atividade e *set-aside*...

Seguem-se alguns exemplos da euforia inicial dos apoiantes da Reforma Agrária, logo seguida da desilusão total com o processo: “As pessoas estavam todas satisfeitas, e trabalhavam, ganhavam mais, andava tudo contente... Nunca mais aquela herdade deu tanto azeitona como quando a gente lá esteve”.

Grupos sócio profissionais que nunca tinham tido acesso ao poder político local mobilizaram-se para tomar conta da câmara municipal e das instituições económicas, incluindo mulheres, uma inovação total.

“Com o 25 de abril houve um período bom, a gente teve uma fase boa. Eu fiz parte de tudo. Eu fui espontaneamente, mas foi o partido que teve a ideia, não tenhamos dúvidas. Depois formámos a mesa da comissão concelhia e começámos a andar para a frente. Depois houve as ocupações. Eu nesse bolo não entrei. Eu entrei só no plano da creche. E também andei nas campanhas eleitorais. Papéis, o partido a falar. Falei nas manifestações. Era sempre, quando era preciso. Para mim o melhor que me podia ter aparecido foi o 25 de abril. A minha vida melhorou. A creche pertencia à cooperativa e eu participei. Nas cooperativa passaram a ganhar todos o mesmo. Trabalho igual, salário igual. Muitos arranjam as suas casinhas depois do 25 de abril, que não as tinham. Eu nunca tive possibilidades para isso. O partido foi a melhor coisa que apareceu na minha vida. Tenho as minhas cotazinhas até ao fim do ano pagas”.

“Eu já há muito tempo que ouvia falar na Reforma Agrária. Mas quando comecei a ouvir falar foi mais em 74. Era a divisão das terras, e tal. Quando as terras foram ocupadas, a ideia que havia era – pelo menos daquilo que eu ouvi – era das terras serem para as pessoas trabalharem. As terras estavam pouco exploradas. Deviam ser distribuídas pelas pessoas. Penso que não havia de haver direito de uma pessoa fazer ali 40 ou 50, ou 60.000 contos de cortiça e gastá-lo ele sozinho, enquanto os outros andam cheios de fome”.

“A malta que avançava era malta que também tinha uma certa estratégia da própria guerra. Isto houve aí alturas de campanha, que foi uma completa batalha campal: era a guarda por um lado, só que uns tinham armas, outros não tinham nada, não é?”

“Os trabalhadores organizaram-se. Com a ajuda do sindicato, também. Os trabalhadores ficaram todos satisfeitos... Todos se entenderam bem. Quase todas as duas semanas as pessoas faziam plenários. As decisões eram tomadas por maioria. Todas as cooperativas se davam bem umas com as outras. Fomos a muitas manifestações, de camioneta e também de tratores. Nesses dias a cooperativa pagava o dia de trabalho. Mas também trabalhavam mais nos outros dias. Faziam campanhas de horas a mais a apanhar grão, a apanhar tomate. Vinha muita gente. Chegaram a estar aqui holandeses a trabalhar. Não

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

ganhávamos mais, mas era melhor porque se ganhava sempre. Nunca houve distribuição de lucros, porque foram sempre acumulados. Fizeram barracões para o gado, fizeram duas barragens, desbravaram os campos, havia herdades que estavam aquase todas mato. Então o dinheiro tinha de ser assim investido. Eles diziam que isto tinha mesmo de ser, era para ter o seu posto de trabalho garantido. Essas barragens que fizeram aí, foi dinheiro que lá ficou enterrado”.

“Eu participei nas ocupações. Estive numa herdade aquase quatro anos e fiquei lá a mandar e a organizar o trabalho. Cada herdade tinha uma comissão. E a certa altura começou a haver problemas de falta de dinheiro por alguns andarem a embolsar dinheiro. E depois a coisa não correu bem. Esses não eram comunistas a sério, eram os fingidos. Muitos arranjaram casinhas para morar. E eu, que andei em tudo, não tenho uma casinha para morar”.

“Eu estava lá na ocupação e fiquei. Nesse dia parámos. Depois continuámos todos a trabalhar, com vontade, e pronto. Foram lá uns do Centro da Reforma Agrária, fazer a escrita, as coisas. A tropa também lá foi. Nessa época eu fui votar, fazíamos parte dos comícios, essas coisas. A gente ia a todo o lado. Eu fiquei pastor à mesma. Formou-se uma comissão de quatro ou cinco. Esses é que mandavam. Eu pertenci à comissão, mas foi pouco tempo. Havia umas reuniões, aquilo correu bem, até um certo ponto. Eu falava um bocadinho, mais ou menos. Depois quando começámos a ser menos, eles deixaram de pagar à gente. Começaram a metê-lo ao bolso. Eles começaram a dar cabo de tudo”.

“O meu marido era mecânico. Ele tinha feito a tropa, foi ao Ultramar, depois quando regressou casámos. Depois de cá chegar pôs-se assim um bocado revolucionário. Tinham um ódio muito especial era aos ricos: eram os latifundiários e eram os reacionários. E eram os fascistas. Eram as palavras que a gente começou a ouvir. Para mim eram palavras novas, porque eu nunca tinha ouvido falar. Andava tudo doido. E começaram a ouvir-se aquelas palavras de ordem: ‘Abaixo a reação’, depois passava-se ao ‘mata-se’ e ‘esfolá-se’. As pessoas juntavam-se às portas e gritavam. Chegou a haver violência: quando veio cá o Dr. Mário Soares houve violência. Era uma altura que eu até tinha medo de sair à rua. Tinha medo, porque as pessoas provocavam, mandavam bocas. E o Mário Soares estava no largo do café a discursar e houve um grupo de comunistas que começou a organizar-se e começou a haver pedras no ar e ele ainda levou uma pedra na cabeça. Ele fugiu, levaram-no, ainda entrou ali em casa de uma pessoa ali perto. E deram-lhe um capote. Aqui era mais o medo. Por exemplo, eles apresentavam-se com espingardas às costas, mas nunca apontaram espingardas a ninguém. Mas impunham respeito. Eu tinha 20 e poucos anos e tremia sempre!”

Sem dúvida que as precárias condições culturais dos trabalhadores rurais foram aproveitadas por uma elite devidamente doutrinada para o efeito pelo Partido Comunista Português, por via dos seus dirigentes sindicais na região. Foram feitas promessas que não tinham qualquer viabilidade de serem cumpridas, o que contribuiu para a criação de uma ilusão de poder que convenceu uma população inteira da validade de uma atuação absolutamente inédita, mas certamente atraente. E perante a promessa de bens materiais, houve grandes desilusões:

“Eu só me filiei no PCP já dentro do 25 de abril. Depois houve aquela coisa de ilusionismo...

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

Pois, hipnotizaram as pessoas, esses que queriam ser mais espertos! Os que queriam ser mais espertos enganaram sempre os mais parvos. E eu, como me tinha por mais parvo naquela altura, deixei-me ir na cantiga! Mas também foi pouco tempo. Aquilo foi comícios, foi manifestações, ‘isto é tudo nosso!’; e ‘venham para cá’, e ‘a gente paga-lhes isto’... E a gente íamos, então, a gente julgava que era verdade. Ocupei, sim senhora. São as tais coisas que os portugueses fazem muito fácil. Eu andava lá a trabalhar, estava lá no trabalho do campo, a fazer o que calhava. E eles disseram que aquilo que era nosso, e o que se lá criava e o que se colhia que era dividido pelos trabalhadores, e a terra era de quem a trabalhava, e o dinheiro era de quem o embolsava, e assim é que foi a ocupação! Veio aí um fadista... Esses é que sabem tudo, não sou eu. Esses é que sabem o que fizeram ao dinheiro. E eu fiquei na miséria como eu estava anteriormente. Eles ficarem bem amanhados. Então as pessoas naquela altura não tinham força nenhuma, os comunistas é que eram donos do país. E pronto, e foi assim a vida, a minha Reforma Agrária. Também íamos às manifestações, eram nos dias de trabalho. Só ganhavam os dias os que iam; os que não iam não ganhavam nada. Os chefes da cooperativa é que nos mandavam ir. Depois lá iam os gafanhotos todos atrás, pareciam uma rebanhada de pintos atrás das galinhas. Mulheres e homens e tudo. Aquilo tudo queria ser rico! Eles diziam que aquilo que era tudo nosso! Ao fim de um certo tempo, quando comecei a ver o engano, também deixei de ir, já sabia que aquilo que era só pantominas”.

“Agora as pessoas podem falar o que querem... Foi uma das coisas boas que o 25 de abril trouxe. Há coisas ruins, há coisas que já abusam, mas dentro da ordem... Olhe, acabar com a guerra no Ultramar. O meu filho estava quase a ir. Eu já andava a não dormir. Portanto, essa foi a principal. E depois por aí adiante, as pessoas poderem dizer o que sentem. O que trouxe de mau foi essas coisas de faltarem ao respeito às pessoas, sem mais nem mais. Mas são as pessoas que abusam, não foi o 25 de abril que teve a culpa. Quem teve a culpa são as pessoas que se aproveitam da liberdade que tiveram”.

E os testemunhos dos proprietários ocupados:

“O verão quente de 75: isso foi uma grande farsa, uma grande aldrabice, uma grande roubalheira. O representante local do Partido Comunista conseguiu arregimentar todos os tratoristas, todos os indivíduos que tinham tratores de aluguer, embora trabalhassem particularmente, passaram a trabalhar para o Partido Comunista. Era o partido que lhes estava a dar ordens por trás. Agora que as propriedades estavam mal exploradas, isso é pura mentira. Quando ocupavam uma propriedade, uma das primeiras coisas que faziam era saquear o monte. No dia 1º de maio faziam festas, todos os anos matavam um porco ou dois, o que fosse necessário. E bico livre para toda a gente, desde que fosse do partido. As cooperativas caíram sobretudo por má gestão. Primeiro que tudo: não havia patrões, não havia manageiros, cada um trabalhava segundo a sua consciência. E a consciência das pessoas não era nenhuma”.

“Eles foram buscar os indivíduos mais atrevidos, aqueles fulanos que tinham pouco a perder. A maior parte desses indivíduos tem hoje um sentimento de frustração. Eles aderiram facilmente porque convenceram-nos que os que estavam mal iam ficar bem e os que estavam bem iam ficar mal. Isto é tão linear quanto isto. Não há dúvida que houve quase uma pilhagem. Com a Guerra do Ultramar também ficaram mais politizados. Com as cooperativas tentou-se uma coisa absolutamente utópica, mesmo na

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

década de 70, que era manter uma população ativa de 30% no setor agrícola. O que era uma coisa completamente ultrapassada. Na Europa já nem se pensava nos 10% nessa altura. Isto estava nos livros dos soviéticos, nos kolkhozes. O problema é que aquilo não tinha gestão, não era gerido como uma empresa, nem como coisa nenhuma. Aquilo era a balbúrdia. Muitos deles foram para as cooperativas porque foram mesmo obrigados. O que é interessante é que na primeira oportunidade essas pessoas foram os primeiros a sair”.

“Eles quiseram semear de trigo todos os sobreiros. A ignorância é que fez a Reforma Agrária. Julgavam que iam tirar dinheiro a todo o lado”.

“Quando recebi as terras a parte agrícola estava bastante degradada. Eles exploraram mais intensamente do que deviam. Com a exploração intensiva deram cabo de tudo. Não sabiam nada de gestão técnica. O gado foi maltratado”.

“Houve má gestão. Mas acima de tudo era que ninguém trabalhava, e ninguém tinha força para mandar o outro trabalhar”.

“Notou-se que alguns ficaram sem vida. As pessoas deixaram de conviver. Foi uma desgraça para toda a gente. Deixou de haver associativismo, os clubes fecharam todos, deixou de haver Sociedade Artística e os outros. Fechou isso tudo. Os cafés, as pessoas não iam ao café com medo de encontrar outras. Houve pessoas que deixaram de sair de casa. Houve pessoas que abandonaram a vila. O ódio entre os comunistas e os não comunistas foi tão evidente que ainda hoje há um resto. Quanto aos montes, tive conhecimento da destruição que houve nalguns montes, principalmente de viaturas de tração animal antigas. Havia trens e outras viaturas muito bem conservadas, muito bem tratadas e que foram pura e simplesmente queimadas. Como sei de alguns animais machos de raça apurada, que estavam para procriação, que foram abatidos porque eram fascistas também”.

“A cooperativa nunca funcionou bem. Por isso deu naquilo que deu. Teve sempre uma má administração. O chefe até percebia de lavoura, o que é era uma pessoa que nunca teve uma linha concreta de orientação. Não podia ter dinheiro, porque se tivesse dinheiro ele tinha de o gastar. Apareciam aí uns engenheiros, mas era só para levarem carne e azeite. E as festas... Tanta vez. Quando era o fim de semana era às dezenas de camionetas carregadas, e matavam-se porcos e borregos...”

“Eles diziam que davam emprego a toda a gente, depois já não tinham dinheiro para lhes pagar. Fizeram crédito atrás de crédito, tinham dívidas brutais aos bancos. Falharam como falharam nos outros sítios. Isto foi uma revolução comunista. Eles quiseram implantar o comunismo através do Alentejo. Era a partir daqui para o resto do país. Só que chegaram ali a Rio Maior e não conseguiram avançar para o Norte”.

“Eu até acho que esses tipos não são comunistas, são uns invejosos. Eles pensavam que iam ficar ricos. Os feitores apoiaram os patrões. Os mendigos, os malandros, os bêbedos, esses é que ocuparam. Nas cooperativas não faziam nenhum. Faziam grandes almoços, grandes banquetes, ao princípio, depois já nem tinham dinheiro para isso. Enquanto delapidaram todo o património existente a coisa correu.

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

Quando acabou o património, acabou. Foi uma delapidação de todo o património fundiário. Houve muito má gestão. Porque quem ocupou foram os malandros, os bandidos, eles foram pró petisco, pensaram que era uma festa”.

Algumas trabalhadoras rurais não quiseram participar nas ocupações de terras e sofreram represálias com isso: “Nas ocupações aquilo era às carradas. Eram tanto os homens e as mulheres. Elas também iam, elas ainda eram piores! Gritavam que aquilo era delas! Eu nunca fui a lado nenhum. Nem eu, nem o meu marido fomos a lado nenhum. Então aquilo não era meu! Porque é que eu havia de ir buscar uma coisa que não era minha? Eu nunca andei metida nisso. Com o 25 de abril eu fiquei na mesma, não fiquei melhor nem fiquei pior. Eu já tinha a minha casinha!”

4. O final da Reforma Agrária e a tristeza actual

“Depois aquilo correu mal porque o governo esfacelou e foi tudo ao ar. A culpa foi do governo, ah, pois foi. Foi do Partido Socialista. Quando foram as desocupações tivemos que resistir, mas não conseguimos”.

“Porque se as cooperativas se tivessem mantido... Mas tivemos uma CEE com exigências! E que não permite a produção que se pretende, as cooperativas também não tinham hipótese de funcionar. O problema que acabou com isto foi a questão política. O responsável por esta situação toda foi na altura em que era o Mário Soares e o Partido Socialista que esteve no governo. Esse homem é que começou a ofensiva contra a Reforma Agrária. Depois do 25 de abril, as primeiras investidas policiais das forças militarizadas foram mandadas pelo governo do PS. E depois os governos de direita deram sequência a isso”.

“Foi muito trabalho durante 16 anos, que as pessoas sacrificaram-se muito, trabalharam muito. Até aos 12, 13 anos de existência aquilo funcionou bem e as pessoas sentiam-se todas felizes. Nunca houve tanto espetáculo. Todos os anos fazíamos contas no final, apresentávamos as contas, cada um tinha a sua missão a cumprir. As pessoas viviam felizes. E trabalhavam, só aqui chegaram a trabalhar 320 pessoas! Mais o agregado familiar, isto ocupava aqui 600 ou 700 pessoas. A gente distribuía todos os meses, a esta gente aqui, 7 ou 8.000 contos. Todos os meses. Tínhamos dois contabilistas a fazer a contabilidade, o escritório funcionava, aquilo era tudo por setores. As pessoas, cada um para levantar qualquer coisa tinha de ter um documento devidamente assinado. Temos relatórios. Temos vários técnicos e veterinários que tiraram aqui os estágios. Apresentaram relatórios no final do curso, tivemos aqui várias coisas. Fomos considerados, a nível de empresas, a nível da Europa, em termos de cooperativa, em termos agrícolas a melhor empresa. Dada pelos estrangeiros. Foi pena terem destruído isto. Agora: tinha de haver alterações, não é? Não se podiam manter os mesmos postos de trabalho, porque as coisas também se mecanizaram muito. A cooperativa tinha terras próprias. Só que a malta, todos tínhamos essa opinião: se um dia a cooperativa acabasse, quando acabasse para um, tinha de acabar para todos”.

“As cooperativas não funcionaram, não podiam funcionar. Então como é que podiam funcionar? Todas as pessoas que eles lá tinham metido saíram cá para fora cheios de dinheiro e parte deles estão ai

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

estabelecidos com o dinheiro que eles lá roubaram. Depois aos proprietários entregaram-lhes as coisas já todas estragadas e todas danificadas. O que era bom ficaram-lhes lá com elas. Estragaram tudo. Falta de conhecimento, muita estupidez. Deixaram estragar tudo. Os montes, deixaram cair tudo. Tudo a cair. A ignorância do nosso povo. Agora é que já não ganho nada. Agora perco. As despesas cada vez são mais. Os homens cada vez ganham mais dinheiro. O gasóleo cada vez é mais caro. O trator, quando é preciso arranjá-lo, cada vez custa mais o conserto. E a gente cada vez ganha menos. A agricultura está toda a cair! Os muito grandes estão a cair que não aguentam. Aqui já não se cria nada. Ai do país que não viva com os seus próprios recursos. Devíamos produzir o suficiente para nos mantermos, que era o que fazíamos noutros tempos. Aqui havia trigo que chegava, aqui havia carne que chegava, aqui havia azeite. Chegava para nós e para a gente mandar para eles. Agora são eles que mandam para cá tudo! As pessoas vivem todas melhor. Todas menos a pessoa que é dona do terreno. Os agricultores vivem pior. E depois a dificuldade que a gente tem em ter gente para trabalhar. Estão sempre para aí a anunciar que em Portugal, principalmente no Alentejo, que há falta de trabalho, há desemprego. Tudo mentira! Não há falta de trabalho para ninguém!”

“Isto está tudo perdido no nosso país. Dantes, quem tinha uma herdade de 500 ou 600ha aqui no Alentejo era rico, tinha uma fortuna. Daqui a pouco, uma pessoa que tem uma propriedade com 1000ha que não tenha sobreiros, que não tenha pinheiros, que não tenha eucaliptos, que não tenha água, está condenado à miséria e o melhor que tem a fazer é ir-se já embora. E há a outra questão, que é a falta de mão de obra”.

“Os custos sociais dos trabalhadores são um problema nacional que fez com que a mão de obra encarecesse e impediu de contratar mais pessoal”.

“Foi-se tudo embora. Os filhos dos agricultores foram estudar e não voltam. São todos licenciados, têm as suas profissões, não podem perder tempo com a agricultura nem com a política local”.

“Quem estava bem continua a estar bem, e quem estava mal continua a estar mal. Os novos têm uma vida melhor, muito melhor, tem sim senhor”.

“A cooperativa tinha muitos encargos. O pessoal era muito. E depois já não tinha rendimento para pagar às pessoas. Porque começaram a tirar os terrenos. O governo nunca apoiou as cooperativas, elas tiveram que se ir abaixo”.

“Com a CEE e a PAC fomos completamente enganados. Deram-nos o tapete, ‘invista’, e depois tiraram-nos o tapete. Os produtos têm um terço do valor que tinham antes do 25 de abril. E com custos maiores. Eu não concebo um país sem agricultura própria. E quem produz somos nós. Eu tenho de estar otimista, isto é a minha vida, eu tenho muito dinheiro enterrado aqui. Tenho de defendê-lo. A agricultura alentejana vai ter que dar a volta. Senão fechamos as portas. A política de adesão à Europa foi um desastre. Foi a destruição da economia de uma região que é o Alentejo”.

“Eu ainda tenho filhos em casa. Eles estudam, mas estão desmotivados. Não há nada para fazer aqui. Por exemplo: há uma escola profissional que os prepara nos cursos que lá dão. Mas depois a saída

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

para emprego? Não há aqui empresas, não há aqui indústrias... Está tudo no desemprego, os que não estão no desemprego trabalham para as câmaras, e na agricultura não querem trabalhar”.

5. Algumas observações finais

A Reforma Agrária teve como suporte legal inicial o Decreto-Lei nº 660/74 que definiu o conceito de “sabotagem económica” e que foi o suficiente para justificar a ocupação de terras consideradas em estado de subaproveitamento. A presença física das forças militares no terreno completou o aparato legitimador de um movimento que contou com a adesão entusiástica de uma população previamente motivada por décadas de trabalho clandestino do Partido Comunista Português na região e que potenciaram um forte ressentimento geracional. Os trabalhadores rurais responderam de forma eufórica a uma propaganda eficaz e, por vezes, enganadora no que diz respeito aos objetivos e possibilidades concretas de uma Reforma Agrária, apesar de já não se verificarem na altura as motivações aparentes, especialmente o fantasma da fome e do desemprego que tinham sido uma realidade nas décadas de 30 a 50. O papel dos líderes locais afetos ao Partido Comunista Português foi determinante para o processo de atração e mobilização da população que participou ativamente na substituição dos titulares das sedes do poder local, tanto as políticas como as económicas.

A recolha da memória oral permitiu constatar enormes semelhanças nos percursos de vida e antecedentes familiares destas pessoas, mas também grandes diferenças nas respetivas aspirações e atitudes face ao trabalho, à posse da terra, ao salário, às relações com os patrões e seus representantes e à própria permanência no concelho ou à escolha da emigração. Notaram-se também as divergências sobre os objetivos do movimento cooperativista em que se viram integrados sem qualquer suporte teórico inteligível para este grupo e cujos resultados se revelaram, no mínimo, dececionantes. Tal como a sua origem, a Reforma Agrária portuguesa teve um final dirigido politicamente pelos governos, neste caso os de centro-direita interessados na criação das condições mais favoráveis à integração de Portugal na Comunidade Europeia. Para tal foram retiradas às Unidades Coletivas de Produção as condições físicas e económicas que lhes permitiam continuar a laborar como até então. A consequência foi o total fracasso de todo o processo e um sentimento generalizado de frustração para todos os grupos sociais envolvidos. O campo é atualmente encarado pela maior parte da população local e porventura a nível mais geral como um local de lazer onde as atividades agrícolas e pecuárias perderam quase por completo o seu significado.

Bibliografia:

Almeida, Maria Antónia Pires de e Cristina Joanaz de Melo .2007. “As Novas Ruralidades: Do Lavrador ao Empresário Agrícola, Do Espaço Agrário ao Espaço Lazer”, in *Terras Lusas: A Questão Agrária em Portugal* organizado por Márcia Maria Menendes Motta, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 105-142.

Almeida, Maria Antónia Pires de .2012. “A Questão Agrária na literatura neorrealista portuguesa”, *Revista Estudos Históricos*, 25 (50): 389-407.

Almeida, Maria Antónia Pires de .1996. “Elites políticas alentejanas: continuidade e mudança no concelho de Avis nos finais do século XIX e 1ª metade do século XX”, in *Estudos*

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

- Autárquicos*, coordenado por Nuno Gonçalo Monteiro, Coimbra: Boletim do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Ano IV, nº 6 e 7 (1996): 189-240.
- Almeida, Maria Antónia Pires de .2008. “Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX”, *Análise Social*, vol. XLIII (188): 627-645.
- Almeida, Maria Antónia Pires de .2013. “Landlords, Tenants and Agrarian Reform: Local Elites and Regime Transitions in Avis, Portugal, 1778-2011”, *Rural History*, 24 (2): 127-142.
- Almeida, Maria Antónia Pires de .2007. “Memory and trauma of the Portuguese Agrarian Reform: a case study”, *Portuguese Journal of Social Science*, 6 (2): 63-76.
- Almeida, Maria Antónia Pires de .2007. “O mundo rural e os novos desafios” in *Periferias e Espaços Rurais. Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais* coordenado por Tomaz Dentinho e Orlando Rodrigues, Estoril: Príncípa Editora, 295-317.
- Almeida, Maria Antónia Pires de .2008. “Percursos de pobreza em meio rural: as mulheres, a doença e o aborto” in *Sociedade Civil, Democracia Participativa e Poder Político. O Caso do Referendo do Aborto 2007*, organizado por André Freire, Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 21-39.
- Almeida, Maria Antónia Pires de .2004. *A Reforma Agrária em Avis. Elites e mudança num concelho alentejano (1974 – 1977)*, Lisboa: ISCTE-IUL, disponível <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/541>.
- Almeida, Maria Antónia Pires de .2006. *A Revolução no Alentejo. Memória e Trauma da Reforma Agrária em Avis*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, Maria Antónia Pires de .1997. *Elites Sociais Locais Alentejanas: Continuidade e Mudança. Avis 1886 – 1941*, Lisboa: ISCTE-IUL, disponível <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/621>.
- Almeida, Maria Antónia Pires de .1997. *Família e Poder no Alentejo (Elites de Avis: 1886 – 1941)*, Lisboa: Edições Colibri.
- Almeida, Maria Antónia Pires de .2010. *Memórias Alentejanas do Século XX*, Cascais: Príncípa.
- Almeida, Maria Antónia Pires de .2013. *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Cíveis, 1936-2012*, Lisboa.
- Barreto, António .1986. *L'État et la Société Civile au Portugal. Révolution et réforme agraire en Alentejo, 1974-1976*, Lisboa: Gradiva.
- Barros, Afonso .1986. *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, Lisboa: ISCTE.
- Cutileiro, José .1977. *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Ferraroti, Franco .1983. *Histoire et Histoires de Vie. La Méthode Biographique dans les sciences sociales*, Paris: Librairie des Méridiens.
- Ferraroti, Franco .1991. *La Historia y lo Cotidiano*, Barcelona: Ediciones Península.
- Freire, João e Maria Alexandra Lousada .1982. “O neomalthusianismo na propaganda libertária”, *Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74): 1367-1397.
- Holt, Hamilton .2000. *The life stories of undistinguished Americans as told by themselves*, New York & London: Routledge.
- Martins, Conceição Andrade e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.) .2002. *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, coord. Nuno Luís Madureira, *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III, Oeiras: Celta

A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo

Editora.

Nazareth, José Manuel .1977. “Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-70)”, *Análise Social*, vol. XXIII (52): 901-986.

Poirier, Jean, Simone Clapier-Valladon, Paul Raybaut .1983. *Les récits de vie. Théorie et pratique*, Paris: Presses Universitaires de France.

Thompson, Paul .1978. *The Voice of the Past. Oral History*, Oxford: Oxford University Press.

Tonkin, Elizabeth .1995. *Narrating Our Past. The Social Construction of Oral History*, Cambridge: Cambridge University Press.

Publicações eletrónicas:

Almeida, Maria Antónia Pires de, 70 entradas, 17 das quais em coautoria com Conceição Andrade Martins, na obra Conceição Andrade Martins e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, coord. Nuno Luís Madureira, *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III (Oeiras: Celta Editora, 2002): <http://repositorio-iul.iscte.pt/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Almeida%2C+Maria+Ant%C3%B3nia+Pires+de>.

Capitanes de Abril en el aula. Cine y revolución

Ana Paula Gonçalves

Manuel Pousa Castelo

Luis Velasco Martínez

A Álvaro Pato

1. Introducción

Este artículo nace de la colaboración de dos profesores de historia, una portuguesa de la escuela secundaria Alfredo dos Reis Silveira y otro gallego del IES (instituto de enseñanza secundaria) de Mugardos, con motivo del 40 aniversario de la Revolución de los claveles. Pese al vínculo de ambos con la enseñanza de la historia, la elección del tema a trabajar, más que de una opción racional, nació de un compromiso cívico con el que ambos asumimos la enseñanza. Los sucesos que se van a conmemorar suponen un hito y una lección en la lucha de una sociedad por la libertad y la justicia. Por tanto es una ocasión para recordar, estudiar y reconocer como modelo para el presente un momento clave de la historia reciente.

Para nosotros, libertad significa independencia, autonomía, derecho a la espontaneidad y la responsabilidad de asumir nuestras acciones y actitudes, sin perjudicar a los otros. Nuestra libertad termina donde comienza la de los otros. Con la Revolución de los Claveles, el pueblo portugués conquistó la libertad de opinión y de expresión y el derecho a ser quien es y de intervenir activamente en la sociedad. La unión de personas que son movidas por los mismos valores y sentimientos como la revuelta, la indignación, el coraje, o el inconformismo y la esperanza de un futuro mejor, fueron lo que llevaron a unos ciudadanos a hacer una revolución. Apelando a la emoción de los jóvenes de hoy, contextualizando los momentos de la historia en la realidad que ellos conocen, podrán comprender mejor e identificarse con los sentimientos del pueblo de aquel momento, y “absorber” los valores de la Revolución de 25 de abril de 1974. Contar y estudiar la historia de una manera fría y superficial nunca tendrá ese resultado. La Revolución de los Claveles nos inspira y motiva a acreditar y a luchar por un futuro mejor y a unirnos por una voluntad común de libertad y democracia.

Los procesos democratizadores paralelos transcurridos en España y Portugal entre 1974 y 1982, suponen un eje sobre el que se cimienta la realidad política de los dos países. Este eje ha sido analizado de forma particular tanto por la historiografía como por la ciencia política (Cayetano Rosado 2010, Gómez Fernández 2011, Lemus López 2012). No obstante, la potencialidad de este proceso paralelo entre los dos estados ibéricos no ha sido desarrollada desde el campo educativo en general, ni desde el de la didáctica de la historia en particular. En este sentido, las capacidades de comprensión de las realidades mutuas, así como de los condicionantes en el desarrollo de los procesos democráticos en los dos estados, bien pueden suponer una oportunidad para mejorar la comprensión de las realidades paralelas que atañen a las sociedades cercanas. Así, la posibilidad de una toma de consciencia entre los alumnos portugueses y

Capitanes de Abril en el aula. Cine y revolución

españoles, acerca de las realidades transnacionales, supone un factor importante a la hora de promover este tipo de participaciones.

El contexto de este trabajo es un momento en el que en Portugal existe una tendencia dentro del poder político a condenar la tradición revolucionaria, a la par que vive una situación de amplia indignación social (Romo Sanders, 2007). Desde 1992 se destaca una ola de denuncias contra la falta de memoria de los portugueses, tanto respecto al régimen salazarista/marcelista como al período de la Revolución. Tales denuncias fueron motivadas, en gran medida por el escándalo público acerca de la concesión por el Estado portugués de pensiones a ex-agentes de la PIDE (Policía Internacional y de Defensa del Estado), policía política del Estado Novo (Lacerda, 2010). En 1992-1993 se abrió una nueva etapa en el proceso de reconstrucción de la memoria colectiva sobre el proceso revolucionario portugués, marcada por el inicio de un debate público sobre la cuestión del combate por la memoria del 25 de Abril en la sociedad portuguesa: al pasar los años, se encona la disputa entre una versión de la memoria claramente revisionista, que ora recupera positivamente aspectos del Estado Novo, ora desvaloriza el significado y la importancia de la Revolución de 1974, y otra que considera el 25 de Abril, en su totalidad – o sea, incluyendo los más diversos aspectos del proceso revolucionario – como el acto fundador esencial de la democracia portuguesa.

2. Objetivos

- A. Investigar en torno a la didáctica de la Revolución del 25 de Abril de 1974 en la enseñanza secundaria.
- B. Experimentar un modelo de colaboración entre grupos de alumnos de diferentes nacionalidades.
- C. Ensayar modos de reflexión en torno a los valores e ideales del 25 de abril en la sociedad portuguesa actual.
- D. Mejorar las actitudes de los alumnos españoles hacia Portugal a través de la enseñanza de la revolución de los claveles.

3. Marco

Centro do Seixal: participaron dos alumnos del 10º año, dos del 11º y diez del 12º, con edades entre los 15 y los 17 años. En total, dos alumnos y doce alumnas. El estudio fue realizado en el espacio de la biblioteca de la escuela con alumnos que frecuentan la misma y participan habitualmente en proyectos propuestos por la profesora de historia que asimismo es bibliotecaria del centro y que desde esa posición creó un grupo de alumnos voluntarios.

Centro de Mugardos: participaron los dieciocho miembros del grupo de Ciencias Sociales de 1º de bachillerato, de los cuales doce son alumnas. Del total, nueve eran nuevos en el centro, dos repetían curso y otro procedía de un grupo de PCPI (Programas de cualificación profesional inicial). Por eso, apenas tenían conocimiento mutuo previo. Las relaciones eran muy buenas entre ellos y con el profesor, que había dado clase el año anterior a seis alumnos. El grupo era mayoritariamente introvertido, por lo que mucha de la información procede de los cuestionarios, trabajos, examen y de una extensa labor de cuestionamiento en el aula y recogida de la información a través de un diario de aula.

Capitanes de Abril en el aula. Cine y revolución

Algunos miembros del grupo ofrecieron claras señales de prejuicio contra el país vecino tanto oralmente como –de forma algo más moderada- por escrito. Tan importante como estas formas de desprecio fue el desconocimiento, siendo sólo ocho alumnos capaces de ofrecer más de cinco datos sobre Portugal pese a pedirseles diez y siendo sólo uno capaz de identificar al presidente. Los datos más mencionados fueron el nombre de la capital y la importancia de la costa. El parentesco lingüístico, la pasada unión con Galicia y, quizás más sorprendentemente, la presencia de figuras portuguesas de gran carisma en el fútbol español, apenas fueron destacados.

4. Actividades

Las actividades fueron en todo momento realizadas por los dos centros en coordinación y comunicación constantes. Esta fue fluida y positiva y continuará en proyectos comunes venideros. Sin embargo, es el centro de Seixal el que organizó la sesión de Skype y gestionó la visita a Portugal hasta el más mínimo detalle, con flexibilidad y amabilidad y poniendo todos sus importantes recursos a la disposición del centro español. Por ello el mérito del éxito de este acercamiento y de la mejora del conocimiento de la historia y en general de Portugal es suyo. Pese a ello, esta investigación analizará especialmente los resultados del trabajo en el grupo español porque el hecho de ser un grupo estable con un horario firme, la posibilidad de demandar trabajos a los alumnos, de hacer exámenes y de acceder a diario al grupo, además de ser los sujetos de una experimentación sobre sus actitudes en torno al país vecino, facilitó la labor investigadora.

La labor realizada consistió en cuatro actividades: en primer lugar cada centro de forma independiente se documentó acerca de la revolución de los claveles. En España se trabajó con la película *Capitães de Abril* (2000) a lo largo de siete sesiones de clase con un cuestionario previo y la discusión y puesta en común de una serie de preguntas acerca del film. De forma simultánea en Portugal se realizaron trabajos de historia oral con familiares y militantes contra la dictadura. La tercera actividad fue una sesión en Skype conjunta en que se intercambió información, se hicieron comentarios, preguntas y se realizó un contacto personal. Finalmente, quince alumnos españoles visitaron Seixal y realizaron diversas actividades los días 23, 24 y 25 de abril. Entre ellos, varias visitas a Lisboa, una palestra en torno a la revolución, un concierto conmemorativo, la asistencia a los preparativos de la manifestación en conmemoración de la llegada de la democracia y especialmente una visita a la antigua prisión de Peniche conducidos por la explicación de un resistente contra la dictadura, Álvaro Pato.

5. Fuentes de información

Las fuentes de información son un diario de aula que recoge las expresiones, comentarios y actitudes de los alumnos en torno a las actividades realizadas a lo largo de doce días de octubre y noviembre de 2013, el examen que recopila la información recogida en torno a la película, ejercicios a realizar durante el visionado de la película, un cuestionario previo a estas actividades y otro posterior a la excursión además de las propias experiencias de los dos profesores responsables de la actividad. Se recogió así información cualitativa y cuantitativa, oral y escrita, en un marco reglado y en marcos informales, en torno a actividades diversas, con diversos observadores y en un amplio marco de tiempo.

Capitanes de Abril en el aula. Cine y revolución

El primer cuestionario fue informal, constaba de 17 preguntas y fue dictado. Ello se debe a que interesaba que las preguntas fueran contestadas una a una por orden y poder ver las reacciones del grupo al unísono. El segundo cuestionario se pasó 8 días después de la excursión a última hora de la mañana, lo que implica que los alumnos estaban cansados. Además, durante 5 minutos hubo una interrupción por motivos administrativos, pero dos tercios de los alumnos ya habían entregado sus cuestionarios. Varios alumnos afirmaron que sus respuestas no recogían todo lo que sabían porque se encontraban muy cansados y no tenían ganas de pensar y escribir. Se forzó a los alumnos a separar las mesas y se limitó estrechamente la comunicación entre ellos, aunque se permitió que hablaran de forma limitada. También fue pasado a quince alumnos portugueses que lo contestaron probablemente compartiendo información. Fue devuelto por once.

La realización de este estudio permite diseñar prácticas con base en la realidad respondiendo a las críticas habituales a la investigación educativa de exceso de teorización (Woods, 1989, 15) y de estar poco adaptada a la enseñanza de las clases medias y bajas (Cuesta, 1998, 175). El objetivo era por tanto acercarse a la *historia enseñada*, menos conocida que la *regulada* y la *soñada* (Cuesta, 2002, 37) e indagar en el desconocimiento que el alumnado tiene de conceptos y sucesos que profesores, libros de texto y diseñadores del currículo dan por supuestos (Gil y Piñeiro, 1989, 276-82).

6. La historia a través del cine: *Capitães de Abril*.

Las primeras constataciones son dos elementos frecuentes en las aulas de historia que se encontraron en los dos centros: el desconocimiento del pasado y el interés por muchos elementos del mismo. La suma de ambos implica un elemento sorpresa beneficioso en términos de motivación y de retención de la información. Más allá de las impresiones básicas, el trabajo en torno a la Revolución de los Claveles a través de la película dirigida por María de Medeiros aportó dos conclusiones fundamentales: el alumnado lee los hechos históricos a través de un prisma muy limitado debido al marco socio-histórico en que se formaron y desconoce la importancia del colonialismo en el pasado europeo. También se encontró que tiene problemas para diferenciar realidad histórica de ficción y desconoce el funcionamiento de la represión en las dictaduras. Las tres primeras fueron señaladas con más detalle en una investigación anterior (Pousa, 2013).

Lo limitado de la perspectiva de los alumnos se confundía con la aceptación de la historia cinematográfica en el hecho de que el grupo percibía como un suceso plausible que la dictadura portuguesa cayese por la acción de un grupo de reclutas dirigidos por un capitán y un puñado de oficiales de aviación. Preguntados por los sucesos que la película no narraba, no percibían que no se hablaba del resto del país, de la ciudad o del ejército. Del mismo modo, seis alumnos declararon por escrito y once votaron en el aula a favor de que Salgueiro Maia debiera haberse hecho con el gobierno, asumiendo que este tenía más poder del que realmente disponía. El resto dudaba si el capitán debía emprender una acción tan osada pero no la rechazaba y eran frecuentes las muestras de indignación por la actitud de Marcelo Caetano y Spínola, señalándose frecuentemente que debía recibir más respeto y tener más orgullo. Se le calificaba como “sumiso” y se indicó que “coge el poder”. Preguntada la clase si un capitán “debía” ser

Capitanes de Abril en el aula. Cine y revolución

presidente del gobierno sólo una alumna denegaba la posibilidad. Por una parte estas opiniones suponen una manifestación de la importancia que el alumnado da a los valores morales en la política y a la igualdad social pero también de la escasa valoración de la capacitación técnica de los profesionales de este campo.

La perspectiva de clase se aprecia también en la defensa constante del “pueblo”, sean los soldados o los lisboetas. En ocasiones se hacían incluso lecturas triunfalistas, como cuando un alumno afirmaba que el golpe “acaba volviéndose una revolución del pueblo entero que finaliza de manera victoriosa” y fue frecuente escuchar menciones a una revuelta popular. Maia se convierte, tal y como lo presenta la película, en un héroe de las clases populares que quiere “el bien de las personas” y que se presenta frente al que otro alumno –de vocabulario habitualmente más técnico- denominaba como “mandamás”. Era el personaje preferido en las actividades realizadas tras ver *Capitães de Abril*, siendo la cualidad más valorada en él la valentía.

Pese a esta visión propia de las clases medias, los alumnos no recogían el discurso del personaje de Gervásio acerca de la corrupción de las democracias por efecto de la connivencia de minorías político-económicas. En parte por la dificultad de aprehender ideas abstractas a través del cine pero también porque parecían no comprender la relación del pasado con el presente pese a la actualidad de esas reflexiones. Los miembros del grupo no sólo desconocían la actual situación de Portugal sino las causas de la profunda crisis de su propio país. Sin embargo, mostraron un fuerte interés en ver el momento en que el primer ministro de Portugal Passos Coelho fue interrumpido al canto de *Grândola, vila morena* en febrero de 2013.

La perspectiva de género era menos poderosa como es característico en la juventud española (informe INJUVE 2012). Las alumnas dieron muestras de interés por la escena en que las mujeres gritan por las calles de Lisboa: “hombres a la cocina”, y aceptaron la propuesta de conocer información sobre la situación de la mujer en Portugal bajo la dictadura. Sin embargo, cuando se ofreció de nuevo esa información al día siguiente, la rechazaron y sólo una alumna elegía la escena antedicha como una de las preferidas del film y mencionaba el hecho como ejemplo de la represión en el país.

Además, para los alumnos, los portugueses como nación no eran ni parcialmente responsables de la guerra colonial, conflicto que “el pueblo portugués” al completo rechazaba. Desconocían que era un fracaso militar, económico y social. La culpabilidad para ellos residía en las elites, lectura que era reforzada por el discurso cinematográfico, señalando una alumna dos veces en dos líneas consecutivas que el personaje de Manuel fue obligado por el régimen a ir a la guerra, “destruir aldeas” y “matar gente”. Sólo tres alumnos refirieron la importancia económica de las colonias y ninguno la simbólica. La nula presencia de la descolonización en las en las calles de Lisboa y en las actividades realizadas allí reforzaron este desconocimiento, habiendo diez alumnos que en mayo ya no sabían la importancia de las colonias para Portugal, y una alumna repetía el estereotipo de la fundamental importancia económica de las colonias, aspecto todavía por dilucidar (Cueto, 2010). La propaganda, en cambio, era efectiva en unos jóvenes profusamente consumistas, y el mapa y lemas “Portugal não é um país pequeno”, atribuidos a

Capitanes de Abril en el aula. Cine y revolución

Henrique Galvão y divulgado a partir de 1934, año de la Exposición Colonial de Oporto, resultaron el único recuerdo.

En lo tocante a la ficción, los alumnos ni siquiera se planteaban que lo narrado no fuese verídico, reaccionando con sorpresa a las menciones del profesor a aquellos hechos y personajes que eran reales y los que no, reflejando los problemas del cine histórico (Rosenstone, 1995). Se confundieron también cuando se les pidió su opinión sobre la posibilidad de narrar sucesos como lo ocurrido en el resto de Portugal, en el cuartel de la Pontinha, en la toma del aeropuerto de Lisboa o en la instalación de una batería de artillería en la orilla meridional del Tajo.

De hecho, dos de los alumnos más críticos asumían que el cine es una fuente de verdad histórica y no una reconstrucción comercial, uno afirmando que eliminaría la escena mencionada de la película por “ser imaginaria e irreal”, y el otro respondiendo afirmativamente a la pregunta sobre la inclusión de los sucesos propuestos “porque sucedió”. Sin embargo, el último se contradecía sosteniendo de forma ambigua que la escena del teniente Lobão estaba bien como ficción pero no como realidad. El hecho de que la película fuese reciente, de acuerdo con lo encontrado por Seixas (1994), ayudó a transmitir la sensación de verosimilitud.

La preferencia era por la ficción, habiendo un grupo de alumnos interesados por las armas que se decepcionaron porque, pese a que la película les recordaba un film de género bélico, no presentaba combates. También, cuando el grupo vio al verdadero Salgueiro Maia en vídeo no les interesaba, filmado como estaba de civil en un salón y hablando sin doblaje ni subtítulo. La preferencia estaba en las imágenes del propio 25 de abril. Lo que destacaban era la cualidad narrativa de la película, su legibilidad, aunque al mismo tiempo la consideraban “explicativa”, una presentación amena de la realidad. De hecho la puntuaban en un 8,1 frente a un 7,8 de la visita a la prisión de Peniche. El maniqueísmo, patente en alusiones al *brigadeiro* Reis como “el malo”, fue también otro elemento valorado.

El poder de la ficción y de sus géneros es tal que, expulsado Caetano y narrados los futuros de Salgueiro Maia, Antonia y Manuel, los alumnos creían que la historia había acabado completamente como si el flujo temporal se hubiese detenido. De hecho, una alumna afirmó que no era necesario narrar lo que había sucedido en el resto de Portugal porque se daba por supuesto que había caído en manos de los golpistas. La propia pregunta “¿qué no cuenta la película?” era de difícil comprensión para ellos.

Por último, los alumnos desconocían el significado del concepto de represión y sus principales manifestaciones. La expresión más extrema de esta ignorancia fueron tres alumnos de un nivel de conocimientos medio o medio-alto que escribían un enunciado incoherente confundiendo “referencias a la represión” con “diferencias a la represión”. Sus respuestas eran igualmente poco lógicas. La mayoría se limitaba a seleccionar de entre todos los ejemplos de represión presentes en la película y destacados por el profesor aquel de mayor impacto dramático por su papel en la trama: la detención y tortura del estudiante cuyo romance con Antonia causó un fuerte impacto. Los errores se aprecian asimismo en que una de las dos alumnas que mencionaron la represión también presentaba como represión los arrestos realizados por los miembros del MFA (*Movimento das Forças Armadas*). No se percibía la importancia para el *Estado*

Capitanes de Abril en el aula. Cine y revolución

Novo de los comunistas, socialistas y que cualquier activista por la democracia era considerado un enemigo. El problema residía en la conceptualización de lo sucedido, no en la sensibilidad ante estos fenómenos, pues las imágenes de los miembros de la PIDE disparando sobre los civiles y la de los presos siendo liberados conmocionaron a los alumnos. Sin embargo, sólo dos alumnos las mencionaron por escrito. Falló la empatía en el caso de la tortura y la comprensión general de los regímenes con fuertes restricciones de la libertad, habiendo quien discutía la practicidad de la privación de sueño y siendo muchos los que no entendían lo que sucedía en Caxias al final de la película.

Los sucesos del 25 de abril tienen la ventaja de permitir trabajar con los alumnos como un suceso vivo pasa a ser historia, pues está en la memoria de los adultos del presente aunque para los alumnos es un suceso lejano. Además, numerosos de los protagonistas están vivos y estos narran la historia en primera persona y mezclan sus experiencias del pasado con el análisis desde la actualidad, a través de las experiencias de los últimos cuarenta años. Así, una alumna resumía su perspectiva refiriendo que los hechos se situaban cuando sus padres tenían en torno a diez años. Sin embargo, también los percibían como próximos, pues empezaron a preguntar por el destino de los actores del 25 de abril en el momento en que vieron imágenes de los mismos al buscarse sus rostros en Internet, notando entonces que algunos, como Saraiva de Carvalho, estaban vivos.

7. La historia en el lugar y con sus protagonistas: Lisboa, Seixal y Álvaro Pato.

La experiencia de la historia como testimonio directo, la visita de escenarios históricos y el contacto con el pasado a través de jóvenes comprometidos con el mismo alteró profundamente la percepción del país y sus gentes, mejoró el conocimiento de aquellos sucesos trabajados en torno al 25 de abril y el dominio del portugués y abrió a la mayoría valorar el esfuerzo de entender una lengua próxima. Pero el mayor logro fue el paso del prejuicio negativo hacia el país vecino a ver muy positivamente a su gente y su cultura. Sus resultados en motivación y mejora de conocimientos son equivalentes al trabajo de campo en las ciencias físicas al tratarse de una enseñanza activa basada en el aprendizaje por proyectos (Barnet, M., Chávez, D., Deni, L., et. al., 2006).

El cambio más visible se aprecia en cuatro alumnos, tres de los cuales tenían una imagen negativa de Portugal. Una no conocía este país y pasó de usar expresiones como “tienen pinta de no caer bien” a definirlos como “simpáticos”, afirmar que no cambiaría nada de la excursión y valorarla con un 10. Más significativos son los otros tres porque habían visitado el país en varias ocasiones y se convirtieron en entusiastas defensores del país y sus gentes, incluso reconociendo un cambio radical de punto de vista. Además de desaparecer los estereotipos negativos lo hizo el etnocentrismo que llevaba a una alumna a definir Portugal como un país que “*pertenece* a la Península ibérica” y que “no es de España”. Cambió incluso su valoración de la historia de Portugal, pasándose de un mayoritario desinterés a destacar específicamente la importancia de conocer el pasado del país vecino como motivo para conocer la revolución de los claveles.

La perspectiva de los alumnos portugueses era igualmente muy positiva ante la experiencia, pero su punto de vista hacia la revolución era diferente, más comprometido y consciente, profunda y algo más

Capitanes de Abril en el aula. Cine y revolución

detallada. Asociaban lo sucedido en mayor medida con la libertad y la democracia, daban más detalles sobre Peniche y señalaban en mayor medida el papel de los capitanes y de los comunistas. Además, para ellos la música no era una anécdota del 25 de abril, siendo mencionado José Afonso en tres ocasiones como personaje destacado de la caída de la dictadura.

Los españoles quedaron fascinados por una acción plagada de símbolos: el clavel, Grândola, el *chaimite*, los jóvenes capitanes, el momento de tensión en que un militar con pañuelo blanco se enfrenta a los tanques, el héroe sencillo y pacífico y eslóganes como “el pueblo unido jamás será vencido” o “Portugal não é um país pequeno”. La presencia de militares jóvenes en las calles y el hecho de que un alumno portugués les guiara por la Lisboa de la revolución resultaron especialmente interesantes para las alumnas, que mejoraron sus conocimientos y adoptaron incluso vocabulario inhabitual en ellas como referirse al “fascismo”. Los alumnos demostraron asimismo haber valorado la enseñanza recibida, siendo capaces de resumir adecuadamente lo que habían visto y oído en las visitas.

En cualquier caso, el motor de la mayoría de estos resultados deriva de la experiencia personal de los adolescentes que eran los que habían convencido a sus padres y en parte habían autofinanciado la excursión. Por ello, las mejores valoraciones se referían a hacer amigos, a sus compañeros y a la ciudad de Lisboa. En ese sentido la sesión de Skype fue valorada positivamente como toma de contacto entre los alumnos, aunque el hecho de tener lugar más de un mes y medio del fin de la actividad y con las largas vacaciones navideñas de por medio desvirtuó el valor de la misma a la hora de compartir perspectivas sobre el 25 de abril. Un alumno incluso se avergonzaba de no poder explicar nada durante la misma.

La confrontación de la realidad con la película fue fácil en los escenarios, especialmente en la *Praça do Comércio* y por la presencia de paneles y elementos conmemorativos de la revolución. Fue más difícil en el caso de Álvaro Pato, ex-presos de Caxias y militante comunista a quien no asociaban con el estudiante de la película ni con una escena que había vivido y les había contado Álvaro y habían visto en un video del mismo protagonista en el propio escenario¹. Los alumnos no ofrecieron ninguna señal de entender la penosa situación económica de Portugal ni la relación de estos sucesos con el 25 de abril, lo cual se enmarca en la habitual despreocupación por la política y en el recurso a la perspectiva propia del turista. De hecho, cinco alumnos destacaban de Peniche las vistas al mar en los cuestionarios y oralmente.

El testimonio en primera persona de un protagonista resultó impactante pero sus resultados resultan difíciles de calibrar por lo íntimo de la experiencia. Así, mucha de la información no se obtuvo sino indirecta y tardíamente, por ejemplo, al comentar a los alumnos que parecían más impactados por la película *La noche de los lápices* (1986) que por lo oído en Peniche. El grupo contestó unánimemente que no. Se logró salir del “bland contemporary tourism”, que ofrece un mundo que es “almost inhumanly comfortable, purged of social suffering, cruelty, and conflict” (Thompson, 1988).

¹ Disponible online en: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=733676&tm=8&layout=122&visual=61>

8. Propuesta didáctica

El estudio de la Revolución de los Claveles es un proceso fundamental para enseñar en España. Aparte de su valor intrínseco por mostrar el derrocamiento pacífico de una dictadura y por enmarcarse en el fin de las dictaduras meridionales europeas, permite corregir una visión mayoritariamente peyorativa de Portugal. Los alumnos del grupo estudiado –con la excepción de aquellos que habían viajado al país más allá del territorio más inmediato y que tenían mayor formación- pasaron de expresar oralmente y por escrito desprecio y prejuicio hacia el país vecino a considerar a Salgueiro Maia como un héroe y a valorar positivamente lo acontecido hace cerca de cuarenta años. Sin embargo, queda mucho por hacer porque el prejuicio perdura: en las actividades finales sólo un alumno contestó a la pregunta “¿qué podemos aprender de la historia de Portugal?” y afirmaba que la lección era que las mujeres estaban muy oprimidas en el país. Nada por tanto de la lección de valentía de un pueblo echado a las calles y de un ejército que derroca a la dictadura.

La propuesta de trabajo en torno al 25 de abril con la película de María de Medeiros fue exitosa, logrando el objetivo curricular de suscitar curiosidad por los hechos acontecidos y transmitir el marco básico de los sucesos. Conviene sin embargo explicar una serie de sucesos y procesos: el funcionamiento de la dictadura, especialmente su empleo de la violencia; los sucesos de los años inmediatamente posteriores al golpe, su importancia en el presente y los sucesos más allá de Lisboa.

También es importante enseñar a los alumnos el carácter construido del cine y mejorar la alfabetización audiovisual, aspecto especialmente importante por ser este quizás el medio más importante de acceso de los adolescentes al pasado. Conviene mostrar los estrechos límites de su fidelidad histórica, pero eso requiere para el profesor un conocimiento extenso del período y dedicar mucho tiempo (Marcus, Metzger, Paxton y Stoddard, 2010). En ese sentido sería importante realizar una ficha didáctica del film como en general crear material didáctico sobre la revolución en su conjunto.

Esa labor puede lograrse parcialmente haciendo comparar a los alumnos la película con el capítulo *Lisboa era una festa* de la serie española *Cuéntame*, donde aparecen numerosos planos de la primera presentados como metraje documental, intercalados con verdaderas filmaciones de reportajes periodísticos de la época y otros realizados para la serie. Además, la interpretación española de los sucesos del 25 de Abril en la serie puede contrastarse con la de la época² y destacarse que la fotógrafa portuguesa que conduce al español a través de la revolución es María de Medeiros. El rancio uso de la canción folclórica *Somos cantores de la terra lusitana* puede contrastarse con las usadas en el golpe de Estado o con otras usadas en el aula como *Fado Tropical* y *Tanto Mar*, ambas de Chico Buarque y usadas con éxito en nuestra experiencia de aula. Otro medio contemporáneo español a contrastar con el film es el programa *Informe Semanal* inmediatamente posterior al golpe, en el que se incide como causa en la guerra colonial y se omite la ausencia de libertades en el país, lo que serviría para contrarrestar la sobreestimación de la labor de los capitanes.

²Disponible online en: http://institucional.us.es/revistas/contemporanea/8/art_8.pdf

Capitanes de Abril en el aula. Cine y revolución

Para evitar dedicar tantas sesiones al visionado conviene reducir las explicaciones y prescindir de las escenas que transcurren en la emisora de radio después de ser tomada por ser ficticias y no ser del gusto del alumnado. El hecho de que esta actividad fuese exploratoria hizo que ocupase más tiempo del que lo haría en un visionado pensado sólo como actividad formativa.

Fueron especialmente exitosos el humor de la película, la explicación en torno a las canciones del golpe, la juventud de los protagonistas, la rapidez, éxito y apoyo popular de los sublevados y el recurso a mostrar fotografías reales y breves descripciones de los protagonistas y su presente. La atención desatada por la comparación de la imagen de Salgueiro Maia en la *rua do Arsenal* con las muy conocidas de la plaza de Tiananmen y las explicaciones sobre los efectos de la revolución portuguesa en España incitan a profundizar en esas actividades.

Resulta interesante asimismo aprovechar la ocasión para mostrar la geografía de la capital lusa. Nosotros mostramos en *Google Maps* imágenes del *Terreiro do Paço*, el cuartel del Carmo, la posición de Santarém y fotografías que mostrasen el castillo de Lisboa, pero el resultado fue decepcionante. El fracaso en el uso de vídeos con testimonios del golpe en portugués pese al interés de los alumnos y los problemas con el idioma en la visita al país vecino lleva a solicitar la colaboración de los departamentos de Língua Galega o a dedicar un trabajo más exhaustivo. También en ese sentido hay que combatir prejuicios y es más necesario trabajar la historia portuguesa. Se escuchó por ejemplo comentar a una alumna que leer “palavra” en el título de un vídeo usado en el aula le dolía. Es lamentable que no existan en la Red testimonios periodísticos subtítulos o doblados. En el mismo orden de cosas, el hecho de estar ante una conmemoración histórica no tuvo ningún efecto sobre el alumnado.

El mayor potencial del film reside en el recurso a las biografías con ejemplos de figuras ajenas al mundo de las elites más allá de Salgueiro Maia pudiendo debatirse por ejemplo la importancia de Fernando Sottomayor, el tanquista que no disparó en la *rua do Arsenal*³.

Al finalizar la actividad la experiencia mostró la importancia de recapitular el trabajo realizado y de contrastar las respuestas en el cuestionario previo con las opiniones posteriores al visionado. Por ejemplo, la primera alumna que opinó acerca de su visión de los militares sostuvo que no cambió al conocer la revolución portuguesa, pero preguntada si pensaba que éstos podían traer la democracia, se desdecía. Las respuestas en el cuestionario previo indican que el grupo identificaba como las dos causas principales de la caída de una dictadura la muerte del dictador o una sublevación popular pero no la iniciativa de las fuerzas armadas. En las actividades finales, la mitad del grupo reconocía que su imagen había cambiado. Confrontar a los alumnos con sus ideas previas puede lograr crear el conflicto cognitivo que favorece el aprendizaje. Por ejemplo, antes de explicar las figuras de Oliveira Salazar y Marcelo Caetano se preguntó por la imagen que tenían de un dictador y el contraste de su creencia (serios, con bigote, de uniforme militar) con la realidad logró desatar la atención de los alumnos.

³Disponible online en: <http://lazonafotica.wordpress.com/2006/11/02/el-hombre-que-no-mato-a-salgueiro-maia/>

Capitanes de Abril en el aula. Cine y revolución

Un problema en torno al trabajo con *Capitães de Abril* reside en el encaje curricular de la propia Revolución de los Claveles por la nula presencia de la historia portuguesa en los temarios, manuales y aulas españolas en general. Sin embargo, entra en dos grandes marcos. En primer lugar dentro del tradicional de la Guerra Fría, como ejemplo de las dictaduras de extrema derecha proestadounidenses como la española, la griega y las numerosas de Latinoamérica. En segundo, desde una perspectiva más novedosa e interesante por lo que tiene de educación en valores supone el inicio de la tercera ola de democratizaciones que, según Huntington (1991), empieza con la Revolución de los Claveles. Además, tiene una fuerte relación con la Descolonización y la Transición española.

Para relacionar el 25 de abril nuestra experiencia recomienda recurrir a testimonios actuales de protagonistas del 25 de abril como Vasco Lourenço y Saraiva de Carvalho. El presente también trae ecos de la dictadura en las comparaciones del reciente mapa de uso escolar "Portugal é Mar" patrocinado por Cavaco Silva⁴. Asimismo tuvo cierto eco el contacto con numerosos portugueses nacidos o con familiares vinculados a las antiguas colonias.

La actividad final, siendo un rotundo éxito, permite realizar una serie de sugerencias. En primer lugar, buscar colaboraciones internacionales pese a que muchas veces es descorazonador puede ofrecer grandes recompensas. En nuestro caso utilizamos la plataforma Etwinning. En segundo lugar, puesto que la convocatoria de artículos sobre el 25 de abril sirvió como detonante, recuerda la importancia de la investigación para mejorar la educación y reflexionar sobre la práctica docente. Los resultados de la excursión también enseñan que el sistema educativo puede ofrecer oportunidades raras de volver a encontrar para los alumnos y así alumnos que habían ido a menudo a Portugal cambiaron radicalmente su visión y la mitad del grupo, pese a quedar prendados de la capital lusa, preferían no viajar como turistas sino como lo habían hecho y cuatro no cambiarían nada de la excursión. La debilidad de los estereotipos sobre el país vecino recomienda fomentar los intercambios con el mismo. Por último nos recuerda que la historia puede resultar motivadora, y que los alumnos y sus familias están dispuestos a hacer esfuerzos si se hacen propuestas adecuadas.

Bibliografía

- Barnet, M., Chavez, D., Deni, L., ET. AL. .2006. "Using the urban environment to engage youths in urban ecology field studies» in *Journal of Environmental Education*,37(2),3-11.
- Cayetano Rosado, M .2010. "La transición política en España y Portugal (1974-1982). Similitudes, diferencia e influencias" in *Visiones de la transición: un recorrido por la historia reciente de España (1975-1981)*. Mérida: Ayto. de Mérida. 67-74
- Cuesta Fernández, Raimundo .1998. *Clío en las aulas. La enseñanza de la Historia en España entre reformas, ilusiones y rutinas*, Madrid: Akal. Madrid.
- Cuesta Fernández, Raimundo .2002. "El código disciplinar de la historia escolar en España: Algunas ideas para la explicación de la sociogénesis de una materia de enseñanza" in *Encounters on education*.

⁴ Disponible online en: <http://inflexaoblog.blogspot.com.es/2014/02/portugal-nao-e-um-pais-pequeno-cavaco.html> y en: <http://blasfemias.net/2014/04/02/portugal-nao-e-um-pais-pequeno/>

Capitanes de Abril en el aula. Cine y revolución

Volume 3. Fall 2002, Kingston, Ontario: Faculty of Education, Queen's University; Winnipeg, Manitoba: University of Manitoba, Faculty of Education; Madrid: Departamento de Teoría e Historia de la Educación, Universidad Complutense de Madrid.

Cueto Rodríguez, Adolfo .2010. “El expediente colonial portugués: De la resistencia dogmática al colapso (1951-1974)”, disponible online en http://eprints.ucm.es/11404/1/el_expediente_colonial_portugues.pdf

Gil Carnicero, Purificación Y Piñeiro Peleteiro, María del Rosario .1989. “El pensamiento geográfico en la edad escolar: la simulación como recurso didáctico” in *La enseñanza de las Ciencias Sociales*, compilado por Mario Carretero y Juan Ignacio Pozo, Madrid: Visor. Madrid.

Huntington, S. P .1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: Oklahoma University Press.

Gómez Fernández, A.B .2011. “La llegada de la democracia al mediterráneo. Las transiciones de Portugal, Grecia y España” in *Historia actual online*, nº25: 7-18.

Lacerda, L .2010. “Los archivos de la PIDE y la represión en el Portugal salazarista” in Babiano Mora, J. *Represión, derechos humanos, memoria y archivos: una perspectiva latinoamericana*. Madrid: Fundación 1º de Mayo, 127-140.

Lemus López, E .2012. “Con la vista en Portugal y mirando a España. EE.UU y el cambio político peninsular” in *Hispania: Revista española de historia*, 72, nº242:723-754.

Marcus, A.; Metzger, S.; Paxton, R.; Stoddard, J. . 2010. *Teaching history with film: Strategies for secondary social studies*. New York: Routledge.

Pousa Castelo, M. .2012. O ensino-aprendizaxe do imperialismo. Tese doutoral inédita. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Romo Sanders, J.C. .2007. “El rol didáctico de la ciencia política en el proceso de enseñanza-aprendizaje de la historia y geografía” in *Horizontes Educativos*, 12, nº2:11-21.

Rosenstone Robert A .1995. “The Historical Film as Real History” in *Film-Historia*, Vol. V, No.1: 5-23

Seixas, P .1994. “Confronting the Moral Frames of Popular Film: Young People Respond to Historical Revisionism” in *American Journal of Education*, 102, no. 3 (May):261–85.

Thompson, Paul .1988. *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University Press, (2nd edition).

Woods, Peter .1989. *La escuela por dentro: la etnografía en la investigación educativa*, Barcelona: Paidós

A história ofuscada pelo acaso: Rui Ramos e a Revolução de abril como “um golpe de generais”

Raquel Varela

IHC-FCSH-UNL

A consolidação do regime democrático-representativo a partir de 1982-86 e o abandono de projetos estratégicos de rutura, que só sobrevivem na extrema marginalidade, abraçados por grupos à esquerda do Partido Comunista Português, teve um impacto substancial na discussão historiográfica sobre a revolução. O senso comum não deixou de ter um efeito significativo sobre a academia, que deixou de analisar a revolução como um processo com o seu tempo e forma e passou a analisá-la a partir da situação de consolidação do regime democrático liberal. Assim, a revolução portuguesa não só deixou de ser alvo de uma discussão teórica, que não se aprofundou, como passou inclusive, em alguns setores, a ser submersa pela memória dos vencedores, que obscureceram a revolução numa vaga noção de “caos” e tentaram sobre ela erigir a teoria da passagem da ditadura à democracia representativa sem um salto revolucionário. Fenómeno que se revelou no próprio abandono do conceito de *revolução* e na adoção do conceito de *transição para a democracia*. A mais radical, mas não única¹, interpretação da revolução como “caos” foi recentemente escrita por Rui Ramos (2009).

As quase 40 páginas que o historiador Rui Ramos dedica à história do 25 de Abril na *História de Portugal* por si coordenada são marcadas essencialmente não pelo seu conservadorismo mas por uma narrativa que escolhe, com precisão cirúrgica, o acaso, o singular, o superficial e os torna testemunhos de uma tese implícita.

Vejamos alguns exemplos desta aleatoridade: sobre a participação popular no dia do golpe, a 25 de Abril de 1974, há um único testemunho, o de alguém que “não sabia o que estava ali a fazer”. Para exemplificar o dia a dia de um militante de base durante aquele período, há um testemunho, o de um membro do PPD, partido que, recordemos, não existia quando do golpe. O PS era um pequeno núcleo de quadros, constituído em partido apenas em 1973 e o PCP e o conjunto da chamada extrema-esquerda teriam algo em torno de 3000 militantes cada. O PPD forma-se paulatinamente, a partir da antiga Ala Liberal da Assembleia Nacional marcelista, juntando as ‘forças vivas’ locais que não estavam demasiado comprometidas com o regime, e os seus membros não eram então representantes típicos de um militante do período.

O único testemunho que há da reforma agrária citado é o de um militante francês que diz que visitou uma cooperativa e “o trabalhador sente-se muito mais preso, condicionado, numa estrutura coletiva hoje do que antes na estrutura hierarquizada do patrão” (Ramos 2009, 731), quando os testemunhos e as análises históricas com investigação deste processo – Fernando Oliveira Baptista

¹ Ver Varela, Raquel (coord), *Revolução ou Transição. História e Memória da Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand, 2012.

A história ofuscada pelo acaso: Rui Ramos e a Revolução de abril como “um golpe de generais”

(1978), Constantino Piçarra (2008), entre outros – dão conta, dentro de enormes dificuldades, é certo, da pressão dos trabalhadores para ocupação de terras para garantir trabalho o ano inteiro (e não menos de 200 dias por ano como no Estado Novo) e de uma dedicação às cooperativas que mobilizou milhares de horas de trabalho voluntário. Nesta “não revolução mas caos” dominada por generais também os militantes dominavam e manipulavam as assembleias. Exemplos? A Lisnave. Justamente o caso – um dos mais estudados de todo o processo, nos trabalhos, por exemplo, de Fátima Patriarca (1978) e Marinús Pires de Lima (1991) – em que se funcionava em plenário quase permanente e votação de braço no ar, por plenários em que muitas vezes o PCP foi contrariado (11 de setembro de 1974), e noutras a extrema esquerda ficou em minoria perante o volte-face da assembleia (7 de fevereiro de 1975).

A teoria está aparentemente ausente da obra. Sucedem-se acontecimentos sem teoria, como se a ciência fosse a *aparência* com que os factos se apresentam, uma *narrativa*. Multiplica-se, em estilo pós-moderno, uma seleção e uso indiscriminado desses factos, como se a ciência não tivesse *essência*.

A tese central do capítulo de Rui Ramos é que a revolução começa por ser um golpe de generais com ambições políticas, usurpada por capitães que transformaram Portugal naqueles 19 meses num palco da guerra colonial, controlando Portugal como faziam na mata, fazendo ações psicológicas (campanhas de dinamização) sobre a população. A sucessão de acontecimentos da Operação Fim de Regime dá a entender que tudo estava sob controlo do regime – posto em causa “por generais com ambições próprias”. As forças do MFA entraram em Lisboa, o povo não sabia do que se estava a passar nem quem estava a apoiar e 400 profissionais da GNR, se tivessem querido, teriam derrotado o MFA (Ramos 2009, 712). Rui Ramos defende que a impossibilidade de continuar a guerra foi uma opção dos generais, tendo aqui as ambições políticas jogado um papel fundamental (Ramos 2009, 706-707). As campanhas de dinamização do MFA têm a sua origem, nesta narrativa de Rui Ramos, na forma como era feita a guerra em África, uma guerra de campanha centrada nos capitães e com ação psicológica. O 25 de abril seria uma revolução de capitães com ações de dinamização.

Admite Rui Ramos que o MFA se transformou em “força dirigente do Estado” (2009:721), mas, perguntamos nós, como acontece isso se os generais eram tão poderosos? Se o processo revolucionário se caracteriza pela manipulação das “massas”, e quer os generais quer os capitães estavam no controlo (e manipulavam) da situação, não se percebe porquê Marcelo Caetano, sitiado, com um cabo à sua frente, pede por favor para entregar o poder “pelo menos a um general”, o qual, aliás, será varrido do Governo cinco meses depois e expulso do País em março de 1975.

O facto de só dois generais terem ‘participado’ no golpe não se opondo a este, terem sido ultrapassados pelo MFA, ficando o País a conhecer as divergências entre Spínola e o MFA na própria noite de 25 para 26 de abril é irrelevante para o autor. A seguir ao 25 de Abril, os oficiais superiores e generais que tinham prestado homenagem a Marcelo Caetano em março, no famoso episódio da “brigada do reumático”, são enviados para a reserva.

É sabido que a interpretação depende dos factos e a seleção destes, da interpretação. É conhecido também que a história coloca, com base em teorias e metodologias, limites a esta relação – não foi a

A história ofuscada pelo acaso: Rui Ramos e a Revolução de abril como “um golpe de generais”

URSS que invadiu a Alemanha, foi a Alemanha que invadiu a URSS; não foram chineses que desembarcaram na Normandia, foram americanos, ingleses, franceses, canadianos... Eric Hobsbawm (1998), num conhecido ensaio, desconjunta esta elasticidade pós-moderna que não vê limites à utilização dos factos.

Escreve Rui Ramos que “a Junta aboliu a censura, extinguiu a DGS, cujos agentes foram detidos em massa (em julho, estavam presos cerca de 1000), libertou os presos políticos (85 no Forte de Caixas e 43 no de Peniche), e suprimiu a ANP, a Legião e a Mocidade” (2009: 713).

Houve muitos acontecimentos naqueles dias que dependeram da Junta ou por ela foram fortemente influenciadas (composição do Governo, ida de Caetano e Tomás para o exílio) e houve outros que, embora na aparência tenham tido a atuação da Junta, não dependeram dela. O que aconteceu foi que em alguns destes acontecimentos a JSN decretou sobre um facto contra o qual ela estava, provavelmente por ponderar que a relação de forças entre as várias frações sociais não lhe era favorável. A população destruiu a sede da censura e obrigou, sob protesto popular e dos próprios presos², à libertação destes na sua totalidade. E depois, na Madeira³, o povo manifestou-se publicamente contra Tomás e Caetano, forçando a saída destes mais rápido da ilha. Nos casos citados por Rui Ramos, a JSN nada fez sobre o que já estava feito. No caso de Caetano e Tomás, a Junta conseguiu ser preponderante, deixando ambos sair do País sem julgamento.

Afirma Rui Ramos que “O Estado arrogara-se o poder de substituir as direções de empresas privadas” (2009:729). Imaginamos, porque o texto neste campo se limita a esta frase, que o autor se esteja a referir à intervenção do Estado nas empresas. Na verdade, o Estado inicialmente opõe-se à maioria das ocupações, e muitas vezes os próprios sindicatos também. O Estado chega a enviar militares para as impedirem e, perante a sua inevitável generalização, fruto da descapitalização de empresas e da consequente ameaça de despedimento, o Estado homologa um decreto de intervenção (Lopes 1999, 173), o DL 637/74, de 20/11.

Escreve Ramos que o povo no dia 26 abril participa do processo, porém a 25 desconhecia o que se passava. Concordamos com o autor quando diz que o processo do golpe é um processo essencialmente militar, com origem no regime. Portanto não resultou, como afirmava o PCP, de um “levantamento nacional de massas”⁴ devido ao atraso do País, mas de uma crise dentro da direção do regime, provocada pela derrota na guerra. Porém, é indiscutível que a participação popular é imediata e começa logo a 25 de Abril, e esse facto não pode ser iludido pelo testemunho de um transeunte que “não sabia o que se estava a passar”.

² *Diário Popular*, 2 de maio de 1974, p. 28.

³ *Diário Popular*, 2 de maio de 1974, p. 28.

⁴ Ver sobre isto Varela, Raquel, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand, 2011.

A história ofuscada pelo acaso: Rui Ramos e a Revolução de abril como “um golpe de generais”

O primeiro comunicado das forças armadas é pouco antes das 4 da manhã da noite de 24. Seguem-se 10 comunicados do MFA⁵, quase de duas em duas horas, a pedir ao povo “para ficar em casa”. As ordens não são acatadas. No Quartel do Carmo, onde há milhares de pessoas, bem como em todas as ruas de Lisboa, nem os pedidos de Salgueiro Maia, nem os de Francisco Sousa Tavares fizeram a população, no dia 25, desmobilizar. Haverá mesmo disputas com o Ministério do Trabalho para que não sofram represálias os milhares de trabalhadores que não vão trabalhar no dia 25 de abril porque, nesse dia, estiveram em manifestações ou simplesmente nas ruas a celebrar a liberdade.

Ramos escreve que a GNR poderia ter evitado o golpe. É um exercício com perigos para os historiadores – o contrafactual. “Se” e o que “teria acontecido” é especulativo. O facto é que a GNR não resistiu. Porquê? Os documentos que temos indicam que esta considerava que resistir era um ato destrutor. No dia 25 de Abril os rádios intercetam uma conversa da GNR. Por volta da uma da tarde, os militares da Guarda queixam-se de que: “Estudantes e rapazes estão a atingir à pedrada as nossas forças (...) temos urgentemente de tomar providências.” Às 15.35: “Estamos completamente cercados. (...) Deram-nos 10 minutos de ultimato.”⁶

Afirma Ramos que entre “agosto e dezembro de 1975, foram ocupadas 3311 herdades, equivalentes a 19% da superfície cultivada nacional – mas atingidos apenas 1000 proprietários” e que o pagamento de salários tinha sido garantido em maio (2009:730). Acrescenta que não havia nenhuma “classe faminta” (2009:729-730). Considerará Rui Ramos que há aqui um salto histórico crítico, analisado nos meus trabalhos e nos do historiador Constantino Piçarra? Entre agosto e dezembro há dois governos: um de militares ligados à esquerda militar (o PCP, como procurei demonstrar, tem uma posição muito dúbia face a este Governo) que dura de facto duas semanas; e outro com uma composição dominada pelo PS e pelo Grupo dos Nove. Quem libertará as verbas para pagar salários abrindo espaço à maior ocupação de terras de todo o período é o VI Governo, dominado pelo PS, e não o V Governo. Estas verbas serão libertadas, certamente também sob pressão do PCP, mas por um ministro, Lopes Cardoso, próximo do PS e não do PCP. No dia 17 de outubro, um despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária dota os centros regionais da reforma agrária de uma verba de 25 mil contos para assegurar a atividade produtiva dos membros das unidades de produção geridas pelos trabalhadores em vias de legalização e a 29 de outubro é publicado esse despacho.

O historiador defende, na esteira da tese da revolução dominada por militares, que “A hierarquia dos partidos foi determinada pelos militares” (2009:724). A afirmação é, na minha opinião, totalmente, incompreensível, pelo menos em relação ao partido que estudei a fundo, o PCP. A liderança do Partido Comunista mantém-se totalmente inalterada, com o imobilismo da direção – uma direção altamente respeitada pelos anos de resistência na clandestinidade – a ser uma marca do partido no processo. Cunhal comanda o partido, mas afasta-se sempre dos lugares chave dos ministérios (fica ministro sem pasta) para

⁵ Os Comunicados do 25 de Abril. CD25A. In <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa1> consultado a 7 de março de 2012.

⁶ *República*, 26 de abril, p. 10.

A história ofuscada pelo acaso: Rui Ramos e a Revolução de abril como “um golpe de generais”

procurar evitar a responsabilização do partido por medidas altamente impopulares como a aprovação de uma lei restritiva do direito à greve ou um salário mínimo abaixo do exigido pelos trabalhadores.

Sobre o PCP, o autor afirma ainda que este partido tomara a dianteira na ocupação de sindicatos e autarquias. Isso de facto aconteceu em muitos sindicatos e autarquias. Mas, muitos outros, que determinaram situações disruptivas para o Estado, eram desde 1968-1970 dirigidos ou tinham uma forte influência de militantes do MES, católicos progressistas, MRPP e grupos ML que iriam dar origem à UDP (metalúrgicos, têxteis, TAP, CTT, TLP, Carris, Lisnave, entre outros).

Os partidos atuam mais como atores institucionais do que sociais (2009: 724), segundo Rui Ramos. Isto não explica como é que um partido, o PCP, passa de 3 mil para 100 mil militantes no espaço de um ano, e o PS passa da quase inexistência para uns 80 mil. A forte disputa institucional entre ambos os partidos pelo controlo do Estado teve sempre uma ancoragem social clara – no caso do PS a seguir às eleições, no caso do PCP a Intersindical. Como historiadores temos de explicar que forças sociais subterrâneas, e não meramente institucionais, levam a que em nove meses se tenham constituído 50 partidos políticos (2009:723), ao todo mobilizando centenas de milhares de militantes (que participam, pagam quotas, organizam), como o próprio Ramos admite, e que quase todos tenham “democracia” e “socialismo” no nome, nenhum reclamando a direita, e a própria direita designando-se social-democrata (PPD) ou democrata social (CDS)? É este um quadro de partidos com escasso apoio social, dominados por militares?

Ramos argumenta que a classe trabalhadora está ausente da revolução, a não ser como sujeito passivo. Para tal usa, paradoxalmente, uma classificação classista do MFA: conclui que a maioria dos 730 oficiais que assinaram o documento do MFA não era de origem proletária, mas sim do meio rural, a maioria vinham da Academia Militar (93%), 80% eram capitães ou majores: “A explicação, portanto, não está na origem social, mas numa experiência histórica: o comando das tropas na guerra e a revolta corporativa de 1973.” (2009:722) Ramos procura justificar a alegada ausência da classe trabalhadora também pela origem social dos candidatos, uma vez que só 14% seriam operários (2009:730).

Isso significa que este sujeito social não teve existência? A pergunta é quase estapafúrdia. Ramos ignora, na nossa opinião, que 1) a classe trabalhadora não se resume ao setor operário industrial. Esta definição, profundamente influenciada pela experiência soviética e pelo Partido Comunista – e uma noção que perdurou em Portugal para justificar a divisão entre centrais sindicais – é uma definição de agrupamento sócio-profissional e não de classe; 2) na definição de classe usa-se uma série de variáveis que dizem respeito ao lugar e posição de trabalho, origem social, rendimentos, organização política, etc., e é uma noção complexa porque inclui também frações de classe; 3) finalmente não concordamos com o autor em retirar das eleições essa ilação. A maioria dos votantes são da classe trabalhadora e votam em programas (incluindo o do PS) que achavam que defendiam o socialismo, o direito ao trabalho, etc. Não há, finalmente, uma ligação mecânica entre a força social de uma classe e a sua força eleitoral. Basta pensar que 70 000 donas de casa das Beiras têm muito mais força eleitoral que 7000 operários da Lisnave, mas estes determinaram coisas tão importantes como – para dar apenas um exemplo – a não aplicação da

A história ofuscada pelo acaso: Rui Ramos e a Revolução de abril como “um golpe de generais”

lei da greve a nível nacional, com um efeito de arrastamento para quase todos os restantes trabalhadores em Portugal.

Esta visão de uma classe trabalhadora manipulada surge no seio de uma narrativa onde a classe trabalhadora tem um espaço exíguo. A única vez que Ramos se refere às comissões de trabalhadores é para defender que foram multiplicadas pela extrema esquerda como reação à ocupação dos sindicatos pelo PCP (2009:731). Não é factual. As CTs nascem de forma espontânea – não são fruto de uma estratégia reativa ao PCP, antes florescem nos dias a seguir ao golpe porque nos locais de trabalho quase não existiam outras estruturas e os trabalhadores começam a reunir-se em plenários e a votar de braço no ar e precisam de mandar alguns dos seus para levar avante as suas decisões e reivindicações. Fizemos referência às centenas que nascem logo nos primeiros dias a seguir à revolução de forma inorgânica.

Creemos que Rui Ramos confunde revoluções com quarteladas, e se seguirmos o que propõe não há diferença real e conceptual entre a revolução de abril e os golpes que nela tiveram lugar, porque tudo *aparece* como parte de um processo em que indivíduos, mas só indivíduos muito particulares, têm o poder de pôr e dispor a história.

Se forma e conteúdo correspondessem, o mundo científico era dispensável. A narrativa de Rui Ramos faz-se de decretos, decisões, conversas entre dirigentes do 25 de Abril, estando afastada qualquer tentativa de perceber, usando balizas na documentação, qual foi o movimento das classes em confronto, até porque nesta história a classe trabalhadora só existe enquanto sujeito passivo, alvo de manipulação e de “campanhas de ação psicológica do MFA”.

Não existe a noção de que nos processos revolucionários se gera uma situação de dualidade de poderes. E assim, vemos afirmações contraditórias como “os quartéis tinham-se transformado em pequenos parlamentos” (2009:721) na mesma frase onde se defende que os militares puseram em causa a democracia, numa revolução dominada por generais com projetos políticos falhados, mas onde vigorava a ausência de disciplina militar porque os quartéis, precisamente, se tinham tornado pequenos “parlamentos”.

Neste capítulo do livro dedicado à história do 25 de Abril no quadro da *História de Portugal*, não há caracterizações de governos, Estado ou regime, tudo aparece diluído, não há sujeitos sociais, nem respetivas frações. Ramos vai mais longe do que a historiografia liberal, que oculta as classes sociais nos partidos, na Igreja, na direção do MFA. Desta história desaparecem todos para emergirem as personagens: é assim que as greves são remetidas a duas notas, mas as longas disputas entre Spínola e Kaúlza de Arriaga ocupam várias páginas.

Nesta narrativa procura-se ainda dar ênfase a uma suposta repressão ancorada numa certa noção de “caos” (2009:714) e arbitrariedade estatais. Ramos não discute o regime, o Estado e os governos. Mas considera que há um “poder revolucionário” (2009:732) que é responsável por 10 mil 2refugiados políticos”. “Tudo acabou por volta das 18h. Nenhum militar foi morto ou ferido. As únicas vítimas caíram diante da sede da DGS, quando, por volta das 20h, uma multidão de 600 ‘jovens manifestantes’ se

A história ofuscada pelo acaso: Rui Ramos e a Revolução de abril como “um golpe de generais”

aproximou, e os agentes reagiram a tiro, provocando quatro mortos. Por sua vez, a tropa matou um agente da DGS pelas costas.” (2009:712).

Uma seleção avulsa de factos – desvinculados do seu contexto geral, social, e sem qualquer hierarquia na seleção – permite a Rui Ramos acentuar na narrativa a violência, que em absoluto, e comparando com outros processos revolucionários, foi escassa na revolução portuguesa (embora não faltasse do outro lado da revolução, nas colónias).

Mas em termos relativos a violência da revolução de 1974 e 1975 está do lado da direita e da coligação PS/Grupo dos Nove/Igreja. Ramos destaca a violência de esquerda, o pide “morto pelas costas” e um tipo que no 11 de março pôs em “dúvida a violência do ataque e foi morto” (2009:728). Resumindo, eis as características da violência na revolução portuguesa:

- 1) Uma grande ausência de violência, na metrópole, justamente devido à crise do Exército.
- 2) A violência que se exerce é muitas vezes sobre trabalhadores, repressão de greves, e mesmo prisão de militantes como os do MRPP e da AOC depois de 11 de março de 1975 e também de um pequeno partido de direita.
- 3) É verdade que um pide é morto, mas dezenas “fogem” da cadeia, com a complacência das autoridades, e a maioria não sofrerá qualquer pena significativa.
- 4) Uma revolução em que a violência mais grave ficou marcada, no Verão Quente, pela violência de direita, com o silêncio cúmplice do PS e da Igreja, contra os sindicatos e os partidos de esquerda. Segue-se um Governo, o VI, marcado por atos como a destruição à bomba dos emissores da Rádio Renascença e a criação do AMI, uma força especial de repressão.
- 5) Finalmente, a escassa violência verifica-se também na ausência de julgamento para a maioria dos quadros do regime do Estado Novo, muitos dos quais, incluindo generais com um papel criminoso na guerra, têm como pena a “reforma compulsiva antecipada”. Ao contrário de alguns militares de esquerda e extrema esquerda, que passaram por um longo processo até conseguirem a amnistia.

A violência, mesmo assim limitada, que existiu em 1974-1975 foi exercida mais sobre a esquerda do que sobre a direita (Palacios Cerezalez 2011).

Se é verdade que existiram formas semibonapartistas, quer por parte do PCP e de militares ‘amigos’ no IV Governo, quer por parte do PS e militares a ele afetos no VI Governos (saneamentos políticos – não os económicos feitos no início pelas CTs), o controlo da comunicação social, a repressão realizada por ambos os governos refletiam uma pressão destes aparelhos pelo controlo do Estado e não a tentativa de instauração de um modelo ditatorial, que quando existiu de facto, por parte da burguesia apoiada em Spínola, foi amplamente rejeitado por toda a população e também por estes partidos. Mas esse controlo do Estado foi amplamente evitado pela democracia de base dos órgãos de ‘poder popular’,

A história ofuscada pelo acaso: Rui Ramos e a Revolução de abril como “um golpe de generais”

que rejeitaram em processos de luta a repressão sobre os CTT, a militarização da TAP e do sindicato dos químicos, a lei corporativa da greve, defendida por PCP e PS, lutaram contra prisões à esquerda, rejeitaram a repressão de manifestações (Lisnave, Intercomissões, Comité de Luta de Setúbal), uma parte dos partidos de extrema esquerda condenou a ilegalização do MRPP e da AOC (mas não rejeitou a ilegalização de dois partidos de extrema direita, o Partido do Progresso e o Partido Liberal. A evidência empírica é que ao fim de muitas tentativas de tentar controlar, por exemplo, a comunicação social, o VI Governo toma a decisão de rebentar à bomba os emissores de uma rádio; e o Governo entra em greve, depois de sequestrado pelos operários da construção civil, quando tinha acabado de constituir o AMI, uma força de repressão de elite. Houve utilização política do aparelho de Estado por parte do PS e do PCP, uns contra os outros, consoante a relação de forças – isso por si só não define se um regime é ditatorial ou democrático representativo. Não havia um poder de Estado estável, muito menos um poder ditatorial: todas as liberdades estavam, como nunca na história de Portugal, amplamente asseguradas. Curioso, em jeito de nota final, que se utilize a palavra “caos” para falar da revolução, mas não se use expressão equivalente para falar de um regime envolvido numa guerra colonial, com salários baixos, miséria generalizada, padrões de saúde subdesenvolvidos, polícia política, censura, e que tinha forçado 1 milhão e meio de pessoas a emigrar. Isso é o quê: “ordem”?

O momento repressivo mais bem-sucedido de toda a revolução foi o golpe que iniciou a contrarrevolução, que deu origem à prisão, durante vários meses, de mais de 100 militares.

A narrativa de Rui Ramos não tem densidade histórica. Ela insere-se num quadro teórico que tenta associar o “PREC” a um momento de caos, desordem e repressão, quadro esse que só pode ser construído na base da eliminação de factos. A história de um povo que se organiza em comissões de trabalhadores, de moradores, de soldados, a profunda democracia de base que leva o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, desesperado antes do golpe de 25 de novembro, a dizer que tudo tinha que passar “por plenários” é substituída por uma história de grandes figuras militares culpadas de manipular todo um povo que não é sujeito histórico da sua vida.

Bibliografia

- Batista, Fernando Oliveira .1978. *Portugal 1975. Os Campos*, Porto: Afrontamento.
- Cerezales, Diego .2011. *Portugal à Corunhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa: Tinta-da-china.
- Hobsbawm, Eric .1998. *Sobre História*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Lima, Marínus P .1991. “Relações de Trabalho, Estratégias Sindicais e Emprego (1974-90)” in *Análise Social*, n.º 114, 905-943.
- Lopes, José da Silva .1999. *A Economia Portuguesa desde 1960*, Lisboa: Gradiva.
- Patriarca, Maria de Fátima .1978. “Operários Portugueses na Revolução: a Manifestação dos Operários da Lisnave de 12 de setembro de 1974” in *Análise Social*. Lisboa: ICS, Vol XIV.
- Piçarra, Constantino .2008. *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja. 1974-1975*. Coimbra: Almedina.
- Ramos, Rui (coord.) .2009. *História de Portugal*, Lisboa: Esfera dos Livros.

Os autores

Juan Manuel González Sáez é Doutor em História Contemporânea (*Universidad de Navarra*), licenciado em Ciências da Informação e Mestre em Marketing (*Universidad del País Vasco*). As suas principais linhas de investigação (violência política, Igreja católica e meios de comunicação) centram-se no tardo franquismo e na Transição. Participou em números congressos e publicou em revistas como *Historia Contemporânea*, *Revista Universitaria de Historia Militar*, *Historia Actual Online* o *El Argonauta Español*. (jugonzal36@gmail.com)

Miguel Angel Pérez Suárez (1975) é licenciado em Geografia e História pela *Universidad de Oviedo*. Em 2009 obteve o grau de Mestre em História Contemporânea com uma tese sobre o movimento operário em Portugal no primeiro ano do processo revolucionário. Atualmente é bolseiro da FCT, trabalhando numa tese de doutoramento com o título “O poder dos trabalhadores em Portugal (1974-79)”. (miguelao3@hotmail.com)

Sergio Sánchez Collantes (Gijón, 1979) é Doutor em História pela *Universidad de Oviedo* e professor na *Universidad de Burgos*, na área de História Contemporânea. Antes trabalhou como docente e investigador na *Universidad de La Rioja* e na de *Oviedo*, onde foi bolseiro FPU do *Ministerio de Educación*. As suas linhas de investigação incluem história política, social e cultural, ainda que a maior parte do seu trabalho seja dedicado ao republicanismo histórico e a tradição democrática no período contemporâneo. Do seu trabalho resultaram várias publicações, como os livros *Demócratas de antaño* (Trea, 2007), *Sediciosos y románticos* (Zahorí, 2011) e *El Azote de la plebe* (Zahorí, 2014). Codirigiu igualmente a obra *La escarapela tricolor. El republicanismo en la España contemporánea* (KRK, 2008) e realizou o estudo preliminar de *Proyecto de Constitución Federal del Estado Asturiano* (Trea, 2009). É autor de numerosos artigos publicados em revistas científicas e monografias coletivas, também participou em vários projetos de investigação financiados por instituições públicas e privadas. A sua atividade foi distinguida pelos prémios Juan Uría (2012) e Rosario de Acuña (2011 e 2013). Paralelamente é colunista do jornal *El Comercio* de Gijón e colaborador de revistas como *Atlántica XXII* e *Historia y Vida*, e no passado foi-o de *BBC Historia*. Atualmente faz parte do *Grupo de Investigación en Historia Sociocultural GRUHSOC* (Univ. Oviedo) e do *Grupo Consolidado Investigaciones Históricas Andaluzas HUM-331* (Univ. Málaga). (sscollantes@ubu.es)

Rita Luís é Mestre em *Estudios Avanzados en Comunicación Social* pela *Universitat Pompeu Fabra*. Bolseira de doutoramento FCT com uma investigação sobre a receção do processo revolucionário português na imprensa tardo-franquista, é também investigadora do IHC e do *Grup de Recerca en Periodisme* -UPF. (ritaluís@gmail.com)

Marco Gomes é mestre em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Enquanto bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, desenvolveu entre 2009 e 2013 o projeto de investigação no Departamento de Estudos Sociais e Políticos da Universidade de Estudos de Milão,

Os autores

subordinado ao tema “Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana”. (gomes_marco78@hotmail.com)

Giulia Strippoli Giulia Strippoli é doutora em História. É investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea (FCSH/UNL). (baluginare@hotmail.com)

Flamarion Maués é Doutor e mestre em História pela Universidade de São Paulo. Autor de *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984* (São Paulo, Publisher, 2013). Realiza pós-doutorado na Universidade de São Paulo. É bolseiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e ex-bolsheiro da Fundação Calouste Gulbenkian/Portugal. (flamaues@gmail.com)

Luciana Soutelo é Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutoranda em História por esta mesma instituição. (lusoutelo@gmail.com)

Maria Antónia Pires de Almeida é Investigadora científica, doutorada em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE-IUL, com Pós-Doutoramento em Ciência Política no CIES, IUL. Foi Investigadora Auxiliar da FCT, UNL, onde dirigiu o projeto “A Popularização da Ciência e da Técnica em Portugal (sécs. XIX-XX)”. É autora de oito livros e de vários capítulos de livros e artigos publicados em revistas internacionais. Especializada nos temas das elites locais, transição política, memórias e biografias, história social e política, história da ciência, da medicina e da saúde pública. (mafpa@iscte.pt)

Ana Paula Gonçalves (Moçambique, 1963) licenciou-se em História pela Faculdade de Letras de Lisboa e fez Mestrado em Ciências da Educação. A sua tese incide sobre a área das Bibliotecas Escolares. É professora de História e professora bibliotecária na Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira – Seixal, Portugal. (ana.pg.4@gmail.com)

Manuel Pousa Castelo (1974) é licenciado em História pela *Universidad de Santiago de Compostela*, especialista em História, Geografia e Arte Galega (1998) e Doutor em História Contemporânea (2012). O seu trabalho têm-se centrado na didática da História, especialmente nos estudos sobre o ensino e a aprendizagem de temas como o Colonialismo e os Impérios do período contemporâneo. Publicou em revistas e participou em Congressos em países como a Argentina, o Chile, Itália, Índia, Portugal ou o Reino Unido. É professor na escola secundária em centros públicos desde 2002. (manuelpousa@yahoo.es)

Luis Velasco Martínez é licenciado em História (2009), posgraduado em História, Teoria e Método das Humanidades e Ciências Sociais e mestre em História Contemporânea (2010). Actualmente desenvolve a sua tese de doutoramento sobre o papel do ensino nos processos de construção nacional graças a um contrato com a *Universidad de Santiago de Compostela* no âmbito do subprograma Estatal de Formação de Doutores do *Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España*. (luis.velasco@usc.es)

Raquel Varela é Historiadora. Investigadora do [Instituto de História Contemporânea](#) da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena o [Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais](#) e investigadora do [Instituto Internacional de História Social](#). (raquel.cardeira.varela@yahoo.co.uk).

ISBN: 978-989-98998-0-3
Dezembro 2014